



**Centro de Desenvolvimento
Sustentável UnB**

Universidade de Brasília - UNB
Centro de Desenvolvimento Sustentável
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável

GUSTAVO FONSECA DA SILVA

**Burocracia, Orçamento e Conservação: uma análise longitudinal da
construção das capacidades administrativas do ICMBio**

Brasília,
2025



**Centro de Desenvolvimento
Sustentável UnB**

Gustavo Fonseca da Silva

**Burocracia, Orçamento e Conservação: uma análise longitudinal da
construção das capacidades administrativas do ICMBio**

Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília (PPGCDS-UNB), como requisito necessário para a obtenção do título de Mestre.

Área de concentração: Política e Gestão da Sustentabilidade

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Ana Karine Pereira

Brasília,
2025

Gustavo Fonseca da Silva

Burocracia, Orçamento e Conservação: uma análise longitudinal da construção das capacidades administrativas do ICMBio

Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília (PPGCDS-UNB), como requisito necessário para a obtenção do título de Mestre.

Área de concentração: Política e Gestão da Sustentabilidade

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Ana Karine Pereira

Aprovado pela seguinte banca examinadora:

Prof.^a Dr.^a Ana Karine Pereira (Orientadora)

Prof.^a Dr.^a Camila Romero Lameirão (membro externo)

Prof.^o Dr.^o José Luiz de Andrade Franco (membro interno)

Brasília,
2025

Agradecimentos

À quantas mãos se constroi um sonho?

As linhas abaixo expressam em sua singela contribuição, o desejo e ânsia de transformar em concreto aquilo que um dia foi devaneio. É o verbo por meio do qual encontrei a voz que tantas vezes foi silenciada. E por isso, marcam não só a conclusão de um ciclo, mas o preâmbulo das pequenas utopias que carrego comigo e o desvendar de um futuro que um dia pareceu distante nas longas madrugadas que passei em claro.

Se hoje me vejo no findar deste ciclo, é porque cada madrugada foi sucedida pelo amanhecer proporcionado por aqueles que me guiam, sustentam e inspiram.

À minha avó que desde o início lutou por mim. À minha família, que nunca mediu esforços para me apoiar. Ao Bruno, por lapidar as arestas de um profissional ainda em formação. Ao Guilherme, por me permitir voar. Aos meus amigos, todos! Mas em especial à Vanessa, Linky e Gandara, por me sustentarem quando minhas pernas já não tinham forças.

E sobretudo, à minha orientadora. Por acreditar no meu potencial. Por exigir e demandar excelência. Por demonstrar - *através do exemplo* -, o que é ética, profissionalismo, responsabilidade, compromisso e verdadeiro *ethos* daqueles que se comprometem com o serviço público.

Sem vocês, este projeto seria apenas um sonho.

Resumo

Esta dissertação investiga a evolução das capacidades administrativas do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) entre 2008 e 2022, examinando os impactos das diferentes gestões federais sobre a estruturação institucional do órgão. Fundamentado na literatura sobre capacidade estatal, o estudo adota um modelo analítico que contempla três dimensões: qualidade da burocracia técnico-operacional, qualidade da alta burocracia e evolução orçamentária. O objetivo central é compreender como diferentes governos influenciaram a institucionalização do ICMBio, determinando sua capacidade de atuação na gestão das Unidades de Conservação no Brasil. A pesquisa emprega uma abordagem descritiva-associativa, combinando métodos quantitativos e qualitativos, que incluem análise documental, estatística descritiva e prosopografia a fim de examinar a evolução das capacidades administrativas do órgão, ao longo dos governos Lula II (2007-2010), Dilma I (2011-2014), Dilma II/Temer (2015-2018) e Bolsonaro (2019-2022). As fontes de dados incluem o Painel Estatístico de Pessoal (PEP), o Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP), a base de dados sobre alta burocracia federal do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e documentos formais do ICMBio, como relatórios de gestão e Regimentos Internos. Os resultados indicam que o governo Lula II foi caracterizado pelo fortalecimento das capacidades administrativas, através da expansão orçamentária e consolidação de uma burocracia qualificada em ambos os níveis. O Governo Dilma I aponta para o enfraquecimento parcial das capacidades administrativas, impulsionado pela deterioração da burocracia técnico-operacional e por ajustes orçamentários. No período correspondente aos governos Dilma II e Temer, houve um enfraquecimento progressivo das capacidades administrativas, marcado pela manutenção de uma burocracia técnico-operacional de baixa qualidade e aprofundamento das restrições financeiras. Já o governo Bolsonaro corresponde à fase de desconstrução das capacidades administrativas, através do desfinanciamento da autarquia e militarização da gestão. Os achados desta pesquisa demonstram oscilações e instabilidades na capacidade administrativa do ICMBio, como refletiram diferentes orientações políticas ao longo dos governos analisados. A dissertação contribui para o debate sobre a construção de capacidades estatais do subsistema ambiental brasileiro e apresenta uma fronteira de pesquisa ainda pouco explorada: a análise de mesmo nível do órgão federal ambiental mais recente do país.

Palavras-chave: ICMBio; Capacidade Administrativa; Burocracia; Políticas Ambientais; Administração pública.

Abstract

This dissertation investigates the evolution of the administrative capacities of the Chico Mendes Institute for Biodiversity Conservation (ICMBio) between 2008 and 2022, examining the impact of different federal administrations on the institutional structuring of the agency. Grounded in the literature on state capacity, the study adopts an analytical model based on three dimensions: the quality of the technical-operational bureaucracy, the quality of the high-level bureaucracy, and budgetary evolution. The central objective is to understand how different governments influenced ICMBio's institutionalization, shaping its capacity to manage Brazil's Conservation Units. The research employs a descriptive-associative approach, combining quantitative and qualitative methods, including document analysis, descriptive statistics, and prosopography, to examine the evolution of the agency's administrative capacities across the Lula II (2007-2010), Dilma I (2011-2014), Dilma II/Temer (2015-2018), and Bolsonaro (2019-2022) administrations. Data sources include the Personnel Statistical Panel (PEP), the Integrated Planning and Budget System (SIOP), the database on high-level federal bureaucracy from the Institute for Applied Economic Research (IPEA), and formal ICMBio documents such as management reports and internal regulations. The findings indicate that the Lula II administration was characterized by the strengthening of administrative capacities, achieved through budget expansion and the consolidation of a qualified bureaucracy at both levels, advancing the institutionalization of ICMBio. The Dilma I administration reflects a partial weakening of administrative capacities, driven by the deterioration of the technical-operational bureaucracy and budgetary adjustments, which compromised the agency's institutional stability. During the Dilma II and Temer administrations, a progressive weakening of administrative capacities was observed, marked by the persistence of a low-quality technical-operational bureaucracy and financial constraints. The Bolsonaro administration represents the deconstruction phase of ICMBio's administrative capacities, characterized by defunding the agency and militarization of its management. The findings of this research demonstrate fluctuations and instabilities in ICMBio's administrative capacity, reflecting different political orientations throughout the analyzed governments. This dissertation contributes to the debate on the development of state capacities within Brazil's environmental subsystem and introduces a relatively unexplored research frontier: the meso-level analysis of the country's most recent federal environmental agency.

Keywords: ICMBio. State capacity. Bureaucracy. Environmental policies. Public administration

Lista de Ilustrações

Figura 1 - Antecedentes à criação do ICMBio	26
Figura 2 - Dimensões para o Fortalecimento das Capacidades Administrativas	39
Figura 3 - Dimensões da Qualidade da Burocracia Técnico - Operacional	45
Figura 4 - Dimensões da Qualidade da Alta Burocracia	49

Lista de Quadros

Quadro 1 - Categorias e Objetivos de Unidades de Conservação no Brasil	23
Quadro 2 - Políticas Finalísticas do ICMBio e Seus Principais Instrumentos	32
Quadro 3 - Diretorias Seleccionadas por Governo	59
Quadro 4 - Síntese Metodológica para o Objetivo Específico 1	60
Quadro 5 - Síntese Metodológica para o Objetivo Específico 2	62
Quadro 6 - Documentos Formais para Análise de Competências	62
Quadro 7 - Competências Formais das Diretorias do ICMBio e suas Unidades Administrativas ao longo do Governo Lula 2	64
Quadro 8 - Perfil da Alta Burocracia do ICMBIO no Gov. Lula 2 (2008-2010)	66
Quadro 9 - Competências Formais das Diretorias do ICMBio e suas Unidades Administrativas ao longo do Governo Dilma 1	75
Quadro 10 - Perfil da Alta Burocracia do ICMBIO Gov. Dilma 1 (2011-2014)	78
Quadro 11 - Competências Formais das Diretorias do ICMBio e suas Unidades Administrativas ao longo do Governo Dilma 2 e Temer	88
Quadro 12 - Perfil da Alta Burocracia do ICMBIO Gov. Dilma 2 (2015-2016)	92
Quadro 13 - Perfil da Alta Burocracia do ICMBio Gov. Temer (2016-2018)	95
Quadro 14 - Perfil da Alta Burocracia do ICMBio no Gov. Bolsonaro (2019-2022)	109

Lista de Gráficos

Gráfico 1 - Situação de Vínculo ICMBIO (2008-2010)	69
Gráfico 2 - Composição de Carreiras ICMBio (2008-2010)	69
Gráfico 3 - Nível de Escolaridade ICMBio (2008-2010)	70
Gráfico 4 - Proporção de Gastos Totais ICMBio (2008-2010)	71
Gráfico 5 - Evolução dos Gastos Totais por Eixo - ICMBIO (2008-2010)	71
Gráfico 6 - Situação de Vínculo ICMBIO (2011-2014)	79
Gráfico 7 - Composição de Carreiras ICMBio (2011-2014)	79
Gráfico 8 - Nível de Escolaridade ICMBio (2011-2014).	81
Gráfico 9 - Proporção Gastos Totais por Eixo ICMBIO (2011-2014)	82
Gráfico 10 - Evolução dos Gastos Totais por Eixo - ICMBIO (2011-2014)	83
Gráfico 11 - Situação de Vínculo ICMBIO (2015-2018)	96
Gráfico 12 - Composição de Carreiras - ICMBIO (2015-2018)	97
Gráfico 13 - Nível de Escolaridade - ICMBIO (2015-2018)	99
Gráfico 14 - Proporção Gastos Totais por Eixo ICMBIO (2015-2018)	100
Gráfico 15 - Evolução dos Gastos Totais por Eixo - ICMBIO (2015-2018)	101

Lista de Siglas e Abreviaturas

ANA - Agência Nacional de Águas

ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica

APA - Área de Proteção Ambiental

ARIE - Área de Relevante Interesse Ecológico

ARPA - Programa Áreas Protegidas da Amazônia

ASIBAMA - Associação Nacional dos Servidores do Ibama

CBM/DF - Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal

CDB - Convenção sobre Diversidade Biológica

CGCAP - Coordenação Geral de Criação, Planejamento e Avaliação de Unidades de Conservação

CGCON - Coordenação Geral de Estratégias para Conservação

CGESP - Coordenação Geral de Manejo para Conservação

CGEUP - Coordenação Geral de Uso Público e Negócios

CGIMP - Coordenação Geral de Avaliação de Impactos Ambientais

CGPEQ - Coordenação Geral de Pesquisa e Monitoramento da Biodiversidade

CGPRO - Coordenação Geral de Proteção

CGPT - Coordenação Geral de Populações Tradicionais

CGSAM - Coordenação Geral de Gestão Socioambiental

CGTER - Coordenação Geral de Consolidação Territorial

COCAM - Coordenação de Compensação Ambiental

COTAB - Coordenação de Assessoramento Técnico e Administrativo

COTAM - Coordenação de Assessoramento Técnico e Administrativo

COTAT - Coordenação de Assessoramento Técnico e Administrativo

DAPROC - Divisão de Apoio Administrativo a Projetos e Centros

DAPROC - Divisão de Apoio Administrativo a Projetos e Centros

DAPROC - Divisão de Apoio Administrativo a Projetos e Centros

DAS - Direção e Assessoramento Superior

DIBIO - Diretoria de Conservação da Biodiversidade

DIBIO - Diretoria de Conservação da Biodiversidade

DIMAN - Diretoria de Criação e Manejo de Unidades de Conservação

DIMAN - Diretoria de Criação e Manejo de Unidades de Conservação

DIPLAN - Diretoria de Planejamento, Administração e Logística

DIREC - Diretoria de Ecossistemas do Ibama

DIREP - Diretoria de Unidades de Conservação de Proteção Integral

DISAT - Diretoria de Ações Socioambientais e Consolidação Territorial em Unidades de Conservação

DIUSP - Diretoria de Unidades de Conservação de Uso Sustentável e Populações

EE - Estação Ecológica

FASE - Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional

Flona - Floresta Nacional

FORMAD - Fórum Mato Grossense de Desenvolvimento e Meio Ambiente

FUNAI - Fundação Nacional dos Povos Indígenas

GERA/UFMT - Centro de Estudos e Pesquisas da Amazônia, Cerrado e Pantanal

IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

IBUC - Instituto Brasileiro de Unidades de Conservação

ICMBIO - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

ISA - Instituto Socioambiental

IUCN - União Internacional para Conservação

MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

MMA - Ministério do Meio Ambiente

ONG - Organização Não Governamental

PAC - Programa de Aceleração do Crescimento

PAOF - Plano Anual de Outorga Florestal

PARNA - Parque Nacional

PEP - Painel Estatístico de Pessoal

PM/SP - Polícia Militar do Estado de São Paulo

PNAP - Plano Nacional de Áreas Protegidas

PNB - Política Nacional de Biodiversidade

PNPCT - Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais

PPCDAM - Plano de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal

Pronabio - Programa Nacional de Conservação da Biodiversidade Brasileira

PT - Partidos dos trabalhadores

RDS - Reserva de Desenvolvimento Sustentável

REBIO Reserva Biológica

RESEX - Reserva Extrativista

RPPN - Reserva Particular do Patrimônio Natural

SFB - Serviço Florestal Brasileiro

SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal

SIOP - Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento

SIORG - Sistema de Organização e Inovação Institucional do Governo Federal

SIPEC - Sistema de Pessoal Civil da Administração Pública Federal

SISG - Sistema de Serviços Gerais

SISNAMA - Sistema Nacional do Meio Ambiente

SISP - Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação

SNUC - Sistema Nacional de Unidades de Conservação

TCU - Tribunal Contas da União

TIs - Terras Indígenas

UCs - Unidades de Conservação

UCs - Unidades de Conservação

WWF - World Wide Fund for Nature

Sumário

1. Introdução.....	15
1.1. Enquadramento Teórico.....	16
1.2. Perguntas Pesquisa.....	18
1.3. Objetivos.....	19
1.3.1. Objetivos Específicos.....	19
1.4. Contribuição do Trabalho.....	20
CAPÍTULO 2 - Preâmbulos da Política Ambiental Brasileira: Da Instituição do SNUC à Criação do ICMBio.....	22
2.1. Áreas Protegidas no Brasil: As Competências do ICMBio à Luz do SNUC.....	29
2.2. As Competências Formais do ICMBio: As Políticas Finalísticas do Órgão e seus Principais Instrumentos.....	30
CAPÍTULO 3 - Referencial Teórico: Capacidades Estatais e Capacidades Administrativas como Framework de Análise.....	37
3.1. Decompor para Agregar: Dimensões da Capacidade Administrativa e o Estado NeoWeberiano.....	40
3.1.1 Características da Burocracia Técnico-Operacional: Profissionalização e Autonomia Política, como Vetores Imprescindíveis para Políticas Ambientais.....	41
3.1.2. Uma Diferenciação Necessária: O Papel Político da Alta Burocracia Ambiental e seu papel na Formulação Efetiva de Políticas Ambientais.....	46
3.1.3. Investimento Público e Qualidade das Políticas para Unidades de Conservação..	50
3.2. Importância das Capacidades Administrativas Para as Políticas de Unidades de Conservação.....	54
CAPÍTULO 4 - Procedimentos Metodológicos.....	57
4.1. Estratégias Metodológicas a Partir dos Objetivos.....	57
CAPÍTULO 5 - Resultados.....	63
5.1. Governo Lula 2 (2008-2010).....	63
5.1.1. As Competências Formais das Diretorias do ICMBio Durante o Governo Lula 2.....	63
5.1.2. Mapeamento e Análise de Perfil da Alta Burocracia.....	65
5.1.3. Panorama Geral da Burocracia do ICMBio.....	68
5.1.4. Análise Orçamentária.....	70
5.1.5. Breve Contexto da Política Ambiental no Governo Lula II e Intersecções com os Resultados Encontrados.....	71
5.2. Governo Dilma 1 (2011 - 2014).....	74
5.2.1. Alterações nas Competências Formais das Diretorias do ICMBio Durante o Governo Dilma 1.....	74
5.2.2 Mapeamento e Análise da Alta Burocracia.....	76
5.2.3 Panorama Geral da Burocracia.....	78
5.2.4 Análise Orçamentária.....	81
5.2.5. Breve Contexto da Política Ambiental no Governo Dilma I e Intersecções com	

os Resultados Encontrados.....	83
5.3. Governos Dilma 2 e Temer (2014-2018).....	88
5.3.1. Alterações nas Competências Formais das Diretorias do ICMBio Durante o Governo Dilma 2 e Temer.....	88
5.3.2. Mapeamento e Análise da Alta Burocracia (2015-2018).....	91
5.3.3. Panorama Geral da Burocracia (2015-2018).....	96
5.3.4. Análise Orçamentária.....	100
5.3.5. Breve Contexto da Política Ambiental nos Governos Dilma 2 e Temer e Intersecções com os Resultados Encontrados.....	102
5.4. Governo Bolsonaro (2019-2022).....	107
5.4.1. Alterações nas Competências Formais das Diretorias do ICMBio durante o Governo Bolsonaro.....	107
5.4.2. Mapeamento e Análise de Perfil da Alta Burocracia.....	112
5.4.3. Panorama Geral da Burocracia do ICMBIO.....	116
5.4.4. Análise Orçamentária.....	120
5.4.5. Breve contexto da Política Ambiental no Governo Bolsonaro e intersecções com os resultados encontrados.....	121
Considerações Finais.....	127
Referências Bibliográficas.....	131
ANEXOS.....	147
ANEXO I - Procedimento de Coleta de dados para Análise Orçamentária - ICMBIO (2008 - 2022).....	147
ANEXO II - ORÇAMENTO EXECUTADO EM ADMINISTRAÇÃO - ICMBio (SIOP)..	149
ANEXO III - ORÇAMENTO EXECUTADO EM POLÍTICA FINALÍSTICA - ICMBio (2008-2022).....	162
ANEXO IV - ENTREVISTAS EXPLORATÓRIAS.....	185

1. Introdução

Os debates sobre os limites do crescimento e da sustentabilidade ambiental inserem-se no cerne das discussões contemporâneas sobre o desenvolvimento econômico (Oliveira, 2012). Em uma realidade em que os impactos ambientais oriundos da exploração dos recursos naturais se tornam cada vez mais evidentes, por meio do aprofundamento da crise climática global, formulações teóricas e empíricas buscam conciliar a proteção da biodiversidade com a manutenção da qualidade de vida humana e a subsistência dos ecossistemas. Entretanto, a experiência histórica demonstra que, até o momento, os modelos econômicos tentam, mas falham em atrelar efetivamente o crescimento econômico sustentado, através do desenvolvimento e proteção social, bem como a conservação ambiental em uma estrutura verdadeiramente equilibrada (Jacobs, 2012).

Nesse contexto, a delimitação de territórios protegidos surge como uma estratégia concreta para restringir a ação antropogênica sobre ecossistemas estratégicos e, assim, mitigar a degradação ambiental. No Brasil, a institucionalização das Unidades de Conservação (UCs) como ferramenta de ordenamento territorial e conservação remonta à criação dos primeiros parques nacionais na década de 1930: Itatiaia, Iguaçu e Serra dos Órgãos (Ferreira, 2012). Naquela época, esses espaços estavam sob a tutela do Serviço Florestal Brasileiro (SFBr), fundado em 1921 e focado na preservação das florestas e na proteção dos recursos hídricos. Ainda que discretos, esses esforços marcaram o primeiro movimento estatal para conter a ocupação desordenada e a exploração intensiva de ecossistemas de alto valor ecológico. Entretanto, o conceito moderno de Unidades de Conservação só seria formalmente consolidado décadas depois, com a Lei nº 9.985/2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), estabelecendo uma base normativa para sua criação e gestão (De Oliveira, 2020).

Posteriormente, a criação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), em 2007, por meio da Lei nº 11.516, representou um marco no avanço da governança ambiental no Brasil. A nova autarquia federal surgiu a partir do desmembramento do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), com a missão de fortalecer a gestão das UCs federais, garantindo proteção territorial, manejo da biodiversidade, fiscalização e promoção do uso sustentável dos recursos naturais (Ferreira, 2012). Como instituição central do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA), o ICMBio assumiu uma posição estratégica na política ambiental

brasileira, sendo responsável, atualmente pela administração direta de 335 Unidades de Conservação, que somam mais de 172 milhões de hectares, correspondendo a cerca de 10% do território nacional e 25% da zona costeira marinha (Silva et al., 2020).

A magnitude territorial sob a tutela do ICMBio reflete não apenas a complexidade de sua atuação, mas também os desafios administrativos e operacionais que a autarquia enfrenta. Além de seu papel na gestão dessas áreas, o instituto tem a incumbência de integrar políticas de ordenamento fundiário, monitoramento ambiental e participação social, como forma de integrar a proteção ecossistêmica à realidade socioeconômica das populações locais (Costa, 2019). Ainda que o ICMBio tenha sido criado com o objetivo de reforçar a capacidade estatal na gestão das UCs, como parte do esforço nacional para o aprimoramento da governança ambiental, sua trajetória, no entanto, perpassa por tensões entre diferentes modelos de desenvolvimento, ora promovendo avanços na proteção da biodiversidade, ora enfrentando desafios derivados da falta de recursos e da pressão por flexibilização das normas ambientais (Silva et. al., 2021).

Entretanto, ainda são escassas as análises de nível meso, que busquem compreender o processo de consolidação do órgão desde sua fundação. Com o objetivo de preencher essa lacuna, o presente trabalho busca explorar a construção das capacidades administrativas do ICMBIO ao longo do período que corresponde aos primeiros 15 anos de sua existência (2008-2022), por meio de uma abordagem descritiva capaz de identificar alterações na capacidade administrativa do órgão nos diferentes governos, observando a evolução longitudinal da qualidade de sua burocracia técnico-operacional, alta burocracia e de seu orçamento. Ao longo do trabalho, será analisado, portanto, como diferentes gestões governamentais - Lula 2 (2007-2010), Dilma I (2011-2014), Dilma 2/Temer (2015-2018) e Bolsonaro (2019-2022) - influenciaram a trajetória administrativa do ICMBio. A dissertação pretende contribuir para o debate sobre a construção de capacidades estatais na política ambiental brasileira, bem como maior compreensão sobre o processo de desenvolvimento administrativo do ICMBio.

1.1. Enquadramento Teórico

A criação de novas instituições com o intuito de promover a qualificação técnica do aparato estatal, a fim de aferir maior qualidade no processo de formulação e implementação de políticas ambientais é um fenômeno latente ao longo das últimas décadas, em diferentes nações e contextos socioambientais. No Brasil, a criação do ICMBio se destaca como um

exemplo claro deste modelo de gestão, ao passo em que seu desmembramento das estruturas administrativas do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), em 2007, teve como objetivo central a criação de condições institucionais para o desenvolvimento de estratégias e mecanismos específicos para o alcance dos objetivos promulgados pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Snuc) (Ferreira, 2012), através da especialização administrativa.

Algumas experiências empíricas apontam que a especialização de órgãos ambientais pode, de fato, influenciar todo o ciclo de políticas públicas de forma positiva. Ao passo em que estes corpos administrativos podem qualificar a definição da agenda, através de enquadramentos focalizados em relação a como problemas são percebidos e solucionados (Head, 2022). Outro fator identificado é a ampliação da capacidade de formulação de políticas, devido à expertise e experiência técnico/institucional de seus agentes em determinados temas e assuntos (Mullin, 2008), além da maior capacidade de monitoramento e avaliação de resultados. Isso ocorre porque a especialização pode fornecer maior clareza na relação entre mecanismos e instrumentos mobilizados e resultados atingidos (Hockings, 2000). Além disso, instituições especializadas para gerir áreas protegidas têm sido apontadas como precursoras do processo de participação social e engajamento de diferentes grupos de interesse (Huber, 2023).

Embora o processo de especialização institucional possa ser compreendido como um processo de qualificação das estruturas administrativas, com vistas ao aprimoramento das políticas correlatas às Unidades de Conservação, por si, este é insuficiente, entretanto, para a garantia de formulação e implementação de políticas efetivas. Fatores relacionados à capacidade administrativa, tais como disponibilidade financeira (Lessmann, 2024), qualidade da burocracia (Eklund; Cabeza, 2017), a capacidade decisória e o interesse político (Bravo, 2024), têm sido apontados como imprescindíveis para o aprimoramento das estratégias postuladas e o alcance dos objetivos de conservação.

Desse modo, o presente trabalho tem o olhar voltado à construção das capacidades administrativas do ICMBio, compreendendo as estruturas, recursos e procedimentos operacionais que permitem ao Estado implementar políticas e serviços públicos (Gomide et. al., 2018). Especificamente, nos atemos aos recursos mobilizados pelo Estado para a consolidação do órgão, são eles: recursos humanos e recursos financeiros.

Observa-se, para tanto, a evolução da qualidade de sua burocracia técnico-operacional, dado que a construção de estratégias efetivas perpassa não apenas a existência de uma estrutura organizacional especializada, mas também a disponibilidade de

servidores capacitados e da contínua qualificação de suas competências e habilidades, para que estes possam formular e implementar políticas públicas que atendam às necessidades específicas de conservação e manejo sustentável dos recursos naturais (Eklund, 2017; Macura et.al, 2013). Bem como a qualidade da alta burocracia do órgão e sua evolução ao longo do tempo. Ao passo que estes atores desempenham papel fundamental no estabelecimento de prioridades, alocação de recursos e seleção das estratégias de conservação adotadas, exercendo influência ao longo do processo decisório. Ademais, voltamos nosso olhar para a evolução do orçamento do órgão, tendo em vista que esta é essencial para a garantia da continuidade e eficácia das ações implementadas, permitindo que o ICMBio não apenas mantenha suas operações, mas também amplie sua atuação em áreas críticas de preservação (Bonham, et. al., 2014; Dlamini, 2013).

1.2. Perguntas Pesquisa

A materialidade da ação pública é dimensionada aqui, portanto, não a partir dos resultados das políticas sob a tutela do ICMBio, mas da postulação de um ambiente institucional, no qual a tomada de decisões seja um elemento factível e não ideacional. A despeito de qualificar a entrega das políticas finalísticas do órgão, argumenta-se, a partir desta abordagem, que ampliar a qualidade da gestão e criação de unidades de conservação não pode ser atribuído tão somente à criação do órgão em si. Mas sim a partir da contínua alocação de atores qualificados na linha de frente dos processos decisórios, da inserção de um quadro burocrático técnico qualificado e do incremento orçamentário para que seja possível lidar com o holístico, diverso e complexo processo de ordenamento das áreas protegidas sob a tutela do órgão.

De modo que a pergunta central que se coloca aqui é: ***Como as capacidades administrativas foram construídas ao longo do tempo, com vistas ao fortalecimento do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade entre 2008 a 2022?***

A esta pergunta central, duas perguntas secundárias são constitutivas da abordagem adotada por esta dissertação: 1. *Como se deu a evolução da qualidade da burocracia nos diferentes governos (entre 2008 a 2022), a partir dos critérios de autonomia e profissionalização?* 2. *Como se deu a evolução do orçamento nos diferentes governos (entre 2008 a 2022), a partir das dimensões de gastos em administração e gastos em política finalística?*

1.3. Objetivos

A partir das perguntas norteadoras postas acima, este trabalho busca retratar de forma holística o processo de desenvolvimento administrativo do ICMBio após sua fundação. De modo que tenhamos uma radiografia capaz de identificar as condições sob as quais as políticas do órgão foram formuladas, em resposta aos propósitos para os quais este fora criado.

O objetivo central é mapear a evolução das capacidades administrativas do ICMBio no período que abrange os primeiros 15 anos de existência da autarquia (2008-2022). Para tanto, consideram-se duas dimensões de capacidades administrativas: a qualidade da burocracia (técnico-operacional e alta burocracia) e capacidade orçamentária, em consonância com as definições de capacidades administrativas apresentadas por Gomide et. al. (2018).

Os autores enfatizam que as capacidades administrativas se referem à habilidade do Estado em alocar e gerir os recursos físicos, humanos, informacionais e tecnológicos à sua disposição (Gomide et. al., 2017). Para tanto, três dimensões de manifestações observáveis são destacadas por eles: a) Qualidade e disponibilidade de recursos humanos, financeiro e tecnológicos; b) Mecanismos de coordenação intergovernamental e; c) Disponibilidade de sistemas de monitoramento de atividades. A atenção deste trabalho se atém à primeira destas dimensões

1.3.1. Objetivos Específicos

O trabalho está estruturado a partir de três recortes: o primeiro diz respeito à análise por governo, com o objetivo de inferir como as diferentes administrações federais promoveram (ou não) o desenvolvimento institucional do órgão a partir dos critérios elencados. O segundo diz respeito à análise da burocracia, que visa identificar a qualidade dos atores inseridos na autarquia, dividindo-se em dois extratos: qualidade da burocracia técnico-operacional e qualidade da alta burocracia. O terceiro se debruça a analisar a evolução da aplicação orçamentária, a partir dos gastos empenhados em administração e gastos em política finalística. Conforme expresso abaixo:

Objetivo Específico 1: Mapear e Avaliar a qualidade da burocracia, a partir dos critérios de autonomia política e profissionalização. *Pergunta Específica 1.1:* Como se deu a evolução da qualidade da burocracia técnico-operacional nos diferentes governos (entre 2008 a 2022), a

partir dos critérios de autonomia e profissionalização? *Pergunta Específica 1.2. Como se deu a evolução da qualidade da alta burocracia nos diferentes governos (entre 2008 a 2022), a partir dos critérios de autonomia e profissionalização?*

Objetivo Específico 2: Avaliar a evolução orçamentária, a partir da proporção de gastos nos eixos administração e política finalística. *Pergunta Específica 2.1: Como se deu a evolução do orçamento nos diferentes governos (entre 2008 a 2022), a partir das dimensões de gastos em administração e gastos em política finalística?*

1.4. Contribuição do Trabalho

A observação da literatura produzida até o momento mostra quatro focos principais de análise: 1. Aquelas que buscam compreender políticas específicas implementadas pelo ICMBio (Tozato et. al. 2020; Ferla, 2022); 2. Estudos que visam demonstrar o desenvolvimento histórico das políticas ambientais no país e sua trajetória antes e depois da criação do órgão, assim como as diferenças entre o ICMBIO e o Ibama (Loureiro, 2013; Ferreira, 2012; Moura, 2016); 3. Estudos de avaliação, com o objetivo de determinar a efetividade dos instrumentos dispostos da autarquia e a preservação ecológica (Souza, 2019; De Mello, 2013; Boos et. al. 2015) e 4; A mais prolífica dentre todas, as pesquisas com enfoque em grupos ou UCs específicas, abordando fenômenos internos distintos: participação social (Prado et. al., 2020; Mendonça, 2014), modos de gestão (Soares et. al., 2022; Honorato, 2022), pressões ecológicas e antrópicas (Araripe, 2020; Cardoso et. al., 2017), e a permanência de comunidades tradicionais/indígenas em UCs (Benatti, 2009; Creado, 2008).

Entretanto, após quase vinte anos desde sua criação, ainda há muito a ser desvelado a respeito do órgão, sobretudo no que diz respeito a meso abordagens, que se debruçam a analisar o desenvolvimento institucional do ICMBio como um todo e não apenas unidades administrativas específicas sob sua tutela.

A partir da abordagem selecionada, esta pesquisa traz contribuições em três frentes: a primeira diz respeito à própria seleção do caso (**o ICMBio**), dado que a literatura acerca das políticas ambientais brasileiras têm dado mais atenção á análises macro e, quando se voltam para o nível meso de análise, estas têm como enfoque majoritariamente o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama). A segunda diz respeito ao extenso e multidimensional processo de coleta e codificação dos dados, o que permitirá que pesquisas futuras usufruam das bases codificadas aqui, para abordagens que busquem

investigar relações causais das mais diversas naturezas. A terceira refere-se à abordagem selecionada, o que permitirá compreender a variação na qualidade administrativa do órgão, a partir dos elementos evocados e em última medida, a atenção dada pelos diferentes governos, na construção de um órgão, capaz de cumprir os objetivos institucionais do qual foi incumbido.

CAPÍTULO 2 - Preâmbulos da Política Ambiental Brasileira: Da Instituição do SNUC à Criação do ICMBio.

O caminho percorrido pela institucionalidade brasileira até a criação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), em 2007, é longo e marcado por diversos avanços e retrocessos. Os sete anos que antecedem sua fundação marcam a singularidade de um período histórico, no qual a formulação e ordenamento deste subcampo da política ambiental ocorreram de forma intensa e profunda (figura 1). Seja na construção dos marcos legais e normativos que fundamentam a gestão das Unidades de Conservação, no desenvolvimento epistêmico das UCs e suas distintas modalidades, bem como nas diferentes estratégias e ferramentas utilizadas para alcançar os objetivos postulados. Ou mesmo, no conjunto de instituições incumbidas da tarefa de implementá-las.

Segundo Ferreira (2012), a criação de uma instituição federal com fins de gestão das áreas de proteção ambiental no país, data, ao menos, ao ano de 2002, quando ao longo da Rio+10, o então presidente Fernando Henrique Cardoso teria autorizado o estudo da proposta de criação do Instituto Brasileiro de Unidades de Conservação (IBUC), pelo cientista ambiental Paulo Nogueira Neto.

Já naquela altura, a justificativa para a criação de um órgão específico para tal fim seriam os ganhos em termos de eficácia na gestão das Unidades de Conservação do país. Defensores de sua criação tinham como argumento central, que a natureza generalista do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) impunha naturalmente o estabelecimento de políticas prioritárias em termos de execução orçamentária, dado as inúmeras atribuições institucionais do mesmo, gerando em alguns momentos a secundarização das políticas relacionadas à criação e gestão das Unidades de Conservação (Rylands, 2005).

O marco mais significativo deste processo pode ser identificado na instituição do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), pela lei nº 9.985, de 18/07/2000. Isso porque a mesma foi responsável pela estruturação da política de UCs no país, ao categorizar as diferentes modalidades de uso e gestão das áreas demarcadas, através da diferenciação entre *UCs de Proteção Integral* e *UCs de Uso Sustentável* (quadro 1). De modo a estabelecer critérios para demarcação da área, bem como o modelo de manejo ambiental a ser utilizado a partir de seus objetivos finalísticos.

A primeira categoria, composta pelas Estações Ecológicas (EE), Reserva Biológica (REBIO), Parque Nacional (PARNA), Monumento Natural e Refúgio da Vida Silvestre, teve como objetivo limitar ao máximo, a realização de atividades humanas no interior das áreas demarcadas. Já a segunda, composta pelas Áreas de Proteção Ambiental (APA), pelas Áreas de Relevante Interesse Ecológico (ARIE), Florestas Nacionais (Flona), Reservas Extrativistas (RESEX), Reserva de Fauna, Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) e Reserva Particular do Patrimônio Ambiental (RPPN), tem por objetivo conciliar os interesses socioeconômicos (sobretudo de comunidades tradicionais) e a preservação da biodiversidade local.

Quadro 1 - Categorias e Objetivos de Unidades de Conservação no Brasil

Unidades de Uso Sustentável		Unidades de Proteção Integral	
Proteção Parcial dos Atributos Naturais		Proteção Integral aos Atributos Ecológicos	
Área de Proteção Ambiental (APA)	Áreas geralmente grandes e públicas que, quando zoneadas, são reguladas para permitir o uso sustentável dos recursos naturais e, também, manter a qualidade ambiental.	Estação Ecológica (EE)	Representa os ecossistemas brasileiros, com limitações severas de uso. No qual são permitidas apenas atividades de pesquisa, educação ambiental e visitas monitoradas, conforme plano de manejo da área.
Área de Relevante Interesse Ecológico (Arie)	Áreas geralmente de pequena extensão, possuem características naturais extraordinárias ou abriga espécies raras, regulando o uso para conservar ecossistemas de importância regional ou local	Reserva Biológica (REBIO)	Áreas que agem como refúgios de conservação da biodiversidade nacional. Buscam a preservação integral da biota e dos atributos naturais, proibindo qualquer interferência humana direta, salvo as necessárias para recuperação e equilíbrio dos ecossistemas
Floresta Nacional (Flona)	Áreas do domínio público, criadas para atividades do desenvolvimento econômico, técnico e social, incluindo atividades de pesquisa e uso sustentável da floresta.	Parque Nacional (PARNA)	Geralmente são áreas grandes, caracterizadas por sua beleza cênica e excepcionalmente naturais. São permitidas atividades para a educação ambiental, pesquisa, turismo ecológico e recreação, desde que monitoradas, observando-se os cuidados para a não degradação ambiental.
Reserva Extrativista (Resex)	Áreas extrativistas, utilizadas pelas comunidades tradicionais como seus meios de subsistência e sobrevivência. O objetivo é assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da reserva.	Monumento Natural	Visa proteger paisagens locais raras ou de belezas cênicas grandes raras, permitindo o uso privativo desde que compatível com os objetivos de conservação

Reserva de Fauna	Uma área natural com populações de espécies de fauna terrestre e aquática residentes e migrantes. São permitidas pesquisas científicas e atividades para finalidades econômicas.	Refúgio de Vida Silvestre	Proteção dos ambientes naturais, que garantam condições para a reprodução de espécies e/ou as comunidades ecossistêmicas presentes no local ou migratórias. Podem incluir propriedades privadas, desde que respeitadas as diretrizes de conservação
Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS)	Área Natural que abriga uma população nativa, que possui uma tradição de uso sustentável dos recursos naturais. Promovem a conservação da natureza e a melhoria das condições de vida, valorizando o conhecimento local		
Reserva Particular do Patrimônio Ambiental (RPPN)	Representam áreas naturais bem conservadas e reconhecidas por lei, que são protegidas pela iniciativa dos seus proprietários. A lei permite que essas áreas sejam usadas para o turismo, a recreação, pesquisa e para a extração limitada.		

Fonte: elaboração própria, 2025.

Arelado ao Decreto de nº 4.340, de agosto de 2002, que regulamenta o SNUC, pavimentou nos anos subsequentes o caminho para o desenvolvimento das estratégias de proteção à biodiversidade no país. Possibilitando, inclusive, a instrumentalização das UCs enquanto mecanismos de contenção do desmatamento na Amazônia, especialmente durante o primeiro mandato do presidente Lula (2003-2006). Se destacam dentre as ações promovidas pelo Governo Federal neste período, o Programa Áreas Protegidas da Amazônia - (ARPA) (2003), um programa de financiamento multilateral orçado em US\$105 milhões, com o objetivo de apoiar a criação, implementação e consolidação de um total de 500 mil km² de áreas protegidas até 2013 no bioma (Soares-Filho, 2008). O Plano BR-163 sustentável, com objetivo de neutralizar os impactos das ações antrópicas nas adjacências da rodovia, a partir (dentre outras ações) do estabelecimento de um mosaico de UCs em seus arredores (Pereira et. al. 2023).

E o Plano de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAM), de 2004, estabeleceu como um de seus três eixos centrais a criação de Unidades de Conservação como estratégia estruturante da política de ordenamento territorial na região. Ao utilizar as UCs como barreiras de contenção às atividades ilegais em áreas de intensa pressão antrópica. Em conjunto com as políticas de comando e controle, o plano despontou

como a mais bem sucedida ação de enfrentamento ao desmatamento da história na região (Maia et. al.,2011). Juntos, tais planos foram responsáveis pela estruturação de políticas diversas, que incluíam desde o aprimoramento do processo de licenciamento ambiental, passando por ações de prevenção e controle de queimadas, criação de mosaicos de UCs em áreas de extrema pressão antropogênica e ampliação de linhas de financiamento para atividades econômicas sustentáveis.

Simultaneamente, o período revela profundos avanços no estabelecimento do marco regulatório e programático sob o qual se estruturam as políticas de conservação da biodiversidade e gestão das áreas protegidas. Destacam-se o desenvolvimento da Política Nacional de Biodiversidade (PNB), de 2002, o Programa Nacional de Conservação Sustentável da Biodiversidade Brasileira (Pronabio), também de 2002, o Plano Nacional de Áreas Protegidas (PNAP), de 2006 e a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT), de 2007. Tais iniciativas refletem o esforço nacional do período em estruturar uma governança ambiental mais robusta e inclusiva, com base nos princípios estabelecidos pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC).

A Política Nacional de Biodiversidade emergiu como resposta à necessidade de alinhar as metas brasileiras à Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB), trazendo diretrizes voltadas à proteção dos recursos naturais e à valorização dos saberes tradicionais. Segundo Santilli (2004), o reconhecimento dos direitos das comunidades locais e dos povos indígenas foi uma inovação que contribuiu para a democratização das políticas ambientais como um todo, conectando elementos culturais à proteção da biodiversidade. Em paralelo, o Programa Nacional de Conservação da Biodiversidade Brasileira (Pronabio) funcionou como um desdobramento operacional da PNB, ao apresentar mecanismos e instrumentos para o levantamento e monitoramento da riqueza biológica brasileira (Medeiros, 2006).

Por sua vez, o PNAP, formulado em 2006, simbolizou o amadurecimento do planejamento ambiental no país. Ao propor a expansão das áreas protegidas, bem como o estabelecimento de áreas prioritárias de conservação. O plano contemplou a interligação entre ecossistemas e a criação de corredores ecológicos, fomentando a articulação entre distintas modalidades de áreas protegidas, assim como a integração e o papel dos diferentes entes federativos na proteção da biodiversidade brasileira (Irving & Matos, 2006).

Por outro lado, a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (2007) consolidou o marco de inclusão social, ao priorizar a proteção dos direitos territoriais e culturais das comunidades tradicionais, integrando de

forma mais consistente, os objetivos de proteção da biodiversidade e a proteção dos povos indígenas. Segundo De Miranda et. al. (2025), tais iniciativas reconheceram a interdependência entre a conservação da biodiversidade e as práticas sustentáveis dessas comunidades, especialmente em regiões de alta relevância ecológica, como o Pantanal e a Amazônia (Chiaravalloti, 2019).

O impacto dessas políticas não pode ser dissociado da estruturação do SNUC, que operou como alicerce para integração e harmonização dos objetivos nacionais e internacionais de conservação (Young, 2005). Sob essa perspectiva, a amplificação de áreas protegidas e o fortalecimento de mecanismos de gestão não apenas contribuíram para mitigar impactos antrópicos, mas também pavimentaram o caminho para uma governança ambiental mais eficiente e equitativa (Silva, 2008). Ainda assim, desafios como a pressão por desmatamento e a limitação de recursos financeiros permaneceram presentes (Marques et al., 2011).

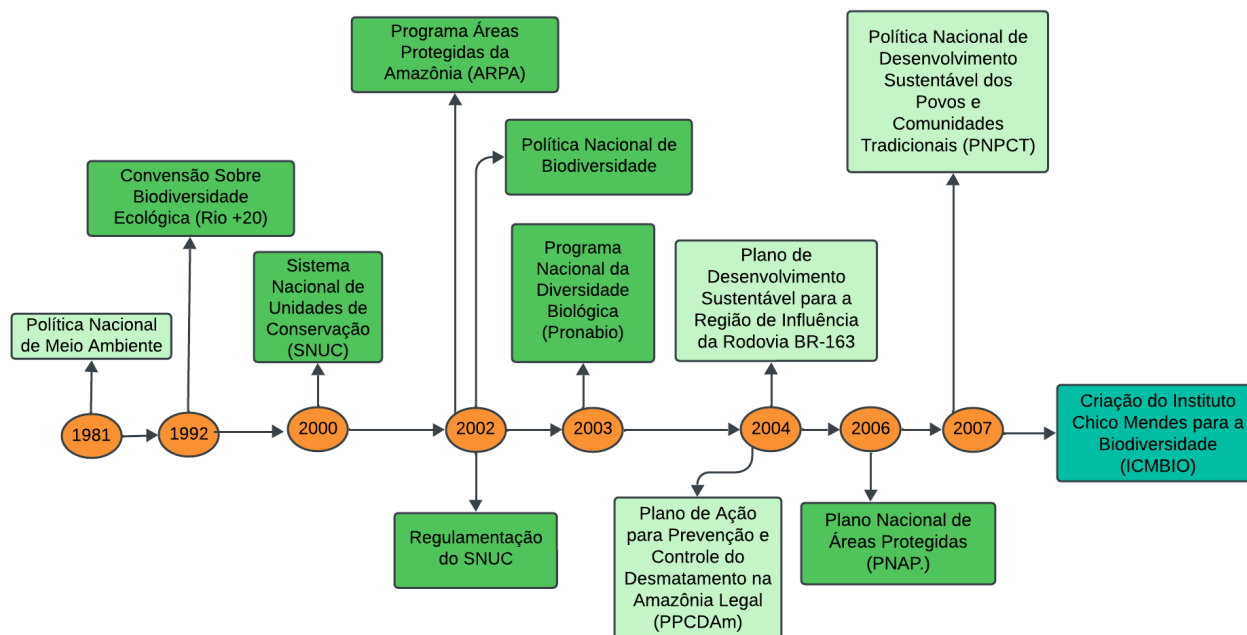
Desse modo, a criação do ICMBio pode ser compreendida como um marco no fortalecimento da gestão das Unidades de Conservação. Fruto de um momento singular da política ambiental brasileira, marcado pela ampliação e integração do marco legal e normativo das políticas voltadas para a proteção da biodiversidade no país. Cabe ressaltar aqui a centralidade de Marina Silva, enquanto Ministra do Meio Ambiente entre 2003 e 2008, dado o papel determinante que exerceu na construção de uma agenda política que reposicionou a gestão ambiental como prioridade do governo federal.

Oriunda de movimentos socioambientalistas, Marina combinou sua trajetória de militância com uma atuação política tecnicamente embasada, consolidando-se como uma figura central para a reestruturação das políticas públicas ambientais brasileiras. De acordo com (Oliveira, 2017), sua liderança foi um exemplo da capacidade de influenciar a construção institucional não apenas pela articulação política, mas também pelo domínio técnico das questões ambientais, mobilizando recursos políticos e burocráticos para transformar ideias em ação governamental.

Nesse cenário, a sobrecarga do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), mencionada anteriormente, destacou-se como um obstáculo crônico à implementação eficaz do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), bem como os planos e programas que o seguiram, especialmente na Amazônia. À medida que o órgão acumulava múltiplas atribuições, que iam desde o exercício de polícia ambiental federal, à emissão de certificados de licenciamento ambiental, monitoramento, controle e

fiscalização ambiental, até a gestão direta de Unidades de Conservação, o que frequentemente resultava em limitações operacionais e administrativas (Junior e Olivato, 2007).

Figura 1 - Antecedentes à criação do ICMBio



Fonte: elaborado pelo autor, 2025.

Segundo Bolzan (2023), Marina Silva identificou nessa situação uma oportunidade para propor uma inovação institucional que buscasse maior eficiência e especialização das políticas de UCs. E aponta que o poder de agenda da Ministra foi crucial para colocar a criação do ICMBio como uma solução política viável, articulando diversos atores e interesses para justificar a necessidade de um órgão dedicado exclusivamente à gestão das Unidades de Conservação.

Contudo, a criação da autarquia não ocorreu sem resistências. Houve uma intensa mobilização contrária à fundação do órgão por parte dos servidores ambientais, com a Asibama - Associação Nacional dos Servidores do Ibama chegou a acionar o Supremo Tribunal Federal, alegando inconstitucionalidade da Medida Provisória de nº 366, de 27 de abril de 2007, por meio do qual o órgão foi criado (convertido em lei, posteriormente) sem diálogo com a sociedade civil ou com os próprios servidores ambientais. Os mesmos argumentaram à época que, sem o devido planejamento prévio e o estabelecimento de

transferências graduais de competências e estruturas oriundas do IBAMA, a criação do órgão representaria na verdade um processo de enfraquecimento das políticas ambientais no país. Levantando dúvidas sobre sua legalidade e reforçando um clima de instabilidade em seu início de funcionamento (O ECO, 2011).

Parte dos críticos argumentaram que a separação entre IBAMA e ICMBio poderia gerar fragmentação administrativa e enfraquecimento da política ambiental federal, frente um cenário de ampliação de obras de infraestrutura financiadas pelo Governo Federal na Amazônia (Ferreira, 2012). Quintas (2008) ressalta, por exemplo, que a autonomia do novo instituto trouxe desafios adicionais relacionados à coordenação institucional e à alocação de recursos humanos e financeiros.

De acordo com o próprio Relatório de Gestão da autarquia ICMBio (ICMBio, 2008), o processo de desvinculação administrativa ocorreu de maneira gradual e envolveu diversas etapas estruturais. Um dos principais desafios enfrentados foi a necessidade de estabelecer sistemas próprios de gestão financeira, recursos humanos e logística, antes compartilhados com o IBAMA. O relatório destaca que, em seu primeiro ano de operação, o ICMBio ainda dependia, em grande medida, da infraestrutura do IBAMA, especialmente para atividades como fiscalização ambiental, gestão de licenciamento e processos administrativos. De modo que os esforços da autarquia se concentraram nos primeiros anos, na reestruturação de sua força de trabalho, através da realocação de servidores e a criação de mecanismos internos de governança, indispensáveis para a garantia de sua autonomia administrativa.

Esse processo, embora necessário, também desvelou as fragilidades operacionais iniciais, e reforçou em certa medida os argumentos dos opositores à criação do órgão (O ECO, 2007). Sobretudo a partir do Acordo de Cooperação nº 19/2007, assinado em 20 de novembro de 2007 entre o IBAMA e o ICMBio, que estabeleceu diretrizes para o compartilhamento de infraestrutura, processos administrativos e sistemas operacionais entre os dois órgãos, permitindo que o ICMBio pudesse contar, inicialmente, com o suporte técnico e logístico do IBAMA para viabilizar suas atividades sem comprometer a gestão das UCs (Ferreira, 2012). O que levou, inclusive, ao acordo de cooperação entre os dois órgãos entre 2008 e 2010. Contudo, apesar das controvérsias iniciais, o ICMBio emergiu como peça-chave na governança ambiental brasileira, consolidando a gestão das Unidades de Conservação em um órgão especializado, através do fortalecimento do arcabouço normativo e programático nos anos que o precedem.

2.1. Áreas Protegidas no Brasil: As Competências do ICMBio à Luz do SNUC.

As áreas protegidas configuram-se como territórios demarcados e legalmente instituídos com o objetivo primordial de preservar a biodiversidade, garantir o equilíbrio ecológico e assegurar a proteção de recursos naturais e culturais. Conforme Lopes e Vialôgo (2013), essas áreas materializam-se como instrumentos de política pública voltada à conservação ambiental, articulando práticas de manejo e desenvolvimento sustentável. De modo a refletir os compromissos políticos em mitigar os impactos negativos das atividades humanas sobre os ecossistemas, configurando-se como uma resposta normativa à crescente pressão antrópica sobre os recursos naturais.

No Brasil, as áreas protegidas abrangem diferentes categorias, dentre as quais se destacam as Unidades de Conservação (UCs), as Terras Indígenas (TIs) e as Terras de Quilombo. Cada qual com regulações e objetivos distintos. As UCs, regulamentadas pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), são criadas para proteger ecossistemas naturais e garantir o uso sustentável de seus recursos, enquanto as Terras Indígenas e as Terras de Quilombo são voltadas à preservação de direitos históricos e culturais das populações tradicionais, geridas respectivamente pela Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI) e pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) (Drummond et. al., 2010).

Cabe ressaltar ainda, as Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs), que assim como as demais modalidades de unidades de conservação são regidas pelo SNUC. Mas, estas por sua vez, são estabelecidas por proprietários de terras no Brasil para proteger suas propriedades florestais voluntariamente. Apesar de ser regida pelo SNUC, sua implementação se dá especialmente a partir da interlocução entre a iniciativa privada e órgãos ambientais municipais e/ou estaduais e não exclusivamente pelo ICMBio (Wiedmann, et. al., 2018). Dessa forma, o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) insurge como principal responsável pela implementação das diretrizes do SNUC, dedicando-se exclusivamente à gestão das unidades de conservação federais (Ferreira, 2012).

Como mencionado anteriormente, o mesmo delimita duas macro-categorias de manejo, uso e gestão de tais áreas: UCs de Proteção Integral e UCs Uso Sustentável. As UCs de Proteção Integral têm como objetivo principal assegurar a preservação dos ecossistemas em sua condição mais natural, limitando severamente as intervenções humanas. Essas áreas permitem apenas usos indiretos, como pesquisa científica e visitação com finalidades educacionais, de modo que sua prioridade é manter intactos os processos ecológicos

essenciais (Dias e Pereira, 2010). Em contraposição, as UCs de Uso Sustentável buscam integrar conservação ambiental e utilização controlada dos recursos naturais, permitindo atividades extrativistas e outras formas de exploração dos recursos naturais, que respeitem os limites ecológicos e desempenham papel central na integração dos objetivos de conservação da biodiversidade e manutenção dos modos de vida das populações tradicionais que vivem nestes territórios (Fonseca e Kasecker, 2010). O quadro 1 apresenta cada uma delas a partir de seus objetivos.

As postulações dessas categorias destacam a pluralidade de abordagens do SNUC, que integra conservação ambiental com a realidade socioeconômica do país, promovendo uma gestão territorial que alia preservação e sustentabilidade. Nota-se que, antes de sua promulgação, as iniciativas de proteção à biodiversidade eram marcadas pela fragmentação, com lacunas normativas e institucionais, bem como gestão desarticulada entre os entes federativos (Bacha, 2020).

De modo que seu estabelecimento trouxe clareza e padronização às políticas de conservação a partir da postulação de objetivos específicos para a gestão das UCs em consonância a critérios claros para demarcação, finalidade, uso e gestão de cada categoria. Além de promover a delimitação de competências e sinergias entre as diferentes esferas de governo, bem como ampliação da participação social na gestão ambiental, garantindo maior transparência nos processos de criação e gestão das UCs (Cavalcante, 2010). Processos esses que se aprofundam com a criação do ICMBio.

2.2. As Competências Formais do ICMBio: As Políticas Finalísticas do Órgão e seus Principais Instrumentos

Instituído pela Lei nº 11.516, de 2007, o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) desempenha, conforme o exposto, papel estratégico na governança ambiental brasileira, sendo responsável pela administração das unidades de conservação federais, pela formulação e implementação de políticas de uso sustentável e proteção integral dos recursos naturais e pelo fortalecimento da fiscalização e proteção ambiental nas UCs estabelecidas pelo SNUC.

No momento de sua criação, a autarquia se tornou responsável por gerir 312 unidades de conservação federais (Dalmolin e Figueira, 2013), cobrindo uma área de aproximadamente 816.00 km, o que correspondia à época à cerca de 12% do território nacional (Fonseca et. al.,

2010), o que evidencia a complexidade de sua missão institucional e a necessidade de aprimoramento contínuo de sua estrutura administrativa, ao passo em que o mesmo é responsável por:

I - executar ações da política nacional de unidades de conservação da natureza, referentes às atribuições das autoridades federais relativas à proposição, implantação, gestão, proteção e fiscalização das unidades de conservação instituídas pela União;

II - executar políticas relacionadas ao uso sustentável dos recursos naturais renováveis e ao apoio ao extrativismo e às populações tradicionais nas unidades de conservação de uso sustentável estabelecidas pela União;

III - incentivar e executar programas de pesquisa, proteção, preservação e conservação da biodiversidade e de educação ambiental;

IV – exercer a competência de polícia ambiental para a proteção das unidades de conservação estabelecidas pela União; e

V - promover e executar, em articulação com os demais órgãos e entidades envolvidas, programas recreativos, de uso público e de ecoturismo em unidades de conservação, onde essas atividades forem permitidas (BRASIL, Lei nº 11.516, de 28 de agosto de 2007).

A implementação de suas políticas aconteceu por meio da criação, manejo e monitoramento das unidades de conservação. Cabe ressaltar que o estabelecimento das áreas a serem preservadas pelo órgão observam critérios técnicos e científicos conduzidos especificamente pelo ICMBio, levando em consideração a relevância ecológica da área, a biodiversidade local e o impacto socioeconômico da sua proteção (Fonseca et. al., 2010). Contudo, para além do órgão, o processo de criação das UCs envolve tanto o Congresso Nacional quanto o Executivo Federal.

A iniciativa pode partir tanto por meio de estudos técnicos elaborados pelo órgão, ao identificar a necessidade de proteção de uma determinada área, quanto através de solicitação de outros entes governamentais (presidência, congresso nacional e até mesmo sociedade civil organizada). Posteriormente (após avaliação técnica do ICMBio), a proposta é submetida ao Ministério do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, que pode encaminhá-la ao Presidente da República para a criação via decreto, ou ao Congresso Nacional para deliberação por meio de lei. Esse procedimento garante a legitimidade jurídica e a segurança institucional das unidades de conservação, assegurando sua implementação e efetividade (Santos, 2009).

A atuação múltipla e descentralizada do órgão foi acompanhada por um processo contínuo de ordenamento interno de suas estruturas administrativas. Bem como detalhamento e especificação de suas competências formais. A partir dos regimentos internos aprovados

pelo órgão em 2007, 2011, 2017 e 2020, é possível verificar a postulação de um conjunto de diretrizes que orientam as ações do órgão a partir de três eixos centrais no que diz respeito às suas políticas finalísticas. São elas: Gestão e Criação de Unidades de Conservação; Consolidação Territorial e Fiscalização e; Povos e Comunidades Tradicionais (quadro 2).

Quadro 2 - Políticas Finalísticas do ICMBio e Seus Principais Instrumentos

	Eixos	Definição	Instrumentos e Políticas
Política Finalística	Eixo 2	A criação de áreas protegidas compreende a designação de regiões específicas de terras ou zonas úmidas com estatutos especiais de conservação para proteger a flora, a fauna e os habitats dos impactos antrópicos. Compostas no âmbito da gestão, por estruturas que orientam a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais garantindo a proteção da biodiversidade e dos ecossistemas. Envolvem a mobilização de abordagens abrangentes que incluam o envolvimento das partes interessadas, avaliações ecológicas e monitoramento, educação ambiental, regras de uso público, dentre outros mecanismos (Dudley, et. al.,2010).	Elaboração e Revisão de Planos de Manejo
	Criação e Gestão de Unidades de Conservação		Manejo para Conservação da Biodiversidade Elaboração e Implementação dos Planos de Ação Pesquisa e Monitoramento da Biodiversidade Implementação de Mosaicos e Corredores Ecológicos
	Eixo 3	A consolidação territorial em áreas protegidas se refere à proteção legal e integração desses locais no planejamento do uso da terra, garantindo que atendam aos objetivos de biodiversidade e cobertura florestal. Envolvem o monitoramento, fiscalização ambiental e aplicação de regulamentações para evitar atividades ilegais e exploração de recursos naturais (Gullison e Hardner, 2018).	Regularização Fundiária
	Consolidação Territorial e Fiscalização		Fiscalização Ambiental Prevenção e Controle de Incêndios Análise de Impactos para Autorização de Licenciamento Ambiental
	Eixo 4	As políticas de povos e comunidades tradicionais dizem respeito a ações que têm impacto na distribuição e subsistência destes nas UCs. Incluem da comercialização de suas atividades produtivas, assim como a sua participação na gestão das áreas demarcadas, bem como a instituição de programas de educação socioambiental, segundo uma visão estratégica e mediante articulação institucional e negociação de múltiplos atores (Plano Amazônia Sustentável, 2008)	Cadastramento de Usuários e Beneficiários de Unidades de Conservação
	Povos e Comunidades Tradicionais		Celebração de Contratos de Concessão de Direito Real de Uso Programa Bolsa Verde

Fonte: elaborado pelo autor, 2025.

As políticas de *Criação e Gestão de Unidades de Conservação* envolvem a elaboração de planos de manejo, a delimitação de corredores ecológicos, a implementação de

mosaicos de áreas protegidas, o monitoramento da biodiversidade bem como diversas outras atividades, que orientam a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais garantindo a proteção da biodiversidade e dos ecossistemas, assim como estruturam as demais ações do órgão. Destaca-se dentre estes instrumentos, os planos de manejo, o monitoramento da biodiversidade, o estabelecimento de corredores e mosaicos ecológicos, os instrumentos de exploração econômica sustentável e as atividades de educação ambiental.

O primeiro é um documento técnico que estabelece as diretrizes de gestão para cada unidade de conservação, delimitando as atividades permitidas e proibidas, os programas de conservação e recuperação a serem implementados. Elas têm como objetivo definir as regras de uso e proteção específicas a cada unidade de conservação, considerando seus aspectos bio sistêmicos e socioeconômicos, sendo essenciais para o monitoramento e a gestão integrada das áreas protegidas (Barros e Leuzinger, 2018). Ou seja, este instrumento que estabelece o conjunto de ações e diretrizes através do estabelecimento de normas de uso e ocupação territorial, para garantir o planejamento e a manutenção adequada da diversidade biológica e a sustentabilidade dos ecossistemas, envolvendo atividades como o controle de espécies invasoras e recuperação de áreas degradadas (Fonseca et. al., 2010).

O Plano de Manejo desempenha um papel central tanto na administração das unidades quanto na preservação ecológica, ao passo em que orienta as ações dos servidores responsáveis pela gestão *in loco* das UCs e garante a compatibilidade entre as estratégias de gerenciamento da área, aos objetivos e critérios estabelecidos pelo SNUC. Além de permitir a avaliação contínua da efetividade das estratégias de conservação. Por sua vez, o monitoramento da biodiversidade, permite acompanhar as alterações dos ecossistemas, sendo elas oriundas ou não da intervenção humana, por meio da coleta sistemática de dados ambientais e da implementação de indicadores que avaliam a efetividade das ações de conservação. Consiste na sistematização de informações sobre a biodiversidade, permitindo a identificação de tendências e padrões ecológicos que embasam a tomada de decisão e o aprimoramento das estratégias de gestão. A partir da análise desses dados, é possível ajustar as ações de manejo, prevenir impactos negativos e fortalecer a conservação dos ecossistemas protegidos (Giovanelli et. al., 2016).

Já o estabelecimento de corredores e mosaicos ecológicos, desempenham papel crucial na proteção da biodiversidade, ao conectar áreas isoladas de conservação, promovendo o fluxo gênico entre populações de espécies (Ferreira e Carneiro, 2022). Além disso, Pellin et al. (2017) destacam que os mosaicos de áreas protegidas, ao integrar diferentes tipos de unidades de conservação e territórios adjacentes, promovem a ampliação

da capacidade de gestão de UCs de menor volume orçamentário, promovendo a integração de recursos físicos e humanos, garantindo maior sustentabilidade territorial.

Paralelamente, o órgão é responsável por promover o ecoturismo e o uso público das UCs, utilizando mecanismos econômicos como a cobrança de ingressos e a concessão de serviços para a iniciativa privada, contribuindo para a sustentabilidade financeira das unidades e a geração de emprego e renda para as comunidades locais (Young e Bakker, 2015). Além disso, as concessões dos serviços de apoio à visitação, como hospedagem e alimentação dentro das UCs, representam uma estratégia de gestão que visa ampliar a oferta de infraestrutura sem comprometer os recursos públicos, garantindo a qualidade dos serviços oferecidos e a valorização dos espaços naturais protegidos (Septanil e Ranieri, 2018). Esses mecanismos desempenham um papel fundamental na economia de base sustentável e na sensibilização da sociedade para a importância da preservação ambiental, desde que conduzidos de forma planejada e compatível com a proteção dos ecossistemas, conforme estabelecido pelo SNUC.

O segundo eixo, *Consolidação Territorial e Fiscalização*, diz respeito às políticas que visem assegurar a integridade territorial das unidades de conservação e fortalecer o combate a atividades ilegais em seus territórios. Segundo Almeida e Loch (2012), a regularização fundiária desponta como instrumento central para tanto, dado os desafios impostos pela sobreposição e disputa de terras, de modo que este instrumento se torna essencial para evitar conflitos e garantir a proteção dos ecossistemas. O histórico de ocupação irregular em áreas protegidas impõem ao órgão, a postulação de ações coordenadas com outras entidades governamentais e comunidades locais para consolidar juridicamente as áreas demarcadas Ferreira (2013).

Destaca-se também para este eixo, a fiscalização ambiental, dado que atrelada à aplicação de tecnologias de monitoramento, como o uso de imagens de satélite, este instrumento é essencial para ampliar a efetividade das ações de controle e prevenção de crimes ambientais (Fonseca, 2016). Sobretudo no que diz respeito ao combate eficaz ao desmatamento, à extração ilegal de madeira e à caça predatória. O órgão possui poder de polícia ambiental nas UCs e suas zonas de amortecimento, o que amplia a capacidade do ICMBio em garantir a integridade das unidades de conservação, impondo penalidades a infrações ambientais e combatendo ameaças como desmatamento ilegal e exploração predatória dos recursos naturais. Compõe este eixo também as análises de impacto para o licenciamento ambiental, dado que o mesmo é responsável por emitir o licenciamento para

execução de projetos de infraestrutura que impactam direta ou indiretamente os territórios sob sua tutela.

Por fim, o eixo de *Povos e Comunidades Tradicionais* consiste no reconhecimento do papel das populações tradicionais na manutenção da biodiversidade e na gestão das unidades de conservação e envolve uma série de instrumentos que garantem a participação ativa dessas populações na gestão ambiental. Madeira et al. (2015) enfatiza que a interação entre unidades de conservação e territórios tradicionais representa um desafio significativo, exigindo mecanismos eficazes para evitar conflitos e garantir a inclusão das comunidades. Um dos principais instrumentos utilizados pelo ICMBio neste contexto, é o cadastramento de populações usuárias, fundamental para mapear, reconhecer e regulamentar o uso tradicional dos recursos naturais. Além disso, são firmados contratos de concessão de direito real de uso, que asseguram a permanência das comunidades e estabelecem regras para o manejo sustentável.

Outro elemento essencial são os conselhos gestores, que desempenham um papel central na gestão participativa das unidades de conservação. Os conselhos gestores são espaços institucionais de deliberação, nos quais representantes das comunidades locais e do poder público discutem e tomam decisões sobre a gestão das unidades de conservação (Andrade e Araújo, 2016). Prado et al. (2020) aponta que esses conselhos representam um avanço normativo significativo ao promover a inclusão social e proteção das comunidades que vivem nas áreas demarcadas, além de garantir que a gestão das UCs seja construída de forma mais democrática.

A comercialização de produtos oriundos do extrativismo e da agricultura tradicional também é um instrumento relevante para a sustentabilidade econômica das comunidades. O ICMBio exerce esta função, especialmente através da implementação de programas de certificação e incentivo à cadeia produtiva sustentável, que garantem que os produtos das comunidades tenham acesso a mercados diferenciados, assegurando sua viabilidade econômica e contribuindo para a conservação ambiental (Madeira et al., 2015).

Sob a perspectiva do SNUC, esse eixo atende às diretrizes de inclusão e participação social, promovendo a convivência harmoniosa entre conservação ambiental e usos tradicionais. Essa abordagem assegura que as unidades de conservação não sejam apenas territórios de proteção ambiental, mas também espaços de valorização cultural e social. Desse modo, os três eixos estruturantes da atuação do ICMBio refletem a complexidade e a abrangência de seu papel enquanto órgão primordial para a conservação da biodiversidade no

país. Bem como a consonância de sua ação, às diretrizes estabelecidas pelo SNUC, no qual a promoção de redes coesas de proteção, através de mecanismos múltiplos, é uma máxima.

CAPÍTULO 3 - Referencial Teórico: Capacidades Estatais e Capacidades Administrativas como Framework de Análise.

O conceito de capacidades estatais emerge enquanto meio de mensurar a efetividade e o papel do Estado na formulação e implementação de políticas públicas, em especial no que diz respeito à promoção do desenvolvimento econômico. Sua origem enquanto ferramenta analítica está associada diretamente aos movimentos Estadistas das décadas de 1970 e 1980, no qual é retomado o papel do Estado enquanto propulsor central da agenda desenvolvimentista e a busca por compreender os diferentes níveis de envolvimento governamental e as consequências diretas de sua ação, no que diz respeito à entrega de serviços públicos de qualidade (Aguiar e Lima, 2019).

As abordagens empíricas que utilizam o conceito para tanto variam, entretanto, em sua interpretação teórica. Para alguns autores, a capacidade estatal se manifesta a partir da habilidade das estruturas governamentais em penetrar territorialmente a sociedade e implementar decisões políticas, referindo-se ao "poder infraestrutural do Estado" (Mann, 2008). Evans (1999) introduz a noção de burocracias desenvolvimentistas, destacando a burocracia, como elemento explicativo da construção de políticas eficazes. O conceito é associado também, ao poder coercitivo do Estado, ou seja, a habilidade em monopolizar legitimamente o uso da força dentro de um território (Tilly, 1990). Dentre outras, há também perspectivas que abordam a capacidade estatal a partir do grau de autonomia do Estado diante das pressões de grupos de interesse (Aguiar e Lima, 2019).

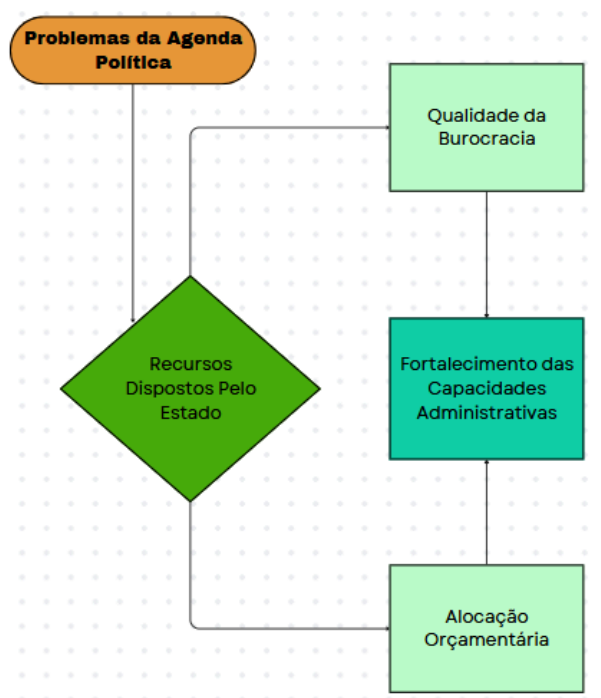
Em um esforço para mapear as distintas perspectivas analíticas, Cingolani (2013) destaca que o conceito evoluiu de forma significativa ao longo do tempo e passou a abranger dimensões mais complexas do que a simples capacidade coercitiva, infraestrutural e burocrática do Estado. Inicialmente centrado na ideia de imposição de regras e monopólio do uso da força, o conceito expandiu-se para incluir a capacidade do Estado em coordenar ações interinstitucionais, articular o processo decisório entre múltiplos atores e responder às demandas sociais de forma adaptativa. E passa a ser compreendido não apenas em termos de seus recursos formais, mas também pela qualidade da governança pública, flexibilidade institucional e habilidade de inovação.

A evolução analítica do conceito reflete um esforço para capturar a diversidade das funções estatais e sua interação com a sociedade. Muitas vezes de modo a integrar os fatores mencionados acima (qualidade da burocracia, flexibilidade institucional, articulação política, poder coercitivo, etc.) como forma de compreender como o Estado alcança determinados

objetivos e resultados. Em consonância às múltiplas abordagens teóricas, a mensuração do conceito também apresenta desafios significativos. Aguiar e Lima (2019) destacam que os indicadores quantitativos, como disponibilidade de recursos financeiros e humanos disponíveis, são frequentemente utilizados, mas não captam integralmente a complexidade dos distintos fenômenos que permeiam as estruturas governamentais. Khemani (2019), por sua vez, ressalta que a mensuração do conceito pode ser realizada a partir da integração de indicadores que avaliam a qualidade da burocracia, a eficiência na arrecadação tributária e a existência de canais de articulação com a sociedade civil.

Para operacionalizá-lo, Gomide et. al., (2018) sugere a desintegração do conceito a partir de duas dimensões: político-relacional e a técnico-administrativa. A dimensão político-relacional refere-se aos canais de interação entre burocracia, sociedade civil e atores políticos, permitindo avaliar a capacidade do Estado em estabelecer mecanismos de participação social, assegurar a transparência e promover a governança democrática. Essa dimensão pode ser empiricamente analisada por meio da presença de conselhos de políticas públicas, espaços de deliberação e indicadores de *accountability*. A dimensão técnico-administrativa engloba a estrutura normativa e institucional para coordenação dos órgãos públicos (a infraestrutura governamental), a qualificação dos servidores públicos e a sustentabilidade orçamentária, bem como a disponibilidade de sistemas de monitoramento e avaliação de políticas públicas. Medidas empíricas desta dimensão podem incluir o grau de estabilidade e seleção meritocrática para inserção de profissionais na administração pública, a presença de incentivos para inovação e aprimoramento institucional, a disponibilidade e qualidade de ferramentas tecnológicas que auxiliem na gestão e monitoramento das ações, bem como disponibilidade e eficiência na execução orçamentária.

Figura 2 - Dimensões para o Fortalecimento das Capacidades Administrativas



Fonte: elaborado pelo autor, 2025.

Nota-se que a literatura destaca a dimensão técnico-administrativa (capacidade administrativa) como imprescindível para a garantia de efetividade da ação pública e é apontada enquanto elemento transversal às inúmeras abordagens a respeito da análise de capacidades estatais (Wu e Howlett, 2015). Uma vez que reflete a habilidade do Estado em absorver, alocar e gerir recursos (sejam eles humanos, financeiros ou físicos) de forma eficiente para solucionar problemas da agenda política (Centeno et. al. 2017).

Ao eleger enquanto enfoque deste trabalho a análise das capacidades administrativas, evocamos, portanto, a postulação proposta por Gomide et. al., (2018), no qual a aferição analítica das capacidades estatais pode ser construída a partir das manifestações observáveis da ação pública. Ou, em outras palavras, da capacidade do Estado em angariar, alocar e gerir recursos humanos, financeiros, tecnológicos, físicos e informacionais (Cunha et. al., 2017), para que determinado objetivo seja alcançado. Para tanto, elencamos especificamente dois destes recursos: recursos humanos (qualidade da burocracia) e os recursos financeiros (variação orçamentária).

A primeira, diz respeito à qualidade dos atores responsáveis pela formulação, gestão e implementação das políticas públicas nos seus diferentes níveis, ou seja, a burocracia responsável por dar vida às decisões políticas. Já a segunda diz respeito ao volume

orçamentário disposto pelo Estado de modo a permitir o funcionamento adequado das instituições sob qual irão se desenvolver as políticas públicas, dado que o orçamento não só sustenta as operações diárias das administrações públicas, como também possibilita o planejamento estratégico das instituições.

A interdependência destes dois elementos é indissociável. Se por um lado uma burocracia qualificada, caracterizada pela habilidade em tomar decisões a partir de conhecimento técnico-especializado atua para o fortalecimento das capacidades administrativas ao garantir que os recursos sejam mobilizados de maneira eficaz. Por outro, a capacidade orçamentária permite que estes atores sejam capazes de implementar serviços públicos de qualidade e possam desenvolver soluções mais robustas e em consonância com os desafios a serem solucionados. Ao proporcionar um ambiente institucional que favoreça a tomada de decisões da burocracia, fortalecendo assim, as capacidades administrativas (figura 2).

3.1. Decompor para Agregar: Dimensões da Capacidade Administrativa e o Estado NeoWeberiano

Ao correlacionar a efetividade de ação governamental a partir de sua capacidade em gerir os recursos administrativos à sua disposição, retoma-se a perspectiva neoweberiana de Estado, devido à ênfase compartilhada na importância da burocracia como fator estruturante da administração pública. Segundo Byrkjeflot et. al (2018), as características do Estado neoweberiano incluem, em primeiro lugar, a reafirmação do papel do Estado como principal agente na solução de problemas sociais e econômicos. Isso implica a preservação de características distintivas do serviço público em relação ao mercado, com uma cultura organizacional própria e condições de trabalho que garantam a estabilidade e a motivação dos funcionários (*ethos público*). Em segundo lugar, a valorização da democracia representativa como base para a legitimação e o controle da burocracia, de modo a assegurar que as ações estatais sejam guiadas por princípios de legalidade e imparcialidade. E, por último, uma orientação externa voltada para o cidadão, com ênfase na qualidade dos serviços públicos prestados e na participação da população na formulação e implementação de políticas.

A partir desta perspectiva, a burocracia não é apenas um instrumento de execução de políticas, mas instituições governamentais dotadas de significativa importância para a ação legítima do Estado. De modo que a análise da burocracia e do orçamento à luz da perspectiva neoweberiana permite compreender a estruturação dos processos administrativos e suas possíveis implicações no atendimento de demandas sociais. A burocracia, com sua expertise

técnica e sua capacidade de coordenação, é essencial para transformar decisões políticas em ações concretas. O orçamento, por sua vez, é o meio pelo qual o Estado mobiliza e aloca os recursos necessários para a realização dessas ações. Juntos, burocracia e orçamento constituem os pilares das capacidades administrativas e sob os quais o Estado é capaz de construir um framework de ação capaz de solucionar problemas e alcançar resultados, como exposto abaixo.

3.1.1 Características da Burocracia Técnico-Operacional: Profissionalização e Autonomia Política, como Vetores Imprescindíveis para Políticas Ambientais.

O arcabouço teórico desenvolvido a partir da perspectiva Weberiana sobre o papel da burocracia, aponta para uma correlação direta entre a qualidade destes atores e a efetividade da ação pública (Pereira, et. al., 2019). Os componentes de qualidade (a partir do arquétipo ideal postulado pelo autor) dão atenção especial à profissionalização e à estabilidade dos servidores públicos. Mas afinal, quais são as características de uma burocracia profissionalizada e estável e por isso importa?

Dentre diversos componentes, Souza (2015) utilizou enquanto *proxy* da profissionalização burocrática quatro elementos centrais: o nível de qualificação (nível de escolaridade), regras para promoção, mecanismos de recrutamento dos servidores e proporção de carreiras especializadas. A mesma argumenta que a ampliação do nível de escolaridade e carreiras especializadas determinaria a competência dos servidores, para executar seus respectivos papéis na administração pública. Ao passo em que a forma de ingresso através de recrutamento meritocrático, garantiria a inserção de servidores melhor qualificados.

Ao avaliar os efeitos do curso de especialização em Gestão Pública Municipal no Brasil, (Barros, 2019) também reforça a qualidade da burocracia, a partir de seu grau de escolaridade. E aponta que o acúmulo de conhecimento técnico provenientes da progressão acadêmica e/ou ampliação do nível de escolaridade, possui impacto direto na autopercepção dos servidores, no que diz respeito a sua capacidade de enfrentar desafios diários na execução de suas atividades laborais. Com ampliação da qualidade dos serviços públicos ofertados pelas instituições do qual fazem parte.

Similarmente, Fernandes e Palotti (2019) reforçam o nível de escolaridade e a existência de carreiras especializadas como componentes capazes de ampliar a qualidade da

formulação e implementação de políticas públicas. Os autores apontam como os setores de infraestrutura e desenvolvimento econômico, por exemplo, tendem a ter maior proporção de carreiras especializadas e um nível mais elevado de escolaridade. O que os possibilita a formulação de políticas mais estratégicas e adaptadas às necessidades de crescimento econômico. Em contraposição, os setores de políticas públicas voltados para o bem-estar social apresentam gerentes com menor proporção de carreiras especializadas e nível de escolaridade, o que pode limitar a capacidade de implementar mudanças efetivas e inovadoras.

Obviamente, tais associações partem de uma tipologia ideal e a mera existência de uma burocracia profissionalizada, estável e recrutada de modo meritocrático, não é capaz *per se* de produzir resultados estratosféricos em termos de alcance de metas e objetivos governamentais. Entretanto, para além dos autores citados, uma densa literatura aponta que corpos burocráticos com tais características são capazes de aprimorar a capacidade organizacional de órgãos públicos (Gomide; Lins, 2022), aperfeiçoar fluxos de informações através do estabelecimento de relações de confiança infra e intra estatais (Behnke, 2019) e facilitar a detecção e solução de problemas decorrentes da implementação de políticas públicas (Desveaux, 1995). Estabelecendo em longo prazo, políticas mais robustas e qualificadas.

Para além da profissionalização, o recrutamento meritocrático e a estabilidade de carreira citado anteriormente, é expresso no Brasil pela inserção de servidores públicos através de concursos públicos, é de extrema importância no que diz respeito à autonomia decisória desses atores, em relação às interferências políticas. Pepinsky et. al. (2017), argumenta que a capacidade de tomar decisões tecnicamente embasadas, a partir de conhecimento técnico-institucional com menor grau de interferência de interesses políticos, é fator imprescindível para a garantia de políticas ambientais efetivas. Ao passo em que políticos eleitos são mais suscetíveis às pressões de grupos de interesses, com vias à desregulamentação das normas ambientais.

Isso porque instituições ambientais implementam políticas reguladoras, naturalmente contenciosas e são incumbidas de modo geral a limitar a exploração de recursos naturais (Knill et. al., 2012). Elas determinam os limites de emissão de gases de efeito estufa (Fearnside et.al., 2009), definem a proporção de áreas a serem preservadas em propriedades rurais (Sparovek et. al., 2011), implementam políticas de controle de desmatamento (Castelo et. al., 2018), emitem permissões de licenciamento ambiental (Oliveira, 2012), estabelecem regras de utilização do solo e recursos hídricos (Avanzi et. al., 2009), estabelecem critérios e

limites de exploração de madeira e minério, dentre outras atividades (Ab'Saber, 1989), que invariavelmente entram em conflito direto com os interesses de diversos atores e setores econômicos.

Complementarmente, considerando, sobretudo o papel regulatório destes subsistemas, Knill e Steinebach (2021) apontam que burocracias ambientais efetivas devem demonstrar um alto nível de autonomia no âmbito da gestão, garantindo o isolamento de interferências políticas no processo organizacional e orçamentário das estruturas administrativas. De modo que instituições ambientais sejam menos suscetíveis às impetuosidades políticas, que porventura possam descontinuar políticas e programas que se contrapõem a interesses econômicos diversos. Seja por meio de interferência na seleção e troca de cargos de liderança nas agências regulatórias, na redução das metas estabelecidas de conservação e proteção ambiental, bem como através da realocação financeira que dão sustentação às atividades desenvolvidas.

Outro elemento central para os autores seria ainda a vinculação das decisões burocráticas a relatórios públicos e outros instrumentos que visem à justificação de suas decisões de modo claro e objetivo, garantido não somente a racionalização, como a transparência e responsabilização de suas ações. Agindo enquanto um balizador da autonomia decisória da burocracia. Isso porque apesar de elemento importante contra decisões políticas arbitrárias, a autonomia exercida de modo demasiada e sem contraposição normativa e diálogo com os diversos atores sociais, pode levar a um processo decisório autocrático e desacoplado da realidade socioambiental dos grupos afetados pelas decisões dos burocratas (Wellstead e Biesbroek, 2022).

Ao discorrer sobre as diferentes perspectivas teóricas sobre o conceito de autonomia, Lotta e Santiago (2017), enfatizam que o mesmo não deve ser compreendido como valor absoluto de delegação e exercício de poder. Mas como fruto e resultado das capacidades técnicas do burocrata, atrelado à legitimidade decisória conferida a partir tanto das relações institucionais estabelecidas com atores políticos e as diferentes partes interessadas. Bem como uma sólida reputação institucional oriunda de um histórico de competência, honestidade e eficácia das decisões implementadas. Ou seja, a autonomia deve estar ancorada na diferenciação dos interesses da burocracia em relação aos interesses políticos a partir da neutralidade profissional destes atores, mas não deve ser desacoplada ou indiferente aos interesses sociais, muitas vezes representados pelos políticos.

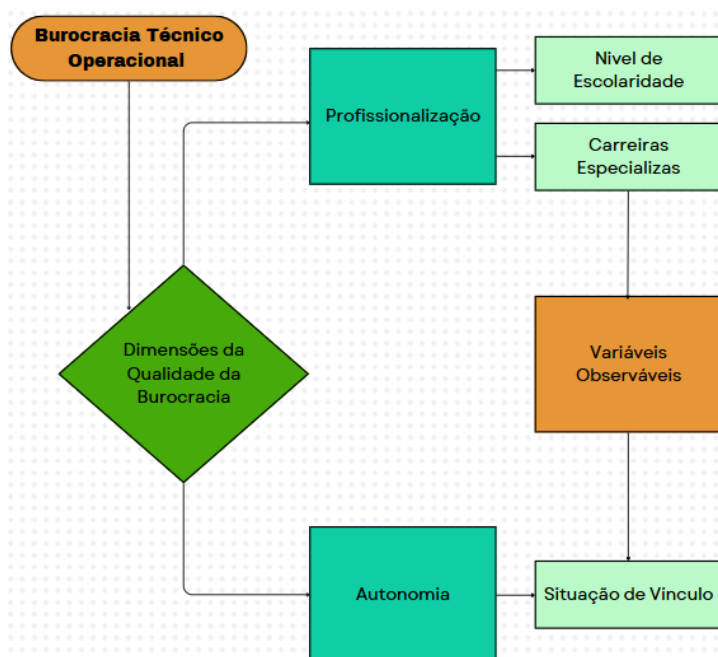
Ao analisar a autonomia política da burocracia a partir da estabilidade profissional (vínculo efetivo com a administração pública), o faço, portanto, a partir de um recorte capaz

de captar e mensurar empiricamente o fenômeno de forma parcial, em que não há um aprofundamento acerca das diferentes formas de aferi-lo. Ressaltamos, contudo, que o vínculo formal como *proxy* para evidenciar o nível de autonomia da burocracia, é amplamente difundido na literatura especializada brasileira e é capaz de trazer *insights* importantes em relação ao nível de interferência política nos diferentes subsistemas de políticas públicas e a consequente qualidade da política (Gomide et. al., 2021; Gomide e Pereira, 2018; Euclides, 2022).

A difusão de uma burocracia autônoma, profissionalizada e meritocrática, capaz de tomar decisões a despeito da influência de grupos de interesse, é de especial interesse quando observamos a experiência da política ambiental brasileira. Há evidências, por exemplo, de que a criação de unidades de conservação por meio do executivo federal ocorre em maior medida, em localidades no qual os governos municipais não estão alinhados à coalizão de apoio do presidente (Mangonnet; Urpelainen, 2022). O que sugere o uso estratégico da criação de Unidades de Conservação, como mecanismo de enfraquecimento de opositores políticos, através das restrições econômicas decorrentes da criação de tais áreas.

No contexto do licenciamento ambiental, Ferraz (2007) demonstra como a ausência de mecanismos institucionais adequados para a garantia de imparcialidade e transparência do processo de regulamentação ambiental possibilitou a captura da burocracia implementadora por interesses políticos. Levando a uma tendência de ampliação das concessões de licenças ambientais em anos eleitorais. Em essência, portanto, este trabalho argumenta que burocracias estáveis, inseridas a partir de processos seletivos meritocráticos, com maior nível de escolaridade e pertencentes a carreiras especializadas têm maior probabilidade de desenvolver culturas organizacionais capazes de aprimorar a entrega e formulação das políticas de UCs. Tais dimensões são capazes de aprimorar as “lentes” sob os quais problemas e suas respectivas soluções são identificados. Inferindo maior capacidade e sensibilidade estratégica da organização, para desempenhar as suas tarefas (Meckling e Nahm, 2018). Aspecto fundamental, no desenvolvimento institucional de órgãos públicos, especialmente em casos de recente criação como é ICMBio.

Figura 3 - Dimensões da Qualidade da Burocracia Técnico - Operacional



Fonte: formulado pelo autor, 2025.

Isso porque burocracias meritocráticas são capazes não só de fornecer conhecimentos técnicos, como também são capazes de acumular memória institucional (quando estruturadas a partir da estabilidade), para que o processo de formulação prossiga de forma lúcida e transparente. Portanto, ter uma burocracia capacitada é fundamental para a formulação de políticas públicas mais eficazes.

Considerando o exposto, a qualidade da burocracia técnico operacional para este trabalho, se traduz a partir da profissionalização e autonomia política dos burocratas (figura 3). O primeiro possui como variáveis observáveis a proporção do grau de escolaridade entre os servidores e a proporção de carreiras especializadas. Essas dimensões são relacionadas à capacidade desses atores em transformar objetivos políticos abstratos em instrumentos objetivos capazes desenvolver ações concretas, como a postulação de indicadores, fortalecimento de regras e análise de dados (Knill e Steinebach, 2021). O argumento central é de que a proporção de carreiras especializadas no campo ambiental, assim como o nível educacional levam a maior capacidade para tomada de decisões qualificadas por parte da burocracia. Além de fomentar a construção de cultura organizacional pautada no desenvolvimento de habilidades específicas e relacionadas à formulação/implementação das políticas específicas do órgão.

Já o segundo possui como variável observável a proporção de servidores inseridos na autarquia através de processos meritocráticos, vetor que infere diretamente na autonomia política destes, em relação às pressões políticas, que porventura, podem se contrapor aos objetivos de conservação. Argumentando que o vínculo efetivo garante maior insulamento decorrente da estabilidade propiciada pelo cargo. Em contrapartida, servidores sem vínculo efetivo, como comissionados, estariam mais sujeitos às relações clientelistas e de patronagem com grupos de interesse, especialmente com atores oriundos da política eleitoral.

3.1.2. Uma Diferenciação Necessária: O Papel Político da Alta Burocracia Ambiental e seu papel na Formulação Efetiva de Políticas Ambientais.

Tema de grande interesse na agenda acadêmica brasileira, os estudos sobre a alta burocracia tem se consolidado a partir da redemocratização, como uma das frentes analíticas no que tange às análises a respeito do modelo de governança do país (Batista, 2013; Batista, 2016; Abranches, 1988). Compostos pelo chamado DAS 5 e 6 - *Direção e Assessoramento Superior*, estes atores são burocratas de livre indicação, que atuam nas mais altas posições dos órgãos da administração federal em que estão inseridos e correspondem aos cargos de Diretores, Secretários Executivos, dentre outros. Elite da administração pública federal, este quadro se caracteriza tanto por seu relativo conhecimento técnico sobre as áreas em que atuam, bem como características inerentes ao universo político, como sua capacidade de articulação junto a grupos de interesse, partidos e/ou sociedade civil organizada (Pacheco, 2010).

Desdobrando-se enquanto um dos fatores explicativos do chamado “presidencialismo de coalizão”, a literatura política brasileira tem demonstrado como o executivo se utiliza da nomeação de tais cargos como vetor para a formação de sua base de apoio no congresso. Entretanto, para além de angariar apoio no congresso nacional, a presidência precisa garantir ainda, através da alta burocracia federal, o controle sobre as políticas públicas a serem implementadas e a construção das competências burocráticas necessárias para implementá-las (Batista, 2020). Ou seja, os critérios para esta escolha não perpassam tão somente pelo apoio político, mas pela compartimentalização das estruturas governamentais (Geddes, 1994) e a conseguinte decisão do gabinete presidencial sobre quais áreas a mesma priorizará o exercício do controle político, a construção de capacidades técnicas (competência) ou angariar suporte político a partir da indicação dos altos dirigentes (Batista, 2020).

Parte expressiva destes estudos têm se prostrado, portanto, a demonstrar quais dimensões foram priorizadas na escolha dos dirigentes públicos nos diferentes ministérios (Borges e Coelho, 2015; Lopez e Praça, 2015; Alessio, 2017). Abordando questões relativas à coordenação e gestão das coalizões a partir de tais escolhas (Loureiro et. al. 2010; Pereira et. al. 2015); ao controle da presidência sobre as políticas implementadas (Lameirão, 2015) e o perfil de tais dirigentes, sobretudo no que tange à sua profissionalização e filiação partidária (Lopez, 2015; Lopez e Silva, 2019; Lopez, 2017; Peci, 2019; Alves, 2015).

A distinção central que evoca o desmembramento da análise entre a alta burocracia e a burocracia técnico-operacional, neste trabalho, pode ser sintetizada, portanto, pelo poder exercido por estes atores. Na medida em que estes não apenas executam atividades laborais pré-estabelecidas, mas são selecionados a partir de sua habilidade em dobrar o espaço em torno de si mesmos ao tornar outros elementos da interação social dependentes de sua decisão e traduzem a sua vontade e interesses em formas de ação que influenciaram e moldaram a realidade de acordo com o seu grau de influência política (Latour, 1981).

Desse modo, os atributos básicos da burocracia Weberiana mobilizados por este trabalho (profissionalização e autonomia) a respeito destes atores, leva em consideração a capacidade que estes possuem de influenciar o processo decisório a partir não somente das predileções governamentais, mas também da mobilização de seu amplo conhecimento sobre a máquina pública e das “tecnicidades” de suas funções, para defender ou se opor às determinações políticas.

Isso porque, ao borrar as linhas que distinguem o administrativo do político (Lopez e Silva, 2019), é incumbido à elite dirigente nacional, o papel de ordenar as instituições das quais são “responsáveis”. Implementando as políticas que lhes são cabíveis, atuam também como vetores da articulação política, constituindo-se enquanto vértices no qual atravessam suas capacidades técnicas operacionais, interesses pessoais (Abers, 2021), suas vinculações político-partidárias (Batista e Lopez, 2020), a construção de suas redes pessoais e a consequente defesa dos interesses coletivos que as cerceiam (Bresser-Pereira, 2007).

A dupla caracterização político-burocrata do alto escalão da administração federal (Pacheco, 2010), atrelada à importância que estes possuem no que tange à constelação de atores presentes na arena política, os eleva, portanto, a uma condição única no que tange à seleção de instrumentos que serão incorporados para se implementar as políticas públicas. Especialmente em se tratando de política ambiental.

Segundo Lopez e Batista (2020)¹, o Ministério do Meio Ambiente (MMA) e seus órgãos vinculados, constituem os chamados “órgãos regulatórios”: estruturas governamentais de baixa relevância ao processo de formulação de políticas públicas e baixa alocação orçamentária, atraindo assim poucos incentivos na composição de coalizões através da indicação de partidos políticos, na estruturação da alta burocracia. Contudo, ao regular e implementar as regras do jogo em áreas bem delimitadas, como é o caso do MMA, estes ministérios apelam a interesses especiais, específicos e setorializados da sociedade (sobretudo econômicos). Se tornando, assim, mais permeáveis à alocação de grupos de interesse em suas estruturas.

A análise empenhada por Abers e Oliveira (2015), ao desacoplar a Alta Burocracia Ambiental dos demais órgãos regulatórios², corrobora com os achados acima, inferindo, contudo, maior contextualização e profundidade às conclusões. Sobretudo no que diz respeito à alta alocação de atores externos ao Estado nas trincheiras da alta burocracia federal.

Lopez e Batista (2020) correlacionam este fator à possível inserção de atores voltados para a defesa de interesses econômicos sob os quais as atividades regulatórias se interpolam, as autoras identificam que na pasta ambiental, sobretudo no primeiro mandato do Governo Lula (2003-2006), estes autores advêm em grande medida de movimentos sociais e ONGs ligadas à defesa do meio ambiente e auxiliaram na construção de capacidades técnico-operacionais do MMA, ao aplicarem sua expertise adquirida no terceiro setor. Bem como operaram enquanto vetores de ampliação das capacidades político-relacionais, ao conectarem diretamente as estruturas governamentais, aos respectivos movimentos sociais que representavam.

Em contraposição a uma possível relação de patronagem política para com esses grupos, o que se identifica, portanto, é a absorção de quadros profissionais qualificados oriundos de setores socioambientalistas, que eram escassos na estrutura governamental (Hochstetler, 2017). O que se contrapõe à perspectiva de captura destes cargos, por setores econômicos. Argumento que se solidifica ao passo em que a proporção de indicados externos ao MMA cai paulatinamente durante o segundo mandato do Governo Lula (2007-2010) e no primeiro mandato do Governo Dilma (2011-2014), na medida em que o Ministério alcança maior capacidade técnica dos seus quadros internos, alcançada, sobretudo, pelo estabelecimento de carreiras concursadas nos níveis mais baixos da burocracia.

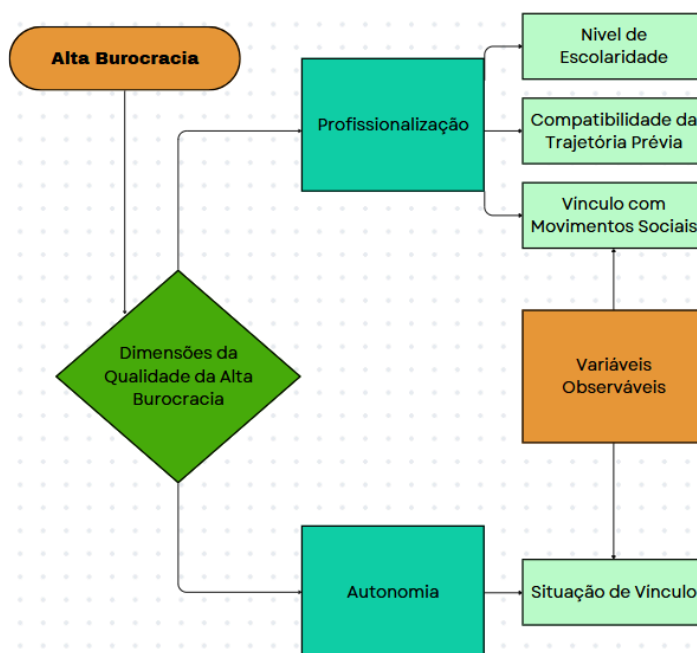
¹ O período analisado é de 1999 a 2016, cobrindo 6 administrações presidenciais.

² Não há correlação explícita entre as pesquisas referenciadas. A redação utilizada reflete os elementos narrativos do autor.

Ao analisar as políticas ambientais brasileiras também ao longo dos governos petistas (2003-2004), Hochstetler (2017) aponta ainda como a inserção de agentes externos ao Estado especialmente vinculados aos movimentos ambientais têm tido preponderância na escolha da alta burocracia federal desde o regime militar, como mecanismo de construção de capacidades estatais. A administração pública possuía carência de bons quadros em sua estrutura, oriunda da baixa capacidade estatal na área ambiental. Além disso, a vinculação destes servidores com as entidades da sociedade civil é apontada pela autora como elemento propulsor da autonomia decisória em relação à presidência, ao passo em que para além dos ensejos da presidência, estes também teriam maior responsabilidades aos setores socioambientais.

Além disso, Araújo (2013) aponta que a centralidade e influência ao longo do processo decisório são frequentemente exercidas por um longo período temporal, pela alta burocracia ambiental do país. Centralidade essa adquirida muitas vezes pela versatilidade desses atores em se locomover entre movimentos sociais, burocracia pública e cargos políticos. Conferindo-lhes as credenciais necessárias para estabelecer narrativas e aplicar seu poder adquirido para influenciar a seleção e o escopo dos instrumentos aplicados na formulação de políticas públicas e, portanto, centrais na formulação de políticas ambientais efetivas (Araújo, 2007).

Figura 4 - Dimensões da Qualidade da Alta Burocracia



Fonte: formulado pelo autor, 2025.

Nesse sentido, a análise a respeito da qualidade deste extrato da burocracia, através do nível de profissionalização (figura 4), considera novamente, o nível de escolaridade, sua carreira na administração pública e o vínculo destes atores, com movimentos sociais e/ou 3º setor. Além disso, insere-se a compatibilidade da trajetória prévia para com o cargo ocupado. Este indicador pode ser compreendido como um acoplamento das demais variáveis de modo que se trata de uma análise mais holística sobre seus perfis e considera, por exemplo: cargos de chefia ocupados anteriormente, contribuições como pesquisadores na área ambiental, participação prévia na construção de políticas ambientais e aspectos mais subjetivos que dizem respeito à longevidade e construção de suas carreiras, antes de ocuparem cargos tão importantes. Já para o critério de autonomia política (figura 4), consideramos novamente o vínculo efetivo com o setor público, que afere estabilidade profissional aos burocratas de diferentes níveis e conflito de interesse, considerando para tanto, se em suas trajetórias prévias os servidores são oriundos de setores socioeconômicos impactados diretamente por regulações ambientais (setores extrativistas, agropecuários, infraestrutura).

3.1.3. Investimento Público e Qualidade das Políticas para Unidades de Conservação

Ao elencar a construção de capacidades administrativas como elemento central de análise, não o fazemos a partir da irrestrita defesa de ampliação do Estado. Mas a partir da compreensão, de que na medida em que os objetivos de conservação se contrapõem em grande medida aos objetivos de desenvolvimento econômico, como expresso anteriormente, ao passo em que as Unidades de Conservação limitam o processo de exploração dos ecossistemas e da biodiversidade, é necessário que haja interesse político capaz de guiar a postulação de ações voltadas para a manutenção e preservação da natureza.

Nesse sentido, ao analisar a variação orçamentária do órgão, inclusive como instrumento central para a atuação da burocracia, uma questão latente que se coloca é: orçamento para que? Na medida em que se busca aqui compreender o desenvolvimento das capacidades administrativas do ICMBio, a evolução dos gastos com administração se torna elemento central para o trabalho. Segundo Reed e Swain (1996), essas despesas, dizem respeito aos custos associados à gestão e operação das entidades governamentais e incluem por sua vez, os salários pagos aos servidores públicos, a aquisição de materiais físicos necessários para execução das atividades, bem como a manutenção das instalações públicas onde ocorrerão as atividades governamentais.

De modo que a disponibilidade de orçamento público possui papel significativo no processo de formulação e implementação de políticas voltadas à criação e manutenção de Unidades de Conservação. É através da instrumentalização dos recursos financeiros, que a burocracia, seja ela de médio ou alto escalão, poderá conduzir pesquisas, consultar os diferentes atores impactados pela implementação de UCs nos diferentes territórios e dar suporte ao processo de planejamento e implementação das mesmas, e estabelecer prioridades a curto, médio e longo prazo.

Além disso, a disponibilidade orçamentária é correlacionada à capacidade destes atores em desenvolver canais de coordenação e colaboração entre diferentes órgãos públicos e outros atores relevantes (Emerton; Bishop, 2006). Permitindo o desenvolvimento de estratégias de conservação integradas que incorporem uma série de considerações ecológicas, sociais e econômicas, que respondam melhor às necessidades e preferências locais (Binning, 2000). De modo a apoiar assim a adoção de novas políticas e práticas que sejam mais eficazes, eficientes e equitativas na consecução dos objetivos de conservação (O’Flynn et. al, 2022). A partir da ampliação da capacidade da burocracia, em desenhar estratégias multidimensionais e adequadas à distinta miríade de problemas decorrentes da implementação de UCs.

Na ponta da política, ou seja, nas UCs propriamente dito, há evidências que o aporte financeiro adequado pode inferir em maior capacidade de gestão das áreas demarcadas; melhor aplicação dos dispositivos de comando e controle; ampliação de programas de educação e sensibilização ambiental; melhoria da capacidade de monitoramento; melhoria de coleta de dados para subsidiar os inventários biológicos; integração de diferentes UCs através da implementação de mosaicos e corredores ecológicos e como melhoria da situação de espécies ameaçadas de extinção.

Quando utilizado de forma eficaz há evidências da ampliação da capacidade do órgão em reduzir conflitos em áreas de grande disputa territorial. Sejam eles oriundos de sobreposição às Terras Indígenas (outra modalidade de Área Protegida), ou disputas sobre utilização da terra, para fins de exploração econômica, ao criar canais de colaboração entre as partes interessadas (Drustschinin, 2015). O que pode facilitar a construção de consensos e garantir que as decisões refletem os distintos interesses socioambientais e ampliar a legitimidade das decisões tomadas pela burocracia.

Em contrapartida, através de avaliação realizada em 17 países da América Latina, Lessmann et. al (2024), aponta que a indisponibilidade de recursos financeiros impacta diretamente a efetividade de áreas protegidas. Em especial, no que diz respeito ao seu papel

no controle do desmatamento. Em consonância, Bonham et. al. (2014), correlaciona a capilaridade de financiamento e efetividade de APs no controle do desmatamento. E aponta que a capacidade de órgãos públicos em demonstrar a sustentabilidade financeira de áreas protegidas, pode inclusive facilitar a captura de recursos oriundos de instituições internacionais.

O papel do Estado na construção desta dimensão da capacidade administrativa se torna ainda mais preponderante no que tange aos objetivos de conservação das UCs, ao considerarmos a relativa ineficiência de instrumentos econômicos alternativos, como o pagamento de serviços ambientais, para angariar os recursos financeiros necessários para adequada gestão das mesmas. Hardner (2008) afirma que na região Amazônica-Andes, instrumentos como venda de ingressos, provisão de recursos hídricos, extração de recursos (através de manejo sustentável), bio-prospecção e sequestro de carbono, não possuem demanda na maioria das áreas protegidas.

Entretanto, a incompatibilidade entre os recursos disponíveis e a necessidade real das Unidades de Conservação no país vem sendo apontada há algum tempo. Já em seu nascedouro, o ICMBIO, em parceria com o Funbio, publicou um estudo em 2009 para mensurar o custo individual para criação e manutenção de UCs. O trabalho identificou a necessidade de investimento mínimo de R\$ 700 milhões de reais³, apenas para consolidar os instrumentos de gestão nas 299 UCs existentes no período, desconsiderando custos com administração, regularização fundiária e delimitação de novas áreas protegidas (Muanis; Manuel, 2009).

Para se ter uma ideia, considerando o número de UCs criadas entre 2001 e 2010 e o incremento orçamentário para criação e gestão das mesmas, houve uma redução de 40% em recursos alocados por hectare área demarcada (Medeiros et. al, 2011). Cabe ressaltar, que os dados já consideravam três anos de existência do ICMBio, o que aponta que mesmo após sua criação não houve incremento fiscal suficiente para atender as necessidades de implementação das UCs.

Nos anos subsequentes, entre 2013 e 2016, a tendência de redução do investimento público por km² nas UCs se mantém e é identificada ainda, a desproporcionalidade de gasto por km² nos diferentes biomas no qual as áreas protegidas são demarcadas (da Silva, et. al, 2019). Segundo os autores, tal diferenciação indica que o investimento direto para a criação de Unidades de Conservação, são influenciados por dois vetores: avaliações técnicas da

³ Valores não corrigidos pela inflação

burocracia, que levam à maior probabilidade de instalação de UCs em áreas cujo contexto socioeconômico possibilite maior relação de custo/benefício para as áreas demarcadas, bem como a influência de grupos de interesse e decisões políticas, na alocação de recursos.

Da Silva et al (2021), afirmam que em 2016 apenas 23.5% das UCs federais, teriam recursos mínimos suficientes para gerir adequadamente seus territórios. Os autores apresentam uma série de contribuições sobre o estado da arte do financiamento público nas UCs: a) apesar de custar menos por km², grandes áreas protegidas tendem a possuir maior déficit; b) novas unidades de conservação tendem a possuir menos recursos que UCs mais velhas; c) unidades de conservação demarcadas em áreas de maior IDH recebem mais recursos; d) o bioma Amazônico, apesar dos inúmeros programas específicos para a região, é o que possui maior déficit de financiamento; e) não há diferenças em déficits orçamentários, entre unidades de proteção integral e unidade de uso sustentável.

A partir destas evidências, temos certa clareza sobre o estado da arte em termos do macro financiamento das UCs no país, sobretudo no que diz respeito às políticas finalísticas do órgão, ou seja, a aplicação orçamentária especificamente nas áreas protegidas. Entretanto, há uma carência de abordagens que considerem a variação longitudinal da aplicação orçamentária especialmente após fundação do ICMBio e como esta se alterou ao longo dos diferentes governos, bem como abordagens que verifiquem especificamente os gastos em administração. Já que estes são essenciais não só para manutenção física das unidades, para compra e aquisição de materiais, custos de locomoção para atividades de monitoramento e fiscalização, contratação dos servidores públicos para gerir tais unidades. É a partir da disponibilidade destes recursos que os diversos níveis da burocracia, construirão suas estratégias de ação. Se não há gasolina, por exemplo, como os servidores na ponta poderão se deslocar territorialmente para garantir a realização de atividades de fiscalização? Se houverem cortes orçamentários em administração, como o alto escalão poderá postular estratégias de qualificação de seus servidores, através de cursos profissionalizantes?

Estes gastos, contudo, são subservientes a um objetivo maior: a implementação de políticas finalísticas, com vias ao alcance de resultados a partir do framework de ação, estabelecido pelo órgão e as prioridades estabelecidas em termos objetivos a serem alcançados (Costa, 2012). Dessa forma, ao desintegrar a análise da evolução orçamentária em duas dimensões (administração e políticas finalísticas), tem-se como objetivo verificar não apenas a evolução destes gastos, mas também em que medida foi dado enfoque às políticas implementadas pelo órgão e não somente à sua manutenção de suas estruturas formais de atuação.

3.2. Importância das Capacidades Administrativas Para as Políticas de Unidades de Conservação

A relevância das Unidades de Conservação (UCs) no Brasil é inquestionável, tanto para a preservação da biodiversidade quanto para o fornecimento de serviços ecossistêmicos essenciais, como regulação climática, proteção de recursos hídricos e promoção do turismo sustentável e controle do desmatamento (Ávila, 2024). Conforme destacado por Rylands e Brandon (2005), o Brasil, por abrigar a maior parte da Floresta Amazônica e outros biomas megadiversos, ocupa uma posição estratégica na conservação global.

Ao passo em que as UCs funcionam como barreiras contra a destruição de habitats, como mecanismos de mitigação das mudanças climáticas e como promotores de desenvolvimento sustentável por meio do turismo ecológico e da manutenção de serviços ecossistêmicos essenciais (Fonseca et al., 2010). Entretanto, a efetividade dessas áreas enfrentam diversos desafios estruturais e administrativos, limitando sua capacidade de cumprir plenamente seus objetivos.

Entre os principais desafios enfrentados pelas UCs brasileiras, destacam-se a pressão por desmatamento e atividades ilegais, como mineração e caça predatória, que são agravadas pela insuficiência de fiscalização e pela falta de integração entre políticas públicas. Bastos et al. (2014) observam que, no estado do Pará, UCs enfrentam dificuldades na implementação de seus planos de manejo devido à fragilidade institucional e à escassez de recursos técnicos e financeiros. Problemas estes, que também afetam biomas como a Amazônia e a Mata Atlântica, que sofrem pressões relacionadas à expansão agrícola, conforme destacado por Pinto (2014).

A isso se somam problemas relacionados à participação social na gestão das UCs, que embora prevista no Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), frequentemente se revela insuficiente ou limitado a processos consultivos formais, conforme evidenciado por Machado et al. (2012). Apesar de o ICMBio ter desempenhado papel relevante na inclusão de comunidades locais no processo decisório, o órgão ainda enfrenta limitações decorrentes da falta de autonomia administrativa e da insuficiência de recursos na ponta da política (Mendonça e Talbot, 2014).

Os achados acima demonstram um descompasso entre o arcabouço legal e a realidade prática, gerando lacunas na governança e legitimidade do órgão nas regiões onde são delimitadas as Unidades de Conservação. O aprimoramento das capacidades administrativas do órgão, especialmente a qualidade burocrática e a sustentabilidade financeira, emerge,

portanto, como elementos centrais para superar tais desafios e assegurar a efetividade das UCs. Mercadante (2007) ressalta que o avanço na implementação do SNUC depende substancialmente da profissionalização dos gestores das unidades de conservação e do fortalecimento institucional não só do ICMBio, como das próprias UCs.

Exemplo empírico da correlação positiva do incremento de capacidades e qualidade da política, é observado por Muñoz Brenes et al. (2018), que ao analisarem Áreas Protegidas na América Central, identificaram que áreas com maior capacidade administrativa apresentaram melhores resultados na preservação dos biomas. De maneira semelhante, (Valdivieso et al, 2023) ao analisar Áreas Protegidas em cinco países distintos, aponta que a eficiência de suas gestões, estão diretamente associadas à capacidade decisória dos formuladores da política frente às pressões econômicas e/ou políticas e à alocação adequada de recursos financeiros.

Similarmente, Fonseca et al. (2010) mostra como iniciativas de restauração florestal na Mata Atlântica foram impulsionadas sobretudo pela aplicação orçamentária estratégica, que foram capazes de gerar resultados significativos na recuperação e restabelecimento de serviços ecossistêmicos do bioma. Pinto (2014), por sua vez, observa que projetos de manejo sustentável envolvendo comunidades locais, a partir da qualificação profissional dos servidores em estratégias de gestão participativa, como na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá, têm gerado resultados significativos na conservação e no desenvolvimento socioeconômico.

A interação entre qualidade burocrática e capacidade fiscal como vetores de ampliação da efetividade da política de áreas protegidas também é demonstrado por Teel et al. (2013) na Índia. Os autores apontam que a ampliação de recursos técnicos e financeiros, através do estabelecimento de parcerias institucionais, fortaleceu a gestão das áreas protegidas no país, promoveram maior engajamento das comunidades locais e ampliaram os índices de conservação dos biomas.

Em contrapartida, a ausência de capacidades administrativas compromete a eficácia das Áreas Protegidas, como destacado por (Gill et al, 2017). Em sua análise de áreas marinhas protegidas globais (que inclui UCs no Marinhas do Brasil), os autores observaram que a falta de financiamento e de pessoal capacitado resultou em graves déficits de desempenho, incluindo a falha em proteger adequadamente espécies ameaçadas. Em áreas protegidas da África, a fragilidade financeira associada à ausência de uma burocracia qualificada, intensificou os problemas de gestão territorial, tornando-as alvos fáceis para atividades ilegais e resultando na perda de biodiversidade em larga escala (Pringle, 2017).

Garcia e Burns (2022) corroboram essa análise ao destacarem que, na Patagônia, falhas na articulação entre burocracias ambiental e florestal oriundas especialmente do baixo financiamento de suas instituições, limitaram a capacidade de projeção de poder em áreas protegidas remotas, comprometendo o controle territorial e a preservação da biodiversidade.

No centro de poder político do país (Brasília), De Marques et. al. (2015) ilustra ainda que os parques do Distrito Federal sofrem com a precariedade de recursos financeiros, o que inviabiliza ações essenciais, como a manutenção da infraestrutura e a contratação de equipes de fiscalização. Limitações estas, que se tornam ainda mais evidentes em regiões de alta vulnerabilidade ambiental e social, onde a combinação de fragilidade financeira e burocrática amplia os problemas de gestão.

Dessa forma, torna-se evidente que a efetividade das UCs depende de um equilíbrio entre capacidade administrativa, financiamento e governança participativa. A literatura demonstra para a necessidade de investimentos contínuos na formação de gestores, no fortalecimento de parcerias institucionais e na alocação estratégica de recursos. A partir de um modelo de gestão que combine eficiência burocrática, autonomia financeira e inclusão social para superar os desafios estruturais e assegurar que as Unidades de Conservação cumpram seu papel crucial na conservação da biodiversidade e no enfrentamento das mudanças climáticas.

Desse modo, este trabalho avança sobre as contribuições acima, a partir do mapeamento das capacidades administrativas no nível *meso*. Pautado no argumento de que a ampliação da efetividade das UCs, estão condicionadas, em grande medida, pela capilaridade financeira do ICMBio como um todo, bem como pela inserção no órgão de uma burocracia bem estruturada, autônoma e profissionalizada, não apenas para gerir as UCs, como também para gerar respostas eficazes a problemas detectados tanto na ponta da política, quanto no processo de formulação e planejamento das estratégias postuladas pela autarquia.

CAPÍTULO 4 - Procedimentos Metodológicos

A partir da discussão apresentada acima, este trabalho se caracteriza enquanto um estudo de caso longitudinal, que busca mapear o processo de consolidação institucional do ICMBio, a partir da evolução de suas capacidades administrativas. Trata-se de um trabalho de natureza evidentemente descritiva-associativa, no qual os objetivos colocados aqui serão alcançados a partir de uma rigorosa e sistemática combinação de coleta de dados, observação e interpretação destes (Holmes, 2024). De modo que se possa, ao final, desenvolver um panorama compreensivo e holístico, capaz de fornecer uma visão abrangente das principais características da evolução institucional do órgão e como se correlaciona com o contexto político-governamental do período analisado. Segundo Gerring (2012), o processo de identificação, coleta, categorização e qualificação dos dados é a principal contribuição desta abordagem. À medida que permite a produção de uma ampla gama de evidências que podem ser aplicáveis a diferentes abordagens causais.

4.1. Estratégias Metodológicas a Partir dos Objetivos

Objetivo Geral: Mapear a evolução das capacidades administrativas do ICMBio no período que abrange os primeiros 15 anos de existência da autarquia (2008-2022). Pergunta geral: como as capacidades administrativas foram construídas ao longo do tempo, com vistas ao fortalecimento do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade entre 2008 a 2022?

Objetivo Específico 1 - Mapear e Avaliar a qualidade da burocracia, a partir dos critérios de autonomia política e profissionalização. Pergunta Específica 1.1: Como se deu a evolução da qualidade da burocracia técnico-operacional nos diferentes governos (entre 2008 a 2022), a partir dos critérios de autonomia e profissionalização?

Estratégia Metodológica: para esta etapa do trabalho, a análise empenhada se deu a partir dos dados disponibilizados pelo Painel Estatístico de Pessoal (PEP) do Governo Federal. A plataforma serve como um agregador de informações acerca dos servidores públicos federais, no qual são disponibilizadas as variáveis utilizadas pelo trabalho: nível escolaridade, carreira (profissionalização) e situação de vínculo (autonomia política).

Objetivo Específico 1 - Mapear e Avaliar a qualidade da burocracia, a partir dos critérios de autonomia política e profissionalização. Pergunta Específica 1.2: Como se deu a

evolução da qualidade alta burocracia nos diferentes governos (entre 2008 a 2022), por meio dos critérios de autonomia e profissionalização?

Estratégia Metodológica: Foram mapeados os ocupantes dos cargos de direção e assessoramento (DAS) 5 e 6, para as unidades administrativas apresentadas no quadro 3. As diretorias selecionadas para o Governo Lula 2, são oriundas do Regimento Interno publicado através do Decreto de Nº 6.100, de 26 de Abril de 2007. Ao longo do período analisado, quatro outros Regimentos Internos foram publicados pelo órgão, contudo, há apenas uma alteração no que diz respeito ao ordenamento das diretorias. Este diz respeito ao Decreto de Nº 7.515, de 8 de Julho de 2011, que unificou a Diretoria de Unidades de Conservação de Proteção Integral e a Diretoria de Uso Sustentável e Populações Tradicionais, dando origem à Diretoria de Criação e Manejo de Unidades de Conservação. O mesmo decreto introduziu ainda, a Diretoria de Ações Socioambientais e Consolidação Territorial em Unidades de Conservação.

Quadro 3 - Diretorias Selecionadas por Governo

Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio)				
Gov. Lula 2	Diretoria de Planejamento, Administração e Logística (DIPLAN)	Diretoria de Unidades de Conservação de Proteção Integral (DIREP)	Diretoria de Unidades de Conservação de Uso Sustentável e Populações Tradicionais (DIUSP)	Diretoria de Conservação da Biodiversidade (DIBIO)
Gov. Dilma 1 à Gov. Bolsonaro	Diretoria de Planejamento, Administração e Logística (DIPLAN)	Diretoria de Criação e Manejo de Unidades de Conservação (DIMAN)	Diretoria de Ações Socioambientais e Consolidação Territorial em Unidades de Conservação (DISAT)	Diretoria de Pesquisa, Avaliação e Monitoramento da Biodiversidade (DIBIO)

Fonte: elaborado pelo autor, 2025.

A análise de perfil ao longo do Governo Lula 2 (2008-2010), Dilma 1 e 2 (2010-2016), Temer (2016-2018) se deu primariamente a partir da base de dados disponibilizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e secundariamente, pelos dados disponibilizados por Pereira et. al. (NO PRELO). Correspondem aos dados secundários o mapeamento de perfil da DIREP, DIUSP e DISAT (2008-2018). Já para a

DIPLAN e DIBIO, a coleta a respeito do perfil dos servidores apresentados pelo IPEA entre 2008 e 2018, foi realizada pelo autor.

Quadro 4 - Síntese Metodológica para o Objetivo Específico 1

	Dimensões	
	1. Qualidade da Burocracia Técnico-Operacional	2. Qualidade da Alta Burocracia
Autonomia	1. Vínculo Funcional	1. Vínculo Funcional
		2. Conflito de Interesse
Profissionalização	1. Carreira Especializada	1. Escolaridade
	2. Nível de Escolaridade	2. Vínculo com Movimentos Sociais
		3. Compatibilidade da Trajetória
Fonte de Dados Primária	Painel Estatístico de Pessoal (PEP)	Planilha Alta Burocracia Ipea e Diário Oficial da União
Fonte de Dados Secundária	Não se aplica	Pereira et. al. (NO PRELO)
Método	Estatística Descritiva	Prosopografia da Alta Burocracia e Estatística Descritiva

Fonte: elaboração própria, 2025.

Compõe as variáveis da base final de dados elaborada: vínculo com a administração pública (efetivo/comissionado) e cargo ocupado. Por meio dessas informações, foram introduzidas novas variáveis, com vias à identificação do perfil e trajetória prévia destes servidores, a partir de análise documental em sites de buscas, tais como LinkedIn, Plataforma Lattes e Escavador e demais informações públicas (tais como currículos, notícias e documentos governamentais). Compõem tais variáveis: compatibilidade entre a trajetória prévia e o cargo ocupado, o nível de escolaridade, área de formação, vínculo com ONGs e movimentos sociais, e conflito de interesse.

Devido à indisponibilidade de dados referentes ao Governo Bolsonaro (2019-2022) na base de dados disponibilizada pelo IPEA, bem como na base de dados secundária, o mapeamento da Alta Burocracia ao longo deste período, se deu por meio da construção de um banco de dados original, através da revisão da Sessão 2 do Diário Oficial da União, que traz as nomeações e exonerações dos servidores públicos federais publicadas, ao longo de todo seu governo (2019-2022). Para tanto, foram buscadas página a página, a sessão de nomeação

do ICMBio ao longo destes quatro anos. Através da identificação destes servidores, as mesmas variáveis expostas no parágrafo anterior, foram mobilizadas para traçar o perfil dos mesmos. A compilação metodológica para o objetivo 1, pode ser verificada integralmente no quadro 4.

Objetivo Específico 2 - Avaliar a evolução orçamentária a partir da proporção de gastos a partir das dimensões de administração e política finalística. Com o objetivo de observar a variação orçamentária do ICMBio ao longo de todo o período analisado, foram utilizados os dados contidos no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento do Governo Federal (SIOP), que agrega o gasto público a partir dos programas e ações governamentais. As descrições detalhadas dos campos selecionados para gerar a planilha de dados estão presentes no Anexo I.

A primeira etapa de operacionalização foi o mapeamento e a classificação dos programas e políticas governamentais por meio das dimensões da pesquisa (Administração e Política Finalística). A segunda etapa de operacionalização da pesquisa foi a análise de estatísticas descritivas do orçamento dos programas selecionados na etapa 1, conforme o quadro 5, no qual foi investigado a proporção do orçamento total pelo governo nos dois eixos (administração e política finalística).

Dimensão 1 – Administração: o primeiro diz respeito às atividades relacionadas à manutenção física das estruturas do órgão e suas unidades descentralizadas ao pagamento de servidores, a formação e capacitação destes, bem como qualquer outra atividade que não diz respeito à implementação dos programas geridos, mas às condições estruturais para que estas ocorram (codificação dos dados apresentada no Anexo II).

Dimensão 2 - Política Finalística: por sua vez, essa dimensão engloba a execução orçamentária do órgão para o cumprimento de suas competências formais, a codificação dos dados (codificação dos dados apresentada no Anexo III). E engloba, portanto, três eixos distintos: a *Criação e Gestão de Unidades de Conservação*, que constituem as atividades voltadas não só a criação, mas a manutenção e ampliação da qualidade de serviços ofertados pelas UCs. Tais como as ações relacionadas à preservação dos biomas nacionais, avaliação de espécies, à pesquisa e monitoramento de ecossistemas, ao licenciamento ambiental, à visitação pública, educação ambiental, participação social, dentre outras. As atividades de *Consolidação Territorial e Fiscalização* compreendem de modo geral, a manutenção da integridade territorial das UCs a partir de atividades como fiscalização, regularização fundiária, consolidação territorial e prevenção/combate a incêndios. E a proteção e defesa de *Povos e Comunidades Tradicionais*, que compreende as ações que tenham interface principal,

a inserção de tais grupos no processo de gestão socioambiental das UCS. Tais como o apoio ao extrativismo e manejo florestal comunitário, à educação de base sustentável e programas de transferência de renda. Cabe ressaltar, que a codificação dos dados para esta dimensão orçamentária foi segmentada como apresentado acima, em três eixos. Contudo, dado que o trabalho tem como enfoque a análise de construção das capacidades administrativas do ICMBio e não a evolução dos instrumentos da política, estes por sua vez foram analisados de forma agrupada.

Quadro 5 - Síntese Metodológica para o Objetivo Específico 2

	Dimensões	
	1. Gastos Totais por Eixo	2. Evolução dos Gastos Totais por Eixo
Fonte de Dados	Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento do Governo Federal (SIOP)	
Método	Estatística Descritiva	

Fonte: elaboração própria, 2025.

Não compreende enquanto objetivo deste trabalho a investigação em profundidade da evolução de competências ICMBio e suas Diretorias, através da análise de conteúdo. Contudo, na medida em que capacidades administrativas são desenvolvidas para dar suporte ao alcance de objetivos específicos do Estado, empreendeu-se enquanto ferramenta narrativa a descrição evolutiva das competências do órgão e suas diretorias, através dos regimentos internos publicados ao longo do lapso temporal analisado, como forma de compreender sua atuação e atribuições conforme apresentado no quadro 6.

Quadro 6 - Documentos Formais para Análise de Competências

Decretos	Portaria
Decreto Nº 6.100 de 26 de Abril de 2007	
Decreto Nº 7.515, de julho de 2011	Portaria nº 116, de 28 de Dezembro de 2011
	Portaria nº 139, de 03 de janeiro de 2013
Decreto Nº 8.974, de 24 de janeiro de 2017	Portaria nº 74, de 09 de Fevereiro de 2017
	Portaria de nº 1162, de 27 de Dezembro de 2018
Decreto Nº 10.234 de fevereiro de 2020	Portaria nº 582, de 20 de setembro de 2021

Fonte: elaboração própria, 2025.

Nesse sentido, compreendem como ferramentas de suporte à construção narrativa do trabalho, também: dados coletados através de sites, que continham informações relevantes para a contextualização do período político/ambiental do país e alguns relatórios de gestão publicados pelo ICMBio que deram suporte especialmente às conclusões do período governamental do Governo Dilma 2/Temer.

Por fim, com o objetivo de delimitar o caso a ser explorado e a adequabilidade do framework de análise, a fase exploratória desta dissertação contou com a realização de quatro entrevistas abertas no mês de agosto de 2024. Para tanto, mapeamos os coordenadores da atual administração federal com maior tempo de ocupação em cargos de gestão no ICMBio. Ao final, foram entrevistados um servidor da Diretoria de Criação e Manejo de Unidades de Conservação (DIMAN), dois servidores da Diretoria de Ações Socioambientais e Consolidação Territorial em Unidades de Conservação (DISAT), e um servidor da Diretoria de Pesquisa, Avaliação e Monitoramento da Biodiversidade (DIBIO), conforme observado no Anexo IV.

CAPÍTULO 5 - Resultados

5.1. Governo Lula 2 (2008-2010)

5.1.1. As Competências Formais das Diretorias do ICMBio Durante o Governo Lula 2

A partir do Regimento Interno, aprovado pelo Decreto nº 6.100, de 26 de Abril de 2007 (quadro 7), o ICMBio foi inicialmente estruturado em quatro diretorias: Diretoria de Planejamento, Administração e Logística (DIPLAN), Diretoria de Unidades de Conservação de Proteção Integral (DIREP), Diretoria de Unidades de Conservação de Uso Sustentável e Populações Tradicionais (DIUSP), e Diretoria de Conservação da Biodiversidade (DIBIO).

A Diretoria de Planejamento, Administração e Logística (DIPLAN) tem como função principal neste período, a gestão orçamentária, execução financeira e administração de recursos humanos, materiais, patrimoniais e tecnológicos. Sua competência inclui a elaboração do planejamento estratégico, a normatização de processos administrativos e a gestão da tecnologia da informação. São vinculados a ela os processos operacionais do instituto, destacando-se a Coordenação Geral de Administração e Tecnologia da Informação e a Coordenação Geral de Finanças e Arrecadação.

A Diretoria de Unidades de Conservação de Proteção Integral era responsável pela criação e gestão de unidades de conservação de proteção integral, incluindo o monitoramento e a regulação do uso de recursos naturais. De modo que sua atuação era voltada especificamente para a preservação estrita de ecossistemas, com foco no controle de atividades que pudessem impactar negativamente as áreas protegidas. A Coordenação Geral de Unidades de Conservação de Proteção Integral era a unidade vinculada que executava essas ações.

Quadro 7 - Competências Formais das Diretorias do ICMBio e suas Unidades Administrativas ao longo do Governo Lula 2

Decreto Nº 6.100 de 26 de Abril de 2007				
Diretoria	Diretoria de Planejamento, Administração e Logística	Diretoria de Unidades de Conservação de Proteção Integral	Diretoria de Unidades de Conservação de Uso Sustentável e Populações Tradicionais	Diretoria de Conservação da Biodiversidade

Competência	Art. 11. À Diretoria de Planejamento, Administração e Logística compete: I - elaborar e propor o planejamento estratégico do Instituto Chico Mendes, supervisionar e avaliar o desempenho das suas atividades, normatizar, executar e acompanhar o orçamento, promover a articulação institucional e a gestão da tecnologia da informação; e II - coordenar, executar, normatizar, controlar, orientar e supervisionar as atividades inerentes aos sistemas federais de gestão da administração pública federal, referentes a recursos humanos, materiais, patrimoniais, contabilidade, execução financeira e serviços gerais, bem como promover o gerenciamento da arrecadação.	Art. 12. À Diretoria de Unidades de Conservação de Proteção Integral compete coordenar, controlar, supervisionar, normatizar, monitorar e orientar a execução das ações referentes à proposição de criação e gestão das unidades de conservação federais de proteção integral e ao controle do uso do patrimônio espeleológico.	Art. 13. À Diretoria de Unidades de Conservação de Uso Sustentável e Populações Tradicionais compete coordenar, planejar, controlar, supervisionar, normatizar, monitorar, orientar e avaliar a execução das ações federais referentes à educação ambiental e à proposição de criação, gestão e manejo das unidades de conservação das categorias de Reservas Extrativistas, Reservas de Desenvolvimento Sustentável Federais, Florestas Nacionais, Áreas de Proteção Ambiental e Reservas da Biosfera.	Art. 14. À Diretoria de Conservação da Biodiversidade compete coordenar, controlar, supervisionar, normatizar, monitorar, orientar e avaliar a execução das ações federais referentes à pesquisa para conservação de espécies da biodiversidade.
Unidades Adm. Vinculadas	1. Coordenação Geral de Administração e Tecnologia da Informação 2. Coordenação Geral de Planejamento 3. Coordenação Geral de Finanças e Arrecadação 4. Coordenação Geral de Gestão de Pessoas	1. Coordenação-Geral de Unidades de Conservação de Proteção Integral; 2. Coordenação Geral de Uso Público e Negócios 3. Coordenação Geral de Proteção Ambiental	1. Coordenação Geral de Gestão Socioambiental 2. Coordenação Geral de Consolidação Territorial 3. Coordenação Geral de Populações Tradicionais	1. Coordenação Geral de Manejo para Conservação; 2. Coordenação Geral de Pesquisa

Fonte: elaborado pelo autor, 2025.

Por sua vez, a Diretoria de Unidades de Conservação de Uso Sustentável e Populações Tradicionais tinha competência na gestão de reservas extrativistas, florestas nacionais e áreas de proteção ambiental, assegurando a participação das comunidades locais na gestão ambiental. Sua atuação incluía a promoção do uso sustentável dos recursos naturais e a integração das populações tradicionais nas políticas de conservação. A Coordenação Geral de Gestão Socioambiental e a Coordenação Geral de Populações Tradicionais eram as unidades responsáveis por essas atividades.

Já a Diretoria de Conservação da Biodiversidade supervisionava pesquisas e medidas para a conservação de espécies ameaçadas, orientando estratégias de proteção e reintrodução. Sua competência incluía a coordenação de pesquisas científicas e a elaboração de planos de ação para a conservação da biodiversidade. A Coordenação Geral de Manejo para Conservação e a Coordenação Geral de Pesquisa eram as unidades vinculadas que executavam essas ações.

5.1.2. Mapeamento e Análise de Perfil da Alta Burocracia

Ao longo dos primeiros anos da criação do instituto correspondentes ao segundo mandato do presidente Lula, foram identificados 8 profissionais alçados aos postos de alta direção: 3 na Diretoria de Unidades de Conservação de Uso Sustentável e Populações Tradicionais (Diusp), 1 na Diretoria de Unidades de Conservação de Proteção Integral (DIREP), 2 na Diretoria de Conservação da Biodiversidade, 1 na Diretoria de Planejamento, Administração e Logística (DIPLAN) e o Presidente do órgão. Ressalta-se que a nomenclatura das Diretorias, assim como o ordenamento da estrutura organizacional do órgão, diz respeito ao Decreto nº 6.100, de 26 de Abril de 2007. Este é alterado em 2011, trazendo a fusão da DIREP e DIUSP, em uma única diretoria: a Diretoria de Criação e Manejo de Unidades de Conservação (DIMAN) e introduzindo a Diretoria de Ações Socioambientais e Consolidação Territorial de Unidades de Conservação.

Em relação ao vínculo com a administração pública, 75% (6) eram compostos por servidores públicos advindos do IBAMA, órgão do qual o ICMBIO foi desmembrado (quadro 8). Apenas uma servidora efetiva foi requisitada de outro órgão: Silvana Canuto Medeiros, oriunda do Ministério da Agricultura e Pecuária, que ocupou a Diretoria de Planejamento, Administração e Logística (DIPLAN) entre 2008 e 2013.

Quadro 8 - Perfil da Alta Burocracia do ICMBIO no Gov. Lula 2 (2008-2010)

Perfil da Alta Burocracia ICMBIO (2008-2010)			
		%	Valores Totais
Vínculo Funcional	Servidor Efetivo	75	6
	Comissionado	12,5	1
	Requisitado	12,5	1
		%	Valores Totais
Trajetória Profissional	Público	87,5	7

	Privado	12,5	1
		%	Valores Totais
Compatibilidade da Trajetória Prévia	Sim	75	6
	SI	25	2
		%	Valores Totais
Nível de Escolaridade	Graduação	50	4
	Mestrado	37,5	3
	Especialização	12,5	1
		%	Valores Totais
Área de Formação	Ciências Agrárias	50	4
	Ciências Ex. e da Terra	25	2
	Ciências Humanas	12,5	1
	Ciências Biológicas	12,5	1
		%	Valores Totais
Vínculo com ONG's e/ou Movimentos Sociais	Não	75	6
	SI	25	2
		%	Valores Totais
Conflito de Interesse	Não	75	6
	SI	25	2

Fonte: elaborado pelo autor, 2025.

Nos anos subsequentes a mesma foi apontada a Diretora mais poderosa do órgão⁴, chegando a ocupar a presidência do ICMBio inteiramente em 2012, durante o Governo de Dilma Rousseff. Entretanto, não foi possível encontrar informações a respeito de sua trajetória prévia antes de assumir o posto.

Apenas um servidor, Paulo Henrique Borges, que ocupou a Diretoria de Unidades de Conservação de Uso Sustentável e Populações Tradicionais (DIUSP), entre maio e agosto de 2008, não era servidor público efetivo. Entretanto, cabe ressaltar que, entre 2003 e 2007, o mesmo foi assessor especial do MMA. Tendo participado, inclusive, do processo de estruturação administrativa do IBAMA ao longo deste período. Ao longo do mesmo período, os servidores efetivos (ou ativo permanente) em cargos de alta direção no IBAMA eram de

⁴ <https://oeco.org.br/salada-verde/27103-exonerada-silvana-canuto-a-mulher-forte-do-icmbio/>

46,7% e no Ministério do Meio Ambiente, esse número cai para 5,8%, no qual 63,8% dos nomeados eram comissionados (Pereira et. al., NO PRELO).

A compatibilidade profissional prévia para ocupação do cargo é alta, 75% (quadro 8). Ou seja, 6 dos 8 servidores, possuíam as credenciais necessárias para ocupar seus respectivos cargos, seja em termos de formação, quanto em termos de cargos prévios ocupados na área ambiental. Os outros dois servidores, dizem respeito aos profissionais: Silvana Canuto Medeiros e Ricardo José Soavinski. No caso de ambos, não foi possível encontrar informações claras a respeito de sua trajetória prévia a 2008.

Como servidora cedida do Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA), Silvana possivelmente possuía trajetória compatível (apesar de não termos identificado qual). Já Ricardo José possui uma série de cargos compatíveis com a área ambiental após sua saída do ICMBIO, inclusive retornando em 2016 como presidente do órgão durante o Governo Temer. Entretanto, não foi possível identificar os cargos que este ocupou antes de chegar à presidência e, portanto, aferir a compatibilidade de sua trajetória à época de sua nomeação. Dessa forma, a partir das informações coletadas e das métricas adotadas por este trabalho, não foi possível afirmar a compatibilidade profissional de ambos, prévia à 2008. Ambos os casos foram classificados como *sem informação*.

Em relação ao nível de escolaridade, 50% possuíam o ensino superior completo e 37,5%, correspondendo a 3 servidores, possuíam mestrado (quadro 8) e um possuía especialização, totalizando 12,5% do total. No mesmo período, tanto no Ibama, quanto nas secretarias do MMA, os nomeados aos cargos de alto escalão não possuíam nenhum servidor com pós-graduação (Pereira et. al., NO PRELO). A área de formação dominante entre estes profissionais são as Ciências Agrárias, com 50% (quadro 8). Em seguida, com 25% (quadro 8) representados pelos servidores Júlio César Gonchorosky e Ricardo José Soavinski, vem a área de Ciências Exatas e da Terra. Formada em Direito, Silvana é a única representante das Ciências Humanas. Marcelo Marcelino de Oliveira, formado em Ciências Biológicas, é o único representante das Ciências Biológicas.

Não foi identificado nenhum servidor com algum tipo de vínculo com movimentos sociais e ONGs. E os dois que não foram passíveis de informações conclusivas para o período, Silvana Canuto Medeiros e Ricardo José Soavinski, com base em suas trajetórias posteriores à saída do órgão, é possível inferir que estes também não eram oriundos de nenhuma ONG ou movimento social. Elencamos, enquanto critérios centrais para o nível de profissionalização da alta burocracia, dois elementos: o nível de escolaridade, a compatibilidade da trajetória prévia com o cargo ocupado e o vínculo com movimentos

sociais e ONGs. Nesse sentido, durante o Governo Lula 2, o ICMBio apresenta uma burocracia altamente qualificada, inclusive melhores, se comparados com o Ibama e o MMA de modo geral e são caracterizadas, sobretudo, a partir de sua experiência no serviço público ambiental, com baixa inserção de nomeações oriundas do terceiro setor.

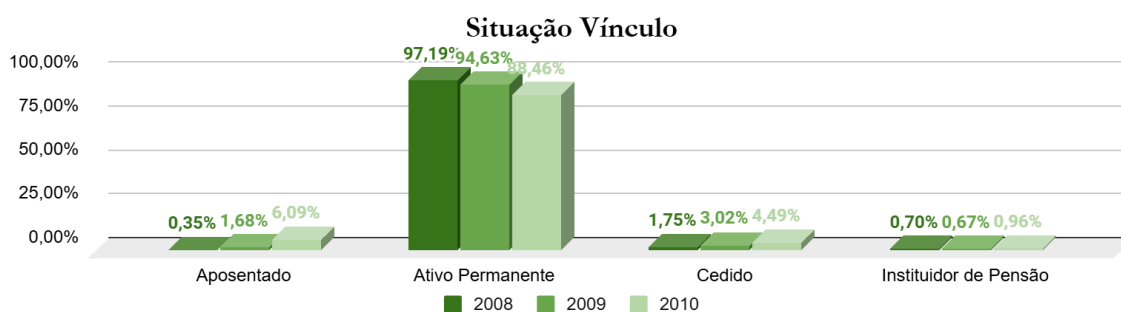
Nenhum servidor apresentou conflito de interesse. E novamente, os servidores para os quais não foi possível encontrar informações precisas são Silvana Canuto Medeiros e Ricardo José Soavinski. Ou seja, a partir do critério de autonomia, este período não aponta para uma burocracia comprometida com setores econômicos, extrativistas ou de grande impacto ambiental. Além disso, ao passo em que a maior parte destes servidores são funcionários públicos efetivos, é possível que haja ainda menor pressão política sobre suas decisões.

5.1.3. Panorama Geral da Burocracia do ICMBio

Já em seu nascedouro, o órgão se apresenta enquanto uma instituição de alto nível em termos de qualidade burocrática. A partir do critério de autonomia política, aferido pela proporção de servidores com vínculo formal com a administração pública, o ICMBio é composto em seu primeiro ano, por quase 100% de seus servidores como ativos permanentes (97,19%) em 2008 (gráfico 1). Gradualmente, esse número cai ao longo dos anos, atingindo 88,46% em 2010 (gráfico 1), mas ainda se mantém em uma taxa elevada. O que pode ser tanto um reflexo da construção objetiva, de uma burocracia técnico-operacional melhor capacitada, quanto resultado natural da desmembração das estruturas do Ibama e o respectivo processo de remanejamento de servidores, para a criação do órgão.

Neste mesmo período, a taxa de servidores cedidos, também se amplia, saindo de 1,75% no primeiro ano, para 4,49% em 2010 (gráfico 1).

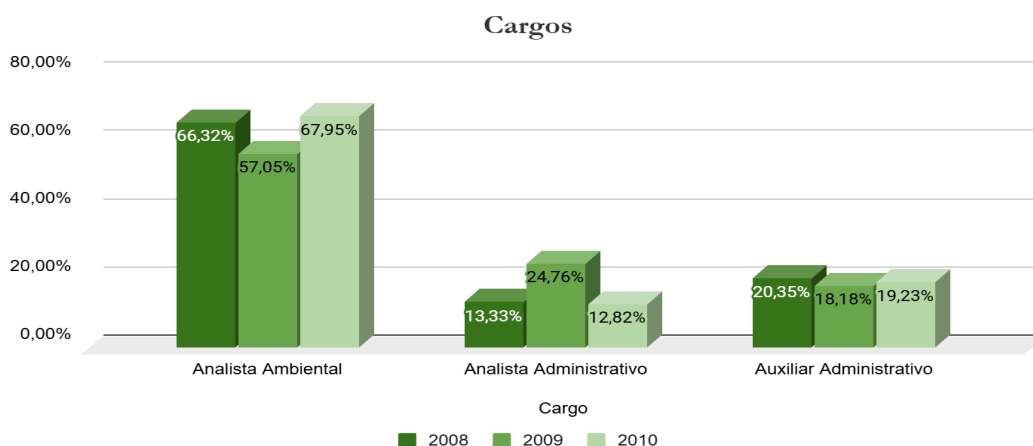
Gráfico 1 - Situação de Vínculo ICMBIO (2008-2010)



Fonte: elaboração própria a partir de dados disponibilizados no PEP, 2025.

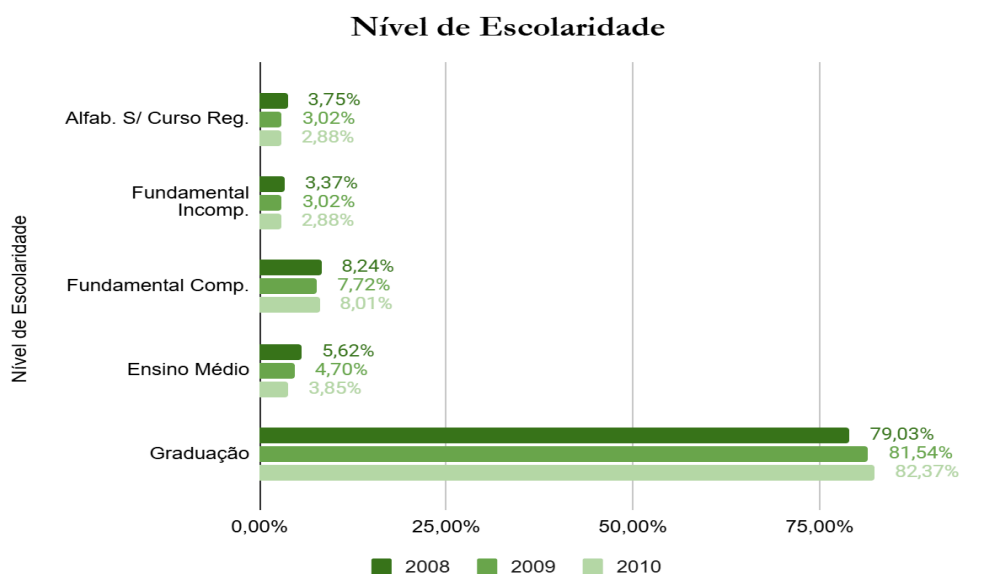
No que diz respeito ao critério de profissionalização, há uma forte predominância da carreira de Analista Ambiental, sendo esta responsável pelo planejamento estratégico e organizacional para dar cabo às políticas finalísticas do órgão, atingindo 67,95% em 2010 (gráfico 2). Já em termos de escolaridade o órgão apresenta valores medianos, ao passo em que majoritariamente (70,03% em 2008 e 82,37% em 2010), o nível máximo de formação de seus servidores era a graduação (gráfico 3).

Gráfico 2 - Composição de Carreiras ICMBio (2008-2010)



Fonte: elaborado pelo autor, 2025.

Gráfico 3 - Nível de Escolaridade ICMBio (2008-2010)

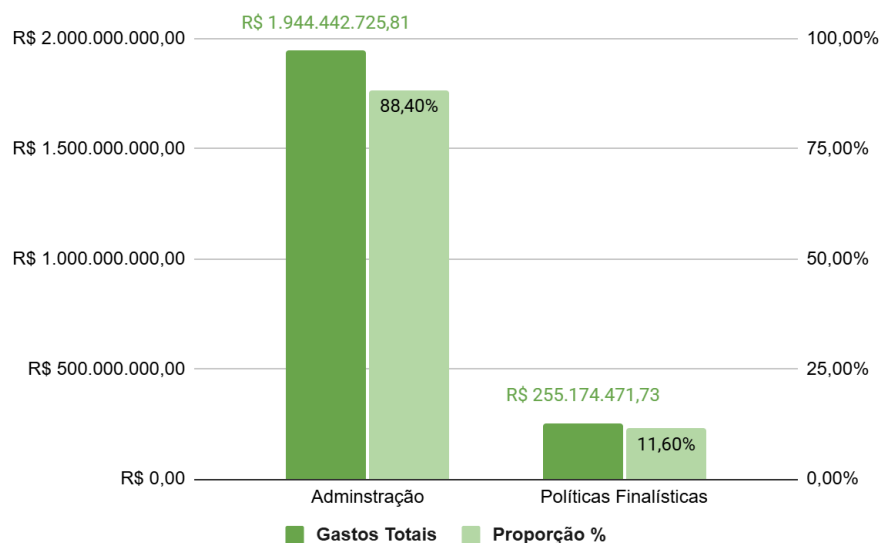


Fonte: elaborado pelo autor, 2025.

5.1.4. Análise Orçamentária

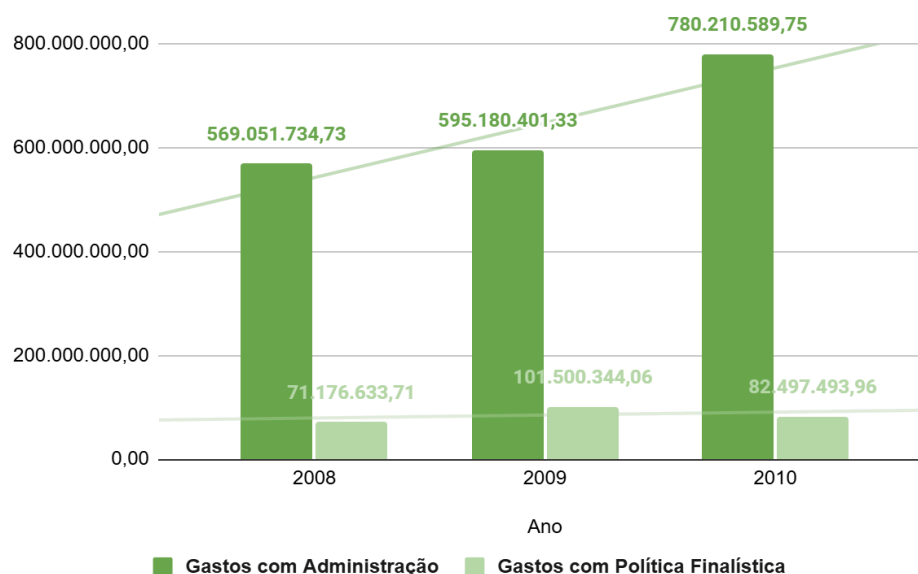
A soma total do orçamento do ICMBIO ao longo dos três anos iniciais de sua fundação foi de R\$2.199.617.197, 54 (gráfico 5). Considerando suas competências formais e o escopo no qual sua atuação se dá em todo território nacional, é uma quantia ínfima. Os gastos com administração somam quase a totalidade do valor empenhado, totalizando R\$1.944.442.725,85 e correspondente a 88,40% dos desembolsos (gráfico 4). Já as políticas finalísticas, foram responsáveis por 11,60% dos gastos totais, com R\$255.174.471,73 (gráfico 5). No eixo administração, os dados apontam para a estabilidade orçamentária nos dois anos iniciais e uma ampliação significativa, no ano de 2010, com R\$780.210.589,75 (Gráfico 5). Para o eixo políticas finalísticas, também não houve grandes variações orçamentárias, permanecendo estáveis ao longo dos anos, com o maior aporte no ano de 2009, com R\$101.500.3,06 (gráfico 5).

Gráfico 4 - Proporção de Gastos Totais ICMBio (2008-2010)



Fonte: elaboração própria, 2025.

Gráfico 5 - Evolução dos Gastos Totais por Eixo - ICMBIO (2008-2010)



Fonte: elaboração própria, 2025.

5.1.5. Breve Contexto da Política Ambiental no Governo Lula II e Intersecções com os Resultados Encontrados

O primeiro mandato do presidente Lula marca a expansão das políticas ambientais brasileiras, o segundo (2007-2010) é marcado pela expansão do projeto neodesenvolvimentista para o fortalecimento da economia (Morais; Saad-Filho, 2011). Expresso especialmente a partir do alto investimento em obras de infraestrutura, através do Programa de Aceleração ao Crescimento (PAC), lançado em 2007. A nova prioridade do governo desvelou as diversas contradições entre os processos de crescimento econômico e os pilares da preservação ambiental, causando, em certa medida, a implosão da estratégia conciliatória entre ambientalistas e desenvolvimentistas, no coração do governo (Castelo et. al., 2018).

Tal conflito é especialmente latente no bioma Amazônico, que passa a ser palco para instalação de grandes projetos de usinas hidrelétricas, como Belo Monte e Tucuruí (Pereira, 2013). Tencionando interesses divergentes, em relação ao ordenamento territorial da região, sobretudo no que tange à proteção da biodiversidade e dos povos e comunidades tradicionais (Fearnside, 2012).

Portanto, quando uma estrutura especializada é criada, com vias à ampliação da efetividade das Unidades de Conservação, visando consolidar o processo de expansão e gestão de tais áreas. Simultaneamente, há uma modificação estrutural na macro agenda

governamental do período, que elenca como objetivo central do governo, o estabelecimento de estratégias desenvolvimentistas para o crescimento econômico, muitas vezes em contraposição aos interesses de conservação ambiental. O que leva inclusive, ao pedido de exoneração de Marina Silva do posto de Ministra do Meio Ambiente, em decorrência das pressões do próprio governo, para que o Ibama facilitasse os processos de licenciamento ambiental na Amazônia, para instalação das obras de infraestrutura previstas pelo PAC (BBC Brasil, 2008).

De modo que um dos motivadores iniciais desta dissertação, foi justamente identificar se ao longo da estruturação do órgão, houve descomprometimento em relação à construção das capacidades administrativas necessárias para que o ICMBio pudesse conduzir de maneira eficaz, a complexa tarefa de formular e implementar as políticas de Unidades de Conservação no país. Sobretudo tendo em vista o forte papel que Marina Silva teve na própria instituição da autarquia (Bolzan, 2023).

A guisa, entretanto, da modificação da prioridade governamental do período, no qual a seleção de estratégias desenvolvimentistas na condução da macro agenda federal se torna uma máxima, não foi identificado neste trabalho, sinais de descomprometimento com os objetivos que levaram à fundação do órgão em primeiro lugar.

Apesar dos desafios em termos de gestão e financiamento, demonstrados no diagnóstico realizado pelo IBAMA em parceria com o WWF em 2007, que avaliou 246 UCs federais e evidenciou a necessidade urgente de investimentos em regularização fundiária, elaboração de planos de manejo, fiscalização e infraestrutura para o efetivo funcionamento das UCs (Ibama/WWF, 2007), mencionados na sessão teórica, do ponto de vista orçamentário, apesar dos desafios estruturais e das limitações iniciais de financiamento, o ICMBio recebeu um aporte significativo ao longo do período. Entre 2008 e 2010, foram alocados R\$2,19 bilhões ao órgão, com R\$1,94 bilhões destinados à administração, refletindo um esforço para estruturar a autarquia. No entanto, as políticas finalísticas receberam apenas 11,6% do orçamento total, evidenciando certo descompasso entre os investimentos em gestão e a execução direta das competências formais do órgão em proteger a biodiversidade nacional.

Paralelamente, a criação de uma burocracia técnico-operacional profissionalmente qualificada e autônoma para gerir e formular as políticas de Unidades de Conservação (UCs) indicam que apesar das pressões para flexibilização das normas ambientais, o governo manteve um compromisso com o fortalecimento administrativo do órgão. Dado que a profissionalização do corpo técnico é um dos principais fatores para garantir a continuidade e

efetividade de políticas públicas (Gomide et.al., 2021) e a composição do corpo técnico-operacional foi marcada pela predominância da carreira especializada de Analista Ambiental (67,7% dos servidores em 2010) e por servidores graduados (82,37% em 2010).

Além disso, a ampla proporção de servidores efetivos (88,46% em 2010) aponta o comprometimento com avaliações técnicas, em detrimento de uma possível captura de interesses políticos e inversão de seus objetivos de conservação, através da inserção de cargos comissionados. Entretanto, é importante ressaltar, que à época, o baixo número de servidores atuando nas UCs *in loco*, foi um problema recorrente apontado por servidores da recém-criada autarquia. Sobretudo no que diz respeito à permanência de quadros qualificados, em áreas remotas do país, comprometendo a fiscalização ambiental e a implementação de planos de manejo, especialmente em regiões remotas (Camphora, 2009).

No que diz respeito à alta burocracia, os resultados apontam também para um alto grau de autonomia e profissionalização dos servidores, dado a inexistência de conflito de interesses e compatibilidade prévia de 50% dos nomeados aos postos de alto escalão. Nota-se ainda, que 75% dos nomeados eram oriundos da administração pública, os dados apontam um desacoplamento de indicações advindas de movimentos socioambientais apontados por Hochstetler (2017) a partir do Governo de Dilma Rousseff, já durante o Governo Lula 2 no caso do ICMBio.

Dessa forma, a análise evidencia que, embora o governo Lula 2 tenha priorizado uma agenda de crescimento econômico com forte impacto ambiental, houve simultaneamente uma estruturação robusta do ICMBio. Esse período pode ser caracterizado pelo fortalecimento das capacidades administrativas, marcado pela qualidade tanto da burocracia técnico-operacional, quanto da alta burocracia e pela expansão orçamentária, mesmo diante de desafios relacionados à execução das políticas finalísticas (ICMBio, 2008) e ao impacto de grandes empreendimentos de infraestrutura sobre a conservação ambiental.

5.2. Governo Dilma 1 (2011 - 2014)

5.2.1. Alterações nas Competências Formais das Diretorias do ICMBio Durante o Governo Dilma 1

Com a reestruturação do Regimento Interno do órgão através do Decreto N° 7.515, de julho de 2011, apresentado no quadro 9, a Diretoria de Planejamento, Administração e Logística manteve suas funções, mas absorveu novas responsabilidades relacionadas à organização institucional e inovação administrativa. Isso incluiu a modernização dos processos internos, o aprimoramento da gestão documental e a implementação de novas diretrizes para otimização da governança corporativa do instituto. A Portaria nº 116, de 28 de Dezembro de 2011, especificou a nomenclatura das unidades administrativas vinculadas, consolidando a estrutura do ICMBio sem especificar como as competências da diretoria, se traduziram nas atividades de cada uma de suas unidades administrativas vinculadas.

A Diretoria de Criação e Manejo de Unidades de Conservação (DIMAN) foi criada para consolidar as funções da antiga Diretoria de Unidades de Conservação de Proteção Integral (DIREP) e da Diretoria de Unidades de Conservação de Uso Sustentável e Populações Tradicionais (DIUSP). Essa nova diretoria centralizou a elaboração e revisão de planos de manejo, o monitoramento ambiental e a proteção das unidades de conservação. A criação dessa diretoria foi acompanhada pela formação de unidades vinculadas como a Coordenação Geral de Criação, Planejamento e Avaliação de Unidades de Conservação (CGCAP), que passaram a ser responsáveis pela proposição de novas unidades de conservação e pela avaliação de sua efetividade.

Quadro 9 - Competências Formais das Diretorias do ICMBio e suas Unidades Administrativas ao longo do Governo Dilma 1

Decreto N° 7.515, de julho de 2011				
Diretoria	Diretoria de Planejamento, Administração e Logística	Diretoria de Criação e Manejo de Unidades de Conservação	Diretoria de Ações Socioambientais e Consolidação Territorial em Unidades de Conservação	Diretoria de Pesquisa, Avaliação e Monitoramento da Biodiversidade

Competência	Art. 13. À Diretoria de Planejamento, Administração e Logística compete coordenar, executar, normatizar, controlar, orientar e supervisionar as atividades inerentes aos sistemas federais de planejamento e orçamento, de administração financeira, de contabilidade, de pessoal civil, de serviços gerais, de organização e inovação institucional, de administração dos recursos da informação e informática, de gestão de documentos e arquivos, no âmbito do Instituto, assim como promover o gerenciamento da arrecadação	Art. 15. Às Diretorias compete planejar, coordenar, acompanhar, avaliar e gerenciar a execução das atividades relativas a um grupamento de processos organizacionais de trabalho estabelecidos para o Instituto nas suas interrelações técnico-finalísticas e administrativas.	Art. 15. Às Diretorias compete planejar, coordenar, acompanhar, avaliar e gerenciar a execução das atividades relativas a um grupamento de processos organizacionais de trabalho estabelecidos para o Instituto nas suas interrelações técnico-finalísticas e administrativas.	Art. 15. Às Diretorias compete planejar, coordenar, acompanhar, avaliar e gerenciar a execução das atividades relativas a um grupamento de processos organizacionais de trabalho estabelecidos para o Instituto nas suas interrelações técnico-finalísticas e administrativas.
Unidades Adm. Vinculadas	1. Coordenação Geral de Gestão de Pessoas 2. Coordenação Geral de Administração e Tecnologia da Informação 3. Coordenação Geral de Planejamento Operacional e Orçamento 4. Coordenação Geral de Finanças e Arrecadação - CGFIN	1. Coordenação Geral de Criação, Planejamento e Avaliação de Unidades de Conservação - CGCAP 2. Coordenação Geral de Uso Público e Negócios - CGEUP 3. Coordenação Geral de Proteção CGPRO	1. Coordenação Geral de Gestão Socioambiental - CGSAM 2. Coordenação Geral de Populações Tradicionais - CGPT 3. Coordenação Geral de Consolidação Territorial - CGTER	1. Coordenação Geral de Manejo para Conservação - CGESP 2. Coordenação Geral de Pesquisa e Monitoramento da Biodiversidade - CGPEQ 3. Coordenação de Avaliação de Impactos Ambientais

Fonte: elaborado pelo autor, 2025.

Por meio deste decreto, foi criado também a Diretoria de Ações Socioambientais e Consolidação Territorial com o objetivo de ampliar as atribuições relacionadas à gestão territorial, regularização fundiária e implementação de programas de inclusão social (Ferreira, 2012). Essa diretoria reforçou sua atuação em processos participativos de populações tradicionais, incluindo a gestão de conflitos e a promoção da educação ambiental (Ferreira, 2012). A Coordenação Geral de Gestão Socioambiental (CGSAM) e a Coordenação Geral de Populações Tradicionais (CGPT) foram as unidades vinculadas que passaram a executar essas ações.

A Diretoria de Pesquisa, Avaliação e Monitoramento da Biodiversidade substituiu a antiga Diretoria de Conservação da Biodiversidade, ampliando sua atuação ao incorporar a

avaliação da biodiversidade e o monitoramento de impactos ambientais (Ferreira, 2012). Essa mudança ampliou a atuação da diretoria ao integrar a pesquisa científica e o monitoramento contínuo da biodiversidade, através especialmente da Coordenação Geral de Pesquisa e Monitoramento da Biodiversidade (CGPEQ).

5.2.2 Mapeamento e Análise da Alta Burocracia

Para o primeiro mandato da presidenta Dilma Rousseff, que dá continuidade à liderança petista à frente administração federal, foram identificados por este trabalho 7 profissionais alçados aos postos de alto escalão, (conforme apresentado em sua totalidade no quadro 10): 3 na Diretoria de Criação e Manejo de Unidades de Conservação (DIMAN), 1 na Diretoria de Ações Socioambientais e Consolidação Territorial de Unidades de Conservação (DISAT), 1 na Diretoria de Conservação da Biodiversidade (DIBIO), 1 na Diretoria de Planejamento, Administração e Logística (DIPLAN) e 1 na Presidência.

Ao considerar o vínculo efetivo com a administração pública federal, que 85,7% são servidores ativos. Dos quais 57,1% (4) compunham o quadro de servidores da própria autarquia, são eles: Giovanna Palazzi, que ocupou a presidência da DIMAN e era servidora do IBAMA, desde 2002; João Arnaldo Novaes Júnior, que antes de ocupar o cargo na DISAT, foi também Superintendente do IBAMA em Pernambuco e Secretário Executivo de Desenvolvimento e Articulação Regional do Estado do Pernambuco; Marcelo Marcelino de Oliveira, na DIBIO, cargo que ocupou desde a fundação do órgão em 2008 e; Sérgio Brant, na DIMAN.

Já os servidores requisitados, compunham 28,6% (2). São eles: Pedro de Castro da Cunha Menezes, advindo da carreira de diplomacia do Itamaraty é chamado para ocupar a Diretoria de Criação e Manejo de Unidades de Conservação (DIMAN) e Anna Flávia de Senna, na DIPLAN. A mesma é servidora efetiva do Ministério do Meio Ambiente desde 1999 e antes de sua nomeação como diretora no ICMBio, atuou como Subsecretária de Planejamento, Orçamento e Gestão no MMA, Superintendente de Planejamento e Finanças na Agência Nacional de Águas (ANA), Superintendente de Planejamento e Gestão na Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), dentre outros.

Apenas um dos servidores não possuía vínculo efetivo com o setor público: Roberto Ricardo Vizentin, que ocupou a presidência do órgão durante todo o mandato. Apesar disso, Vizentin tem uma trajetória ampla no setor público e experiência na construção de políticas ambientais. Em sua trajetória prévia exerceu os cargos de: assessor parlamentar da liderança

do PT na Assembleia Legislativa de MT, Secretário Executivo do Fórum Matogrossense de Desenvolvimento e Meio Ambiente (FORMAD), Diretor de Zoneamento Territorial e Secretário de Desenvolvimento Rural Sustentável do MMA entre 2003 à 2012. Integrou ainda o Centro de Estudos e Pesquisas da Amazônia, Cerrado e Pantanal (GERA/UFMT) e a Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE), na construção de políticas para o desenvolvimento rural sustentável. Desse modo, 100% dos servidores possuíam trajetórias prévias compatíveis com o cargo ocupado.

O nível de escolaridade é mediano, 42,9% (3) dos nomeados possuíam a graduação como diplomação máxima. Os mestres, representados por Giovanna Palazzi na DIMAN, João Arnaldo na DISAT e Marcelo Marcelino na DIBIO compunham os outros 42,9%. Cabe ressaltar que, para além do título, Marcelino possui uma profícua produção acadêmica, especialmente sobre a conservação de espécies de primatas no Brasil. Anna Flávia (DIPLAN) é a única especialista e representa 14,3% dos dados.

Um pequeno avanço se comparado ao governo Lula, dado que no Governo Dilma, mestres e especialistas somaram 57,2% em contraposição a 50% do alto escalão nomeado no governo anterior (quadro 8). Em termos de área de formação, as Ciências Agrárias e as Ciências Sociais Aplicadas corresponderam a 40% cada e Ciências Biológicas 20%. Dos 7 servidores, apenas dois (28,6%) possuíam lastros com o terceiro setor: João Arnaldo, na DISAT e Pedro de Castro, na DIMAN. O primeiro, com longa atuação jurídica junto às ONGs na defesa do meio ambiente. Já o segundo, foi presidente e fundador da Associação Rede Brasileira de Trilhas, entidade civil com o objetivo de estimular o cuidado e preservação de UCs e áreas naturais diversas. Além de ter sido Presidente dos Grupos de Especialista da União Internacional para Conservação da Natureza (IUCN). Não foi detectado nenhum conflito de interesse entre os ocupantes dos cargos descritos.

Dessa forma, em termos de profissionalização, Dilma mantém os padrões do Governo Lula ao alçar servidores de longa carreira ambiental no setor público aos cargos de direção. Há uma ínfima melhoria na proporção de profissionais pós-graduados (42,9% contra 37,5% no Governo Lula). Em termos de autonomia, o governo mantém o órgão insulado de indicações oriundas de setores econômicos, compondo o escalão majoritariamente por servidores efetivos.

Quadro 10 - Perfil da Alta Burocracia do ICMBIO Gov. Dilma 1 (2011-2014)

Perfil da Alta Burocracia ICMBIO (2011-2014)			
		%	Valores Totais
Vínculo Funcional	Servidor Efetivo	57,1	4
	Requisitado	28,6	2
	Comissionado	14,3	1
		%	Valores Totais
Compatibilidade da Trajetória Prévia	Sim	100	7
		%	Valores Totais
Nível de Escolaridade	Mestrado	42,9	3
	Graduação	42,9	3
	Especialização	14,3	1
		%	Valores Totais
Área de Formação	C. Sociais Aplicadas	42,9	3
	C. Agrárias	28,6	2
	Ciências Biológicas	28,6	2
		%	Valores Totais
Vínculo com ONG's e/ou Movimentos Sociais	Não	71,4	5
	Sim	28,6	2
		%	Valores Totais
Conflito de Interesse	Não	100	5

Fonte: elaborado pelo autor, 2025.

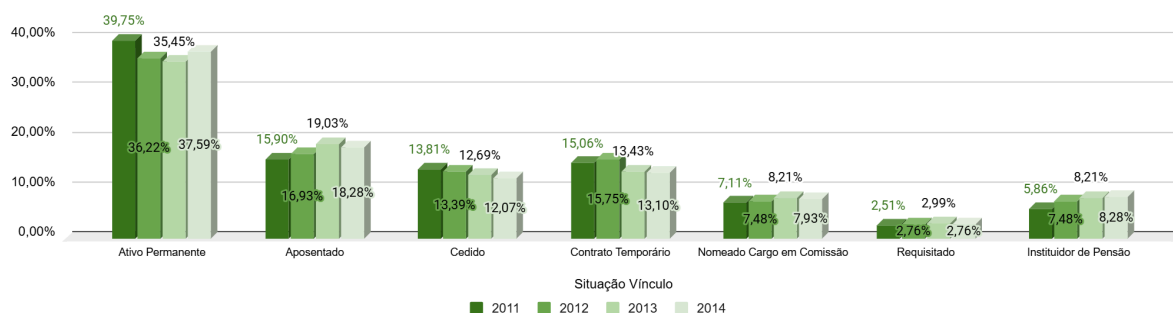
5.2.3 Panorama Geral da Burocracia

Os anos correspondentes ao primeiro mandato da presidenta Dilma Rousseff (2011-2014), trazem um conjunto de dados diametralmente opostos àqueles apresentados nos anos iniciais de formação do órgão em termos da qualidade de sua burocracia. Se inicialmente, tínhamos quase que a totalidade de servidores como ativos permanentes na instituição, já no primeiro ano do Governo Rousseff, esse valor cai para 39,7% (gráfico 6). O número de profissionais aposentados e cedidos sobe vertiginosamente, com o primeiro atingindo uma taxa de 19% em 2013 (gráfico 6), enquanto os segundos já em 2011 chegam a 13,81% (gráfico 6). Os instituidores de pensão, que antes não chegaram a corresponder no

Governo Lula, 1% do total, passam agora a compor 8,28% em 2014, ano de maior ampliação de sua presença (gráfico 6).

Simultaneamente, o Gráfico 6 aponta a inserção de um alto número de servidores sem vínculo permanente com a instituição (algo não visto anteriormente). Os contratos temporários, despontam com 15% já no primeiro ano de governo, uma taxa que se mantém estável nos anos subsequentes, já os cargos em comissão, surgem com 7,11% em 2011 e atingem a taxa 8,21% do total em 2013 (gráfico 6), o que pode apontar para uma perda de autonomia política da burocracia. Servidores requisitados, apesar de uma baixa taxa, também são uma novidade aqui. Com valores orbitando em torno de 2,5% (gráfico 6).

Gráfico 6 - Situação de Vínculo ICMBIO (2011-2014)



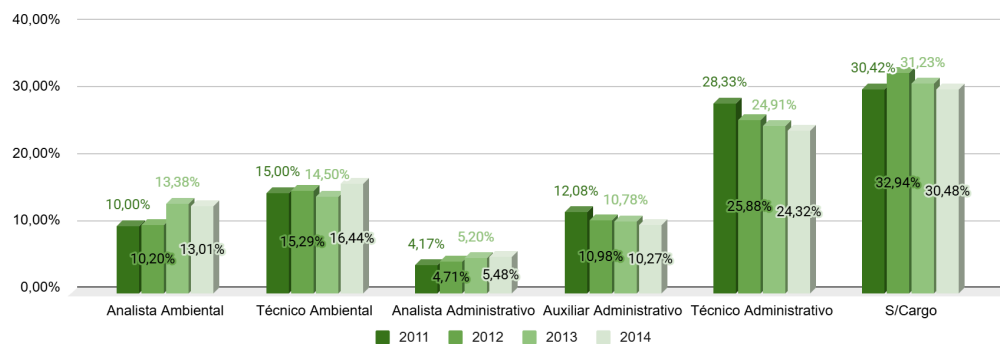
Fonte: elaborado pelo autor, 2025.

Ao observar os cargos ocupados por estes servidores, a situação de fragilidade se amplia, ao passo que a proporção de servidores em carreiras de Analista e Técnicos Ambientais, também diminui drasticamente. Em conjunto, estes servidores não passam de 29,45% em 2014 (gráfico 7), enquanto aqueles que não possuem cargo orbitam em torno de 30% ao longo de todo governo. As carreiras administrativas dominam o cenário em que analistas, auxiliares e técnicos administrativos somam em 2011, 46,61% do número total e se mantêm estáveis ao longo de todo período (gráfico 7).

Em termos de escolaridade, novamente o Governo Dilma surpreende de forma negativa. Se nos anos iniciais, o corpo técnico chega a ser composto majoritariamente por servidores cujo nível mínimo de escolaridade era a graduação (83,7%, gráfico 3), aqui se somarmos graduados, mestres e doutores chegamos a 33,33% em 2011 (gráfico 8), valor este que não sofre alterações ao longo dos anos subsequentes. Há um grande incremento de servidores com ensino fundamental e médio incompleto e outros, cujo grau máximo de formação é o fundamental ou médio completo (gráfico 8), em conjunto, esses servidores

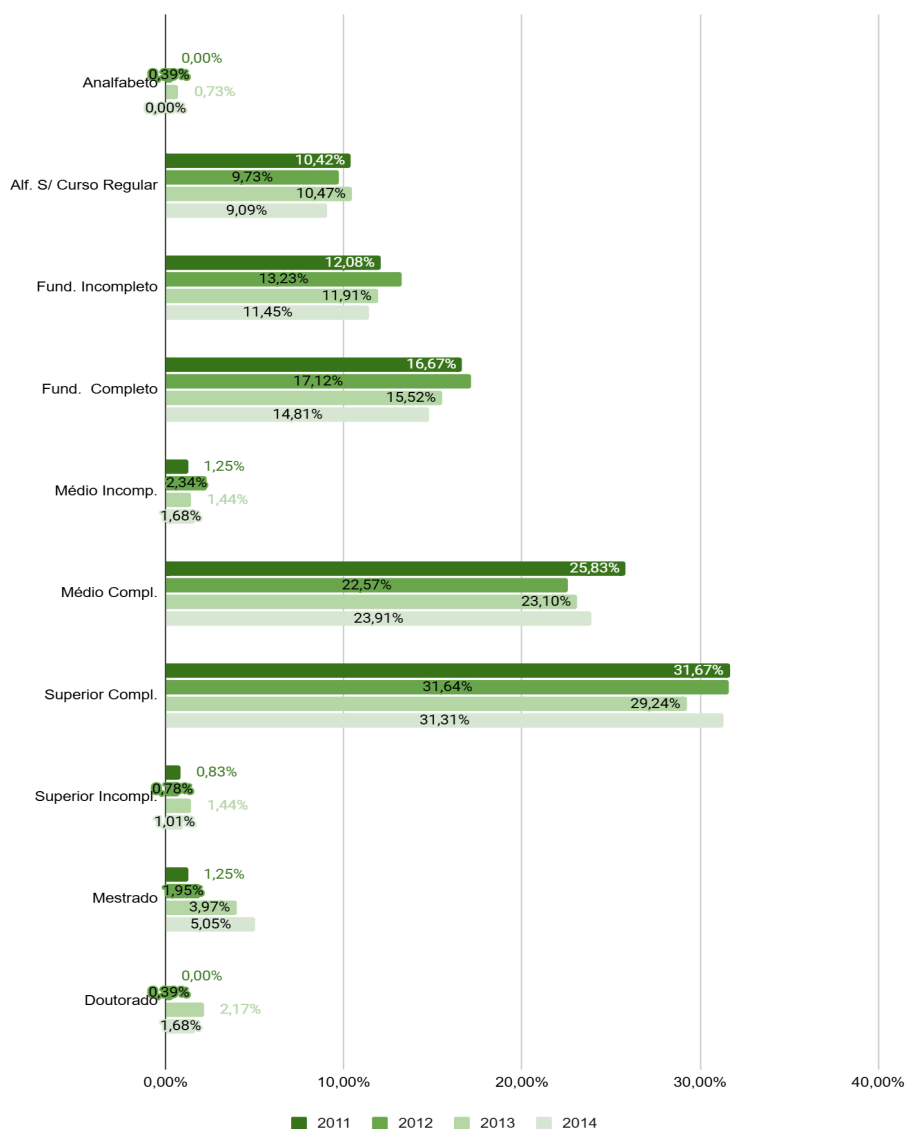
correspondem em 2011 à 58,83% da burocracia. Um dado certamente alarmante, considerando o aumento também da proporção de servidores alfabetizados, porém sem ensino regular, que passam a compor cerca de 10% da instituição ao longo deste período (gráfico 8). De modo que a partir do critério de profissionalização, o órgão sofre grandes perdas em termos da qualidade de sua burocracia neste período.

Gráfico 7 - Composição de Carreiras ICMBio (2011-2014)



Fonte: elaborado pelo autor, 2025.

Gráfico 8 - Nível de Escolaridade ICMBio (2011-2014).

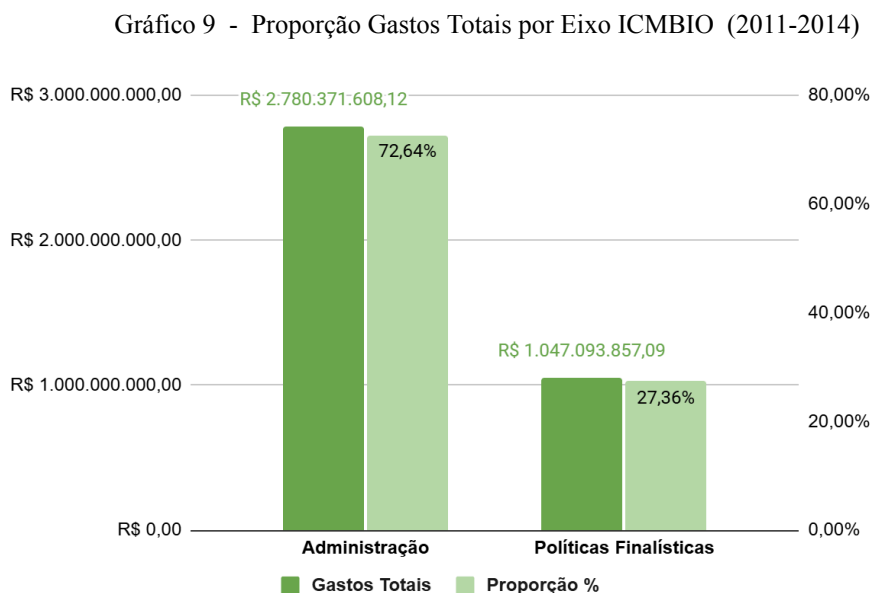


Fonte: elaborado pelo autor, 2025.

5.2.4 Análise Orçamentária

Se por um lado, os dados apontam para um cenário de fragilização do órgão ao longo do primeiro mandato da presidenta Dilma Rousseff, se nos atermos à qualidade da burocracia técnico operacional. Por outro, a análise orçamentária do período apresenta um cenário de estabilização. O orçamento total do órgão ao longo dos quatro anos de Governo é de R\$3.827.465.465,21 (gráfico 9), com valores totais anuais superiores aos anos do governo anterior. Além disso, ao longo de seu mandato, é ampliada a proporção de gastos para a

execução de políticas finalísticas do órgão, em contraposição aos gastos com administração, que saem de 11% no Governo Lula e atingem os 27,36% ao longo do governo Rousseff (gráfico 9).

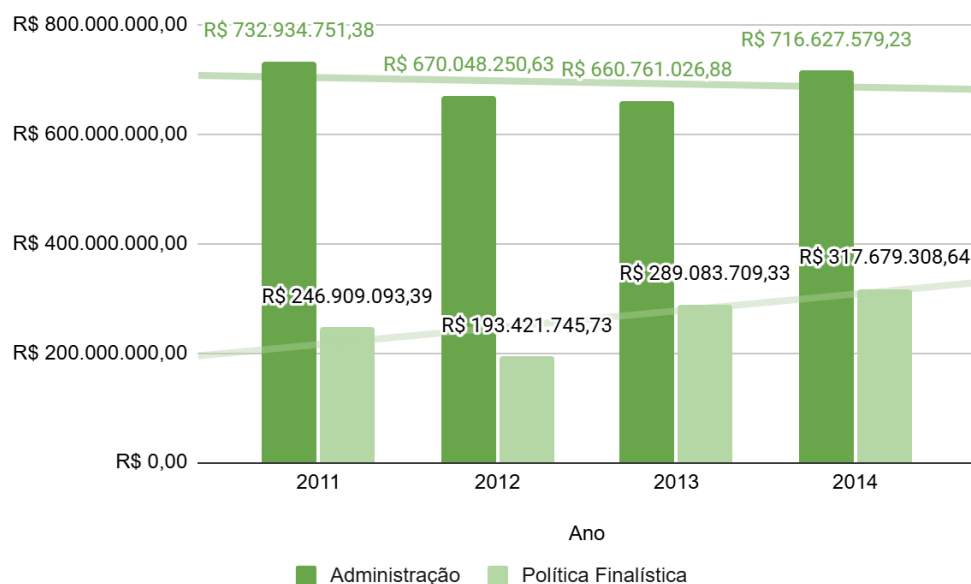


Fonte: Elaborado pelo autor, 2025.

Considerando os dados desagregados, apenas o ano de 2012 apresenta queda no orçamento para o Eixo Políticas Finalísticas se comparado ao ano anterior (gráfico10). Ainda assim, em todos os anos, os gastos com políticas finalísticas foram superiores aos do Governo anterior, chegando a R\$317.679.308,64 em 2014. O que sugere que a prioridade da agenda Governamental é alterada, ainda que minimamente, entre os dois governos. Se anteriormente, podíamos inferir um enfoque sobre questões relacionadas ao planejamento organizacional do órgão, agora há um pequeno redimensionamento para execução das políticas dos quais o mesmo é incumbido.

Entretanto, simultaneamente, há uma tendência de diminuição com os gastos em administração, ano após ano. A única exceção foi 2014 onde há uma pequena ampliação, sem, contudo, em nenhum dos de seu governo, superarem o valor empenhado pelo governo Lula em 2010 de R\$780.210.589,75, para o eixo administração.

Gráfico 10 - Evolução dos Gastos Totais por Eixo - ICMBIO (2011-2014)



Fonte: elaborado pelo autor, 2025.

5.2.5. Breve Contexto da Política Ambiental no Governo Dilma I e Intersecções com os Resultados Encontrados

O primeiro mandato de Dilma Rousseff (2011-2014) caracterizou-se por um aprofundamento do projeto desenvolvimentista brasileiro, desvelado no governo anterior, tendo como prioridade o crescimento econômico baseado em grandes obras de infraestrutura. Essa estratégia, alicerçada na segunda fase do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC II), resultou em intensos conflitos socioambientais. Segundo Zellhuber (2016), a ideologia do crescimento promovida pelo governo tencionava os objetivos de conservação ambiental, comprometendo a sustentabilidade a longo prazo. Um exemplo paradigmático é a instalação da usina hidrelétrica de Belo Monte, que, como aponta Hurwitz (2012), causou o deslocamento de milhares de ribeirinhos e indígenas, além de severos impactos ecológicos em uma das regiões mais biodiversas do mundo.

No que tange à criação de Unidades de Conservação (UCs), o período entre 2010 e 2014 foi marcado por retrocessos. Dados do Instituto Socioambiental (ISA), de 2016, revelam que nesse intervalo foram criadas apenas 10 novas unidades de conservação federais, incluindo reservas extrativistas e parques nacionais, que totalizavam cerca de 3,6 milhões de hectares protegidos. O menor número desde o Governo Itamar, que não criou nenhuma (Furtada e Spindel, 2011). O período marca ainda a intensificação de medidas que levaram à

desafetação, redução e reclassificação de diversas UCs. Bernard et. al., (2014) destacam que, entre 2011 e 2016, mais de 80 mil hectares de áreas protegidas foram reduzidos ou descaracterizados, principalmente em função de pressões exercidas por grandes empreendimentos do PAC.

O caso das usinas hidrelétricas de Jirau e Santo Antônio, em Rondônia, exemplificam os impactos negativos da política desenvolvimentista sobre as UCs. A redução de áreas pertencentes à Reserva Extrativista Jaci-Paraná e ao Parque Nacional de Mapinguari, são exemplos contundentes deste processo (Bernard et. al., 2014). As alterações foram justificadas pelo governo como necessárias para viabilizar a infraestrutura energética, mas levantaram questionamentos sobre o compromisso da administração com a sustentabilidade e os direitos das comunidades tradicionais.

Zellhuber (2016) aponta ainda o enfraquecimento do Ministério do Meio Ambiente (MMA) e do IBAMA, ao longo do governo Dilma, tornando-os órgãos regulatórios de baixa relevância no processo decisório. Condição exacerbada pela flexibilização de normas ambientais, expresso de modo contundente, a partir da promulgação do Novo Código Florestal em 2012 que beneficiou setores econômicos extrativistas (especialmente o setor agropecuário) em detrimento da participação social ampla e das obrigações ambientais do Estado. Hurwitz (2012) argumenta que o licenciamento ambiental tornou-se um instrumento vulnerável a interesses privados durante o governo, configurando um retrocesso na gestão ambiental brasileira. Além disso, Loyola (2014) ressalta que a liderança ambiental do Brasil no cenário internacional, conquistada em décadas anteriores, foi severamente comprometida pela priorização de uma agenda econômica imediatista, que ignorou os impactos ambientais e sociais de longo prazo.

Em síntese, a política ambiental do governo Dilma Rousseff foi marcada por uma contradição estrutural entre o desenvolvimentismo e a sustentabilidade. A administração Dilma adotou um modelo neodesenvolvimentista, caracterizado pela priorização do crescimento econômico impulsionado por investimentos em infraestrutura e expansão do setor energético, com destaque para o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e os projetos hidrelétricos na Amazônia (Stein, 2016). Essa orientação econômica se traduziu em um cenário no qual a agenda ambiental não figurava entre as prioridades centrais do governo, sendo frequentemente subordinada a interesses econômicos mais amplos. A busca por dinamização da economia levou à flexibilização de normas ambientais e à aceleração de processos de licenciamento para grandes empreendimentos, como observado na construção

da Usina de Belo Monte, que evidenciou a supremacia do interesse desenvolvimentista sobre as diretrizes ambientais e sociais (de Souza; da Cruz, 2015; Pereira, 2015).

Como aponta Alves (2020), a atuação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) no financiamento de megaprojetos foi um dos pilares desse modelo, ampliando incentivos para setores de alto impacto ambiental, como o agronegócio e a mineração. Assim, embora não tenha havido uma política sistemática de desmonte ambiental, o governo optou por um pragmatismo econômico que resultou no enfraquecimento de instrumentos de proteção ambiental. Além disso, as pressões exercidas por setores econômicos interessados na ampliação da fronteira agrícola, notadamente a bancada ruralista, se fortaleceu substancialmente no Congresso Nacional a partir do pleito eleitoral de 2010 e desempenhou um papel central na definição da agenda ambiental do período.

Composta majoritariamente por representantes do agronegócio e de setores ligados à exploração de recursos naturais, a bancada ruralista intensificou sua atuação no Congresso Nacional, pressionando por uma flexibilização das regulamentações ambientais que limitavam a expansão agrícola e a exploração de áreas protegidas. De acordo com Petry (2012), esse grupo exerceu influência direta na formulação e aprovação do Novo Código Florestal, utilizando sua força política para alterar dispositivos que garantiam a proteção ambiental, especialmente no que diz respeito à obrigatoriedade de recuperação de áreas degradadas e à redução das restrições para desmatamento em Áreas de Preservação Permanente (APPs). O processo de pressão política destes atores mobilizou fortemente a disseminação de um discurso público baseado na necessidade de modernização da legislação ambiental, argumentando que as normas vigentes eram excessivamente restritivas e limitavam a competitividade do setor agropecuário brasileiro no mercado internacional (Petry, 2012).

A estratégia adotada pelo governo Dilma Rousseff diante dessas pressões foi a tentativa de conciliação entre os interesses do setor produtivo e a manutenção de diretrizes ambientais mínimas. Segundo Bruno (2017), Dilma procurou evitar um confronto direto com a bancada ruralista, permitindo a flexibilização de normas ambientais como forma de garantir apoio político para a aprovação de outras pautas estratégicas de seu governo. Essa postura tornou-se evidente durante a tramitação do Novo Código Florestal, quando o governo optou por vetar apenas pontos específicos da proposta, mantendo grande parte das alterações defendidas pelo setor agropecuário. O resultado foi uma legislação mais permissiva, que reduziu a obrigatoriedade de recomposição de áreas desmatadas e enfraqueceu mecanismos de controle ambiental.

As consequências dessa pressão política foram profundas e refletiram-se diretamente na condução da política ambiental do período. Como apontam Da Silva et. al., (2018), a força da bancada ruralista no Congresso Nacional impediu o avanço de propostas voltadas à ampliação da proteção ambiental e levou à adoção de medidas que beneficiaram diretamente os grandes produtores rurais, como a regularização de áreas desmatadas ilegalmente antes de 2008.

No que diz respeito especificamente ao ICMBio, os dados encontrados por este trabalho apontam para um enfraquecimento parcial das capacidades administrativas do órgão, resultado de mudanças na composição da burocracia técnico-operacional e de ajustes orçamentários. Embora a alta burocracia tenha mantido um nível significativo de profissionalização e autonomia dos nomeados, a qualidade da burocracia técnico-operacional se deteriorou ao longo do período, com uma queda expressiva no número de servidores efetivos e um aumento da presença de profissionais sem vínculo permanente com a instituição. O que sinaliza a redução da qualidade administrativa do órgão e pode ter limitado sua capacidade de planejamento e execução de longo prazo, sobretudo ao considerar o processo de desprofissionalização deste estrato burocrático.

Apesar dessas fragilidades na base burocrática, a alta burocracia do ICMBio manteve um nível significativo de qualificação e experiência. No primeiro mandato de Dilma Rousseff, 100% dos dirigentes possuíam trajetórias prévias compatíveis com os cargos que ocupavam, com 57,1% de servidores efetivos, 28,6% de requisitados e apenas 14,3% de comissionados. Além disso, 57,2% dos nomeados eram pós-graduados, um pequeno avanço em relação ao governo Lula, onde esse índice foi de 50%. Essa estabilidade no topo da hierarquia pode ter funcionado como um fator de contenção para a perda de qualidade da burocracia operacional, evitando um enfraquecimento mais profundo das capacidades institucionais do órgão. Contudo, são necessárias investigações aprofundadas para compreender o fenômeno.

No aspecto orçamentário, os dados indicam uma leve tendência de diminuição dos investimentos administrativos. Embora o orçamento total do ICMBio ao longo dos quatro anos tenha sido de R\$3.827.465.465,21, um montante superior ao do governo anterior, os gastos administrativos não superam em nenhum ano o valor total empenhado pelo Governo Lula 2 em 2010. Em contrapartida, os gastos com políticas finalísticas aumentaram proporcionalmente, chegando a R\$317.679.308,64 em 2014. Essa mudança de alocação orçamentária sugere um redirecionamento dos recursos para execução de políticas

ambientais, sem aparentemente ampliar a capacidade de execução dos objetivos finalísticos do órgão, conforme indica a literatura mobilizada.

Dessa forma, embora o governo Dilma Rousseff não tenha promovido um desmonte sistemático das políticas ambientais, a necessidade de atender às pressões do setor agropecuário resultou em uma inércia institucional e em um recuo gradual das políticas de conservação (Futada e Spindel, 2016). O enfraquecimento da política ambiental não se deu por uma negação explícita da agenda de sustentabilidade, mas sim por uma postura pragmática do governo, que priorizou a estabilidade política e econômica em detrimento de avanços ambientais mais expressivos (Bruno, 2017).

5.3. Governos Dilma 2 e Temer (2014-2018)

5.3.1. Alterações nas Competências Formais das Diretorias do ICMBio Durante o Governo Dilma 2 e Temer.

O Decreto Nº 8.974, de 24 de janeiro de 2017, em conjunto com a Portaria de nº 1162, de 27 de Dezembro de 2018, promoveu uma reestruturação significativa nas competências diretorias do ICMBio e suas unidades administrativas vinculadas (quadro 11). Sobretudo através da especificação das competências de cada unidade, dado que o decreto anterior e as respectivas portarias que o sucederam, não detalharam como as competências gerais do ICMBio foram alocadas em suas diferentes esferas. Importante notar, que os dois documentos foram publicados durante o Governo Temer. Ao longo do ano e meio correspondente ao primeiro mandato de Dilma, não houve a publicação de novos regimentos internos.

A Diretoria de Planejamento, Administração e Logística (DIPLAN) teve sua atuação ampliada com a responsabilidade pela arrecadação e gerenciamento dos recursos oriundos da compensação ambiental. Essa nova atribuição foi formalizada pela Portaria de nº 1162, de 27 de Dezembro de 2018, que detalhou o funcionamento das unidades vinculadas à DIPLAN, incluindo a criação da Coordenação de Compensação Ambiental (COCAM). A ampliação dessas competências visou especificar como se daria a execução financeira, bem como a destinação de recursos provenientes da compensação ambiental para a manutenção das unidades de conservação.

Quadro 11 - Competências Formais das Diretorias do ICMBio e suas Unidades Administrativas ao longo do Governo Dilma 2 e Temer

Decreto Nº 8.974, de 24 de janeiro de 2017				
Diretoria	Diretoria de Planejamento, Administração e Logística (DIPLAN)	Diretoria de Criação e Manejo de Unidades de Conservação (DIMAN)	Diretoria de Ações Socioambientais e Consolidação Territorial em Unidades de Conservação (DISAT)	Diretoria de Pesquisa, Avaliação e Monitoramento da Biodiversidade (DIBIO)

Competência	I - planejar, coordenar, supervisionar, avaliar e promover a execução: a) das atividades relacionadas aos Sistemas de Planejamento e Orçamento Federal, de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI, de Contabilidade Federal, de Pessoal Civil da Administração Pública Federal - SIPEC, de Serviços Gerais - SISG, de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - SISP, de Gestão de Documentos de Arquivos - SIGA e de Organização e Inovação Institucional do Governo Federal - SIORG, no âmbito do Instituto Chico Mendes; e b) das políticas internas de gestão patrimonial e de almoxarifado, de processos de aquisição, licitações e contratos, de infraestrutura e de processos institucionais, no âmbito do Instituto Chico Mendes; e II - gerenciar e monitorar a execução de projetos e a arrecadação dos recursos da compensação ambiental, no interesse da gestão eficiente do Instituto Chico Mendes.	I - planejar, coordenar, supervisionar, avaliar e promover a execução das ações relativas: a) à elaboração de propostas para criação de unidades de conservação federais; b) à proteção, ao monitoramento, à prevenção e ao controle de desmatamentos, incêndios e outras formas de degradação de ecossistemas e à aplicação das penalidades administrativas ambientais nas unidades de conservação federais e nas zonas de amortecimento; c) à elaboração e à revisão dos planos de manejo de unidades de conservação federais e de suas zonas de amortecimento; e d) à visitação pública, ao ecoturismo e ao uso econômico dos recursos naturais nas unidades de conservação federais; II - monitorar e avaliar a implementação a gestão das unidades de conservação federais, para promover a melhoria da gestão e subsidiar a alimentação do cadastro nacional de unidades de conservação e a elaboração de relatório de avaliação global da situação das unidades de conservação federais; e III - manifestar-se sobre a inclusão das unidades de conservação federais no PAOF.	I - à criação e ao funcionamento dos conselhos das unidades de conservação federais e à promoção da integração socioeconômica regional das unidades de conservação federais; II - à participação social em processos e instrumentos de gestão da biodiversidade e das unidades de conservação federais; III - a processos, projetos e programas de educação ambiental, incluída a formação de educadores ambientais e a definição de diretrizes metodológicas para a educação ambiental em unidades de conservação federais e centros de pesquisa do Instituto Chico Mendes; IV - ao voluntariado no âmbito do Instituto Chico Mendes; V - à gestão de conflitos relacionados a interfaces territoriais e ao uso comunitário dos recursos naturais nas unidades de conservação federais; VI - ao uso sustentável dos recursos naturais nas unidades de conservação federais; VII - às políticas sociais, econômicas e culturais para as populações tradicionais beneficiárias das unidades de conservação de uso sustentável; e VIII - à regularização fundiária e à consolidação territorial das unidades de conservação federais.	I - elaborar estudos orientadores para definição de estratégias de conservação da biodiversidade; e II - planejar, coordenar, supervisionar, avaliar e executar as ações relativas: a) ao monitoramento da biodiversidade, ao fomento e à autorização de pesquisas e ao ordenamento e gestão da informação sobre biodiversidade; b) à elaboração do diagnóstico científico do estado de conservação das espécies e dos ecossistemas, à elaboração de planos de ação, à identificação e à definição de áreas de concentração de espécies ameaçadas, ao exercício da Autoridade Científica da CITES e à definição de outros instrumentos de conservação; e c) à autorização para o licenciamento ambiental de atividades de significativo impacto ambiental que afetem unidades de conservação federais e suas zonas de amortecimento e à definição da compensação por impactos causados a cavidades naturais subterrâneas.
--------------------	--	---	---	--

Unidades Adm. Vinculadas	1. Divisão de Assessoramento Administrativo 2. Coordenação Geral de Gestão de Pessoas 3. Coordenação Geral de Administração e Tecnologia da Informação 4. Coordenação Geral de Planejamento Operacional e Orçamento 5. Coordenação Geral de Finanças e Arrecadação	1. Coordenação de Assessoramento Técnico e Administrativo – COTAM 2. Coordenação Geral de Criação, Planejamento e Avaliação de Unidades de Conservação - CGCAP 3. Coordenação Geral de Uso Público e Negócios CGEUP 4. Coordenação Geral de Proteção CGPRO	1. Coordenação de Assessoramento Técnico e Administrativo – COTAT 2. Coordenação Geral de Gestão Socioambiental - CGSAM 3. Coordenação Geral de Populações Tradicionais - CGPT 4. Coordenação Geral de Consolidação Territorial CGTER	1. Divisão de Apoio Administrativo a Projetos e Centros DAPROC 2. Coordenação da Assessoramento Técnico e Administrativo – COTAB 3. Coordenação Geral de Avaliação de Impactos - CGIMP 4. Coordenação Geral de Estratégias para Conservação - CGCON 5. Coordenação Geral de Pesquisa e Monitoramento da Biodiversidade - CGPEQ
---	--	--	---	--

Fonte: Elaborado pelo autor, 2025.

Além disso, a estrutura da DIMAN foi reforçada com a ampliação das competências da CGPRO, que passou a incorporar a formulação de diretrizes para a implementação de novas unidades, a definição de parâmetros de monitoramento e avaliação da gestão territorial e a articulação com outros órgãos ambientais para aprimorar o planejamento integrado das áreas protegidas.

A Diretoria de Ações Socioambientais e Consolidação Territorial (DISAT) ampliou suas competências na regularização fundiária e na integração socioeconômica de comunidades tradicionais dentro das unidades de conservação. A criação da Coordenação Geral de Consolidação Territorial (CGTER) foi um marco nessa reestruturação, com competências mais específicas no que diz respeito à capacidade técnica e institucional para a resolução de conflitos fundiários, demarcação de territórios e promoção da inclusão social das populações que vivem nessas áreas protegidas.

A Diretoria de Pesquisa, Avaliação e Monitoramento da Biodiversidade (DIBIO) teve suas competências expandidas com a inclusão da autorização de licenciamentos ambientais, especialmente em empreendimentos com impactos ambientais relevantes. Essa nova responsabilidade levou à criação da Coordenação de Avaliação de Impactos Ambientais (CGIMP), cujo papel central é garantir que grandes projetos econômicos sejam submetidos a rigorosos critérios ambientais antes da implementação. Além disso, a DIBIO intensificou sua atuação no monitoramento da biodiversidade por meio da ampliação das competências da

Coordenação Geral de Pesquisa e Monitoramento da Biodiversidade (CGPEQ) e da Coordenação de Avaliação de Impactos Ambientais (CGIMP). A CGPEQ passou a desenvolver e implementar metodologias para a coleta sistemática de dados sobre ecossistemas, com o objetivo de aprimorar a capacidade de análise e modelagem ecológica. A CGIMP, por sua vez, expandiu sua atuação na avaliação de impactos ambientais, para garantir maior rigor técnico na análise de projetos que possam afetar a biodiversidade.

A ampliação das competências da Coordenação Geral de Pesquisa e Monitoramento da Biodiversidade (CGPEQ) e da Coordenação de Avaliação de Impactos Ambientais (CGIMP) resultou na criação de diretrizes específicas para a coleta sistemática de dados sobre ecossistemas. A CGPEQ passou a estruturar metodologias de monitoramento ambiental que envolve a integração de bases de dados geoespaciais, desenvolvimento de indicadores ecológicos e aprimoramento das ferramentas analíticas para avaliação de tendências ambientais. A CGIMP, por sua vez, incorporou processos de análise de impactos ambientais mais detalhados, estabelecendo padrões técnicos para a mensuração dos efeitos de empreendimentos sobre a biodiversidade. Essas competências foram desenvolvidas com o objetivo de ampliar a capacidade institucional do ICMBio em avaliar mudanças nos ecossistemas e fornecer subsídios técnicos mais qualificados para a formulação de políticas públicas de conservação.

A redistribuição das competências entre as diretorias do ICMBio resultou na especialização e aprimoramento de suas funções, através do detalhamento dos mecanismos de fiscalização, gestão de áreas protegidas, integração socioeconômica de populações tradicionais e pesquisa científica dentro das unidades de conservação federais. A incorporação de novas coordenações e o detalhamento de atribuições demonstram um esforço para tornar a atuação do ICMBio mais estruturada e direcionada tanto às demandas de conservação quanto ao uso sustentável. Comparando-se com o decreto anterior, houve uma redistribuição estratégica de competências.

5.3.2. Mapeamento e Análise da Alta Burocracia (2015-2018)

5.3.2.1. Mapeamento e Análise da Alta Burocracia no Governo Dilma 2 (2015-2016)

Os dados referentes ao segundo mandato da Presidenta Dilma Rousseff, apresentaram 6 servidores alçados aos cargos de alto escalão, distribuídos entre a Diretoria de Ações Socioambientais e Consolidação Territorial de Unidades de Conservação (DISAT), Diretoria

de Planejamento, Administração e Logística (DIPLAN), Diretoria de Criação e Manejo de Unidades de Conservação (DIMAN), e para o cargo de Diretoria de Pesquisa, Avaliação e Monitoramento da Biodiversidade (DIBIO) e a Presidência, conforme apresentados no quadro 12.

No que diz respeito ao vínculo destes servidores com a administração pública federal, 4 eram ativos permanentes. Dois oriundos do próprio órgão (33,3%): Marcelo Marcelino, que continua a ocupar a DIBIO e Lilian Letícia, que ocupou a Diretoria de Criação e Manejo de Unidades de Conservação (DIMAN). A mesma, compõe a carreira de analista ambiental desde 2002, ainda no Ibama, e ocupou cargos de gestora no Parque Nacional da Serra da Cutia (Costa Marques /RO), na Coordenação do Bioma Amazônico da Diretoria de Ecossistemas do Ibama (DIREC) e a Coordenação Geral de Criação, Planejamento e Avaliação de Unidades de Conservação (CGCAP-ICMBio), antes de se tornar diretora.

Outros dois foram requisitados de outros órgãos (33,3%): Anna Flávia, que já era Diretora da DIPLAN no governo anterior, e Rogério Guimarães, que a substituiu em 2015. O mesmo é servidor da Caixa Econômica Federal e anteriormente, ocupou diversos cargos no Ministério da Educação entre 2009-2013 e no Ministério da Justiça entre 2013 e 2015. Apesar de não ter experiência no setor ambiental, na medida em que as atividades desempenhadas pela DIPLAN, dizem respeito à gestão governamental, o mesmo foi caracterizado no que diz respeito à trajetória prévia, como compatível ao cargo assumido. Os outros 33,33% correspondentes aos cargos nomeados sem vínculo efetivo com a administração pública, dizem respeito a Cláudio Carrera Maretti à frente da presidência do órgão e Renato José Rivaben, à frente da DISAT.

Maretti é apontado como um importante ambientalista, com longa carreira no terceiro setor. Atuou como consultor, para o Instituto Socioambiental, para o Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, Fundação SOS Pró-Mata Atlântica, Instituto Ecofuturo, Rede Latinoamericana de Líderes Nacionais de Áreas Protegidas, dentre diversas outras. Seus maiores vínculos, contudo, foram com as ONGs WWF-Brasil, no qual atuou de 2003 a 2015 e União Internacional para Conservação da Natureza, no qual atuou entre 2004 e 2012. Considerando, portanto, o tempo de contribuição no setor público ou em entidades civis ambientais, 100% dos servidores possuíam carreiras prévias compatíveis com o cargo.

No que tange ao nível de escolaridade, 50% (3) dos servidores possuíam, enquanto diplomação máxima, a graduação. Os outros 3, cada um correspondendo a 16,7% dos dados, possuíam diploma de doutorado (Cláudio Carrera), mestrado (Marcelo Marcelino) e especialização (Anna Flávia), de modo que 50,1% dos servidores eram pós-graduados.

Quadro 12 - Perfil da Alta Burocracia do ICMBIO Gov. Dilma 2 (2015-2016)

Perfil da Alta Burocracia ICMBIO (2015-2016)			
		%	Valores Totais
Vínculo Funcional	Servidor Efetivo	33,3	2
	Servidor Requisitado	33,3	2
	Comissionado	33,3	2
		%	Valores Totais
Compatibilidade da Trajetória Prévia	Sim	100	6
		%	Valores Totais
Nível de Escolaridade	Graduação	50	3
	Doutorado	16,7	1
	Mestrado	16,7	1
	Especialização	16,7	1
		%	Valores Totais
Área de Formação	Ciências Humanas	33,3	2
	C. Exatas e da Terra	16,7	1
	C. Sociais Aplicadas	16,7	1
	Ciências Biológicas	16,7	1
	SI	16,7	1
		%	Valores Totais
Vínculo com ONG's e/ou Movimentos Sociais	Não	50	3
	Sim	16,7	1
	Sem Informação	33,3	2
		%	Valores Totais
Conflito de Interesse	Não	83,3	5
	SI	16,7	1

Fonte: elaborado pelo autor, 2025.

Com relação ao vínculo com o 3º setor ou movimento socioambientalistas, 50% não possuíam vínculo algum. No caso de Rogério Guimarães, da DIPLAN, não foi possível encontrar informações. Portanto, como descrito acima, apenas Cláudio é apontado aqui, correspondendo a 16,7% dos dados. Não há indícios de conflitos de interesse, para nenhum dos servidores analisados.

Os padrões identificados nos dois períodos governamentais anteriores, a respeito da profissionalização dos servidores nomeados, se mantêm basicamente inalterados. Novamente, os servidores nomeados possuem grande contribuição no setor público ambiental, bem como níveis de escolaridade correspondentes. Não há incorporação de profissionais oriundos de setores econômicos e a preferência por indicar servidores efetivos, reforça a autonomia política da alta burocracia.

5.3.2.1. Mapeamento e Análise da Alta Burocracia no Governo Temer (2016-2018)

Ao longo do Governo Temer, foram identificados 7 burocratas nos postos de alto escalão: 1 para a Diretoria de Ações Socioambientais e Consolidação Territorial de Unidades de Conservação (DISAT), 1 para Diretoria de Planejamento, Administração e Logística (DIPLAN), 1 para a Diretoria de Criação e Manejo de Unidades de Conservação (DIMAN), 1 para Diretoria de Pesquisa, Avaliação e Monitoramento da Biodiversidade (DIBIO) e 3 para a Presidência.

Servidores de vínculo efetivo são maioria, no qual somados os da própria autarquia aos requisitados constituem 85,7% dos nomeados. Os servidores do ICMBio são: Paulo Henrique Marostegan, Ricardo Soavinski, Rômulo José (todos ocupantes da presidência), Marcelo Marcelino que permanece enquanto Diretor da Diretoria de Conservação e Monitoramento da Biodiversidade (DIBIO)⁵ e novamente, Paulo Henrique, que no mesmo governo, antes de assumir a presidência foi Diretor de Criação e Manejo de Unidades de Conservação.

A servidora efetiva requisitada foi Silvana Canuto Medeiros, no cargo de Diretora de Planejamento, Administração e Logística. Oriunda do Ministério da Agricultura e Pecuária, cabe ressaltar que a mesma ocupou o mesmo cargo entre 2008 a 2013, durante o governo Lula 2. Anteriormente, apontamos o fato de que no Governo Lula, não foi possível encontrar dados a respeito de sua trajetória prévia, portanto, para esta variável a mesma foi categorizada ali como “*sem informação*”. Neste governo, conforme sua experiência prévia no mesmo cargo, classificamos sua trajetória como compatível.

Quadro 13 - Perfil da Alta Burocracia do ICMBio Gov. Temer (2016-2018)

Perfil da Alta Burocracia ICMBIO (2016-2018)			
		%	Valores Totais
Vínculo Funcional	Servidor Efetivo	71,4	5

⁵ Cabe notar que o mesmo ocupa no cargo desde a fundação do órgão e é exonerado apenas em 2019, com a chegada de Bolsonaro ao poder.

	Requisitado	14,3	1
	Comissionado	14,3	1
		%	Valores Totais
Compatibilidade da Trajetória Prévia	Sim	100	7
		%	Valores Totais
Nível de Escolaridade	Mestrado	42,9	3
	Graduação	42,9	3
	Doutorado	14,2	1
		%	Valores Totais
Área de Formação	Ciências Agrárias	42,9	3
	C. Exatas e da Terra	28,6	2
	Ciências Biológicas	14,3	1
	Ciências Humanas	14,3	1
		%	Valores Totais
Vínculo com ONG's e/ou Movimentos Sociais	Não	42,9	3
	Sem Informação	42,9	3
	Sim	25	1
		%	Valores Totais
Conflito de Interesse	Não	100	8

Fonte: elaborado pelo autor, 2025.

Apenas um cargo foi ocupado por servidor sem vínculo efetivo com a administração pública (14,3%), sendo este na DISAT por Cláudio Carrera. Nota-se que o mesmo foi exonerado pouco antes do golpe político institucional de 2016 e retorna assim que Temer assume, na mesma diretoria que ocupou durante o governo Dilma 2 (DISAT) e onde permanece até o final de 2018. De modo que todos os servidores possuem trajetórias prévias compatíveis com o cargo.

No que diz respeito à escolaridade, os mestres representam 42,9%, assim como os graduados, também com 42,9%. Apenas Cláudio Carrera, assim como no governo anterior, possui o título de doutor pela Universidade de São Paulo em Geografia. Já em termos de área de formação, oriundos das Ciências Agrárias, compõem 42,9% dos cargos (3), das Ciências Exatas 28,6% (2), Ciências Biológicas e Ciências Humanas, cada um 14,3%.

Assim como no Governo anterior, apenas um dos Diretores possuía laços com ONGs e movimentos sociais: novamente, Cláudio Carrera. Para 42,9% dos servidores, não foi possível encontrar informações conclusivas a respeito deste tipo de vínculo: Silvana Canuto

(DIPLAN) e Paulo Henrique (DIMAN e presidência). Já os três servidores permanentes: Ricardo José (Presidência), Marcelo Marcelino (DIBIO) e Rômulo José, não possuem vínculos identificados, com a trajetória de cada um, centrada no serviço público. Nenhum conflito de interesse foi encontrado.

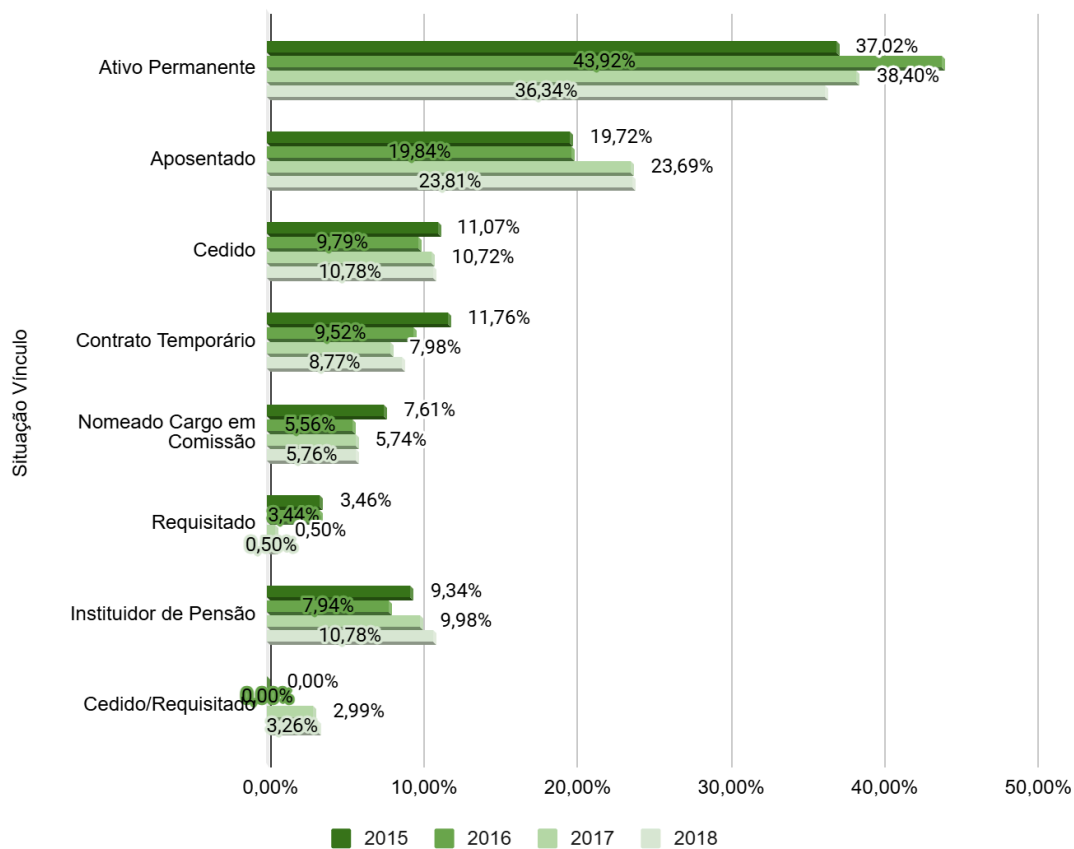
Apesar da ruptura institucional que configura a chegada de Temer ao poder, os padrões de indicação se mantêm inalterados. Os nomes alçados para compor o alto escalão, segundo o critério de profissionalização, se mantêm estável a partir da elevação de quadros de servidores do próprio ICMBio. O que reforça também, o critério de autonomia política desses atores, que apesar do programa neoliberal do governo, não foram indicados servidores com vínculo com setores econômicos de interesses competitivos ao setor ambiental.

5.3.3. Panorama Geral da Burocracia (2015-2018)

Os dados referentes para o período demonstram um quadro de estabilização da estrutura burocrática de baixa qualidade no ICMBIO. Como demonstrado no gráfico 11, o principal indicador de autonomia política da burocracia (a proporção de servidores permanentes) não apresenta sinais de melhoria. A máxima acontece no ano de 2012, quando estes compõem 43,9% da composição da autarquia, mas volta a cair nos anos seguintes. Ou seja, se mantém o alto nível de servidores cuja natureza de vínculo é instável e suscetível a interferências externas, como os servidores de contratos temporários, que apesar de ano após anos apresentarem uma tendência de queda na proporção, ainda constituem 8,77% do total em 2018 (gráfico 11). Nomeados em cargo de comissão, apresentam também uma pequena queda se comparado ao primeiro mandato de Rousseff, mas ainda se mantém em 5,76% em 2018 (gráfico 11).

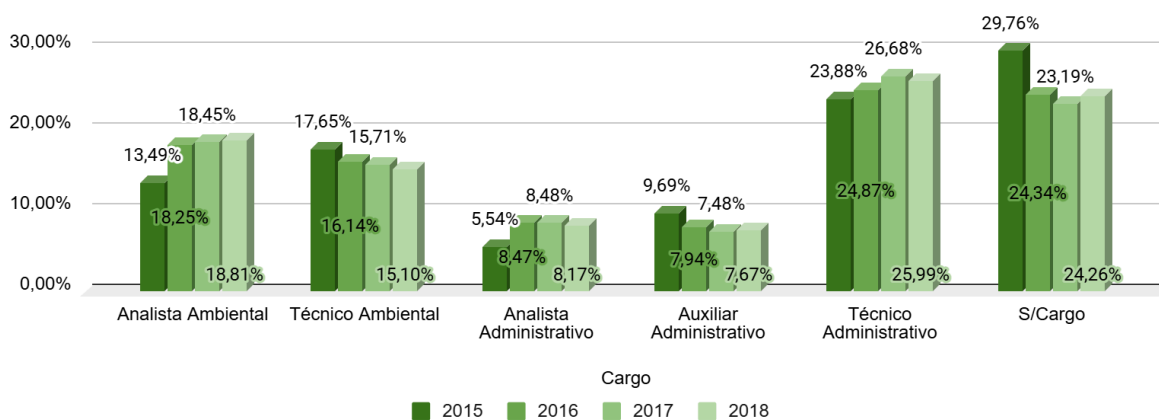
No que tange à composição de carreiras, há uma melhoria ínfima da proporção de servidores em carreiras específicas da gestão ambiental (analista e técnicos ambientais), que alcançam 33,91% em 2018 (gráfico 12). Aparentemente, este pequeno sinal de melhoria, ocorre em detrimento da proporção de servidores de áreas administrativas (analistas, auxiliares e técnicos) que em conjunto, no mesmo ano correspondem a 41,83% (gráfico 12). Em tese, este seria um bom sinal, apontando para a priorização de carreiras especializadas, voltadas à formulação e gestão da política ambiental do órgão, caso a proporção de servidores sem cargo específico não se mantivesse tão alta ao longo dos anos, com uma taxa aproximada de 25% (gráfico 12). Chegando a corresponder ao dobro, dos especialistas ambientais em 2015.

Gráfico 11 - Situação de Vínculo ICMBIO (2015-2018)



Fonte: elaborado pelo autor, 2025.

Gráfico 12 - Composição de Carreiras - ICMBIO (2015-2018)

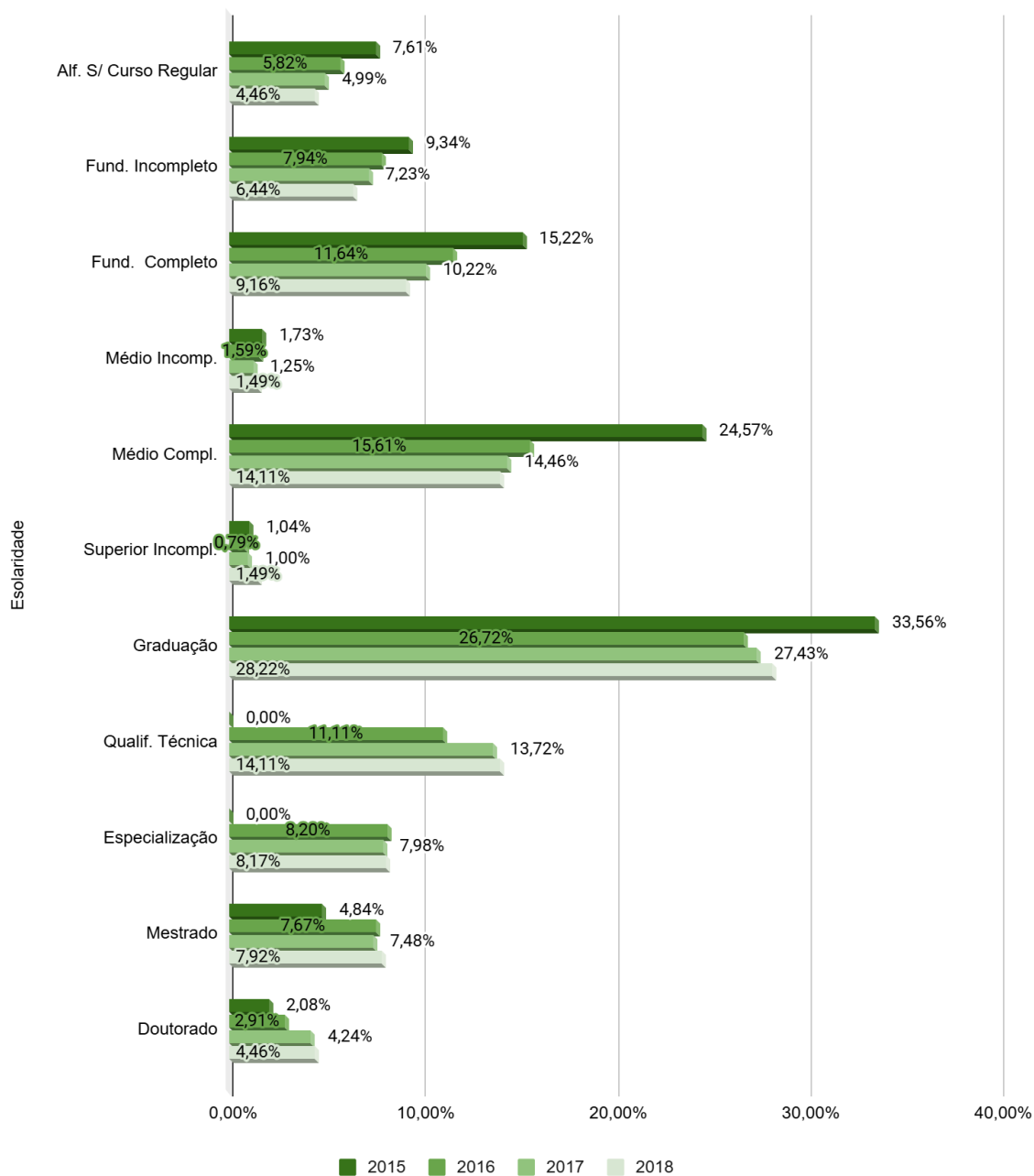


Fonte: elaborado pelo autor, 2025.

O nível de escolaridade é o único indicador referente à profissionalização, que apresenta melhoras, ainda que discretas, ao longo do período Rousseff/Temer, como demonstrado no gráfico 13. Em especial, nota-se a inserção de um novo grau de formação captado pelo PEP: a categoria *qualificação técnica*. Nível de ensino que mescla a capacitação profissional à conclusão do ensino médio. Estes servidores passaram a ser representados nos gráficos a partir do ano de 2016 compondo 11,11% da autarquia, chegando a 14,11% em 2018 (gráfico 13). O período coincide com o declínio da proporção de servidores alfabetizados sem curso regular, bem como servidores cujo grau de instrução máxima foi o ensino fundamental incompleto, ensino médio completo e médio incompleto. Cada um representando respectivamente em 2018, 4,46%, 6,44%, 9,16% e 1,49% (gráfico 13).

O número de pós-graduados cresce em todos os níveis: no ano de 2018, especialistas passam a representar 8,17%, mestres 7,92% e doutores 4,46% (gráfico 14), de modo que em conjunto, chegam a compor 20,55%. Assim, há um claro processo de fortalecimento da formação educacional dos servidores do órgão, processo este que pode ter correlação com o Centro de Formação em Conservação da Biodiversidade (ACADEBio), criado em 2009 para capacitar os servidores da autarquia e que em 2015, é formalizado enquanto Escola de Governo. Ou seja, os indicadores relacionados à profissionalização indicam uma ínfima, e quase imperceptível melhoria da qualidade da burocracia, especificamente, em decorrência do aumento na proporção de pós-graduados.

Gráfico 13 - Nível de Escolaridade - ICMBIO (2015-2018)

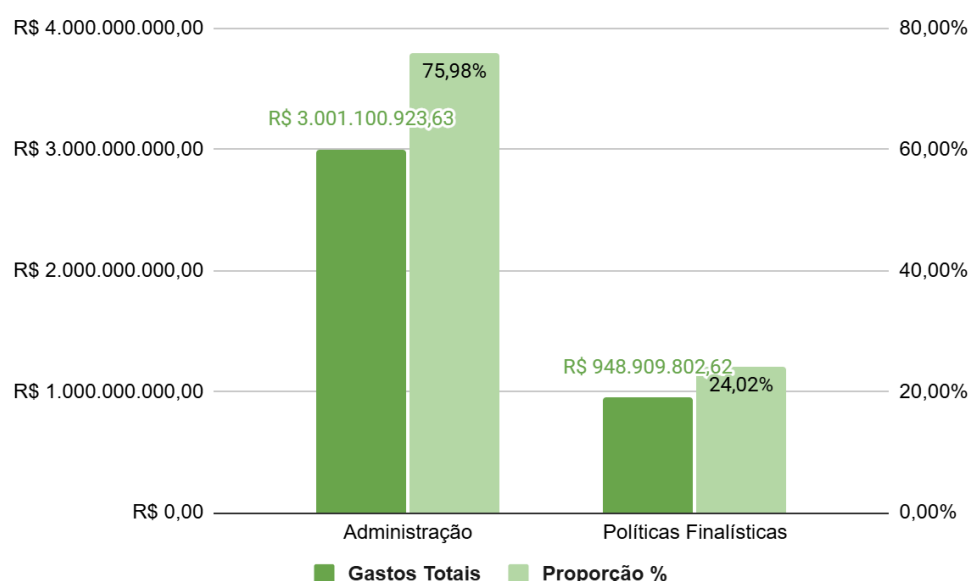


Fonte: elaborado pelo autor, 2025.

5.3.4. Análise Orçamentária

Os dados agregados para o período, representados no gráfico 14, superficialmente, não inferem grandes alterações se comparado ao primeiro mandato de Rousseff. No decorrer dos dois governos que marcam o período, temos um total investido de R\$3.827.465.465,21 (gráfico 14). Com uma proporção de gastos entre o Eixo Administração e Políticas Finalísticas, de 74,98% para o primeiro e 24,02% para o segundo.

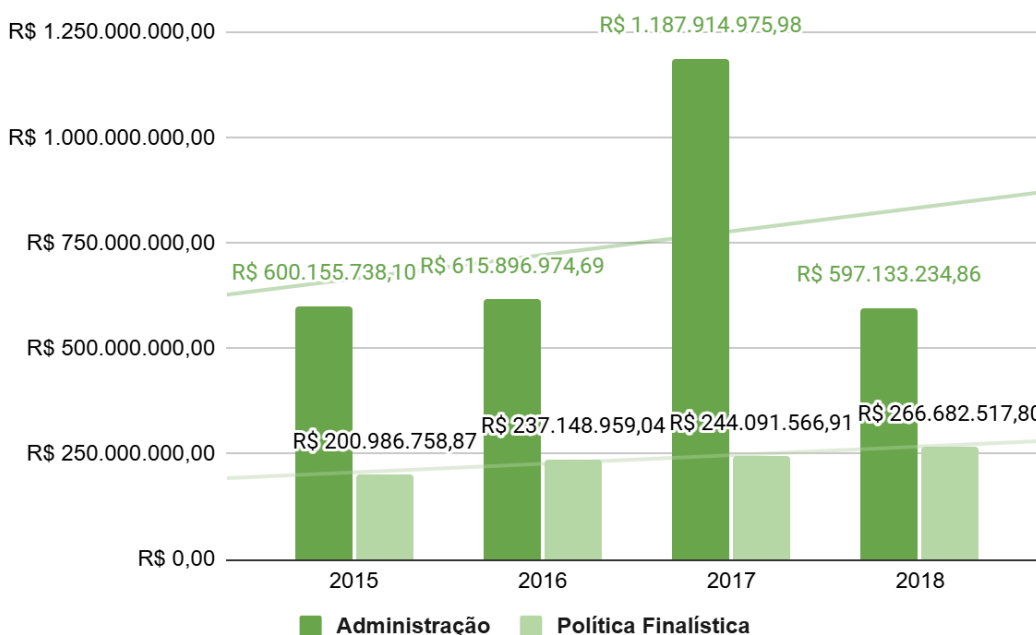
Gráfico 14 - Proporção Gastos Totais por Eixo ICMBIO (2015-2018)



Fonte: elaborado pelo autor, 2025.

Ao desagregá-los por ano, é possível verificar, entretanto, uma grande oscilação orçamentária no órgão. O primeiro ano do segundo mandato de Rousseff (2015), já se inicia com um corte de 29% se comparado a 2014, nos dados totais dos dois eixos de análise. Há uma pequena recomposição em 2016, com um avanço de 6% no orçamento de 2016 se comparado ao orçamento de 2015. Mas é em 2017, já sob o Governo Temer, que é apresentada uma grande discrepância, quando o eixo administração alcança uma execução total de R\$ 1.187.914.975,98 (gráfico 15), o maior já registrado para o eixo dentre todos os anos analisados, o que representou a ampliação em 43,43% do orçamento total do órgão se comparado ao ano anterior. Entretanto, já no ano seguinte, em 2018, o orçamento caiu em -65,78%, resultando em uma execução total de R\$597.133.234,86. Uma redução de 36% dos gastos totais, se comparada ao último ano do primeiro mandato de Rousseff (2014).

Gráfico 15 - Evolução dos Gastos Totais por Eixo - ICMBIO (2015-2018)



Fonte: elaborado pelo autor, 2025.

A discrepância orçamentária verificada no ano de 2017 é atribuída à alteração no mecanismo de compensação ambiental. Grosso modo, este é um importante instrumento do SNUC, no qual empreendimentos de grande impacto ambiental têm a obrigação legal de restituir financeiramente os órgãos ambientais para a proteção de áreas degradadas ou áreas previstas a serem degradadas. Entretanto, por divergências na interpretação do Artº 36 do SNUC, cerca de R\$1,5 bilhões de reais foram retidos por determinação do TCU, em contas da Caixa Econômica Federal. De modo que a medida provisória de nº 809, de 1º de Dezembro de 2017, destrava este impasse, autorizando tanto o ICMBio quanto o IBAMA a utilizarem o recurso (WWF, 2018).

Ao compararmos, portanto, o Gráfico 9 e o Gráfico 10 (referente aos gastos anuais entre 2011 e 2014), nota-se que com exceção do ano de 2017, os gastos anuais totais deste período são inferiores aos do período anterior. Desvelando um processo de enfraquecimento da instituição, através de um profundo corte orçamentário em 2015, seguidos de pequenas suplementações anuais, que não recuperam, contudo, sua capilaridade financeira observada no período anterior.

5.3.5. Breve Contexto da Política Ambiental nos Governos Dilma 2 e Temer e Intersecções com os Resultados Encontrados

O período entre 2015 e 2018 que compreende o segundo mandato de Dilma Rousseff e o mandato Michel Temer após o golpe político institucional sofrido pela primeira, foi marcado por instabilidade política e mudanças significativas na política ambiental brasileira, refletindo as macros dinâmicas econômicas e instabilidade política do país (Castelo et. al., 2018). A crise econômica desvelada durante o início do segundo mandato de Dilma levou à adoção de políticas austeras que impactaram diretamente a capacidade de fiscalização ambiental (Novelli, 2024). Segundo o próprio Relatório de Gestão do órgão (ICMBio, 2015), o contingenciamento orçamentário determinado pelos Decretos de nº 8.456, de 22 de maio de 2015 e nº 8.496, de 30 de julho de 2015, resultaram em um corte total de 23,46% nas ações discricionárias do órgão.

O que afetou diretamente o provimento de serviços básicos de manutenção do órgão, afetando despesas essenciais como aquisição de materiais, fornecimento de energia elétrica e serviços de vigilância. O mesmo relatório aponta ainda que a limitação orçamentária impactou diretamente a construção dos Planos de Ação previstos para o ano, com exceção dos executados para o bioma marinho, que contou com financiamento a partir de doações internacionais. Em 2016, apesar de um aumento de 6% no orçamento em comparação ao ano anterior, o Relatório de Gestão da autarquia (ICMBio, 2016) apresentou um panorama crítico, descrevendo a situação do órgão como próxima ao colapso. O documento denunciou a falta de servidores capacitados, pedidos de exoneração e remanejamento, especialmente em unidades de conservação (UCs) da Amazônia e do Cerrado, além de relatar casos de confrontos armados e perseguições contra servidores em áreas de alta pressão antrópica. O relatório enfatizou a urgência da realização de novos concursos públicos, alertando que a ausência de reposição de servidores poderia comprometer a gestão ambiental:

Equipes insuficientes, pois, são pouquíssimos servidores nas UCs da Amazônia em geral, e cada vez mais o número vem diminuindo sem o provimento de vagas por concurso público, praticamente estamos no colapso por falta de servidores. Existe uma grande dificuldade em mantê-los em algumas UC de difícil lotação por falta de estrutura adequada, condições de vida, ou incentivo para sua permanência em certas localidades na Amazônia. (ICMBio, 2016).

Outro ponto destacado no relatório foi a ausência de políticas complementares à fiscalização e consolidação territorial. Embora o desmatamento tenha sido parcialmente controlado por ações de comando e controle do IBAMA e ICMBio em anos anteriores, a falta de investimentos em iniciativas de promoção à consolidação territorial e fiscalização ambiental, resultou na persistência de práticas ilegais, como a exploração irregular de madeira e expansão da fronteira agrícola na Amazônia:

Portanto, uma forma de frear o desmatamento na época e trazer para a legalidade principalmente a indústria madeireira foi a criação de uma série de UCs com um viés não somente preservacionista, mas também econômico, ou seja, a criação da política de concessões florestais. Não por acaso priorizou-se a criação de Florestas Nacionais. Decorridos cerca de 10 (dez) anos, observa-se que essa política teve seu mérito apenas na redução dos desmatamentos, embora ainda elevados, principalmente pela ação de comando e controle do ICMBio e IBAMA, e não por ações de promoção da legalização do setor madeireiro através da política de gestão de florestas (ICMBio, 2016).

A guisa de fornecer uma defesa irrestrita do Governo Dilma, cabe ressaltar que o processo de secundarização e enfraquecimento administrativo do ICMBio, se deu em um contexto de avanço neoliberal no Brasil, aliado à atuação da bancada BBB (boi, bala e bíblia) no congresso nacional, que desempenharam papel central no enfraquecimento do segundo governo de Dilma Rousseff (2015-2016), culminando no golpe político-institucional que resultou em seu impeachment.

O grupo composto por representantes dos setores do agronegócio, da segurança pública e de grupos religiosos conservadores, utilizou sua força legislativa para pressionar por mudanças na legislação ambiental, defendendo a flexibilização do licenciamento ambiental e a redução de restrições à ocupação de terras públicas (Azevedo, 2018). A bancada BBB atuou de forma articulada para desmontar políticas ambientais, obstruindo a execução de projetos de preservação ao mobilizar uma narrativa em defesa da "segurança jurídica" para os produtores rurais, o que, na prática, significava a priorização de interesses econômicos em detrimento da proteção ambiental (Fearnside, 2017).

Diante desse cenário, o governo Dilma manteve a estratégia de conciliação, evitando confrontos diretos com os setores produtivos e cedendo em pontos estratégicos para garantir apoio político. Segundo Bruno (2017), essa postura ficou evidente na manutenção de incentivos ao agronegócio e na priorização de políticas desenvolvimentistas que favoreciam

grandes projetos de infraestrutura, como a construção de hidrelétricas e a expansão da fronteira agrícola na Amazônia.

Evidentemente, essa tentativa de equilíbrio não impediu que o governo perdesse apoio no Congresso, uma vez que a bancada BBB e outros setores conservadores ampliaram suas demandas, pressionando por medidas ainda mais alinhadas ao neoliberalismo, como cortes de gastos públicos e a privatização de setores estratégicos (Oliveira, 2019). Como aponta Dagnino (2016), a fragilização do governo Dilma foi acelerada pela combinação entre a crise econômica, a pressão de grupos conservadores e a adoção de políticas de austeridade, que minaram sua base de sustentação popular e política.

Desse modo, o enfraquecimento orçamentário do ICMBio no segundo mandato da presidenta, não pode, portanto, ser dissociado do avanço neoliberal e da atuação da bancada BBB, que, ao enfraquecer o governo Dilma, pavimentou o caminho para a consolidação de um projeto político-econômico marcado pela desregulamentação ambiental, pela concentração de renda e pela precarização dos direitos sociais (Oliveira, 2019).

As consequências das ações da bancada BBB no enfraquecimento das políticas ambientais brasileiras durante o segundo mandato de Dilma foram profundas. A flexibilização do licenciamento ambiental e a redução das restrições à ocupação de terras públicas contribuíram para o aumento do desmatamento, especialmente na Amazônia e no Cerrado, além de facilitarem a grilagem de terras e a expansão de atividades predatórias, como a mineração ilegal (Horochovski et. al., 2016). Segundo Fearnside (2017), o enfraquecimento das políticas ambientais durante esse período teve impactos de longo prazo, como a perda de biodiversidade, o aumento das emissões de gases de efeito estufa e a intensificação de conflitos fundiários.

A ascensão de Michel Temer em 2016 representou uma fragmentação ainda mais acentuada da política ambiental, consolidando a influência da bancada ruralista e promovendo medidas que beneficiam setores econômicos em detrimento da proteção ambiental. Com Temer o governo acelerou a tramitação de projetos legislativos que facilitaram a regularização fundiária de áreas desmatadas ilegalmente, dando legitimidade ao avanço do agronegócio sobre territórios protegidos (Da Silva Lucchese et. al., 2018).

Temer promoveu, ainda, a redução do orçamento do IBAMA em 2017 e a flexibilização do licenciamento ambiental, enfraquecendo especialmente as políticas de comando e controle implementadas pelo órgão (Fearnside, 2019). Além disso, o desmonte de estruturas de fiscalização no Ibama foi acompanhado pela aprovação de medidas que permitiram a redução ou recategorização de unidades de conservação geridas pelo ICMBio.

Por exemplo, em 2017, o Decreto nº 9.142, que extinguiu a Reserva Nacional de Cobre e Associados (Renca), ilustrou o impacto direto da pressão econômica sobre a política ambiental, liberando a área para a mineração (Lomba et. al., 2018).

A fragmentação da natureza em regiões como a Amazônia também foi exacerbada por interesses econômicos que priorizaram a exportação de commodities. Estudos indicam que a redução de proteção ambiental durante o governo Temer não apenas aumentou o desmatamento, mas também incentivou invasões em terras públicas e a grilagem, situação que se aprofunda com o Governo Bolsonaro, enfraquecendo significativamente as políticas de conservação (De Oliveira Neto, 2022).

As unidades de conservação foram duramente afetadas entre 2017 e 2018, quando apenas duas novas UCs foram criadas: a Reserva Biológica do Bom Jesus, no Paraná, e o Refúgio de Vida Silvestre da Ararinha-Azul, na Bahia, ambas voltadas à proteção de ecossistemas críticos à proteção de espécies ameaçadas de extinção. O período foi marcado ainda, pela redução de onze áreas protegidas, resultando em uma perda acumulada de mais de 1,1 milhão de hectares (Salles, et. al., 2018) e pelo avanço legitimado pelo Estado, da exploração de recursos naturais em UCs de uso sustentável, frequentemente realizados sem consulta adequada às comunidades locais, aprofundando conflitos territoriais e fragilizando a gestão ambiental (Lomba et al., 2018).

Os dados encontrados neste trabalho corroboram, portanto, com a literatura acadêmica ao demonstrar que a fragilização da política ambiental foi um processo contínuo entre 2015 e 2018, intensificado após o impeachment de Dilma Rousseff. O enfraquecimento da burocracia técnico-operacional do ICMBio foi mantido ao longo de ambos os governos, com alto número de servidores nomeados e sem vínculo efetivo com a administração pública e baixo grau de profissionalização. O corte orçamentário de 2015, seguido de uma recomposição pífia em 2016, evidenciou a tendência de redução em gastos administrativos, dado que 2015, 2016 e 2018 apresentaram valores inferiores aos valores registrados nos anos correspondentes ao primeiro mandato de Dilma.

O incremento orçamentário recorde em 2017 foi resultado do desbloqueio de recursos oriundos da compensação ambiental e não de um fortalecimento estrutural do órgão. Dessa forma, o período analisado demonstra que, embora a alta burocracia do ICMBio tenha preservado o mesmo grau de autonomia e profissionalização observados nos períodos anteriores, o órgão como um todo sofreu um *enfraquecimento progressivo das capacidades administrativas*, marcado por cortes de financiamento, manutenção de uma burocracia

técnico-operacional de baixa qualidade e crescente influência de setores econômicos sobre as decisões governamentais, como demonstrados pelos trabalhos supracitados.

5.4. Governo Bolsonaro (2019-2022)

5.4.1. Alterações nas Competências Formais das Diretorias do ICMBio durante o Governo Bolsonaro

O Decreto Nº 10.234, de fevereiro de 2020 em conjunto com a Portaria nº 582, de 20 de setembro de 2021, organizaram a estrutura interna das diretorias do ICMBio, detalhando em maior profundidade as funções e atribuições das unidades administrativas vinculadas, promovendo uma reestruturação que incluiu ajustes na gestão financeira, aprimoramento de processos administrativos e maior articulação entre setores responsáveis pelo uso sustentável das unidades de conservação (quadro 15).

A Diretoria de Planejamento, Administração e Logística (DIPLAN) passou a incorporar novas metodologias para o aprimoramento da gestão da tecnologia da informação, com competências voltadas à consolidação da digitalização de processos administrativos e integração de bancos de dados institucionais para otimizar a eficiência operacional das unidades vinculadas ao ICMBio, sobretudo a partir da Coordenação Geral de Administração e Tecnologia da Informação (CGATI). Além disso, a DIPLAN ampliou suas competências na gestão orçamentária ao estabelecer novos mecanismos de planejamento e controle financeiro, que incluíram a centralização da execução orçamentária e a definição de diretrizes para a destinação de recursos conforme prioridades estratégicas do ICMBio.

Em tese, essas mudanças podem garantir maior previsibilidade na alocação de recursos e maior alinhamento entre a arrecadação e os investimentos destinados à manutenção das unidades de conservação. A partir da reestruturação da Coordenação Geral de Finanças e Arrecadação (CGFIN) à medida que foi submetida a ela, a função de centralizar e padronizar procedimentos contábeis e financeiros do órgão. A Coordenação de Compensação Ambiental (COCAM), já responsável pela arrecadação e gestão dos recursos oriundos da compensação ambiental desde o decreto anterior, teve suas atribuições ampliadas para incluir novos mecanismos de controle e monitoramento da destinação desses fundos. Essa ampliação resultou na criação da Divisão de Gestão da Compensação Ambiental (DGCA) e da Coordenação de Monitoramento da Execução Orçamentária (CMEO), responsáveis por acompanhar a execução financeira e fiscalizar o cumprimento das diretrizes estabelecidas para aplicação dos recursos. A DGCA passou a atuar na supervisão do uso dos recursos arrecadados, garantindo sua conformidade com as políticas de conservação, enquanto a CMEO apresenta competências na criação de metodologias para avaliação contínua da eficiência dos investimentos destinados às unidades de conservação.

A Diretoria de Manejo e Criação de Unidades de Conservação (DIMAN) ampliou seu escopo ao consolidar estratégias para incentivar a visitação pública e o uso sustentável dos recursos naturais nas unidades de conservação federais. A Coordenação Geral de Uso Público e Negócios (CGEUP) teve suas competências reformuladas, através da ampliação de mecanismos voltados à concessões para a iniciativa privada e captação de investimentos privados para conservação ambiental. Além disso, a Coordenação Geral de Proteção (CGPRO) intensificou as atividades de fiscalização e controle ambiental, com o estabelecimento de competências específicas para ações preventivas contra o desmatamento e queimadas.

A Diretoria de Ações Socioambientais e Consolidação Territorial (DISAT) consolidou sua atuação na mediação de conflitos territoriais, regularização fundiária e promoção da inclusão social de comunidades tradicionais dentro das unidades de conservação. A Coordenação Geral de Consolidação Territorial (CGTER) foi fortalecida para aprimorar a identificação de áreas de conflitos e a segurança jurídica e territorial dessas populações. Além disso, a Coordenação Geral de Gestão Socioambiental (CGSAM) passou a ter competência para a capacitação e o fortalecimento econômico das comunidades residentes em UCs.

A Diretoria de Pesquisa, Avaliação e Monitoramento da Biodiversidade (DIBIO) assumiu um papel ainda mais relevante ao coordenar os Centros Nacionais de Pesquisa e Conservação, garantindo a integração entre pesquisa científica e políticas de gestão ambiental. Antes de serem alocados na Diretoria de Pesquisa, Avaliação e Monitoramento da Biodiversidade (DIBIO), os Centros Nacionais de Pesquisa e Conservação estavam vinculados diretamente à presidência. Sua realocação para a DIBIO representou uma reorganização administrativa voltada à especialização e integração das atividades de pesquisa com a avaliação ambiental e o monitoramento da biodiversidade.

Os Centros Nacionais de Pesquisa e Conservação do ICMBio têm a função de realizar e coordenar atividades de pesquisa científica e monitoramento necessárias à conservação da biodiversidade e do patrimônio espeleológico. Além disso, apoiam tecnicamente ações de manejo para recuperação de espécies e ecossistemas ameaçados, coordenam diagnósticos científicos sobre o risco de extinção da fauna brasileira e participam da formulação e implementação de planos de ação para conservação de espécies ameaçadas. Ao todo, existem 14 CNPC, espalhados pelo território nacional.

A Coordenação Geral de Pesquisa e Monitoramento da Biodiversidade (CGPEQ) passou a desenvolver diretrizes específicas para a coleta, sistematização e análise de dados ambientais, para padronização metodológica para subsidiar a gestão das unidades de

conservação. A Coordenação de Avaliação de Impactos Ambientais (CGIMP) ampliou suas atribuições ao estabelecer novos parâmetros técnicos para avaliação dos impactos ambientais de empreendimentos, com foco na mensuração de alterações nos ecossistemas protegidos e na definição de medidas compensatórias mais precisas. Em relação ao decreto anterior, houve uma maior especialização das funções das diretorias e suas unidades administrativas vinculadas, o que reflete um processo de aprimoramento e especialização do órgão.

Quadro 15 - Perfil da Alta Burocracia do ICMBio no Gov. Bolsonaro (2019-2022)

Decreto Nº 10.234 de fevereiro de 2020				
Diretoria	Diretoria de Planejamento, Administração e Logística (DIPLAN)	Diretoria de Criação e Manejo de Unidades de Conservação (DIMAN)	Diretoria de Ações Socioambientais e Consolidação Territorial em Unidades de Conservação (DISAT)	Diretoria de Pesquisa Avaliação e Monitoramento da Biodiversidade (DIBIO)
Competência	I - exercer as funções de órgão seccional dos Sistemas de: a) Administração Financeira Federal - Siafi; b) Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - Sisp; c) Contabilidade Federal; d) Gestão de Documentos de Arquivo - Siga; e) Organização e Inovação Institucional do Governo Federal - Siorg; f) Pessoal Civil da Administração Federal - Sipep; g) Planejamento e Orçamento Federal; e h) Serviços Gerais - Sisg; II - planejar, coordenar, supervisionar, avaliar e executar: a) as políticas internas de gestão patrimonial e de almoxarifado, de processos de aquisição, licitações e contratos, de infraestrutura e de processos institucionais, no âmbito do Instituto Chico Mendes; e	I - planejar, coordenar, supervisionar, avaliar e promover a execução das ações relativas: a) à elaboração de propostas para criação ou alteração de unidades de conservação federais; b) à proteção, ao monitoramento, à prevenção e ao controle de desmatamentos, incêndios e outras formas de degradação de ecossistemas e à aplicação das penalidades administrativas ambientais nas unidades de conservação federais e nas suas zonas de amortecimento; c) à elaboração e à revisão dos planos de manejo de unidades de conservação	I - à criação, à alteração e ao funcionamento dos conselhos das unidades de conservação federais e à promoção da integração socioeconômica regional das referidas unidades de conservação; II - à participação social em processos e instrumentos de gestão da biodiversidade e das unidades de conservação federais; III - a processos, projetos e programas de educação ambiental, incluída a formação de educadores ambientais e a definição de diretrizes metodológicas para a educação ambiental em unidades de conservação federais e nos centros de pesquisa do Instituto Chico Mendes; IV - ao voluntariado no âmbito do Instituto Chico Mendes; V - à gestão de conflitos relacionados a interfaces territoriais e ao uso comunitário dos recursos naturais nas unidades de conservação federais;	I - elaborar estudos orientadores para definição de estratégias de conservação da biodiversidade; II - planejar, coordenar, supervisionar, avaliar e executar as ações relativas: a) ao monitoramento da biodiversidade, ao fomento e à autorização de pesquisas e ao ordenamento e à gestão da informação sobre biodiversidade; b) à elaboração do diagnóstico científico do estado de conservação das espécies e dos ecossistemas, à elaboração de planos de ação, à identificação e à definição de áreas de concentração de espécies ameaçadas, ao exercício da Autoridade Científica da Cites e à definição de outros instrumentos de conservação; e c) à autorização para o licenciamento ambiental de atividades de significativo impacto ambiental que afetem unidades de conservação federais e suas zonas de amortecimento e à definição da compensação por impactos causados a cavidades naturais subterrâneas; e III - coordenar e supervisionar as atividades dos Centros Nacionais de Pesquisa e Conservação IV - acompanhar as atividades relativas ao Sistema de Pessoal Civil da

	b) as ações relativas aos processos, projetos e programas de educação ambiental, incluída a formação de educadores ambientais e a definição de diretrizes metodológicas para a educação ambiental em unidades de conservação federais e nos centros de pesquisa do Instituto Chico Mendes; III - gerenciar e monitorar a execução de projetos de cooperação técnica e financeira e a execução dos recursos financeiros de compensação ambiental, no interesse da gestão eficiente do Instituto Chico Mendes; IV - coordenar e supervisionar as atividades do Centro de Formação em Conservação da Biodiversidade; V - monitorar e avaliar a implementação da gestão das unidades de conservação federais, com vistas à promoção da melhoria da gestão; e VI - subsidiar a alimentação do cadastro nacional de unidades de conservação federais e a elaboração de relatório de avaliação global da situação das unidades de conservação federais.	federais e de suas zonas de amortecimento; e d) à visitação pública, ao ecoturismo e ao uso econômico das unidades de conservação federais; II - monitorar e avaliar a implementação da gestão das unidades de conservação federais, para promover a melhoria da gestão e subsidiar a alimentação do cadastro nacional de unidades de conservação e a elaboração de relatório de avaliação global da situação das unidades de conservação federais; e III - manifestar-se sobre a inclusão das unidades de conservação federais no PAOF.	VI - ao uso sustentável dos recursos naturais nas unidades de conservação federais; VII - às políticas sociais, econômicas e culturais para as populações tradicionais beneficiárias das unidades de conservação de uso sustentável; e VIII - à regularização fundiária e à consolidação territorial das unidades de conservação federais. IX - aos acordos de repartição de benefícios, por acesso ao patrimônio genético e ao conhecimento tradicional associado, envolvendo populações tradicionais em unidades de conservação de uso sustentável, bem como monitorar a execução destes acordos.	Administração Pública Federal - SIPEC, no que se refere ao pessoal lotado na Diretoria, e nas unidades descentralizadas vinculadas; V - acompanhar a gestão dos recursos orçamentários e extraorçamentários relacionados à Diretoria; VI - coordenar os procedimentos, os fluxos administrativos e a elaboração de relatórios relativos à execução das atividades finalísticas pertinentes à Diretoria; VII - analisar e acompanhar as propostas de Acordos de Cooperação, Termos de Doação, Termos Aditivos, Parcerias, Minutas de Portarias e de Instruções Normativas, entre outros instrumentos normativos, afetos à Diretoria; VIII - acompanhar a gestão administrativa dos Centros Nacionais de Pesquisa e Conservação; e IX - Coordenar e supervisionar as atividades do Serviço de Apoio Técnico e Administrativo
Unidades Vinculadas	1. Coordenação de Assessoramento Administrativo - COASA; 2. Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas - CGGP; 3. Coordenação-Geral de Gestão Administrativa - CGADM; 4. Coordenação-Geral de	1. Coordenação de Assessoramento Técnico e Administrativo - COTAM; 2. Coordenação de Monitoramento - COMON; 3. Coordenação-Geral de Criação e	1. Coordenação de Assessoramento Técnico e Administrativo - COTAT; 2. Coordenação Geral de Gestão Socioambiental - CGSAM; 3. Coordenação-Geral de Populações Tradicionais - CGPT; 4. Coordenação-Geral de	1. Coordenação de Assessoramento Técnico e Administrativo - COTAB; 2. Serviço de Apoio Técnico Administrativo - SEAT; 3. Coordenação-Geral de Estratégias para Conservação - CGCON; 4. Coordenação-Geral de Pesquisa e Monitoramento da Biodiversidade - CGPEQ; 5. Coordenação-Geral de Avaliação de

	Tecnologia da Informação - CGTI; 5. Coordenação-Geral de Planejamento e Gestão de Recursos Externos - CGPLAN; 6. Coordenação Geral de Finanças e Arrecadação - CGFIN;	Planejamento de Unidades de Conservação - CGCAP; 4. Coordenação Geral de Uso Público e Serviços Ambientais - CGEUP; 5. Coordenação Geral de Proteção - CGPRO;	Consolidação Territorial - CGTER;	Impactos - CGIMP; 6. Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Aves Silvestres - CEMAVE; 7. Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Répteis e Anfíbios - RAN; 8. Centro Nacional de Pesquisa Conservação de Mamíferos Carnívoros - CENAP; 9. Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Primatas Brasileiros - CPB; 10. Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Cavernas - CECAV; 11. Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Biodiversidade Aquática Continental - CEPTA; 12. Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Biodiversidade Amazônica - CEPAM; 13. Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Biodiversidade do Cerrado e Restauração Ecológica - CBC; 14. Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Biodiversidade Marinha do Sudeste e Sul - CEPSUL; 15. Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Tartarugas Marinhas e da Biodiversidade Marinha do Leste - TAMAR; 16. Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Mamíferos Aquáticos - CMA; 17. Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Biodiversidade Marinha do Nordeste - CEPENE; 18. Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Biodiversidade Marinha do Norte - CEPNOR; 19. Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Sociobiodiversidade Associada a Povos e Comunidades Tradicionais - CNPT;
--	--	--	--	---

Fonte: elaborado pelo autor, 2025.

5.4.2. Mapeamento e Análise de Perfil da Alta Burocracia

Ao longo do Governo Bolsonaro (2019-2022) foram identificadas 19 nomeações aos postos de Alta Direção no ICMBIO, sendo este o governo de maior rotatividade de servidores. Cargos estes distribuídos entre a Diretoria de Ações Socioambientais e Consolidação Territorial de Unidades de Conservação (DISAT), Diretoria de Criação e Manejo de Unidades de Conservação (DIMAN), Diretoria de Pesquisa, Avaliação e Monitoramento da Biodiversidade (DIBIO), Diretoria de Planejamento, Administração e Logística (DIPLAN) e a Presidência do órgão, conforme apresentado no quadro 16.

Dentre estes, três nomes correspondem à troca de cargo. São eles: Fernando César Lorencini, que assume a Diplan entre 2019 e 2020 até ser alçado à presidência, a partir de outubro de 2020; Luís Henrique Falconi, que assume inicialmente a DISAT, onde permanece por apenas um mês e logo é remanejado para DIPLAN, permanecendo por pouco mais de um ano e; Marcos de Castro Simanovic, que inicia o governo como diretor da DIMAN, onde permanece até o final de 2021, quando é alçado à presidência do órgão.

Em termos de trajetória profissional prévia, o ICMBIO reflete a ascensão do militarismo nas estruturas civis da administração pública federal ao longo do Governo Bolsonaro. Com isso, 52,6%, das nomeações foram oriundas de tal carreira, especialmente provenientes da Polícia Militar do Estado de São Paulo. Já dentre os nomes identificados neste grupo, apenas Ronei Alcantara da Fonseca, que assumiu a DIPLAN por aproximadamente 6 meses entre 2020 e 2021, era proveniente de uma carreira militar distinta (CBM/DF). Ressalta-se, que não houve nenhuma diretoria isenta deste processo de militarização do alto assessoramento e mesmo a Presidência do órgão passa por este movimento através da nomeação de Fernando Cesar Lorencini.

Os servidores efetivos do serviço público federal, totalizam 21,1% e são representados pelos servidores (as): Homero de Giorge Cerqueira, Nolita Almeida Cortizo, Gustavo Costa Rodrigues e Cibele Munhoz Amato, que respectivamente ocupam em períodos distintos, a Presidência do órgão, a DISAT, DIPLAN e DIMAN. Este número representa a menor proporção, desde a fundação do órgão. Ao longo de seus anos iniciais, o órgão chega a ter 87,5% de seus servidores vinculados à administração pública federal no Governo Lula.

Até então, o período que havia apresentado a menor proporção havia sido o segundo mandato da presidenta Dilma Rousseff, no qual essa proporção foi de 66.6%, valor 3 vezes

superior ao do Governo Bolsonaro. Ao atrelar o nível de autonomia política do alto escalão à estabilidade propiciada pelos cargos públicos efetivos, em que carreiras militares são caracterizadas também pela inserção através de processos meritocráticos, não consideramos tais indicações, como indicativos de perda da qualidade burocrática nesta dimensão. Além disso, ainda a respeito da autonomia, não foi identificado nenhum servidor com trajetória prévia em setores econômicos extrativistas.

Ainda assim, a inserção de militares no órgão impactou de forma negativa a variável de compatibilidade da trajetória profissional prévia para com o cargo ocupado, mas não de forma tão intensa quanto se poderia esperar. Dos 7 militares trazidos para o Governo, 4 possuíam ampla experiência com policiamento ambiental. São eles: Marcos de Castro Simanovic, que ocupou a presidência da DIMAN e do ICMBio neste governo, possui três pós-graduações em áreas ambientais e atuou longamente, como professor do curso de Pós-Graduação do SENAC/SP, em Geoprocessamento e Planejamento e no curso de Gestão de Áreas Especialmente Protegidas. Além disso, integrou as equipes da Secretaria de Estado do Meio Ambiente de São Paulo, para o planejamento do Sistema Integrado de Monitoramento das Unidades de Conservação, do Programa de Conciliação Ambiental Paulista, do Programa de Fiscalização Ambiental Digital e do Programa de Recuperação Socioambiental da Serra do Mar e Mosaicos da Mata Atlântica. Colaborando diretamente com o ICMBio, em 2010, na construção do Plano de Ação para a Conservação de Papagaios da Mata Atlântica.

Marcos José Pereira, que ocupou a DISAT, atuou majoritariamente no policiamento ambiental e chegou a ser Diretor do Departamento de Meio Ambiente da Secretaria de Meio Ambiente de Rio Claro/SP. Luís Gustavo Biagioni, que ocupou a DIMAN, além de ter toda sua carreira no policiamento ambiental, ocupou diversos cargos de chefia na PM/SP juntos às unidades que integram o Sistema de Proteção e Desenvolvimento do Meio Ambiente do Estado de São Paulo. Além de chefiar o Estado-Maior do Comando de Policiamento Ambiental da PM/SP. Antes de assumir o cargo no ICMBio, o mesmo foi nomeado no mesmo governo, como Diretor de Planejamento do Ibama entre maio e julho de 2019 e Secretário Executivo do MMA entre agosto de 2019 e julho de 2021.

Já Marcos Aurélio Venâncio, que ocupou a DIBIO, tem toda a carreira prestada no âmbito do policiamento ambiental, possui diversas especializações na área ambiental, como, o Policiamento Florestal e de Mananciais; Crimes Ambientais; Cartografia e GPS, dentre outros e foi professor na PM/SP para o curso de formação em policiamento ambiental, durante toda a carreira.

Para essa mesma variável (compatibilidade da trajetória prévia), Fernando Cesar Lorencini e Luís Henrique Falconi (ambos militares), são computados tanto quanto trajetória compatível, quanto trajetória não compatível. Isso acontece, pois ambos ocuparam a Diretoria de Planejamento, Administração e Logística (DIPLAN), departamento responsável pela gestão do órgão e com pouca interface com a implementação das políticas finalísticas do ICMBIO. Considerando a ampla experiência que ambos possuem em gestão e finanças públicas, os mesmos foram apontados como compatíveis para ocupar tais cargos. Entretanto, respectivamente, os mesmos ocuparam também os postos de Presidência e Diretor da DISAT. Considerando os recortes realizados neste trabalho, para aferir compatibilidade prévia, que levam em consideração: tanto experiência profissional nas áreas ambiental, quanto formação equivalente, para atuar nos departamentos relacionados à implementação da política finalística do órgão, algo que nenhum dos dois possuía para os cargos de presidente os mesmos foram computados como “trajetória não compatível”.

Outros dois servidores ainda foram identificados: Leandro Mello Frota e Homero de George Cerqueira. Os mesmos ocuparam, respectivamente, a DISAT e a Presidência do órgão. Apesar de currículos consistentes, o primeiro atuou majoritariamente no campo da educação e o segundo no campo da segurança pública, campos que não se relacionam com o trabalho empenhado pelo ICMBIO. Dessa forma, servidores com trajetória prévia não compatível para ocupação dos cargos aos quais foram nomeados contabilizam 21,1%, contra 57,9% para servidores com trajetórias compatíveis (a menor dentre todos os governos).

Em termos de nível de escolaridade, doutores e mestres correspondem a 31,6% cada. Somados aos que possuem especialização, a proporção de pós-graduados totaliza 68,5%, a maior proporção indicada dentre todos os governos. Apenas 2 servidores possuíam a graduação como nível de escolaridade máxima: Adalberto Sigismundo, que ocupou a presidência do órgão, e Marcos José Pereira.

Adalberto Sigismundo Eberhard foi Diretor de Zoneamento Territorial do Ministério do Meio Ambiente de 2011 a 2016 e diretor da Fundação de Desenvolvimento do Pantanal. Realizou diversos trabalhos como o levantamento fundiário do Parque Nacional dos Aparados da Serra, do Projeto Lobo Guará da Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul e foi, até 2004, membro da comissão permanente de meio ambiente e animais silvestres do conselho regional de medicina veterinária. Durante o governo Dilma, chegou a ocupar o cargo de diretor do Departamento de Zoneamento Territorial do Ministério do Meio Ambiente.

Cabe ressaltar, que o mesmo assumiu a presidência no início da gestão em 2019 e em abril pediu exoneração, alegando motivos pessoais (Folha de Pernambuco, 2019). Contudo, reportagens apontam que Eberhard deixou a autarquia por se contrapor à ameaça do Ministro de Meio Ambiente, Ricardo Salles, em abrir processos administrativos contra servidores (G1, 2019). Sua saída é sucedida na semana seguinte pelo pedido de exoneração de três dos quatro diretores da autarquia. São eles: Régis Pinto (DIBIO), Luiz Felipe (DIMAN) e Henrique Lui (DISAT) e é após a saída destes, que se desvela o processo de militarização dos nomeados aos cargos de alto assessoramento do órgão (OEKO, 2019)

As Ciências Humanas dominam a área de formação, correspondendo a 52,6% do valor total. Seguida pelo campo das Engenharias, com 10,5%. As demais áreas (Ciências Agrárias, Biológicas, Exatas e da Terra) correspondem a 5,3% cada. O vínculo com ONGs e/ou Movimentos Sociais, foi similar aos demais governos, o que demonstra que de fato, no ICMBIO não há absorção fluida de pessoas oriundas destes setores.

No que diz no que diz respeito à profissionalização do alto escalão do ICMBio no Governo Bolsonaro, os dados apresentam uma relativa perda se comparado a governos anteriores. Além disso, não foi identificado nenhum servidor com conflito de interesse, ou seja, não houve a inserção de profissionais, cuja atuação profissional prévia se deu em áreas econômicas competitivas à área ambiental, como os setores de mineração, agropecuária e infraestrutura. Atrelado ao vínculo efetivo, os dados demonstram a manutenção da autonomia política dos nomeados.

Quadro 16 - Perfil da Alta Burocracia no Gov. Bolsonaro (2019-2022)

		%	Valores Totais
Trajetória Profissional	Militar	52,6	10
	Público	21,1	4
	Privado	15,18	3
	SI	10,5	2
		%	Valores Totais
Compatibilidade da Trajetória Prévia	Sim	42,1	8
	Não	36,8	7
	SI	21,1	4
		%	Valores Totais
Nível de Escolaridade	Doutorado	31,6	6

	Mestrado	31,6	6
	Graduação	10,5	2
	Especialização	5,3	1
	SI	21,1	4
		%	Valores Totais
Área de Formação	Ciências Humanas	52,6	10
	Engenharias	10,5	2
	Ciências Agrárias	5,3	1
	Ciências Biológicas	5,3	1
	Ciências Ex. e da Terra	5,3	1
	SI	21,1	21,1
		%	Valores Totais
Vínculo com ONG's e/ou Movimentos Sociais	Não	73,7	14
	Sim	5,3	4
	SI	21,1	5,3
		%	Valores Totais
Conflito de Interesse	Não	78,9	15
	SI	21,1	4

Fonte: elaborado pelo autor, 2025.

A principal alteração aqui em relação aos governos anteriores, diz respeito ao critério de seleção para ocupação dos cargos. Que deixa de priorizar os cargos oriundos da própria autarquia e de outros órgãos federais, para selecionar quadros oriundos da Polícia Militar, especificamente, do Estado de São Paulo. Na medida em que a maior parte destes servidores possuíam experiências prévias no setor ambiental e/ou formação correspondente, foge ao escopo deste trabalho avaliar se este critério de seleção, impactou de forma negativa a qualidade dos processos decisórios internos e, por conseguinte, a construção das capacidades administrativas do ICMbio. Chama a atenção também, a rotatividade dos cargos, dado que este foi o governo com o maior número de nomeados dentre todos os outros. O que, em certa medida, aponta certa instabilidade nas dinâmicas entre estes gestores e a presidência.

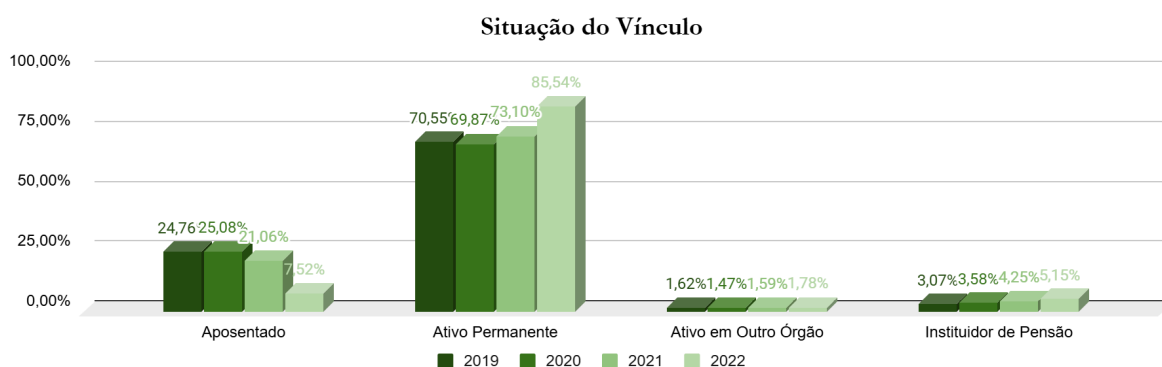
5.4.3. Panorama Geral da Burocracia do ICMBIO

Ao longo do Governo Bolsonaro, o panorama geral da burocracia do ICMBio apresenta não apenas bons resultados, como surpreendem e mostram pequenos sinais de

melhoria no decorrer dos anos. A proporção de ativos permanentes se inicia já em um alto patamar em 2019, compondo 70,55% dos servidores (gráfico 16), o que mostra um cenário completamente distinto do período governamental anterior, no qual a máxima foi de 43,92% em 2016. Além disso, gradativamente essa variável atinge a proporção de 85,54% no ano final de seu mandato (gráfico 16). Valores similares, só foram identificados ao longo do Governo Lula 2, o que a partir dos critérios elencados aqui, aferem maior autonomia política à burocracia técnico-operacional.

Concomitantemente, a proporção de servidores aposentados sofre uma grande queda ao longo dos anos. Em 2019, estes representavam 24,76% da organização, já em 2022, com uma queda de aproximadamente dois terços, passam a representar 7,52% dos servidores no órgão (gráfico 16). A proporção de ativos em outro órgão se mantém constante ao longo dos anos, com máxima de 1,78% em 2022 e mínima de 1,47% em 2020 (gráfico 16), menor inclusive que a maioria dos anos anteriores.

Gráfico 16 - Situação do Vínculo ICMBio (2019-2022)

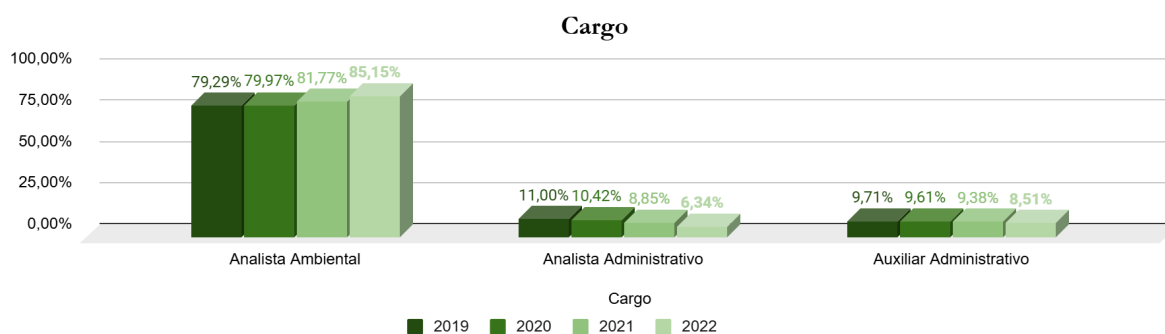


Fonte: elaborado pelo autor, 2025.

No que tange às carreiras, novamente o período apresenta os melhores resultados desde o governo Lula 2, inclusive com um discreto e contínuo aumento ao longo dos anos na proporção da carreira de Analista Ambiental: em 2019, estes representavam 79,29% e passam a corresponder a 85,15% em 2022 (gráfico 17). Simultaneamente, tanto a carreira de Analista Administrativo, quanto à de Auxiliar Administrativo, passam por um processo também discreto e gradual, de diminuição. A primeira, em 2019 correspondia a 11% dos servidores e passa a representar apenas 6,34% em 2022 (gráfico 17). Já a segunda, com uma variação ainda mais modesta, passa de 9,71% em 2019, para 8,51% em 2022 (gráfico 17).

Em termos de escolaridade, todos os níveis se mantêm constantes entre 2019 e 2022. Mas chama a atenção o fato de que, considerados em conjunto (mestrado, doutorado e especialização), servidores com algum nível de pós-graduação representam cerca de 2/3 do número total, com 60,68% (gráfico 18). Novamente a maior proporção desde o Governo Lula 1. De modo que em termos de qualidade da burocracia, considerando a proporção de especialistas ambientais e o grau de escolaridade dos servidores, este é o governo que apresenta os melhores resultados.

Gráfico 17 - Composição de Carreiras ICMBIO (2019-2022)

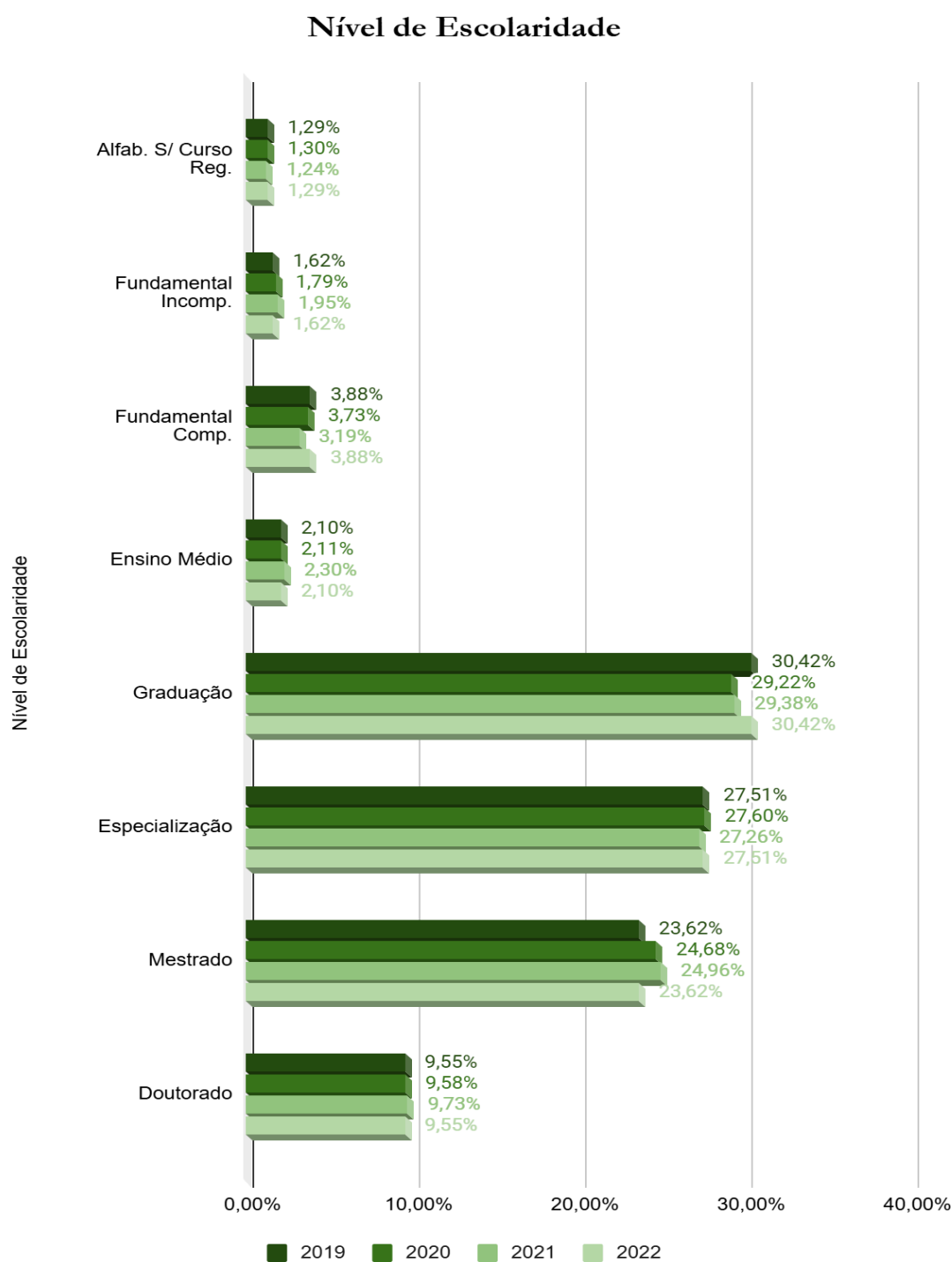


Fonte: elaborado pelo autor, 2025.

Entretanto, cargos em comissão ou contratos temporários, constituíam 19,07% da burocracia técnico-operacional do ICMBio em 2018. Apesar de não representarem a melhor forma de vínculo com o setor público, estes servidores desempenhavam funções e atividades vinculadas ao órgão. De modo que a perda abrupta dos mesmos, sem uma ação correspondente de processo seletivo, objetivamente pode ter levado à paralisação ou enfraquecimento de diversas políticas e reforça na verdade, o argumento de que concursos públicos insulam a burocracia de intempéries políticas.

Ou seja, este incremento proporcional e a melhora da qualidade da burocracia podem decorrer, contudo, da quebra de contrato com servidores não efetivos e da debandada de servidores dos órgãos ambientais, que ocorreu em seu governo. Segundo reportagem da BBC Brasil (2021), entre o início do governo em 2019 e janeiro de 2021, o ICMBio teve uma queda de 9,6% em seu quadro de servidores.

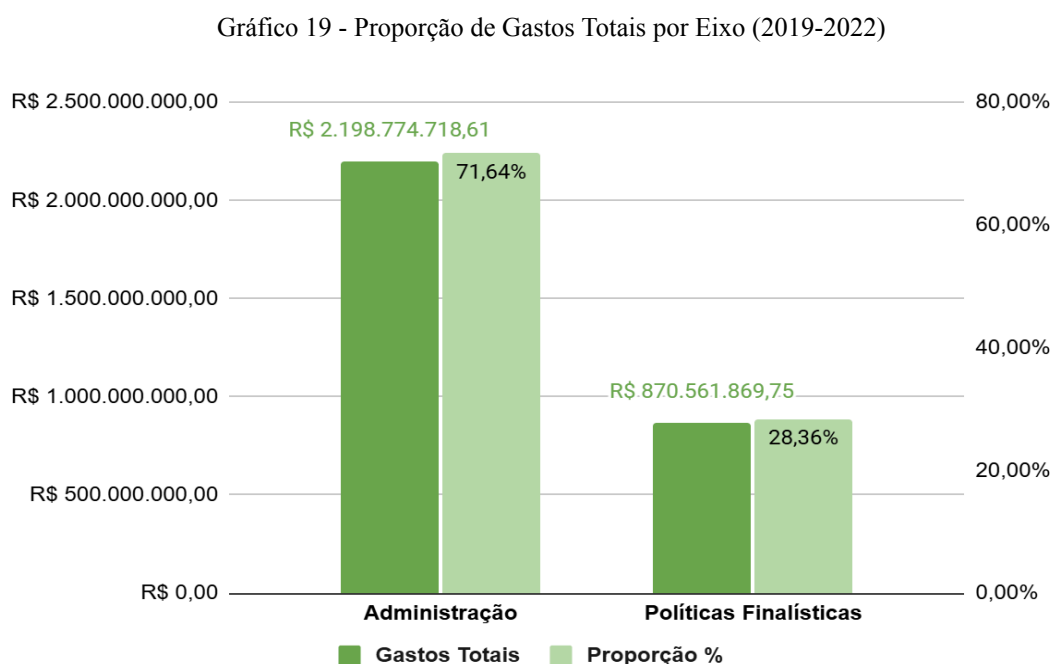
Gráfico 18 - Nível de Escolaridade ICMBIO (2019-2022)



Fonte: elaborado pelo autor, 2025.

5.4.4. Análise Orçamentária

Ao todo foi empenhado ao longo destes quatro anos, R\$ 3.069.336.588,36, valor significativamente inferior que os dois períodos governamentais que o antecederam (gráfico 19). A proporção empenhada na execução do eixo administração, em contraposição aos gastos com políticas finalísticas, é de 71,64% contra 28,36%, (gráfico 13). Se mantendo na média dos demais governos.



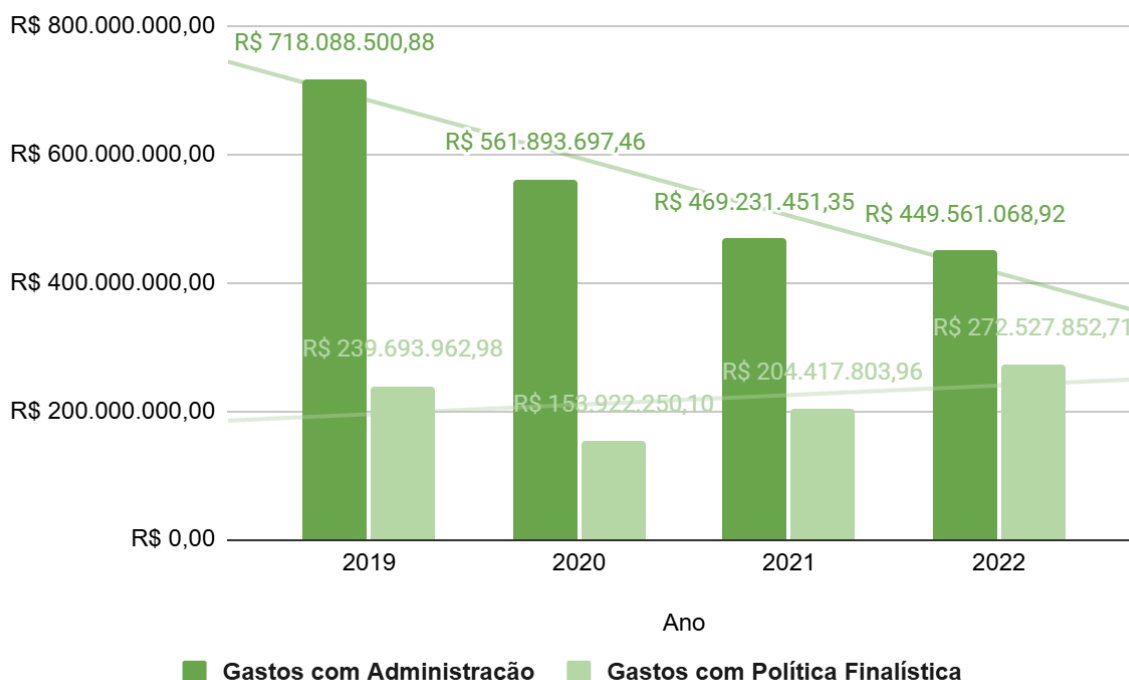
Fonte: elaborado pelo autor, 2025.

A questão orçamentária, segundo os dados apresentados até aqui, é a que expressa de forma mais contundente o processo de enfraquecimento administrativo do ICMBio. Apesar da ampliação orçamentária para o eixo administração em 2019, que passa de R\$597.133.234,86 em 2018, para R\$718.088.500,00, nos anos posteriores, a tendência de queda para este eixo, se deu de forma constante e profunda entre 2020 e 2022. De modo que todos os anos seguintes apresentaram valores inferiores ao ano anterior, com execução em 2022 de R\$ 449.561.068,92, uma redução acumulada de -37,39% para o período, e a menor execução orçamentária registrada na história da autarquia (gráfico 20),

Já para o eixo políticas finalísticas, há um processo mais complexo. Em 2019, o orçamento foi de R\$ 239.693.962,90 (similar aos anos anteriores) para R\$ 153.922.250,00 no

ano seguinte (gráfico 20), uma redução que representou a perda de -55,72% para a implementação das políticas finalísticas do órgão. Em 2021, esse valor é parcialmente recomposto, com um aporte de R\$ 204.417.803,96 (gráfico 20), o que representa um aumento de 24,70% em relação a 2020, mas ainda assim uma redução de -17,26% se comparado a 2019. Desse modo, apenas em 2022, há aumento real na composição orçamentária das políticas finalísticas do ICMBIO, com aporte de R\$ 272.527.852,71 (gráfico 20), o que representa um aumento de 12,05% se comparado ao primeiro ano do governo e o maior registrado desde 2014, quando este eixo marca R\$ 317.679.308,64.

Gráfico 20 - Evolução dos Gastos Totais por Eixo (2019-2022)



Fonte: elaborado pelo autor, 2025.

5.4.5. Breve contexto da Política Ambiental no Governo Bolsonaro e intersecções com os resultados encontrados

O governo de Jair Bolsonaro (2019-2022) é caracterizado pela literatura especializada por sua doutrina ultraliberal de desenvolvimento econômico, ancorada, por sua vez, no conservadorismo político e identidade ideológica fundamentada na reprodução da doutrina neofacista (Da Silva, et. al., 2024). Através desta perspectiva, sob o pretexto de

desburocratizar a economia e promover o crescimento econômico através da priorização, sobretudo de setores econômicos extrativistas como o agronegócio e a mineração, o período marca uma profunda intensificação da exploração de recursos naturais, especialmente na Amazônia e o enfraquecimento em larga escala da política ambiental brasileira (Capelari et al., 2020). Facilitado e impulsionado, através da sustentação política oferecida pela bancada boi, bala e bíblia, que em processo de ascensão desde o primeiro mandato de Rousseff, se consolida como força dominante no congresso nacional após o pleito eleitoral de 2018 (Firmiano, 2020).

O antagonismo declarado às agendas ambientais e climáticas, torna-se, portanto, um dos traços distintivos de sua administração ao atrelar o cuidado com o meio ambiente à entraves para o desenvolvimento econômico do país (Barreto Filho, 2020). O discurso governamental favoreceu narrativas que deslegitimaram as políticas de comando e controle, bem como comunidades tradicionais, movimentos indígenas e socioambientais, associando-os à obstrução da soberania e ao progresso nacional (Ramos, 2021). Numa clara postura de confronto à comunidade internacional ao rejeitar os acordos multilaterais assinados pelo Brasil, como a Convenção sobre Biodiversidade Ecológica (OECD, 2020), a desacreditação dos dados científicos relativos ao desmatamento e às mudanças climáticas, promovendo a perseguição a instituições de pesquisa e organismos multilaterais de fiscalização, como o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) (Capelari et al., 2023).

Discurso este que se traduz em ações concretas de desmonte institucional dos órgãos ambientais brasileiros, através, por exemplo, da desarticulação do Ibama e do ICMBio, de modo a comprometer a já fragilizada capacidade de fiscalização e monitoramento ambiental no país, promovida especialmente entre 2014 e 2018 (Da Silva, 2024). As paralisações de programas voltados à preservação ambiental expressam objetivamente este movimento de desintegração. Programas como o ARPA (Áreas Protegidas da Amazônia), que tem por objetivo a criação de unidades de conservação na Amazônia e o Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal, o PPCDAm, foram significativamente enfraquecidos (Cândido, 2023). Sobretudo através da drástica redução financeira, bem como também pela desmobilização das equipes responsáveis por sua implementação.

A flexibilização e fragilização das normas de licenciamento ambiental e a omissão no combate a crimes ambientais contribuíram para um aumento expressivo das atividades ilegais como o desmatamento, a grilagem de terras e a mineração, especialmente a Amazônia Legal (Fernandes, 2022). Ademais, o avanço do desmatamento na região foi notório ao longo do período, com um aumento de 88% em 2019, se comparado a 2018 (Fearnside, 2019). No que

tange às Unidades de Conservação, Pompermaier (2024), aponta a redução significativa do apoio financeiro e administrativo destinado à gestão das UCs, dados corroborados por este trabalho, dado a drástica redução orçamentária entre 2019 e 2022. Além disso, o autor afirma ainda que o desfinanciamento do ICMBio impulsionou o avanço de atividades ilegais (como a extração de madeira e a mineração) dentro das UCs e suas zonas de amortecimento.

Nunes e Pereira (2024) mostram que este fenômeno como processo sintomático do desmonte das políticas de proteção, acompanhado por uma narrativa oficial que deslegitimaram não só as áreas protegidas como espaços essenciais para a conservação da biodiversidade, como os direitos de povos indígenas e comunidades tradicionais. Exemplo desta deslegitimação incluiu, dentre outras, a promoção de iniciativas de revisão de limites territoriais de UCs para permitir sua utilização econômica (Garzon e Da Silva, 2020).

Outro aspecto fundamental da gestão Bolsonaro foi a militarização não só dos órgãos ambientais, como da administração pública federal como um todo. Diversos trabalhos apontam para a estratégia de militarização dos órgãos ambientais durante o período, como um meio de enfraquecer a governança ambiental e reduzir a influência de especialistas na formulação de políticas públicas. Segundo Oliveira Filho (2024), a militarização de órgãos ambientais (IBAMA, ICMBio e FUNAI), implicou na inserção de quadros sem experiência ambiental em posições estratégicas, como parte de um processo de controle institucional e esvaziamento técnico, enfraquecendo a capacidade dos órgãos responsáveis pelo controle do desmatamento (especialmente o IBAMA) de operar de forma independente, através de uma estratégia deliberada para nomear altos burocratas não capacitados, alinhados à retórica governamental e comprometidos com o enfraquecimento da regulação ambiental (Pereira et al., 2022).

Barbosa et al. (2020) destacam ainda, que a pauta da militarização da Amazônia foi uma prioridade, resultando no deslocamento da gestão ambiental para o controle militar, o que comprometeu a fiscalização e o monitoramento ambiental. Sobretudo, a partir da militarização do Conselho da Amazônia, dado que a nomeação de militares para cargos-chave serviu para centralizar as decisões ambientais em instâncias alinhadas ao governo e menos suscetíveis à pressão de ambientalistas e técnicos especializados (Cordeiro et al., 2022).

Contudo, no caso do ICMBio, os dados do presente trabalho indicam que, apesar da presença militar, a maior parte dos nomeados aos postos de alto escalão, possuía experiência na área ambiental. Essa aparente exceção pode ser explicada por diferentes fatores. Primeiro, a militarização da gestão do ICMBio pode ter ocorrido de maneira menos drástica do que em outros órgãos, através da alocação de militares com relativa trajetória profissional na área

ambiental. Segundo, a nomeação deste perfil de militares, pode ter sido uma tentativa do governo de atenuar as críticas internacionais sobre o desmonte ambiental, uma vez que a reputação do Brasil na governança da área sofreu fortes pressões durante esse período (Garzon e Da Silva, 2020).

No entanto, isso não significa que o ICMBio tenha sido poupado do processo de enfraquecimento. Mesmo com militares relativamente capacitados, ocupando cargos de chefia, as estruturas institucionais do órgão foram severamente comprometidas. Sobretudo a partir da reestruturação administrativa promovida pelo governo que resultou na fusão das 11 Coordenações Regionais em apenas cinco Gerências Regionais, impactando negativamente a fiscalização e a gestão das Unidades de Conservação (Pompermaier, 2024). Essa medida desarticulou a capacidade de atuação do ICMBio, especialmente na Amazônia, onde a descentralização operacional era essencial para lidar com a vastidão territorial e a baixa integração de infraestrutura entre os estados da região (Ferreira, 2012).

Além disso, apesar da manutenção parcial da expertise ambiental na alta burocracia, o ICMBio sofreu interferências políticas significativas, perseguição a servidores e bloqueios administrativos, minando sua autonomia (Lotta et al., 2023). De modo que a permanência de técnicos qualificados em determinados cargos não impediu, segundo a autora, que houvesse retaliações e restrições às suas ações, o que dificultou a continuidade de políticas implementadas pelo órgão. Diante desse cenário, atrelado ao esforço ativo do governo Bolsonaro para deslegitimar as Unidades de Conservação como espaços fundamentais para a proteção da biodiversidade, considerando que a narrativa oficial frequentemente questionava a necessidade de grandes áreas protegidas e defendia a flexibilização dos limites territoriais das UCs para permitir seu uso econômico, seja para mineração, exploração agropecuária ou expansão urbana desordenada (Garzon e Da Silva, 2020), a aparente melhora na qualidade da burocracia técnico-operacional do ICMBio apresentada nesta dissertação, também deve ser vista com cautela.

A retórica do governo, ao classificar os fiscais do Ibama e do ICMBio como "inimigos do setor produtivo", criou um ambiente de hostilidade contra os servidores, aumentando os casos de assédio moral e ameaças de morte (Fernandes, 2022). Esse fenômeno fez com que muitos servidores experientes abandonassem seus cargos, enfraquecendo programas e descontinuando atividades promovidas pela autarquia (Lotta et al., 2023).

A principal explicação para essa aparente contradição reside na metodologia de análise dos indicadores burocráticos adotados por este trabalho e desvela inclusive, os limites

da análise proposta. O aumento do nível de escolaridade dos servidores técnicos pode ser resultado de um processo seletivo natural, em que os servidores com maior qualificação permaneceram no órgão, enquanto aqueles em situações mais precárias buscaram oportunidades em outras áreas do setor público ou pediram exoneração (Nigro, 2022). Essa hipótese é corroborada pelo relatório de gestão do órgão, que aponta um alto número de desligamentos voluntários e pedidos de remoção para outros órgãos, especialmente entre os servidores lotados na Amazônia e no Cerrado (ICMBio, 2020).

Além disso, a literatura destaca que o governo Bolsonaro implementou um bloqueio deliberado à reposição de quadros técnicos, impedindo a realização de novos concursos públicos para o setor ambiental (Neves, 2023). Isso significa que, mesmo que o perfil dos servidores restantes tenha se tornado mais qualificado, o número total de técnicos especializados foi reduzido, levando à sobrecarga de trabalho e ao colapso da fiscalização ambiental em unidades de conservação (Cândido, 2023). Outra estratégia de enfraquecimento da burocracia-técnico operacional foi o esvaziamento deliberado dos cargos de coordenação, com relatos que indicam que posições estratégicas no ICMBio ficaram desocupadas por longos períodos, sendo preenchidos por interinos, gerando descontinuidade na execução das políticas ambientais (Palotti e Soares Filho, 2024), gerando instabilidade gerencial das ações da autarquia.

Ressalta-se ainda, que sob governos populistas e autoritários, o desmonte institucional pode ocorrer mesmo sem uma substituição imediata do corpo técnico. O enfraquecimento das políticas públicas ocorre muitas vezes por meio da restrição de recursos e da desarticulação administrativa, em vez da simples troca de funcionários (Gomide et.al., 2023). Esse fenômeno pode explicar por que, mesmo com uma manutenção relativa da qualidade do corpo técnico, a burocracia ambiental perdeu capacidade de atuação. Neves (2023) aponta que a política ambiental no governo Bolsonaro foi marcada por "desmonte silencioso", no qual os órgãos ambientais permaneceram formalmente ativos, mas sua estrutura operacional foi progressivamente corroída por meio de cortes orçamentários e reconfigurações institucionais.

Os dados levantados neste trabalho confirmam esse padrão na medida em que apesar do orçamento do ICMBio ter tido um aporte de R\$ 718.088.500,88 em 2019 (valor superior aos valores anuais do período Dilma 2/Temer, com exceção de 2017), o órgão sofreu uma queda drástica nos anos seguintes. Sobretudo no que diz respeito aos recursos destinados à administração, que em 2020, 2021 e 2022 foram os mais baixos de toda a série histórica, comprometendo desde a manutenção de equipamentos até a realização de operações de

fiscalização (Pompermaier, 2024). O Relatório de Gestão de 2021 apontou que os cortes orçamentários severos comprometeram não só as atividades de fiscalização, mas a realização de operações em campo e a implementação de planos de manejo para as UCs (ICMBio, 2021).

Portanto, os dados apresentados nesta dissertação, devem ser analisados à luz dessas evidências. Apesar da presença de técnicos qualificados tanto na alta burocracia quanto na burocracia técnico-operacional, o ICMBio foi severamente enfraquecido durante o governo Bolsonaro. Seja através da militarização da gestão, da perseguição e deslegitimação dos servidores, como apontado pela literatura mobilizada, mas, sobretudo, através do violento corte orçamentário promovido pelo governo, que desconstruiu a capacidade administrativa do órgão de forma substancial, através, efetivamente, do bloqueio de sua capacidade de ação.

Considerações Finais

A presente dissertação teve como objetivo responder à seguinte pergunta de pesquisa: *Como as capacidades administrativas foram construídas ao longo do tempo, com vistas ao fortalecimento do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade entre 2008 a 2022?* Os resultados encontrados demonstram que a trajetória administrativa do órgão oscilou entre períodos de fortalecimento, enfraquecimento parcial, enfraquecimento progressivo e desconstrução, em paralelo às diferentes orientações e contextos políticos de cada período governamental.

No Governo Lula 2 (2007-2010), observou-se o fortalecimento das capacidades administrativas, impulsionado pela expansão orçamentária progressiva e consolidação de um quadro técnico altamente qualificado em ambos os níveis burocráticos. No Governo Dilma 1 (2011-2014), verificou-se um enfraquecimento parcial das capacidades administrativas, sobretudo pela deterioração da qualidade da burocracia técnico-operacional e pequenas oscilações orçamentárias. Durante o Governo Dilma 2 e o Governo Temer (2015-2018), ocorreu um enfraquecimento progressivo das capacidades administrativas, marcado pela manutenção de uma burocracia técnico-operacional fragilizada e contínuas restrições financeiras. Já no Governo Bolsonaro (2019-2022), verificou-se a desconstrução da capacidade administrativa do ICMBio, por meio do profundo desfinanciamento orçamentário e da militarização da gestão.

Diante desse panorama, este trabalho apresenta três contribuições centrais. A primeira diz respeito ao preenchimento de uma lacuna substancial na literatura sobre as instituições ambientais federais no Brasil. Estudos de nível meso sobre o ICMBio ainda são escassos, e este é o primeiro trabalho que se propõe a investigar sua construção institucional a partir de uma análise longitudinal, considerando os diferentes governos que ocuparam a Presidência da República. Em segundo lugar, o estudo aplica o conceito de capacidades estatais para analisar o órgão, algo inédito na literatura sobre a autarquia. Esse referencial teórico permitiu uma compreensão mais holística dos mecanismos administrativos que sustentam (ou fragilizam) sua capacidade de ação e oferece um novo enquadramento analítico para estudos sobre políticas de conservação no país.

A terceira contribuição reside na discussão sobre o desmantelamento de políticas públicas. Embora o Governo Bolsonaro tenha promovido um desmonte radical da governança ambiental no país, a pesquisa aponta para um processo de enfraquecimento administrativo gradual do ICMBio desde o primeiro mandato de Dilma Rousseff, impulsionado pela

precarização da burocracia técnico-operacional e cortes orçamentários. Dessa forma, o trabalho insere o desmantelamento em uma perspectiva histórica e cumulativa, como resultado final e ativo do Governo Bolsonaro para desarranjar uma instituição que já vinha em uma trajetória não linear de enfraquecimento de suas estruturas.

Além disso, esta dissertação revelou que a estratégia de militarização da alta burocracia empreendida no Governo Bolsonaro diferiu, no caso do ICMBio, daquela observada no IBAMA e no Ministério do Meio Ambiente. Como apontado por Pereira et al. (2024), enquanto no IBAMA a presença de militares sem trajetória prévia compatível com a atuação ambiental contribuiu para a paralisação institucional, no ICMBio os resultados desta pesquisa indicam que os militares nomeados possuíam, em sua maioria, trajetórias prévias ligadas à área ambiental. Esse achado destaca a necessidade de uma análise mais aprofundada sobre as nuances estratégicas do desmantelamento via militarização, com o objetivo de compreender em que medida as dinâmicas de nomeação difere da adotada no IBAMA e no MMA.

Permanece, portanto, a questão sobre se o perfil relativamente mais qualificado dos nomeados no ICMBio, em contraposição ao observado em outros órgãos ambientais, foi resultado de um critério deliberado de seleção ou uma especificidade da estrutura organizacional do Instituto. Essa relação entre perfil dos nomeados, estrutura institucionais e impactos na governança ambiental não pôde ser explorada pela análise empreendida nesta dissertação, o que aponta para uma importante fronteira de pesquisa a ser explorada futuramente.

Embora esta dissertação tenha contribuído para o avanço na compreensão das capacidades administrativas do ICMBio, outras limitações da abordagem adotada devem ser destacadas. A pesquisa centrou-se na análise de três dimensões específicas das capacidades administrativas: burocracia técnico-operacional, alta burocracia e evolução orçamentária, deixando de lado outras facetas igualmente relevantes para a capacidade estatal do órgão. Primeiramente, a pesquisa não abordou os recursos tecnológicos e informacionais do ICMBio, elementos fundamentais para a análise das capacidades administrativas (Gomide et al., 2017). O monitoramento das Unidades de Conservação depende diretamente da infraestrutura tecnológica disponível, incluindo sistemas de geoprocessamento, sensoriamento remoto e plataformas de gestão integrada (Ferreira et al., 2019). A ausência dessa dimensão impede uma compreensão mais precisa sobre como a infraestrutura tecnológica influencia a capacidade do ICMBio em atuar de forma eficiente e autônoma.

Em segundo lugar, o estudo focou na dimensão administrativa, mas ignorou a dimensão político-relacional, ou seja, a capacidade do órgão de articular-se com diferentes grupos de interesse (Gomide et al., 2018). O ICMBio não opera isoladamente, sua efetividade depende da capacidade de articular-se com diferentes atores institucionais e sociais. Do ponto de vista social, a governança das UCs envolve povos indígenas, comunidades tradicionais e setores econômicos frequentemente em disputa sobre o uso da terra.

A ausência de uma análise sobre essa dimensão limita a compreensão da capacidade do ICMBio de negociar interesses divergentes e consolidar a gestão das UCs, dado que a falta de coordenação entre entes federativos e atores locais fragiliza a efetividade das áreas demarcadas. Além disso, o fortalecimento de grupos políticos contrários à expansão das UCs e a crescente influência do setor agropecuário no Congresso Nacional têm restringido o espaço de atuação não só do ICMBio, como dos demais órgãos ambientais nos diferentes níveis federativos (Neves, 2021).

Outro ponto que merece atenção diz respeito à descentralização do ICMBio. O estudo analisou o órgão em nível meso, sem avaliar variações nas capacidades administrativas nas gestões individuais das Unidades de Conservação. Como a autarquia opera em um território vasto e heterogêneo, as diferenças e os níveis de capacidade administrativa entre as UC não foi captado pela pesquisa, algo que trabalhos futuros podem explorar.

Dado esse cenário, distintas agendas de pesquisa podem complementar os dados apresentados. A dissertação evidenciou oscilações significativas nas capacidades burocráticas e orçamentárias do Instituto, mas não foi possível analisar diretamente como essas variações influenciam indicadores concretos, como taxas de desmatamento dentro e fora das Unidades de Conservação (UCs), conservação da biodiversidade, fiscalização ambiental etc.. Pesquisas futuras poderiam cruzar os dados mapeados neste trabalho com indicadores de efetividade e qualidade ambiental, através de abordagens quantitativas que explorem a relação entre restrições orçamentárias e/ou qualidade da burocracia e a efetividade das UCs.

Outra possibilidade diz respeito às análises qualitativas sobre a burocracia ambiental, explorando como os servidores do ICMBio percebem e reagem às mudanças administrativas. A dissertação indicou que a estabilidade da alta burocracia contrasta com a deterioração da burocracia técnico-operacional, mas não foi possível compreender como essas mudanças foram vivenciadas internamente.

Um terceiro eixo de pesquisa envolve a investigação aprofundada sobre a militarização da alta burocracia no ICMBio, durante o Governo Bolsonaro. Pesquisas futuras poderiam explorar se essa militarização teve impactos na formulação de políticas, na

autonomia decisória da burocracia e na relação do ICMBio com outras instituições ambientais, avaliando se essa estratégia representou um dismantelamento estrutural ou uma reconfiguração administrativa com efeitos distintos dos observados em outras autarquias ambientais.

Por fim, uma última linha de pesquisa que emerge dos achados deste trabalho envolve a descentralização do ICMBio e a variação das capacidades administrativas na ponta da política, ou seja, nas Unidades de Conservação individualmente. Como o estudo focou na autarquia em nível nacional, não foi possível identificar diferenças regionais na qualidade administrativa e na implementação da política ambiental. Considerando que as UCs estão distribuídas por diferentes biomas, enfrentando pressões antrópicas variadas e desafios específicos de governança, futuras investigações poderiam analisar se determinadas regiões sofreram mais com restrições orçamentárias, se houve maior vulnerabilidade em UCs em algum bioma específico, em comparação a outros biomas e quais estratégias locais foram adotadas para contornar as restrições administrativas.

Referências Bibliográficas

AB'SABER, Aziz. Zoneamento ecológico e econômico da Amazônia: questões de escala e método. **Estudos avançados**, v. 3, p. 4-20, 1989.

ABERS, Rebecca. **O papel da burocracia na construção das políticas públicas**. 2021.

ABERS, Rebecca Neaera; OLIVEIRA, Marília Silva de. Nomeações políticas no Ministério do Meio Ambiente (2003-2013): interconexões entre ONGs, partidos e governos. **Opinião Pública**, v. 21, p. 336-364, 2015.

ABRANCHES, S. H. H. Presidencialismo de coalizão: o dilema institucional brasileiro. Dados – **Revista de Ciências Sociais**, v. 31, n. 1, 1988, p. 5-34..

AGUIAR, Rafael Barbosa de; LIMA, Luciana Leite. Capacidade estatal: definições, dimensões e mensuração. **Bib: revista brasileira de informação bibliográfica em ciências sociais**. São Paulo, SP. N. 89 (ago. 2019), p. 1-28, 2019.

ALVES, Alex Cavalcante. A profissionalização do serviço público federal brasileiro no regime democrático. In: **XX Congresso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública**, Lima, Perú. 2015. p. 10-13.

ANDAM, Kwaw S. et al. **Protected Areas and avoided deforestation: a statistical evaluation**. Final Report, 2007.

APÓS três diretores se demitirem, Salles anuncia 4 militares na diretoria do ICMBio: Os diretores da Disat, Dibio e Diman entregaram o cargo na manhã desta quarta-feira. No começo da tarde, o ministro do Meio Ambiente anunciou as substituições. OEKO: Fernanda Wenzel, 24 abr. 2019. **Disponível em:** <https://oeco.org.br/reportagens/apos-tres-diretores-se-demitirem-salles-anuncia-4-militares-na-diretoria-do-icmbio/>. Acesso em: 12 fev. 2025.

ARARIPE, Fátima Aurilane de Aguiar Lima. **Efetividade de gestão de áreas protegidas na depressão sertaneja setentrional seus efeitos sobre a conservação da caatinga**. 2020.

ARAÚJO, Suely Mara Vaz Guimarães de. **Coalizões de advocacia na formulação da política nacional de biodiversidade e florestas**. 2007.

ARAÚJO, Suely Mara Vaz Guimarães de. **Política ambiental no Brasil no período 1992-2012: um estudo comparado das agendas verde e marrom**. 2013.

AVANZI, Junior Cesar; BORGES, Luís Antônio Coimbra; CARVALHO, Ricardo. Proteção legal do solo e dos recursos hídricos no Brasil. **Revista em Agronegócio e Meio Ambiente**, v. 2, n. 2, p. 279-292, 2009.

ÁVILA, Larah Macedo de. **Impacto do Programa Áreas Protegidas da Amazônia (ARPA) sobre infrações ambientais e desmatamento**. 2024.

AZEVEDO, F. A. A bancada ruralista e a flexibilização da legislação ambiental no Brasil. São Paulo: **Editora Contexto**, 2018.

BARBOSA, L.; ARAÚJO, M. C.; IQUEGAMI, L. As Forças Armadas e as queimadas na Amazônia. **GEDES–Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional**, 2020.

BARRETO FILHO, Henrique. Desenvolvimento sustentável ou entrave econômico? O discurso antiambientalista no governo Bolsonaro. **Revista Brasileira de Políticas Públicas**, 2020.

BARROS, Larissa Suassuna Carvalho; LEUZINGER, Marcia Dieguez. Planos de manejo: Panorama, desafios e perspectivas. **Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Direito–PPGDir/UFRGS**, v. 13, n. 2, 2018.

BARROS, Simone Guimarães Guerra Gama. **Pós-graduação de servidores públicos: percepções de egressos sobre os efeitos de uma especialização**. 2019.

BASTOS, Rodolpho Zahluth et al. Realidade e desafios da institucionalização de unidades de conservação municipais do estado do Pará, Brasil. **Revista GeoAmazônia**, v. 2, n. 04, p. 206-220, 2014.

BATISTA, Mariana. O poder no Executivo: uma análise do papel da Presidência e dos Ministérios no presidencialismo de coalizão brasileiro (1995-2010). **Opinião Pública**, v. 19, p. 449-473, 2013.

BEHNKE, Nathalie. **How bureaucratic networks make intergovernmental relations work: A mechanism perspective. Configurations, dynamics and mechanisms of multilevel governance**, p. 41-59, 2019.

BENATTI, José Heder. Unidades de Conservação e as populações tradicionais-uma análise jurídica da realidade brasileira. **Novos cadernos NAEA**, v. 2, n. 2, 2009.

BERNARD, Enrico; PENNA, Luan AO; ARAÚJO, Elis. Downgrading, downsizing, degazettement, and reclassification of protected areas in Brazil. **Conservation Biology**, v. 28, n. 4, p. 939-950, 2014.

BINNING, Carl. Conserving biodiversity-institutions, policies and incentives. **New Zealand Treasury Working Paper**, 2000.

BOLZAN, Brenno Sergio. **Poder de agenda na criação do ICMBio**. 2023.

BONHAM, C. et al. **Conservation trust funds, protected area management effectiveness and conservation outcomes: lessons from the Global Conservation Fund**. **Parks**, v. 20, n. 2, p. 89-100, 2014.

BORGES, André; COELHO, Denilson B. **O preenchimento de cargos da burocracia pública federal no presidencialismo de coalizão brasileiro: análise comparada de dois**

ministérios-Ciência e Tecnologia e Integração Nacional. Cargos de confiança no presidencialismo de coalizão brasileiro, p. 71-105, 2015.

BRASIL trava negociações na Convenção sobre Diversidade Biológica: De acordo com comunicado da presidente do CDB, o país impediu o avanço dos acordos para orçamento de 2021 do secretariado, o que garante a continuidade da convenção. OEKO: Duda Menegassi, 23 nov. 2020. Disponível em: <https://oeco.org.br/noticias/brasil-trava-negociacoes-na-convencao-sobre-diversidade-biologica/>. Acesso em: 12 fev. 2025.

BRAVO, Einstein et al. Constraints on Public Policy Design and Formulation: A Case Study on the Conservation of Natural Resources in Local Governments of the Amazonia, Peru. **Sustainability**, v. 16, n. 19, p. 8559, 2024.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Burocracia pública e classes dirigentes no Brasil. **Revista de Sociologia e Política**, p. 9-30, 2007.

BROOKS, Jeremy S. et al. Towards understanding capacity development as a system: perceptions from multiple conservation stakeholder groups in Bhutan. **Environmental Conservation**, v. 51, n. 4, p. 280-289, 2024.

BRUNO, R. Desenvolvimentismo e crise política no Brasil: o segundo governo Dilma. Rio de Janeiro: **Editora FGV**, 2017.

BRUNO, Regina. **Bancada ruralista, conservadorismo e representação de interesses no Brasil contemporâneo. Questões agrárias, agrícolas e rurais: conjunturas e políticas públicas**, v. 1, p. 155-168, 2017.

BYRKJEFLØT, Haldor; DU GAY, Paul; GREVE, Carsten. What is the 'Neo-Weberian State' as a regime of public administration?. **The Palgrave handbook of public administration and management in Europe**, p. 991-1009, 2018.

CALLON, Michel et al. Unscrewing the big Leviathan: how actors macro-structure reality and how sociologists help them to do so. **Advances in social theory and methodology: Toward an integration of micro-and macro-sociologies**, v. 1, p. 277-303, 1981.

CAMPHORA, Ana Lucia. Sustentabilidade econômica das áreas protegidas no Brasil: lacunas institucionais para a consolidação de alternativas. **Revista Opera**, n. 9, p. 155-171, 2009.

CAPELARI, Miriam et al. A negação da ciência ambiental no Brasil: análise do discurso governamental no governo Bolsonaro. **Revista de Estudos Ambientais**, 2023.

CARDOSO, Weverson Cavalcante et al. Pressões antrópicas sobre a diversidade de Cactaceae em uma região de Floresta Atlântica no Leste do Brasil. **ESTUDOS EM CACTACEAE JUSS. DO ESPÍRITO SANTO: TAXONOMIA E CONSERVAÇÃO**, p. 12, 2017.

CASTELO, Thiago Bandeira et al. Governos e mudanças nas políticas de combate ao desmatamento na Amazônia. **Revibec: revista de la Red Iberoamericana de Economía Ecológica**, v. 28, p. 0125-148, 2018.

CAVALCANTE, Pedro Luiz Costa; PIRES, Roberto Rocha Coelho. **Governança pública: construção de capacidades para a efetividade da ação governamental**. 2018.

CENTENO, Miguel Angel; KOHLI, Atul; YASHAR, Deborah J. Unpacking states in the developing world: Capacity, performance, and politics. **In: States in the Developing World**. Cambridge University Press, 2017. p. 1-32.

CHIARAVALLLOTI, Rafael Moraes. The displacement of insufficiently 'traditional communities': Local fisheries in the Pantanal. **Conservation and Society**, v. 17, n. 2, p. 173-183, 2019.

CINGOLANI, Luciana. **The State of State Capacity: a review of concepts, evidence and measures**. 2013.

CORDEIRO, M. S. S.; NOVAES, R. B. A questão ambiental e o governo Bolsonaro: entre conflitos ambientais e ideias conspiratórias. **Raízes: Revista de Ciências Sociais e Políticas**, 2022.

COSTA, Giovanni Pacelli Carvalho Lustosa da. **A escolha pública no orçamento federal: uma análise a partir dos indicadores dos programas finalísticos**. 2012.

COUTO, Bruno Gontyjo do; PALOTTI, Pedro Lucas de Moura; SOARES FILHO, Marcos Luiz Vieira. **A Importância dos analistas ambientais e dos órgãos colegiados na governança de evidências do Ministério do Meio Ambiente**. 2024.

CREADO, Eliana Santos Junqueira et al. Entre "tradicionais" e "modernos": negociações de direitos em duas unidades de conservação da Amazônia brasileira. **Ambiente & Sociedade**, v. 11, p. 255-271, 2008.,

CUNHA, Bruno Queiroz; PEREIRA, Ana Karine; DE ÁVILA GOMIDE, Alexandre. State capacity and utilities regulation in Brazil: exploring bureaucracy. **Utilities Policy**, v. 49, p. 116-126, 2017.

CUNHA, Manuela Carneiro da Organizadora; MAGALHÃES, Sônia Barbosa Organizadora; ADAMS, Cristina Organizadora. **Povos tradicionais e biodiversidade no Brasil: contribuições dos povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais para a biodiversidade, políticas e ameaças**. 2021.

DAGNINO, E. Crise política e golpe no Brasil: uma análise do processo de impeachment de Dilma Rousseff. **São Paulo: Editora Unicamp**, 2016.

DALMOLIN, Caren Cristina; FIGUEIRA, Tânia Gomes. **Mapeamento de competências gerenciais no Instituto Chico Mendes de conservação da biodiversidade: um instrumento para o desenvolvimento institucional**. 2013.

DA SILVA, Giselle Souza et al. **ORÇAMENTO PÚBLICO NO GOVERNO BOLSONARO: a perversa combinação entre ultraneoliberalismo e neofascismo**. 2024.

DA SILVA, João. Desmonte da política ambiental no Brasil: um estudo sobre o governo Bolsonaro. **Estudos sobre o Meio Ambiente**, 2024.

DA SILVA, José Maria Cardoso et al. Funding deficits of protected areas in Brazil. **Land use policy**, v. 100, p. 104926, 2021.

DA SILVA LUCCHESI, Giovani; ESTEVES OLIVEIRA, Felipe; VICENZI FERNANDES, Sandra Beatriz. A bancada ruralista e a política pública ambiental brasileira. **Observatorio de la Economía Latinoamericana**, n. septiembre, 2018.

DE KONING, Mirjam; AVRAMOSKI, Oliver. The Importance of Partnerships for Effective Protected Area Management. **Protected Area Management-Recent Advances**, 2020.

DE MARQUES, Ana Alice Biedzicki et al. As unidades de conservação e os parques: desafios para a conservação da natureza no Distrito Federal. **Textos para discussão**, v. 1, n. 7, p. 1-27, 2015.

DE MIRANDA, Evely Bocardi et al. POVOS ORIGINÁRIOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS E AS POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL. **ARACÊ**, v. 7, n. 1, p. 2982-2990, 2025.

DESVEAUX, James A. Designing bureaucracies: Institutional capacity and large-scale problem solving. **Stanford University Press**, 1995.

DIRETORES do ICMBio pedem exoneração do cargo após saída de presidente. G1: Matheus Leitão, 24 abr. 2019. **Disponível em:** <https://g1.globo.com/politica/blog/matheus-leitao/post/2019/04/24/diretores-do-icmbio-pede-m-exoneracao-do-cargo-apos-saida-de-presidente.ghtml>. Acesso em: 12 fev. 2025.

DIVISÃO do Ibama. In: Divisão do Ibama. OEKO: REDAÇÃO, 21 dez. 2007. **Disponível em:** https://oeco.org.br/noticias/18174-oeco_25433/. Acesso em: 12 fev. 2025.

DLAMINI, Cliff S.; MASUKU, Micah. Towards sustainable financing of protected areas: A brief overview of pertinent issues. **International Journal of Biodiversity and conservation**, v. 5, n. 8, p. 436-445, 2013.

DONADELLI, F. **Environmental policy integration in Brazil: an analysis of climate and biodiversity policies**. Analisa como as diferenças burocráticas no Brasil impactam a integração das políticas climáticas e de biodiversidade, discutindo soluções institucionais para superar barreiras, 2017.

DRUTSCHININ, Anna; OCKENDEN, Stephanie. **Financing for development in support of biodiversity and ecosystem services**. 2015.

DUPONT, Claire. Political commitment to climate policy integration at EU level: the case of biodiversity policy. **Edinburgh Europa Paper Series**, v. 5, 2010.

EGEBERG, Morten. The impact of bureaucratic structure on policy making. **Public administration**, v. 77, n. 1, p. 155-170, 1999.

EKLUND, Johanna; CABEZA, Mar. Quality of governance and effectiveness of protected areas: crucial concepts for conservation planning. **Annals of the New York Academy of Sciences**, v. 1399, n. 1, p. 27-41, 2017.

EMERTON, Lucy; BISHOP, Joshua; THOMAS, Lee. **Sustainable Financing of Protected Areas: A global review of challenges and options**. 2006.

EUCLYDES, Fillipe Maciel et al. Capacidades estatais e mineração: uma análise da agência nacional de regulação. **Revista de administração pública**, v. 56, n. 1, p. 163-175, 2022.

EXONERADA Silvana Canuto, a mulher forte do ICMBio: Diretora estava no órgão desde a criação do Instituto. No lugar, assume Anna Flávia Franco, que era diretora da Agência Nacional das Águas.. OECO: DANIELE BRAGANÇA, 22 abr. 2013. **Disponível em:** <https://oeco.org.br/salada-verde/27103-exonerada-silvana-canuto-a-mulher-forte-do-icmbio/>. Acesso em: 12 fev. 2025.

EVANS, Peter; RAUCH, James E. Bureaucracy and growth: a cross-national analysis of the effects of “Weberian” state structures on economic growth. **American sociological review**, v. 64, n. 5, p. 748-765, 1999.

FEARNISDE, P. M. Impactos ambientais das políticas neoliberais no Brasil. **Manaus: Editora INPA**, 2017.

FEARNSIDE, Philip. O avanço do desmatamento na Amazônia: impactos e perspectivas futuras. **Revista Brasileira de Ecologia**, 2019.

FEARNSIDE, Philip Martin; LAURANCE, William Frederick. Infraestrutura na Amazônia: As lições dos planos plurianuais. **Caderno CRH**, v. 25, p. 87-98, 2012.

FEARNSIDE, Philip Martin et al. Modelagem de desmatamento e emissões de gases de efeito estufa na região sob influência da Rodovia Manaus-Porto Velho (BR-319). **Revista Brasileira de Meteorologia**, v. 24, p. 208-233, 2009.

FERLA, Marcio Ricardo; NABOZNY, Almir. Implicações territoriais entre as diferentes categorias de unidades de conservação da natureza no Brasil e as concepções político-pedagógicas da educação ambiental. **GEOUSP**, v. 26, p. e167226, 2022.

FERNANDES, Ciro Campos Christo; PALOTTI, Pedro Lucas de Moura. Profissionalizando a burocracia e construindo capacidades: avanços desiguais na administração pública brasileira?. **Revista de Administração Pública**, v. 53, p. 687-710, 2019.

FERNÁNDEZ-I-MARÍN, Xavier; KNILL, Christoph; STEINEBACH, Yves. Studying policy design quality in comparative perspective. **American Political Science Review**, v. 115, n. 3, p. 931-947, 2021.

FERRAZ, Claudio. Electoral politics and bureaucratic discretion: evidence from environmental licenses and local elections in Brazil. **Unpublished working paper**, 2007.

FERREIRA, Hueliton da Silveira. **Trajetória da gestão de unidades de conservação federais no Brasil e os modelos institucionais de gestão: a mudança IBAMA-ICMBIO e seus impactos na Amazônia Ocidental**. 2012.

FERREIRA, Leandro. Amazônia e conservação: desafios para a gestão de Unidades de Conservação no Brasil. **Estudos Amazônicos**, 2012.

FONSECA, Mônica; LAMAS, Ivana; KASECKER, Thais. O papel das unidades de conservação. **Scientific American Brasil**, v. 39, p. 18-23, 2010.

FUTADA, Sílvia; SPINDEL, Marina. O que o governo Dilma fez (e não fez) pelas unidades de conservação? **Instituto Socioambiental**, 2016. Disponível em: <https://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/o-que-o-governo-dilma-fez-e-nao-fez-pelas-unidades-de-conservacao>. Acesso em: 26 jan. 2025.

GARCIA, Rocío M.; BURNS, Sarah L. Bureaucratic politics in protected areas: The voided power projection efforts of conservation vis-a-vis forest bureaucracies in Patagonia, Argentina. **Forest Policy and Economics**, v. 134, p. 102630, 2022.

GEDDES, Barbara (1994), Politician's dilemma: building state capacity in Latin America. **California: University of California Press**. 256 pp.

GERHARDINGER, Leopoldo C. et al. Marine protected dramas: the flaws of the Brazilian national system of marine protected areas. **Environmental management**, v. 47, p. 630-643, 2011

GERRING, John. Mere description. **British Journal of Political Science**, v. 42, n. 4, p. 721-746, 2012.

GILL, David A. et al. Capacity shortfalls hinder the performance of marine protected areas globally. **Nature**, v. 543, n. 7647, p. 665-669, 2017.

GIOVANELLI, João Gabriel Ribeiro et al. Demandas de monitoramento da biodiversidade: sistematização de informação para a gestão das unidades de conservação. **Biodiversidade Brasileira**, v. 6, n. 1, p. 4-17, 2016.

GOMIDE, A.; PEREIRA, Ana Karine; MACHADO, Raphael. The concept of state capacity and its operationalization in empirical research. In: **International Workshops on Public Policy**, International Public Policy Association, Pittsburgh, June. 2018. p. 26-28.

GOMIDE, ALEXANDRE DE ÁVILA; MACHADO, Raphael Amorim; ALBUQUERQUE, Pedro Melo. Capacidade estatal e desempenho na percepção dos burocratas brasileiros: desenvolvimento e validação de um modelo de equações estruturais. **Cadernos Ebape**. br, v. 19, n. spe, p. 689-704, 2021.

GOMIDE, Alexandre de Ávila; MACHADO, Raphael Amorim; LINS, Rafael da Silva. A Variação de Capacidades Burocráticas na Administração Pública Federal Brasileira: uma Análise com Dados de Survey. **Organizações & Sociedade**, v. 29, p. 217-247, 2022.

GOMIDE, Alexandre de Ávila; PEREIRA, Ana Karine. Capacidades estatais para políticas de infraestrutura no Brasil contemporâneo. **Revista de administração pública**, v. 52, n. 5, p. 935-955, 2018.

GREENSTEIN, Gus. How personnel allocation affects performance: Evidence from Brazil's federal protected areas agency. **Public Administration**, v. 102, n. 3, p. 860-896, 2024.

HAQUE, M. Shamsul et al. Building administrative capacity for development: limits and prospects. **International Review of Administrative Sciences**, v. 87, n. 2, p. 211-219, 2021.

HARDNER, Jared. The problem of financing protected areas in the Andes-Amazon region. In: **Ponencia presentada en la conferencia Economics and Conservation in the Tropics: A Strategic Dialogue**. 2008.

HEAD, Brian W. Debates in public policy—Problem framing, knowledge and interests. In: **Wicked problems in public policy: Understanding and responding to complex challenges**. Cham: Springer International Publishing, 2022. p. 7-19.

HOCHSTETLER, Kathryn. Tracking presidents and policies: environmental politics from Lula to Dilma. **Policy Studies**, v. 38, n. 3, p. 262-276, 2017.

HOCKINGS, Marc. **Evaluating protected area management: a review of systems for assessing management effectiveness of protected areas**. 2000.

HOLMES, Carolyn E. et al. A case for description. **PS: Political Science & Politics**, v. 57, n. 1, p. 51-56, 2024.

HONORATO, Vitor Barbato. **O planejamento turístico no Parque Nacional do Iguaçu: perspectivas sobre as estratégias e instrumentos de gestão de uso público utilizados pelo ICMBIO**. 2022.

HOROCHOVSKI, Rodrigo Rossi et al. As mudanças no Código Florestal Brasileiro: uma análise de gênero, ideologia partidária e financiamento de campanha das bancadas parlamentares. **Guaju**, v. 2, n. 2, p. 3-25, 2016.

HOWLETT, Michael; MUKHERJEE, Ishani; WOO, Jun Jie. From tools to toolkits in policy design studies: The new design orientation towards policy formulation research. **Policy & Politics**, v. 43, n. 2, p. 291-311, 2015.

HOWLETT, Michael. Policy design: What, who, how and why. L'instrumentation de l'action publique: **Controverses, résistances, effets**, p. 281-316, 2014.

HUBER, Jule Marie; NEWIG, Jens; LOOS, Jacqueline. Participation in protected area governance: A systematic case survey of the evidence on ecological and social outcomes. **Journal of Environmental Management**, v. 336, p. 117593, 2023.

HURWITZ, Zachary. Dirty business in Brazil: Rousseff backslides on the environment. **NACLA Report on the Americas**, v. 45, n. 1, p. 17-22, 2012.

IBAMA/WWFBrasil. (2007). **“Efetividade de Gestão das Unidades de Conservação Federais do Brasil”**. Brasília.

IRVING, Marta de Azevedo; MATOS, Karla. Gestão de parques nacionais no Brasil: projetando desafios para a implementação do Plano Nacional Estratégico de Áreas Protegidas. **Floresta e Ambiente**, v. 13, n. 2, p. 89-96, 2006.

JÚNIOR, Humberto Gallo; OLIVATO, Débora. **UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E POLÍTICA AMBIENTAL NO BRASIL**.

KHEMANI, Stuti. What is state capacity?. **World bank policy research working paper**, n. 8734, 2019.

KNILL, Christoph; SCHULZE, Kai; TOSUN, Jale. Regulatory policy outputs and impacts: Exploring a complex relationship. **Regulation & Governance**, v. 6, n. 4, p. 427-444, 2012.

KNILL, Christoph; STEINEBACH, Yves. Bureaucracy and Environmental Policy. In: **Routledge Handbook of Environmental Policy**. Routledge, 2023. p. 108-121.

LAMEIRÃO, Camila. **Os níveis de controle da presidência sobre a coordenação política governamental e a coalizão partidária (1995-2010). Cargos de confiança no presidencialismo de coalizão brasileiro**, p. 165-208, 2015.

LEMONS, Frederico Gemesio et al. Avaliação do risco de extinção da Raposa-do-campo *Lycalopex vetulus* (Lund, 1842) no Brasil. **Biodiversidade Brasileira**, v. 3, n. 1, p. 160-171, 2013.

LESSMANN, Janeth et al. The role of funding in the performance of Latin America's protected areas. **Proceedings of the National Academy of Sciences**, v. 121, n. 36, p. e2307521121, 2024.

LESSMANN, Janeth et al. The role of funding in the performance of Latin America's protected areas. **Proceedings of the National Academy of Sciences**, v. 121, n. 36, p. e2307521121, 2024.

LOMBA, A. et al. A fragmentação da política ambiental no Brasil pós-golpe. **Revista Brasileira de Política Ambiental**, 2018.

LOPEZ, Felix; PRAÇA, Sérgio. **Critérios e lógicas de nomeação para o alto escalão da burocracia federal brasileira**. Cargos de confiança no presidencialismo de coalizão brasileiro, p. 107-138, 2015.

LOPEZ, Felix; SILVA, Thiago Moreira da. Filiações partidárias e nomeações para cargos da burocracia federal (1999-2018). **Revista de Administração Pública**, v. 53, p. 711-731, 2019.

LOPEZ, Felix Garcia. **Cargos de confiança nos mandatos Lula e Dilma**. 2017.

LOPEZ, Felix Garcia. **Evolução e perfil dos nomeados para cargos DAS na administração pública federal (1999-2014)**. 2015.

LOTTA, Gabriela; SANTIAGO, Ariadne. Autonomia e discricionariedade: matizando conceitos-chave para o estado de burocracia. **BIB-Revista Brasileira de Informação Bibliográfica Em Ciências Sociais**, n. 83, p. 21-42, 2017.

LOTTA, Gabriela. A política pública como ela é: contribuições dos estudos sobre implementação para a análise de políticas públicas. Teoria e análises sobre implementação de políticas públicas no Brasil. **Brasília: Enap**, p. 11-38, 2019.

LOTTA, Gabriela et al. A resposta da burocracia ao contexto de retrocesso democrático: uma análise da atuação de servidores federais durante o Governo Bolsonaro. **Revista Brasileira de Ciência Política**, 2023.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo; SAISSE, Maryane Vieira; CUNHA, Cláudia Conceição. Histórico da educação ambiental no âmbito federal da gestão ambiental pública: um panorama da divisão do IBAMA à sua reconstrução no ICMBio. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 28, 2013.

LOYOLA, Rafael. Brazil cannot risk its environmental leadership. **Diversity and Distributions**, v. 20, n. 12, p. 1365-1367, 2014.

MACHADO, Carlos José Saldanha; COSTA, Daniela Rocha Teixeira Riondet; VILANI, Rodrigo Machado. A análise do princípio da participação social na organização federal dos conselhos gestores de unidades de conservação e mosaicos: realidade e desafios. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 8, n. 3, 2012.

MACURA, Biljana; SECCO, Laura; PULLIN, Andrew S. Does the effectiveness of forest protected areas differ conditionally on their type of governance?. **Environmental Evidence**, v. 2, p. 1-10, 2013.

MADEIRA, João Augusto et al. **Interfaces e sobreposições entre unidades de conservação e territórios de povos e comunidades tradicionais: dimensionando o desafio**. Brasília: ICMBio, 2015.

MANGONNET, Jorge; KOPAS, Jacob; URPELAINEN, Johannes. Playing politics with environmental protection: the political economy of designating protected areas. **The Journal of Politics**, v. 84, n. 3, p. 1453-1468, 2022.

MANN, Michael. **Infrastructural power revisited. Studies in comparative international development**, v. 43, p. 355-365, 2008.

MARINA Silva pede demissão do Ministério do Meio Ambiente: A ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, pediu demissão nesta terça-feira em uma carta destinada ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva.. BBC Brasil, 13 maio 2008. **Disponível em:** https://www.bbc.com/portuguese/reporterbbc/story/2008/05/printable/080513_marinademissao_ac. Acesso em: 12 fev. 2025.

MATHIS, Okka Lou et al. Toward the sustainability state? Conceptualizing national sustainability institutions and their impact on policy-making. **Environmental Policy and Governance**, v. 33, n. 3, p. 313-324, 2023.

MECKLING, Jonas; NAHM, Jonas. **The power of process: State capacity and climate policy. Governance**, v. 31, n. 4, p. 741-757, 2018.

MEDEIROS, Rodrigo. Evolução das tipologias e categorias de áreas protegidas no Brasil. **Ambiente & Sociedade**, v. 9, p. 41-64, 2006.

MEDEIROS, RODRIGO et al. The contribution of Brazilian conservation units to the national economy: Executive Summary. **UNEP-WCMC**, Brasília, 2011.

MENDONÇA, Felipe Cruz; TALBOT, Virginia. Participação social na gestão de unidades de conservação: uma leitura sobre a contribuição do Instituto Chico Mendes. **Biodiversidade Brasileira**, v. 4, n. 1, p. 211-234, 2014.

MERCADANTE, Maurício. **Avanços na implementação do SNUC e desafios para o futuro**. Brasília, DF, 2007.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE . Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. 2008. Relatório de Gestão 2008 , Governo Federal, 2008. **Disponível em:** https://www.gov.br/icmbio/pt-br/acesso-a-informacao/auditorias/transparencia-e-prestacao-de-contas/relatorios-de-gestao/RelatorioGestaoICMBio_2008web.pdf. Acesso em: 12 fev. 2025.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE . Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. 2015. Relatório de Gestão 2015, Governo Federal, 2015. **Disponível em:** https://www.gov.br/icmbio/pt-br/acesso-a-informacao/auditorias/transparencia-e-prestacao-de-contas/relatorios-de-gestao/Relatorio_de_Gestao_ICMBio_2015FINAL.pdf. Acesso em: 12 fev. 2025.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE . Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. 2016. Relatório de Gestão 2016, Governo Federal, 2016. **Disponível em:** https://www.gov.br/icmbio/pt-br/acesso-a-informacao/auditorias/transparencia-e-prestacao-de-contas/relatorios-de-gestao/Relatorio_de_Gestao_ICMBio_2016TCU.pdf. Acesso em: 12 fev. 2025.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE . Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. 2020. Relatório de Gestão 2020, Governo Federal, 2020. **Disponível em:**

https://www.gov.br/icmbio/pt-br/aceso-a-informacao/auditorias/transparencia-e-prestacao-de-contas/relatorios-de-gestao/relatorio2021final_para_substituir_1604.pdf. Acesso em: 12 fev. 2025.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE . Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. 2021. Relatório de Gestão 2021, Governo Federal, 2021. **Disponível em:** https://www.gov.br/icmbio/pt-br/aceso-a-informacao/auditorias/transparencia-e-prestacao-de-contas/relatorios-de-gestao/relatorio_gestao_2021.pdf. Acesso em: 12 fev. 2025.

MITCHELL, Sara. Designing public policies: principles and instruments. **Canadian Public Administration**, v. 54, n. 3, p. 458-461, 2011.

MORAIS, Lecio; SAAD-FILHO, Alfredo. Da economia política à política econômica: o novo-desenvolvimentismo e o governo Lula. **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 31, p. 507-527, 2011.

MOURA, Adriana Maria Magalhães de. **Trajetória da política ambiental federal no Brasil**. 2016.

MUANIS, Manuela M.; SERRAO, Manuel; GELUDA, Leonardo. **Quanto custa uma unidade de conservação federal. Uma visão estratégica para o financiamento do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC)**. Funbio, 2009.

MUKHERJEE, Ishani; COBAN, M. Kerem; BALI, Azad Singh. Policy capacities and effective policy design: **A review**. **Policy sciences**, v. 54, n. 2, p. 243-268, 2021.

MULLIN, Megan. The conditional effect of specialized governance on public policy. **American Journal of Political Science**, v. 52, n. 1, p. 125-141, 2008.

MUÑOZ BRENES, Carlos L. et al. The impact of protected area governance and management capacity on ecosystem function in Central America. **PLoS One**, v. 13, n. 10, p. e0205964, 2018.

NICOLÁS, Maria Alejandra; ZIMMERMANN, Silvia A. O desmonte (policy dismantling) no campo da análise das políticas públicas. **DESMONTE DO ESTADO E RETRAÇÃO DA CIDADANIA**, 2021.

NIELSEN, Greta. Capacity development in protected area management. **International Journal of Sustainable Development & World Ecology**, v. 19, n. 4, p. 297-310, 2012.

NIGRO, Gabriela Duarte. **O desmantelamento da capacidade burocrática na política ambiental durante o governo Bolsonaro**. 2022.

O'FLYNN, Louise; SCHWEINSBERG, Stephen; WEARING, Stephen. Financing Protected Areas: The Social and Environmental Impact Bond's Role in Terrestrial Protected Area Sustainability. **Journal of Park and Recreation Administration**, v. 40, n. 3, 2022.

OLIVEIRA, Carla Maria Frantz de Vasconcelos. **Licenciamento ambiental**. 2012.

OLIVEIRA, F. **O neoliberalismo e a crise política no Brasil: o golpe de 2016 e seus desdobramentos**. São Paulo: Editora Boitempo, 2019

OLIVEIRA, Marília Silva de. Movimento para as instituições: ambientalistas, partidos políticos e a liderança de Marina Silva. 2017.

OLIVEIRA FILHO, A. Q. **Militarização do Estado no Governo Bolsonaro**. Enabed, 2024.

ORGANIZAÇÕES ambientalistas defendem MP que destrava recursos da compensação ambiental: MP 809 desburocratiza gestão da verba da compensação de impactos ambientais de obras e projetos. WWF Brasil: Burno Taitson, 21 mar. 2018. **Disponível em:** <https://www.wwf.org.br/?64222/Organizacoes-ambientalistas-defendem-MP-que-destrava-recursos-da-compensacao-ambiental>. Acesso em: 12 fev. 2025.

PACHECO, Regina Silvia; BONIS, Daniel. Nem político nem burocrata: o debate sobre o dirigente público. Burocracia e política no Brasil. Rio de Janeiro: **Editora FGV**, p. 329-362, 2010.

PECI, Alketa. Profissionalização e politização da burocracia pública. **Revista de Administração Pública**, v. 53, n. 4, 2019.

PEPINSKY, Thomas B.; PIERSKALLA, Jan H.; SACKS, Audrey. Bureaucracy and service delivery. **Annual Review of Political Science**, v. 20, n. 1, p. 249-268, 2017.

PEREIRA, Ana Karine. **A construção de capacidade estatal por redes transversais: o caso de Belo Monte**. 2015.

PEREIRA, Ana Karine et al. Populism and the Dismantling of Brazil's Deforestation Oversight Policy. **Brazilian Political Science Review**, 2024.

PEREIRA, Ana Karine et al. Qualidade do Governo e Capacidades Estatais: resultados do survey sobre Governança aplicado no Brasil. Brasília, DF: **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**, 2019.

PETRY, Cássio André. **Atuação da Bancada Ruralista nas votações de projetos relacionados ao novo Código Florestal brasileiro durante o governo Dilma**. 2012.

PINHEIRO, Marcelo AA et al. Conservar a fauna aquática para garantir a produção pesqueira. **Ciência e Cultura**, v. 67, n. 3, p. 56-59, 2015.

PINTO, Luiz Paulo. **Status e os novos desafios das unidades de conservação na Amazônia e Mata Atlântica. Manejo e conservação de áreas protegidas**. Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, p. 41-58, 2014.

PIRES, Roberto Rocha Coelho; GOMIDE, Alexandre de Ávila. Governança e capacidades estatais: uma análise comparativa de programas federais. **Revista de sociologia e política**, v. 24, n. 58, p. 121-143, 2016.

POMPERMAIER, Lucas. O ICMBio sob Bolsonaro: desmonte e resistência. **Sustentabilidade em Debate**, 2024.

PRADO, Deborah Santos et al. Participação Social nos Conselhos Gestores de Unidades de Conservação: Avanços normativos e a visão de agentes do ICMBio. **Ambiente & Sociedade**, v. 23, p. e00362, 2020.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002. DECRETO Nº 4.340, DE 22 DE AGOSTO DE 2002. Regulamenta artigos da Lei no 9.985, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC, e dá outras providências., [S. l.], 22 ago. 2002. **Disponível em:** https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4340.htm. Acesso em: 12 fev. 2025.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. LEI nº 9.985, de 18 de julho de 2000. LEI No 9.985, DE 18 DE JULHO DE 2000. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. **Disponível em:** https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19985.htm, 18 jul. 2000. Acesso em: 12 fev. 2025.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Medida Provisória nº 366, de 26 de abril de 2007. Dispõe sobre a criação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - Instituto Chico Mendes, e dá outras providências. MEDIDA PROVISÓRIA Nº 366, DE 26 DE ABRIL DE 2007., [S. l.], 22 ago. 2002. **Disponível em:** https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/mpv/366.htm. Acesso em: 12 fev. 2025.

PRESIDENTE do ICMBio pede demissão: Presidente deixa o cargo por motivos pessoais. Folha de Pernambuco: Agência Brasil, 16 abr. 2019. **Disponível em:** <https://www.folhape.com.br/politica/presidente-do-icmbio-pede-demissao/102169/>. Acesso em: 12 fev. 2025.

PRINGLE, Robert M. Upgrading protected areas to conserve wild biodiversity. **Nature**, v. 546, n. 7656, p. 91-99, 2017.

QUINTAS, José Silva. **A Dimensão Socioambiental na Gestão Ambiental Federal: Uma contribuição para repensar a estrutura regimental do Ibama e do ICMBio**. 2008.

REED, Burton J.; SWAIN, John W. Public finance administration. **Sage Publications**, 1996.

RYLANDS, Anthony B.; BRANDON, Katrina. Unidades de conservação brasileiras. **Megadiversidade**, v. 1, n. 1, p. 27-35, 2005.

SANTILLI, Juliana. A política nacional de biodiversidade: o componente intangível e a implementação do artigo 8 (j) da Convenção da Diversidade Biológica. **Terras Indígenas & Unidades de Conservação**, p. 76, 2004.

SANTOS, A. A.; MENEZES, M.; LEITE, A. Z. Ameaças, fragilização e desmonte de políticas e instituições indigenistas, quilombolas e ambientais no Brasil. **Estudos Sociedade e Agricultura**, 2021.

SEPTANIL, Moema Pauline Barão; RANIERI, Victor Eduardo Lima. Concessões dos serviços de apoio à visitação em unidades de conservação brasileiras: visão e planejamento no âmbito do ICMBIO. **Anais eletrônicos**, 2018.

Silva, M. **Governança ambiental e desenvolvimento sustentável no Brasil**. Brasília: MMA, 2008.

SOARES, Letyssia Maynarth de Oliveira; MIRANDA, George Emmanuel Cavalcanti de; MOURÃO, José da Silva. Uma análise empírica do modelo de gestão praticado em Unidade de Conservação de Uso Sustentável. **Sociedade & Natureza**, v. 32, p. 451-461, 2022.

SOUZA, Celina. Capacidade burocrática no Brasil e na Argentina: quando a política faz a diferença. **Texto para Discussão**, 2015.

SOUZA, T. V. S. B.; SIMÕES, Helenne Barbosa. Contribuições do turismo em unidades de conservação federais para a economia Brasileira-Efeitos dos gastos dos visitantes em 2015. **Cadernos de Visitação**. Brasília: ICMBio, 2019.

SPAROVEK, Gerd et al. A revisão do Código Florestal brasileiro. **Novos estudos CEBRAP**, p. 111-135, 2011.

SPENCER, Charles S. Modeling the evolution of bureaucracy: Political-economic reach and administrative complexity. **Social Evolution and History**, v. 13, n. 1, p. 42-66, 2014.

SPORNE, Ilva. **Institutional Dimension of Biodiversity Conservation**. 2014.

SUPREMO decide que criação do Instituto Chico Mendes foi ilegal: Por 7 votos a 2, Supremo declara inconstitucional a criação do ICMBio, autarquia que cuida da gestão das unidades de conservação do país.. In: Supremo decide que criação do Instituto Chico Mendes foi ilegal. OEKO: DANIELE BRAGANÇA, 8 mar. 2012. **Disponível em:** <https://oeco.org.br/noticias/25786-stf-criacao-do-instituto-chico-mendes-foi-ilegal/>. Acesso em: 12 fev. 2025.

TEEL, Tara L. et al. A Multi-Institutional Partnership to Build Capacity for Effective Protected Area Management in India. **Journal of Park & Recreation Administration**, v. 31, n. 2, 2013.

TILLY, Charles. Coercion, capital, and European states, AD 990–1990. In: Collective violence, contentious politics, and social change. **Routledge**, 2017. p. 140-154.

TOZATO, Heloisa de Camargo et al. Avaliação de impacto de políticas públicas: o estudo de caso do PIBIC/ICMBio no Brasil. Avaliação: **Revista da Avaliação da Educação Superior** (Campinas), v. 25, p. 676-700, 2020.

VALDIVIESO, Juan Carlos; EAGLES, Paul FJ; GIL, Joan Carles. Evaluation of the impact of policymakers' decisions in the management capacity of protected areas: Efficiency evidence from five countries. **Environmental Management**, v. 71, n. 2, p. 274-284, 2023.

VERÍSSIMO, Adalberto. **Áreas protegidas na Amazônia brasileira-avanços e desafios**. 2011.

WELLSTEAD, Adam M.; BIESBROEK, Robbert. Finding the sweet spot in climate policy: balancing stakeholder engagement with bureaucratic autonomy. **Current Opinion in Environmental Sustainability**, v. 54, p. 101155, 2022.

WU, Xun; RAMESH, Michael; HOWLETT, Michael. Policy capacity: A conceptual framework for understanding policy competences and capabilities. **Policy and society**, v. 34, n. 3-4, p. 165-171, 2015.

Young, C. E. F. (2005). Política ambiental no Brasil: desafios e perspectivas. **Estudos Avançados**, 19(54), 135–158.

YOUNG, Carlos Eduardo Frickmann; BAKKER, **Leonardo Barcellos de. Instrumentos econômicos e pagamentos por serviços ambientais no Brasil**. Incentivos econômicos para serviços ecossistêmicos no Brasil, 2015.

ZELLHUBER, Andrea. Environmental policy in Brazil. Tensions between conservation and the ideology of growth. In: **The Political System of Brazil**. Berlin, Heidelberg: Springer Berlin Heidelberg, 2016. p. 329-350.

ANEXOS

ANEXO I - Procedimento de Coleta de dados para Análise Orçamentária - ICMBIO (2008 - 2022)

Objetivo Específico 2	
Procedimento metodológico	
Análise de frequência por ano e por governo (2007-2022)	
Fonte de dados: SIOP	
http://www1.siop.planejamento.gov.br/acessopublico/?pp=acessopublico&rvn=1 “Consulta livre” Filtros Básicos Selecionados: Escolher “ano” Escolher "esfera": orçamento fiscal Escolher “órgão orçamentário”: “Ministérios” Escolher “unidade orçamentária”:	
Campos Selecionados: Detalhar por órgão orçamentário; Detalhar por programa; Detalhar por localizador; Detalhar por plano orçamentário; Detalhar por função; Detalhar por objetivo; Detalhar por unidade orçamentária; Detalhar por ação; Detalhar por regionalização; Detalhar por origem do crédito; Detalhar por subfunção. Apresentar: “valores pagos”	
Observações: 1. Foram selecionados os anos de 2007 à 2010, mas o ano de 2007, não retornou valor algum; 2. A não ser por algumas exceções, não foi possível desagregar os dados a partir da região ou estado no qual os recursos foram aplicados. Impedindo, portanto, a possibilidade de identificar os recursos aplicados por bioma.	

Recortes:

1. Antes do ordenamento final dos dados, uma série de testes foram empenhados como forma de compreender o melhor meio de organização e qualificação dos mesmos.

2. Ao final, percebi que os dados poderiam ser agrupados a partir de dois eixos: orçamentos direcionados para custos administrativos (pagamento de servidores, auxílio alimentação, manutenção predial, cursos profissionalizantes dentre outras despesas similares) e orçamento direcionados à implementação de programas e políticas finalísticas.

3. Ao observar mais atentamente os dados referentes às políticas finalísticas, percebi que havia alguns padrões no direcionamento de recursos e que estes por sua vez, poderiam ser agrupados a partir de objetivos gerais específicos, segundo a revisão de literatura que havia feito sobre as Unidades de Conservação. O que resultou na delimitação de 3 eixos distintos de política finalística: 1. Criação e Gestão de Unidades de Conservação (caracterizados por programas de conservação da biodiversidade, monitoramento e controle de fauna e flora, programas de manutenção de recursos genéticos, e gestão de ecossistemas); 2. Fiscalização e Consolidação Territorial (estes por sua vez, compondo programas de licenciamento ambiental; combate, prevenção e controle de queimadas e fiscalização de UCs e suas zonas de amortecimento); 3. Comunidades e Povos Tradicionais (sendo estes caracterizados, pela aplicação de recursos orientados à gestão participativa de UCs, à avaliação do perfil socioeconômico, à promoção do manejo sustentável, gestão de conflitos e promoção da biodiversidade e cadeia produtiva).

4. A identificação destes eixos acabou por direcionar o enquadramento geral da pesquisa.

5. O agrupamento final destes dados se deu da seguinte forma: primeiro observei a coluna **“Ações”**. Caso esta especificasse o objetivo geral da aplicação orçamentária em relação aos três eixos mencionados, ele já era adicionado em uma aba separada referente a ele. Caso a descrição da coluna fosse muito vaga, impossibilitando a delimitação objetiva da destinação do recurso, segui para a coluna **“Programa”**. Novamente, caso a descrição não fosse clara o suficiente, eu seguia buscando uma descrição mais objetiva na coluna seguinte. O processo de análise, portanto, seguiu a seguinte ordem: **“Ações”**; **“Programa”**; **“Plano Orçamentário”** e **“Objetivo”**.

ANEXO II - ORÇAMENTO EXECUTADO EM ADMINISTRAÇÃO - ICMBio (SIOP)

Ano	Gov	Eixo	Subfunção	Programa	Ação	Pago
2008	Lula 2	Administração	128 - Formação de Recursos Humanos	0511 - Gestão da Política de Meio Ambiente	4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	867.298
2008	Lula 2	Administração	122 - Administração Geral	0750 - Apoio Administrativo	09HB - Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais	27.691.506
2008	Lula 2	Administração	122 - Administração Geral	0750 - Apoio Administrativo	2000 - Administração da Unidade	166.206.870
2008	Lula 2	Administração	365 - Educação Infantil	0750 - Apoio Administrativo	2010 - Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados	277.395
2008	Lula 2	Administração	331 - Proteção e Benefícios ao Trabalhador	0750 - Apoio Administrativo	2011 - Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados	437.637
2008	Lula 2	Administração	306 - Alimentação e Nutrição	0750 - Apoio Administrativo	2012 - Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados	3.219.141
2009	Lula 2	Administração	128 - Formação de Recursos Humanos	0511 - Gestão da Política de Meio Ambiente	4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	1.323.853
2009	Lula 2	Administração	122 - Administração Geral	0750 - Apoio Administrativo	09HB - Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais	30.289.718
2009	Lula 2	Administração	122 - Administração Geral	0750 - Apoio Administrativo	2000 - Administração da Unidade	172.155.560
2009	Lula 2	Administração	126 - Tecnologia da Informação	0750 - Apoio Administrativo	2003 - Ações de Informática	4.986.704
2009	Lula 2	Administração	365 - Educação Infantil	0750 - Apoio Administrativo	2010 - Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados	467.176
2009	Lula 2	Administração	331 - Proteção e Benefícios ao Trabalhador	0750 - Apoio Administrativo	2011 - Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados	600.883
2009	Lula 2	Administração	306 - Alimentação e Nutrição	0750 - Apoio Administrativo	2012 - Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados	4.075.709
2010	Lula 2	Administração	128 - Formação de Recursos Humanos	0511 - Gestão da Política de Meio Ambiente	4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	3.835.644

2010	Lula 2	Administração	122 - Administração Geral	0750 - Apoio Administrativo	09HB - Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais	32.938.756
2010	Lula 2	Administração	122 - Administração Geral	0750 - Apoio Administrativo	2000 - Administração da Unidade	232.338.688
2010	Lula 2	Administração	365 - Educação Infantil	0750 - Apoio Administrativo	2010 - Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados	572.692
2010	Lula 2	Administração	331 - Proteção e Benefícios ao Trabalhador	0750 - Apoio Administrativo	2011 - Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados	653.496
2010	Lula 2	Administração	306 - Alimentação e Nutrição	0750 - Apoio Administrativo	2012 - Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados	9.989.408
2010	Lula 2	Administração	846 - Outros Encargos Especiais	0901 - Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais	0005 - Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Precatórios) devida pela União, Autarquias e Fundações Públicas	454.391
2011	Dilma 1	Administração	128 - Formação de Recursos Humanos	0511 - Gestão da Política de Meio Ambiente	4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	4.449.818
2011	Dilma 1	Administração	122 - Administração Geral	0750 - Apoio Administrativo	09HB - Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais	39.365.969
2011	Dilma 1	Administração	122 - Administração Geral	0750 - Apoio Administrativo	2000 - Administração da Unidade	292.969.285
2011	Dilma 1	Administração	365 - Educação Infantil	0750 - Apoio Administrativo	2010 - Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados	371.023
2011	Dilma 1	Administração	331 - Proteção e Benefícios ao Trabalhador	0750 - Apoio Administrativo	2011 - Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados	286.912
2011	Dilma 1	Administração	306 - Alimentação e Nutrição	0750 - Apoio Administrativo	2012 - Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados	7.240.477
2011	Dilma 1	Administração	846 - Outros Encargos Especiais	0901 - Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais	0005 - Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Precatórios) devida pela União, Autarquias e Fundações Públicas	352.502
2012	Dilma 1	Administração	122 - Administração Geral	2124 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Meio Ambiente	09HB - Contribuição da União para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais	38.242.966

2012	Dilma 1	Administração	122 - Administração Geral	2124 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Meio Ambiente	20TP - Pagamento de Pessoal Ativo da União	193.519.694
2012	Dilma 1	Administração	122 - Administração Geral	2124 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Meio Ambiente	2000 - Administração da Unidade	70.420.882
2012	Dilma 1	Administração	365 - Educação Infantil	2124 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Meio Ambiente	2010 - Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados	272.700
2012	Dilma 1	Administração	331 - Proteção e Benefícios ao Trabalhador	2124 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Meio Ambiente	2011 - Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados	166.710
2012	Dilma 1	Administração	306 - Alimentação e Nutrição	2124 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Meio Ambiente	2012 - Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados	6.365.864
2012	Dilma 1	Administração	128 - Formação de Recursos Humanos	2124 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Meio Ambiente	4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	5.062.415
2012	Dilma 1	Administração	846 - Outros Encargos Especiais	0901 - Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais	00G5 - Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais decorrente do Pagamento de Precatórios e Requisições de Pequeno Valor	17.104
2012	Dilma 1	Administração	846 - Outros Encargos Especiais	0901 - Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais	0005 - Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Precatórios)	2.086.679
2013	Dilma 1	Administração	122 - Administração Geral	2124 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Meio Ambiente	09HB - Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais	37.697.304

2013	Dilma 1	Administração	122 - Administração Geral	2124 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Meio Ambiente	20TP - Pagamento de Pessoal Ativo da União	205.503.172
2013	Dilma 1	Administração	122 - Administração Geral	2124 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Meio Ambiente	2000 - Administração da Unidade	58.657.877
2013	Dilma 1	Administração	365 - Educação Infantil	2124 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Meio Ambiente	2010 - Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares	271.165
2013	Dilma 1	Administração	331 - Proteção e Benefícios ao Trabalhador	2124 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Meio Ambiente	2011 - Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares	164.800
2013	Dilma 1	Administração	306 - Alimentação e Nutrição	2124 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Meio Ambiente	2012 - Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares	8.271.271
2013	Dilma 1	Administração	846 - Outros Encargos Especiais	0901 - Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais	0005 - Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Precatórios)	1.207.349
2013	Dilma 1	Administração	122 - Administração Geral	2124 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Meio Ambiente	20W9 - Modernização da Gestão de Atividades Ligadas ao Meio Ambiente	4.046.361
2013	Dilma 1	Administração	122 - Administração Geral	2124 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Meio Ambiente	20W9 - Modernização da Gestão de Atividades Ligadas ao Meio Ambiente	1.161.168
2014	Dilma 1	Administração	331 - Proteção e Benefícios ao Trabalhador	2124 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Meio Ambiente	00M1 - Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade	61.386
2014	Dilma 1	Administração	122 - Administração Geral	2124 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Meio Ambiente	09HB - Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais	40.195.323

2014	Dilma 1	Administração	122 - Administração Geral	2124 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Meio Ambiente	20TP - Pagamento de Pessoal Ativo da União	220.890.834
2014	Dilma 1	Administração	122 - Administração Geral	2124 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Meio Ambiente	2000 - Administração da Unidade	62.388.482
2014	Dilma 1	Administração	331 - Proteção e Benefícios ao Trabalhador	2124 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Meio Ambiente	2010 - Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares	282.953
2014	Dilma 1	Administração	331 - Proteção e Benefícios ao Trabalhador	2124 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Meio Ambiente	2011 - Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares	169.029
2014	Dilma 1	Administração	331 - Proteção e Benefícios ao Trabalhador	2124 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Meio Ambiente	2012 - Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares	8.131.928
2014	Dilma 1	Administração	846 - Outros Encargos Especiais	0901 - Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais	0005 - Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Precatórios)	6.013.031
2014	Dilma 1	Administração	122 - Administração Geral	2124 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Meio Ambiente	20W9 - Modernização da Gestão de Atividades Ligadas ao Meio Ambiente	770.156
2014	Dilma 1	Administração	122 - Administração Geral	2124 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Meio Ambiente	20W9 - Modernização da Gestão de Atividades Ligadas ao Meio Ambiente	1.482.206
2015	Dilma 2	Administração	331 - Proteção e Benefícios ao Trabalhador	2124 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Meio Ambiente	00M1 - Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade	98.779
2015	Dilma 2	Administração	122 - Administração Geral	2124 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Meio Ambiente	09HB - Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais	49.237.256

2015	Dilma 2	Administração	122 - Administração Geral	2124 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Meio Ambiente	20TP - Pagamento de Pessoal Ativo da União	248.143.871
2015	Dilma 2	Administração	122 - Administração Geral	2124 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Meio Ambiente	2000 - Administração da Unidade	45.047.059
2015	Dilma 2	Administração	122 - Administração Geral	2124 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Meio Ambiente	2000 - Administração da Unidade	450.007
2015	Dilma 2	Administração	122 - Administração Geral	2124 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Meio Ambiente	2000 - Administração da Unidade	1.011.442
2015	Dilma 2	Administração	331 - Proteção e Benefícios ao Trabalhador	2124 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Meio Ambiente	2010 - Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares	236.048
2015	Dilma 2	Administração	331 - Proteção e Benefícios ao Trabalhador	2124 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Meio Ambiente	2011 - Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares	252.428
2015	Dilma 2	Administração	331 - Proteção e Benefícios ao Trabalhador	2124 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Meio Ambiente	2012 - Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares	8.656.853
2015	Dilma 2	Administração	846 - Outros Encargos Especiais	0901 - Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais	0005 - Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Precatórios)	6.596.739
2016	Dilma 2	Administração	331 - Proteção e Benefícios ao Trabalhador	2124 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Meio Ambiente	00M1 - Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade	97.466
2016	Dilma 2	Administração	122 - Administração Geral	2124 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Meio Ambiente	09HB - Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais	50.410.595

2016	Dilma 2	Administração	122 - Administração Geral	2124 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Meio Ambiente	20TP - Pessoal Ativo da União	255.605.697
2016	Dilma 2	Administração	122 - Administração Geral	2124 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Meio Ambiente	216H - Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos	79.310
2016	Dilma 2	Administração	122 - Administração Geral	2124 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Meio Ambiente	2000 - Administração da Unidade	49.740.116
2016	Dilma 2	Administração	122 - Administração Geral	2124 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Meio Ambiente	2000 - Administração da Unidade	348.869
2016	Dilma 2	Administração	122 - Administração Geral	2124 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Meio Ambiente	2000 - Administração da Unidade	647.290
2016	Dilma 2	Administração	331 - Proteção e Benefícios ao Trabalhador	2124 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Meio Ambiente	2010 - Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Cíveis, Empregados e Militares	929.172
2016	Dilma 2	Administração	331 - Proteção e Benefícios ao Trabalhador	2124 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Meio Ambiente	2011 - Auxílio-Transporte aos Servidores Cíveis, Empregados e Militares	329.123
2016	Dilma 2	Administração	331 - Proteção e Benefícios ao Trabalhador	2124 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Meio Ambiente	2012 - Auxílio-Alimentação aos Servidores Cíveis, Empregados e Militares	10.390.891
2016	Dilma 2	Administração	846 - Outros Encargos Especiais	0901 - Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais	0005 - Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)	587.175
2017	Temer	Administração	331 - Proteção e Benefícios ao Trabalhador	2124 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Meio Ambiente	00M1 - Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade	152.528

2017	Temer	Administração	846 - Outros Encargos Especiais	2124 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Meio Ambiente	09HB - Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais	52.757.830
2017	Temer	Administração	122 - Administração Geral	2124 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Meio Ambiente	20TP - Pessoal Ativo da União	267.190.651
2017	Temer	Administração	122 - Administração Geral	2124 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Meio Ambiente	216H - Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos	97.947
2017	Temer	Administração	122 - Administração Geral	2124 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Meio Ambiente	2000 - Administração da Unidade	43.696.369
2017	Temer	Administração	122 - Administração Geral	2124 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Meio Ambiente	2000 - Administração da Unidade	250.425
2017	Temer	Administração	122 - Administração Geral	2124 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Meio Ambiente	2000 - Administração da Unidade	1.271.263
2017	Temer	Administração	331 - Proteção e Benefícios ao Trabalhador	2124 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Meio Ambiente	2010 - Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares	909.361
2017	Temer	Administração	331 - Proteção e Benefícios ao Trabalhador	2124 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Meio Ambiente	2011 - Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares	351.958
2017	Temer	Administração	331 - Proteção e Benefícios ao Trabalhador	2124 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Meio Ambiente	2012 - Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares	9.803.571
2017	Temer	Administração	846 - Outros Encargos Especiais	0901 - Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais	0005 - Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)	335.548.658

2018	Temer	Administração	846 - Outros Encargos Especiais	2124 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Meio Ambiente	09HB - Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais	51.372.760
2018	Temer	Administração	122 - Administração Geral	2124 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Meio Ambiente	20TP - Pessoal Ativo da União	246.149.621
2018	Temer	Administração	331 - Proteção e Benefícios ao Trabalhador	2124 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Meio Ambiente	212B - Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	895.470
2018	Temer	Administração	331 - Proteção e Benefícios ao Trabalhador	2124 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Meio Ambiente	212B - Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	369.647
2018	Temer	Administração	331 - Proteção e Benefícios ao Trabalhador	2124 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Meio Ambiente	212B - Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	8.926.817
2018	Temer	Administração	331 - Proteção e Benefícios ao Trabalhador	2124 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Meio Ambiente	212B - Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	71.347
2018	Temer	Administração	122 - Administração Geral	2124 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Meio Ambiente	216H - Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos	147.521
2018	Temer	Administração	122 - Administração Geral	2124 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Meio Ambiente	2000 - Administração da Unidade	47.597.748
2018	Temer	Administração	122 - Administração Geral	2124 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Meio Ambiente	2000 - Administração da Unidade	668.236
2018	Temer	Administração	122 - Administração Geral	2124 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Meio Ambiente	2000 - Administração da Unidade	1.065.380

2018	Temer	Administração	846 - Outros Encargos Especiais	0901 - Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais	0005 - Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)	654.261
2019	Bolsonaro	Administração	846 - Outros Encargos Especiais	2124 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Meio Ambiente	09HB - Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais	48.761.401
2019	Bolsonaro	Administração	122 - Administração Geral	2124 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Meio Ambiente	20TP - Ativos Cíveis da União	245.521.457
2019	Bolsonaro	Administração	331 - Proteção e Benefícios ao Trabalhador	2124 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Meio Ambiente	212B - Benefícios Obrigatórios aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes	905.815
2019	Bolsonaro	Administração	331 - Proteção e Benefícios ao Trabalhador	2124 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Meio Ambiente	212B - Benefícios Obrigatórios aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes	366.140
2019	Bolsonaro	Administração	331 - Proteção e Benefícios ao Trabalhador	2124 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Meio Ambiente	212B - Benefícios Obrigatórios aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes	8.404.307
2019	Bolsonaro	Administração	331 - Proteção e Benefícios ao Trabalhador	2124 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Meio Ambiente	212B - Benefícios Obrigatórios aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes	71.959
2019	Bolsonaro	Administração	122 - Administração Geral	2124 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Meio Ambiente	216H - Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos	176.961
2019	Bolsonaro	Administração	122 - Administração Geral	2124 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Meio Ambiente	2000 - Administração da Unidade	53.492.561
2019	Bolsonaro	Administração	122 - Administração Geral	2124 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Meio Ambiente	2000 - Administração da Unidade	681.667

2019	Bolsonaro	Administração	122 - Administração Geral	2124 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Meio Ambiente	2000 - Administração da Unidade	792.805
2019	Bolsonaro	Administração	846 - Outros Encargos Especiais	0901 - Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais	0005 - Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)	181.835.816
2020	Bolsonaro	Administração	846 - Outros Encargos Especiais	0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	09HB - Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais	44.429.148
2020	Bolsonaro	Administração	122 - Administração Geral	0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	20TP - Ativos Cíveis da União	234.979.304
2020	Bolsonaro	Administração	331 - Proteção e Benefícios ao Trabalhador	0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	212B - Benefícios Obrigatórios aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes	607.480
2020	Bolsonaro	Administração	331 - Proteção e Benefícios ao Trabalhador	0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	212B - Benefícios Obrigatórios aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes	120.150
2020	Bolsonaro	Administração	331 - Proteção e Benefícios ao Trabalhador	0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	212B - Benefícios Obrigatórios aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes	6.531.849
2020	Bolsonaro	Administração	331 - Proteção e Benefícios ao Trabalhador	0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	212B - Benefícios Obrigatórios aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes	84.153
2020	Bolsonaro	Administração	331 - Proteção e Benefícios ao Trabalhador	0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	212B - Benefícios Obrigatórios aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes	297.895
2020	Bolsonaro	Administração	331 - Proteção e Benefícios ao Trabalhador	0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	212B - Benefícios Obrigatórios aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes	1.424.839
2020	Bolsonaro	Administração	331 - Proteção e Benefícios ao Trabalhador	0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	212B - Benefícios Obrigatórios aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes	20.004
2020	Bolsonaro	Administração	122 - Administração Geral	0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	216H - Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos	80.942
2020	Bolsonaro	Administração	122 - Administração Geral	0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	216H - Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos	57.335

2020	Bolsonaro	Administração	122 - Administração Geral	0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	2000 - Administração da Unidade	43.739.887
2020	Bolsonaro	Administração	122 - Administração Geral	0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	2000 - Administração da Unidade	34.880
2020	Bolsonaro	Administração	122 - Administração Geral	0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	2000 - Administração da Unidade	63.885
2020	Bolsonaro	Administração	122 - Administração Geral	0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	2000 - Administração da Unidade	6.026.788
2020	Bolsonaro	Administração	846 - Outros Encargos Especiais	0901 - Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais	0005 - Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)	82.074.544
2020	Bolsonaro	Administração	846 - Outros Encargos Especiais	0901 - Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais	0005 - Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)	2.562.837
2021	Bolsonaro	Administração	846 - Outros Encargos Especiais	0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	09HB - Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais	47.219.373
2021	Bolsonaro	Administração	122 - Administração Geral	0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	20TP - Ativos Civis da União	228.095.632
2021	Bolsonaro	Administração	301 - Atenção Básica	0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	212B - Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	843.749
2021	Bolsonaro	Administração	301 - Atenção Básica	0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	212B - Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	133.338
2021	Bolsonaro	Administração	301 - Atenção Básica	0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	212B - Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	7.780.879
2021	Bolsonaro	Administração	301 - Atenção Básica	0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	212B - Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	150.269
2021	Bolsonaro	Administração	122 - Administração Geral	0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	216H - Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos	279.735

2021	Bolsonaro	Administração	122 - Administração Geral	0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	2000 - Administração da Unidade	46.829.120
2021	Bolsonaro	Administração	122 - Administração Geral	0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	2000 - Administração da Unidade	15.706
2021	Bolsonaro	Administração	122 - Administração Geral	0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	2000 - Administração da Unidade	183.828
2021	Bolsonaro	Administração	846 - Outros Encargos Especiais	0901 - Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais	0005 - Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)	21.824.678
2022	Bolsonaro	Administração	846 - Outros Encargos Especiais	0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	09HB - Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais	48.398.906
2022	Bolsonaro	Administração	122 - Administração Geral	0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	20TP - Ativos Civis da União	223.740.393
2022	Bolsonaro	Administração	301 - Atenção Básica	0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	212B - Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	780.724
2022	Bolsonaro	Administração	301 - Atenção Básica	0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	212B - Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	232.676
2022	Bolsonaro	Administração	301 - Atenção Básica	0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	212B - Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	7.786.642
2022	Bolsonaro	Administração	301 - Atenção Básica	0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	212B - Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	46.761
2022	Bolsonaro	Administração	122 - Administração Geral	0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	216H - Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos	265.675
2022	Bolsonaro	Administração	122 - Administração Geral	0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	2000 - Administração da Unidade	53.644.452
2022	Bolsonaro	Administração	122 - Administração Geral	0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo	2000 - Administração da Unidade	1.875.202

2022	Bolsonaro	Administração	846 - Outros Encargos Especiais	0901 - Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais	0005 - Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios)	1.772.030
------	-----------	---------------	---------------------------------	--	---	-----------

ANEXO III - ORÇAMENTO EXECUTADO EM POLÍTICA FINALÍSTICA - ICMBio (2008-2022)

Ano	Governo	Eixo	Ação	Programa	Pago
2008	Lula 2	Criação e Gestão de UCs	2C99 - Avaliação do Potencial Sustentável e Monitoramento dos Recursos Vivos Marinhos - REVIMAR	0104 - Recursos Pesqueiros Sustentáveis	603.276
2008	Lula 2	Criação e Gestão de UCs	2272 - Gestão e Administração do Programa	0104 - Recursos Pesqueiros Sustentáveis	4.543.830
2008	Lula 2	Criação e Gestão de UCs	8352 - Elaboração de Planos de Gestão e de Recuperação para Recursos Pesqueiros	0104 - Recursos Pesqueiros Sustentáveis	834.275
2008	Lula 2	Criação e Gestão de UCs	2B07 - Fomento a Projetos de Conservação, Uso e Recuperação da Biodiversidade (PROBIO I e II)	0508 - Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Genéticos	594.766
2008	Lula 2	Criação e Gestão de UCs	2272 - Gestão e Administração do Programa	0508 - Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Genéticos	4.194.269
2008	Lula 2	Criação e Gestão de UCs	2934 - Conservação das Espécies da Fauna Ameaçadas de Extinção e Migratórias	0508 - Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Genéticos	2.454.598
2008	Lula 2	Criação e Gestão de UCs	2976 - Conservação e Uso Sustentável de Espécies da Flora	0508 - Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Genéticos	447.996
2008	Lula 2	Criação e Gestão de UCs	4969 - Controle, Monitoramento, Triagem, Recuperação e Destinação de Animais Silvestres	0508 - Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Genéticos	269.989
2008	Lula 2	Criação e Gestão de UCs	6007 - Monitoramento e Controle de Espécies Invasoras	0508 - Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Genéticos	743.685
2008	Lula 2	Criação e Gestão de UCs	2272 - Gestão e Administração do Programa	0511 - Gestão da Política de Meio Ambiente	11.903.592

2008	Lula 2	Criação e Gestão de UCs	2C88 - Gestão de Áreas Protegidas nos Ecossistemas Mata Atlântica e Pampas	1332 - Conservação e Recuperação dos Biomas Brasileiros	3.471.078
2008	Lula 2	Criação e Gestão de UCs	2C89 - Gestão de Áreas Protegidas nos Ecossistemas Cerrado e Pantanal	1332 - Conservação e Recuperação dos Biomas Brasileiros	2.456.784
2008	Lula 2	Criação e Gestão de UCs	2C91 - Gestão de Áreas Protegidas no Ecossistema Caatinga	1332 - Conservação e Recuperação dos Biomas Brasileiros	2.106.129
2008	Lula 2	Criação e Gestão de UCs	2C92 - Gestão de Áreas Protegidas nos Ecossistemas Costeiro e Marinho	1332 - Conservação e Recuperação dos Biomas Brasileiros	2.326.258
2008	Lula 2	Criação e Gestão de UCs	2C93 - Gestão de Áreas Protegidas no Ecossistema Amazônico	1332 - Conservação e Recuperação dos Biomas Brasileiros	3.698.376
2008	Lula 2	Criação e Gestão de UCs	2096 - Conservação e Manejo do Patrimônio Espeleológico	1332 - Conservação e Recuperação dos Biomas Brasileiros	572.732
2008	Lula 2	Criação e Gestão de UCs	2272 - Gestão e Administração do Programa	1332 - Conservação e Recuperação dos Biomas Brasileiros	8.273.271
2008	Lula 2	Criação e Gestão de UCs	8492 - Apoio à Criação e Gestão de Áreas Protegidas	1332 - Conservação e Recuperação dos Biomas Brasileiros	1.376.479
2008	Lula 2	Criação e Gestão de UCs	8492 - Apoio à Criação e Gestão de Áreas Protegidas	1332 - Conservação e Recuperação dos Biomas Brasileiros	200.000
2009	Lula 2	Criação e Gestão de UCs	2C99 - Avaliação do Potencial Sustentável e Monitoramento dos Recursos Vivos Marinhos - REVIMAR	0104 - Recursos Pesqueiros Sustentáveis	14.408
2009	Lula 2	Criação e Gestão de UCs	2272 - Gestão e Administração do Programa	0104 - Recursos Pesqueiros Sustentáveis	419.683
2009	Lula 2	Criação e Gestão de UCs	8352 - Elaboração de Planos de Gestão e de Recuperação para Recursos Pesqueiros	0104 - Recursos Pesqueiros Sustentáveis	971.417
2009	Lula 2	Criação e Gestão de UCs	2B07 - Fomento a Projetos de Conservação, Uso e Recuperação da Biodiversidade	0508 - Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Genéticos	1.209.877
2009	Lula 2	Criação e Gestão de UCs	2272 - Gestão e Administração do Programa	0508 - Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Genéticos	4.101.221

2009	Lula 2	Criação e Gestão de UCs	2934 - Conservação das Espécies da Fauna Ameaçadas de Extinção e Migratórias	0508 - Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Genéticos	3.747.920
2009	Lula 2	Criação e Gestão de UCs	2976 - Conservação e Uso Sustentável de Espécies da Flora	0508 - Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Genéticos	297.414
2009	Lula 2	Criação e Gestão de UCs	6007 - Monitoramento e Controle de Espécies Invasoras	0508 - Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Genéticos	237.996
2009	Lula 2	Criação e Gestão de UCs	8408 - Implementação e Fortalecimento da Política Nacional da Biodiversidade	0508 - Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Genéticos	193.998
2009	Lula 2	Criação e Gestão de UCs	2272 - Gestão e Administração do Programa	0511 - Gestão da Política de Meio Ambiente	3.147.764
2009	Lula 2	Criação e Gestão de UCs	2C88 - Gestão de Áreas Protegidas nos Ecossistemas Mata Atlântica e Pampas	1332 - Conservação e Recuperação dos Biomas Brasileiros	7.498.862
2009	Lula 2	Criação e Gestão de UCs	2C89 - Gestão de Áreas Protegidas nos Ecossistemas Cerrado e Pantanal	1332 - Conservação e Recuperação dos Biomas Brasileiros	5.158.777
2009	Lula 2	Criação e Gestão de UCs	2C91 - Gestão de Áreas Protegidas no Ecossistema Caatinga	1332 - Conservação e Recuperação dos Biomas Brasileiros	4.023.097
2009	Lula 2	Criação e Gestão de UCs	2C92 - Gestão de Áreas Protegidas nos Ecossistemas Costeiro e Marinho	1332 - Conservação e Recuperação dos Biomas Brasileiros	3.607.183
2009	Lula 2	Criação e Gestão de UCs	2C93 - Gestão de Áreas Protegidas no Ecossistema Amazônico	1332 - Conservação e Recuperação dos Biomas Brasileiros	6.234.463
2009	Lula 2	Criação e Gestão de UCs	2096 - Conservação e Manejo do Patrimônio Espeleológico	1332 - Conservação e Recuperação dos Biomas Brasileiros	323.120
2009	Lula 2	Criação e Gestão de UCs	2272 - Gestão e Administração do Programa	1332 - Conservação e Recuperação dos Biomas Brasileiros	16.673.837
2009	Lula 2	Criação e Gestão de UCs	8492 - Apoio à Criação e Gestão de Áreas Protegidas	1332 - Conservação e Recuperação dos Biomas Brasileiros	4.321.735
2010	Lula 2	Criação e Gestão de UCs	2272 - Gestão e Administração do Programa	0104 - Recursos Pesqueiros Sustentáveis	1.638.242

2010	Lula 2	Criação e Gestão de UCs	8352 - Elaboração de Planos de Gestão e de Recuperação para Recursos Pesqueiros	0104 - Recursos Pesqueiros Sustentáveis	555.015
2010	Lula 2	Criação e Gestão de UCs	2B07 - Fomento a Projetos de Conservação, Uso e Recuperação da Biodiversidade	0508 - Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Genéticos	921.205
2010	Lula 2	Criação e Gestão de UCs	2272 - Gestão e Administração do Programa	0508 - Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Genéticos	3.010.574
2010	Lula 2	Criação e Gestão de UCs	2934 - Conservação das Espécies da Fauna Ameaçadas de Extinção e Migratórias	0508 - Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Genéticos	3.111.388
2010	Lula 2	Criação e Gestão de UCs	2976 - Conservação e Uso Sustentável de Espécies da Flora	0508 - Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Genéticos	3.420
2010	Lula 2	Criação e Gestão de UCs	6007 - Monitoramento e Controle de Espécies Invasoras	0508 - Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Genéticos	6.999
2010	Lula 2	Criação e Gestão de UCs	8408 - Implementação e Fortalecimento da Política Nacional da Biodiversidade	0508 - Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Genéticos	86.481
2010	Lula 2	Criação e Gestão de UCs	2272 - Gestão e Administração do Programa	0511 - Gestão da Política de Meio Ambiente	6.700.712
2010	Lula 2	Criação e Gestão de UCs	2C88 - Gestão de Áreas Protegidas nos Ecossistemas Mata Atlântica e Pampas	1332 - Conservação e Recuperação dos Biomas Brasileiros	9.687.291
2010	Lula 2	Criação e Gestão de UCs	2C89 - Gestão de Áreas Protegidas nos Ecossistemas Cerrado e Pantanal	1332 - Conservação e Recuperação dos Biomas Brasileiros	4.569.063
2010	Lula 2	Criação e Gestão de UCs	2C91 - Gestão de Áreas Protegidas no Ecossistema Caatinga	1332 - Conservação e Recuperação dos Biomas Brasileiros	1.220.684
2010	Lula 2	Criação e Gestão de UCs	2C92 - Gestão de Áreas Protegidas nos Ecossistemas Costeiro e Marinho	1332 - Conservação e Recuperação dos Biomas Brasileiros	3.118.996
2010	Lula 2	Criação e Gestão de UCs	2C93 - Gestão de Áreas Protegidas no Ecossistema Amazônico	1332 - Conservação e Recuperação dos Biomas Brasileiros	3.271.196
2010	Lula 2	Criação e Gestão de UCs	2096 - Conservação e Manejo do Patrimônio Espeleológico	1332 - Conservação e Recuperação dos Biomas Brasileiros	14.099

2010	Lula 2	Criação e Gestão de UCs	2272 - Gestão e Administração do Programa	1332 - Conservação e Recuperação dos Biomas Brasileiros	22.975.486
2010	Lula 2	Criação e Gestão de UCs	8492 - Apoio à Criação e Gestão de Áreas Protegidas	1332 - Conservação e Recuperação dos Biomas Brasileiros	592.510
2011	Dilma 1	Criação e Gestão de UCs	2B07 - Fomento a Projetos de Conservação, Uso e Recuperação da Biodiversidade	0508 - Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Genéticos	1.284.285
2011	Dilma 1	Criação e Gestão de UCs	2272 - Gestão e Administração do Programa	0508 - Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Genéticos	3.809.488
2011	Dilma 1	Criação e Gestão de UCs	2934 - Conservação das Espécies da Fauna Ameaçadas de Extinção e Migratórias	0508 - Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Genéticos	2.603.857
2011	Dilma 1	Criação e Gestão de UCs	2272 - Gestão e Administração do Programa	0511 - Gestão da Política de Meio Ambiente	13.019.130
2011	Dilma 1	Criação e Gestão de UCs	13MY - Estruturação de Serviços Ambientais e Visitação em Áreas Protegidas	1332 - Conservação e Recuperação dos Biomas Brasileiros	3.460.636
2011	Dilma 1	Criação e Gestão de UCs	2272 - Gestão e Administração do Programa	1332 - Conservação e Recuperação dos Biomas Brasileiros	28.964.468
2011	Dilma 1	Criação e Gestão de UCs	8492 - Apoio à Criação e Gestão de Áreas Protegidas	1332 - Conservação e Recuperação dos Biomas Brasileiros	1.533.608
2012	Dilma 1	Criação e Gestão de UCs	13MY - Estruturação de Serviços Ambientais e Visitação em Áreas Protegidas	2018 - Biodiversidade	16.353.885
2012	Dilma 1	Criação e Gestão de UCs	20MW - Fomento e Execução de Pesquisa Direcionada à Conservação da Biodiversidade e à Gestão de Unidades de Conservação	2018 - Biodiversidade	472.213
2012	Dilma 1	Criação e Gestão de UCs	2096 - Conservação do Patrimônio Espeleológico Nacional	2018 - Biodiversidade	99.094
2012	Dilma 1	Criação e Gestão de UCs	2934 - Conservação das Espécies Ameaçadas de Extinção e Migratórias	2018 - Biodiversidade	10.010.505
2012	Dilma 1	Criação e Gestão de UCs	8492 - Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais	2018 - Biodiversidade	57.088.282

2012	Dilma 1	Criação e Gestão de UCs	8492 - Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais	2018 - Biodiversidade	270.000
2013	Dilma 1	Criação e Gestão de UCs	20WM - Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais	2018 - Biodiversidade	324.487
2013	Dilma 1	Criação e Gestão de UCs	20WM - Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais	2018 - Biodiversidade	87.000.981
2013	Dilma 1	Criação e Gestão de UCs	20WM - Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais	2018 - Biodiversidade	3.191.593
2013	Dilma 1	Criação e Gestão de UCs	20WN - Execução de Pesquisa e Conservação de Espécies e Patrimônio Espeleológico	2018 - Biodiversidade	100.117
2013	Dilma 1	Criação e Gestão de UCs	20WN - Execução de Pesquisa e Conservação de Espécies e Patrimônio Espeleológico	2018 - Biodiversidade	382.879
2013	Dilma 1	Criação e Gestão de UCs	20WN - Execução de Pesquisa e Conservação de Espécies e Patrimônio Espeleológico	2018 - Biodiversidade	10.646.258
2013	Dilma 1	Criação e Gestão de UCs	20WN - Execução de Pesquisa e Conservação de Espécies e Patrimônio Espeleológico	2018 - Biodiversidade	191.541
2014	Dilma 1	Criação e Gestão de UCs	20WM - Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais	2018 - Biodiversidade	677.420
2014	Dilma 1	Criação e Gestão de UCs	20WM - Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais	2018 - Biodiversidade	105.370.367
2014	Dilma 1	Criação e Gestão de UCs	20WM - Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais	2018 - Biodiversidade	4.012.898
2014	Dilma 1	Criação e Gestão de UCs	20WM - Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais	2018 - Biodiversidade	300.000
2014	Dilma 1	Criação e Gestão de UCs	20WM - Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais	2018 - Biodiversidade	206.537
2014	Dilma 1	Criação e Gestão de UCs	20WM - Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais	2018 - Biodiversidade	107.640

2014	Dilma 1	Criação e Gestão de UCs	20WM - Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais	2018 - Biodiversidade	939.176
2014	Dilma 1	Criação e Gestão de UCs	20WM - Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais	2018 - Biodiversidade	19.948
2014	Dilma 1	Criação e Gestão de UCs	20WN - Execução de Pesquisa e Conservação de Espécies e Patrimônio Espeleológico	2018 - Biodiversidade	487.784
2014	Dilma 1	Criação e Gestão de UCs	20WN - Execução de Pesquisa e Conservação de Espécies e Patrimônio Espeleológico	2018 - Biodiversidade	9.219.107
2014	Dilma 1	Criação e Gestão de UCs	20WN - Execução de Pesquisa e Conservação de Espécies e Patrimônio Espeleológico	2018 - Biodiversidade	114.210
2015	Dilma 2	Criação e Gestão de UCs	20WM - Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais	2018 - Biodiversidade	544.359
2015	Dilma 2	Criação e Gestão de UCs	20WM - Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais	2018 - Biodiversidade	144.723
2015	Dilma 2	Criação e Gestão de UCs	20WM - Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais	2018 - Biodiversidade	21.837.984
2015	Dilma 2	Criação e Gestão de UCs	20WM - Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais	2018 - Biodiversidade	68.136.053
2015	Dilma 2	Criação e Gestão de UCs	20WN - Execução de Pesquisa e Conservação de Espécies e Patrimônio Espeleológico	2018 - Biodiversidade	253.449
2015	Dilma 2	Criação e Gestão de UCs	20WN - Execução de Pesquisa e Conservação de Espécies e Patrimônio Espeleológico	2018 - Biodiversidade	11.591.364
2015	Dilma 2	Criação e Gestão de UCs	20WN - Execução de Pesquisa e Conservação de Espécies e Patrimônio Espeleológico	2018 - Biodiversidade	23.189
2016	Dilma 2	Criação e Gestão de UCs	20WM - Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais	2078 - Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade	96.166.616
2016	Dilma 2	Criação e Gestão de UCs	20WM - Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais	2078 - Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade	198.555

2016	Dilma 2	Criação e Gestão de UCs	20WM - Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais	2078 - Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade	395.742
2016	Dilma 2	Criação e Gestão de UCs	20WM - Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais	2078 - Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade	168.190
2016	Dilma 2	Criação e Gestão de UCs	20WM - Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais	2078 - Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade	1.459.207
2016	Dilma 2	Criação e Gestão de UCs	20WM - Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais	2078 - Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade	300.000
2016	Dilma 2	Criação e Gestão de UCs	20WN - Execução de Pesquisa e Conservação de Espécies e do Patrimônio Espeleológico	2078 - Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade	13.862.970
2016	Dilma 2	Criação e Gestão de UCs	20WN - Execução de Pesquisa e Conservação de Espécies e do Patrimônio Espeleológico	2078 - Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade	354.827
2016	Dilma 2	Criação e Gestão de UCs	20WN - Execução de Pesquisa e Conservação de Espécies e do Patrimônio Espeleológico	2078 - Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade	2.721.699
2016	Dilma 2	Criação e Gestão de UCs	20WN - Execução de Pesquisa e Conservação de Espécies e do Patrimônio Espeleológico	2078 - Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade	72.045
2016	Dilma 2	Criação e Gestão de UCs	20WN - Execução de Pesquisa e Conservação de Espécies e do Patrimônio Espeleológico	2078 - Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade	75.637
2017	Temer	Criação e Gestão de UCs	20WM - Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais	2078 - Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade	92.914.540
2017	Temer	Criação e Gestão de UCs	20WM - Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais	2078 - Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade	954.108
2017	Temer	Criação e Gestão de UCs	20WM - Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais	2078 - Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade	356.899
2017	Temer	Criação e Gestão de UCs	20WM - Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais	2078 - Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade	434.822
2017	Temer	Criação e Gestão de UCs	20WM - Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais	2078 - Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade	18.627.917

2017	Temer	Criação e Gestão de UCs	20WN - Execução de Pesquisa e Conservação de Espécies e do Patrimônio Espeleológico	2078 - Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade	8.875.601
2017	Temer	Criação e Gestão de UCs	20WN - Execução de Pesquisa e Conservação de Espécies e do Patrimônio Espeleológico	2078 - Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade	259.033
2017	Temer	Criação e Gestão de UCs	20WN - Execução de Pesquisa e Conservação de Espécies e do Patrimônio Espeleológico	2078 - Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade	2.109.485
2017	Temer	Criação e Gestão de UCs	20WN - Execução de Pesquisa e Conservação de Espécies e do Patrimônio Espeleológico	2078 - Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade	30.433
2017	Temer	Criação e Gestão de UCs	20WN - Execução de Pesquisa e Conservação de Espécies e do Patrimônio Espeleológico	2078 - Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade	55.277
2018	Temer	Criação e Gestão de UCs	20WM - Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais	2078 - Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade	103.340.888
2018	Temer	Criação e Gestão de UCs	20WM - Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais	2078 - Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade	617.045
2018	Temer	Criação e Gestão de UCs	20WM - Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais	2078 - Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade	423.966
2018	Temer	Criação e Gestão de UCs	20WM - Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais	2078 - Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade	477.720
2018	Temer	Criação e Gestão de UCs	20WM - Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais	2078 - Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade	24.401.231
2018	Temer	Criação e Gestão de UCs	20WM - Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais	2078 - Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade	276
2018	Temer	Criação e Gestão de UCs	20WM - Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais	2078 - Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade	1.589
2018	Temer	Criação e Gestão de UCs	20WN - Execução de Pesquisa e Conservação de Espécies e do Patrimônio Espeleológico	2078 - Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade	9.740.364
2018	Temer	Criação e Gestão de UCs	20WN - Execução de Pesquisa e Conservação de Espécies e do Patrimônio Espeleológico	2078 - Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade	238.145

2018	Temer	Criação e Gestão de UCs	20WN - Execução de Pesquisa e Conservação de Espécies e do Patrimônio Espeleológico	2078 - Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade	835.153
2018	Temer	Criação e Gestão de UCs	20WN - Execução de Pesquisa e Conservação de Espécies e do Patrimônio Espeleológico	2078 - Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade	43.437
2018	Temer	Criação e Gestão de UCs	20WN - Execução de Pesquisa e Conservação de Espécies e do Patrimônio Espeleológico	2078 - Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade	62.229
2018	Temer	Criação e Gestão de UCs	20WN - Execução de Pesquisa e Conservação de Espécies e do Patrimônio Espeleológico	2078 - Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade	412
2019	Bolsonaro	Criação e Gestão de UCs	20WM - Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais	2078 - Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade	100.640.049
2019	Bolsonaro	Criação e Gestão de UCs	20WM - Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais	2078 - Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade	527.668
2019	Bolsonaro	Criação e Gestão de UCs	20WM - Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais	2078 - Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade	11.397
2019	Bolsonaro	Criação e Gestão de UCs	20WM - Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais	2078 - Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade	283.290
2019	Bolsonaro	Criação e Gestão de UCs	20WM - Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais	2078 - Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade	404.444
2019	Bolsonaro	Criação e Gestão de UCs	20WM - Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais	2078 - Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade	29.535.448
2019	Bolsonaro	Criação e Gestão de UCs	20WN - Execução de Pesquisa e Conservação de Espécies e do Patrimônio Espeleológico	2078 - Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade	9.739.584
2019	Bolsonaro	Criação e Gestão de UCs	20WN - Execução de Pesquisa e Conservação de Espécies e do Patrimônio Espeleológico	2078 - Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade	415.039
2019	Bolsonaro	Criação e Gestão de UCs	20WN - Execução de Pesquisa e Conservação de Espécies e do Patrimônio Espeleológico	2078 - Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade	1.188.067
2019	Bolsonaro	Criação e Gestão de UCs	20WN - Execução de Pesquisa e Conservação de Espécies e do Patrimônio Espeleológico	2078 - Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade	66.182

2019	Bolsonaro	Criação e Gestão de UCs	20WN - Execução de Pesquisa e Conservação de Espécies e do Patrimônio Espeleológico	2078 - Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade	39.631
2020	Bolsonaro	Criação e Gestão de UCs	20WM - Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais	1041 - Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Naturais	91.623.498
2020	Bolsonaro	Criação e Gestão de UCs	20WM - Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais	1041 - Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Naturais	13.532
2020	Bolsonaro	Criação e Gestão de UCs	20WM - Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais	1041 - Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Naturais	82.705
2020	Bolsonaro	Criação e Gestão de UCs	20WM - Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais	1041 - Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Naturais	262.851
2020	Bolsonaro	Criação e Gestão de UCs	20WM - Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais	1041 - Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Naturais	760.159
2020	Bolsonaro	Criação e Gestão de UCs	20WN - Execução de Pesquisa e Conservação de Espécies e do Patrimônio Espeleológico	1041 - Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Naturais	4.742.952
2020	Bolsonaro	Criação e Gestão de UCs	20WN - Execução de Pesquisa e Conservação de Espécies e do Patrimônio Espeleológico	1041 - Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Naturais	59.086
2020	Bolsonaro	Criação e Gestão de UCs	20WN - Execução de Pesquisa e Conservação de Espécies e do Patrimônio Espeleológico	1041 - Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Naturais	1.521.373
2020	Bolsonaro	Criação e Gestão de UCs	20WN - Execução de Pesquisa e Conservação de Espécies e do Patrimônio Espeleológico	1041 - Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Naturais	138.227
2020	Bolsonaro	Criação e Gestão de UCs	20WN - Execução de Pesquisa e Conservação de Espécies e do Patrimônio Espeleológico	1041 - Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Naturais	173.744
2020	Bolsonaro	Criação e Gestão de UCs	20WN - Execução de Pesquisa e Conservação de Espécies e do Patrimônio Espeleológico	1041 - Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Naturais	2.551.054
2021	Bolsonaro	Criação e Gestão de UCs	20WM - Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais	1041 - Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Naturais	94.158.277
2021	Bolsonaro	Criação e Gestão de UCs	20WM - Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais	1041 - Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Naturais	27.034

2021	Bolsonaro	Criação e Gestão de UCs	20WM - Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais	1041 - Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Naturais	269.999
2021	Bolsonaro	Criação e Gestão de UCs	20WM - Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais	1041 - Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Naturais	149.000
2021	Bolsonaro	Criação e Gestão de UCs	20WN - Execução de Pesquisa e Conservação de Espécies e do Patrimônio Espeleológico	1041 - Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Naturais	383.013
2021	Bolsonaro	Criação e Gestão de UCs	20WN - Execução de Pesquisa e Conservação de Espécies e do Patrimônio Espeleológico	1041 - Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Naturais	477.054
2021	Bolsonaro	Criação e Gestão de UCs	20WN - Execução de Pesquisa e Conservação de Espécies e do Patrimônio Espeleológico	1041 - Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Naturais	96.345
2021	Bolsonaro	Criação e Gestão de UCs	20WN - Execução de Pesquisa e Conservação de Espécies e do Patrimônio Espeleológico	1041 - Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Naturais	96.401
2022	Bolsonaro	Criação e Gestão de UCs	20WM - Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais	1041 - Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Naturais	104.206.466
2022	Bolsonaro	Criação e Gestão de UCs	20WM - Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais	1041 - Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Naturais	652.858
2022	Bolsonaro	Criação e Gestão de UCs	20WM - Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais	1041 - Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Naturais	398.745
2022	Bolsonaro	Criação e Gestão de UCs	20WM - Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais	1041 - Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Naturais	308.338
2022	Bolsonaro	Criação e Gestão de UCs	20WM - Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais	1041 - Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Naturais	275.568
2022	Bolsonaro	Criação e Gestão de UCs	20WM - Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais	1041 - Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Naturais	1.410.000
2022	Bolsonaro	Criação e Gestão de UCs	20WN - Execução de Pesquisa e Conservação de Espécies e do Patrimônio Espeleológico	1041 - Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Naturais	740.058
2022	Bolsonaro	Criação e Gestão de UCs	20WN - Execução de Pesquisa e Conservação de Espécies e do Patrimônio Espeleológico	1041 - Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Naturais	1.069.455

2022	Bolsonaro	Criação e Gestão de UCs	20WN - Execução de Pesquisa e Conservação de Espécies e do Patrimônio Espeleológico	1041 - Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Naturais	106.320
2022	Bolsonaro	Criação e Gestão de UCs	20WN - Execução de Pesquisa e Conservação de Espécies e do Patrimônio Espeleológico	1041 - Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Naturais	34.983
2008	Lula 2	Criação e Gestão de UCs	2933 - Prospecção, Avaliação e Monitoramento dos Estoques Pesqueiros	0104 - Recursos Pesqueiros Sustentáveis	1.534.102
2009	Lula 2	Criação e Gestão de UCs	2933 - Prospecção, Avaliação e Monitoramento dos Estoques Pesqueiros	0104 - Recursos Pesqueiros Sustentáveis	224.660
2008	Lula 2	Consolidação Territorial e Fiscalização	6381 - Regularização Fundiária das Unidades de Conservação Federais	1332 - Conservação e Recuperação dos Biomas Brasileiros	1.012.054
2009	Lula 2	Consolidação Territorial e Fiscalização	6074 - Prevenção e Combate a Incêndios Florestais e Controle de Queimadas	0503 - Prevenção e Combate ao Desmatamento, Queimadas e Incêndios Florestais - Florescer	309.962
2009	Lula 2	Consolidação Territorial e Fiscalização	6381 - Regularização Fundiária das Unidades de Conservação Federais	1332 - Conservação e Recuperação dos Biomas Brasileiros	217.941
2010	Lula 2	Consolidação Territorial e Fiscalização	6074 - Prevenção e Combate a Incêndios Florestais e Controle de Queimadas	0503 - Prevenção e Combate ao Desmatamento, Queimadas e Incêndios Florestais - Florescer	5.921.059
2010	Lula 2	Consolidação Territorial e Fiscalização	6381 - Regularização Fundiária das Unidades de Conservação Federais	1332 - Conservação e Recuperação dos Biomas Brasileiros	944.794
2010	Lula 2	Consolidação Territorial e Fiscalização	6381 - Regularização Fundiária das Unidades de Conservação Federais	1332 - Conservação e Recuperação dos Biomas Brasileiros	50.000.000
2011	Dilma 1	Consolidação Territorial e Fiscalização	6074 - Prevenção e Combate a Incêndios Florestais e Controle de Queimadas	0503 - Prevenção e Combate ao Desmatamento, Queimadas e Incêndios Florestais - Florescer	3.889.327

2011	Dilma 1	Consolidação Territorial e Fiscalização	6307 - Fiscalização de Atividades de Desmatamento	0503 - Prevenção e Combate ao Desmatamento, Queimadas e Incêndios Florestais - Florescer	6.339.848
2011	Dilma 1	Consolidação Territorial e Fiscalização	6381 - Regularização Fundiária das Unidades de Conservação Federais	1332 - Conservação e Recuperação dos Biomas Brasileiros	508.605
2011	Dilma 1	Consolidação Territorial e Fiscalização	6381 - Regularização Fundiária das Unidades de Conservação Federais	1332 - Conservação e Recuperação dos Biomas Brasileiros	48.997.397
2011	Dilma 1	Consolidação Territorial e Fiscalização	6925 - Licenciamento Ambiental Federal	1346 - Qualidade Ambiental	264.214
2012	Dilma 1	Consolidação Territorial e Fiscalização	20MU - Fiscalização Ambiental em Unidades de Conservação Federais	2018 - Biodiversidade	2.822.069
2012	Dilma 1	Consolidação Territorial e Fiscalização	6381 - Consolidação Territorial das Unidades de Conservação Federais	2018 - Biodiversidade	466.499
2012	Dilma 1	Consolidação Territorial e Fiscalização	20MY - Prevenção e Combate a Incêndios Florestais e Emergências Ambientais em Unidades de Conservação Federais	2036 - Florestas, Prevenção e Controle do Desmatamento e dos Incêndios	24.739.658
2012	Dilma 1	Consolidação Territorial e Fiscalização	20MZ - Fiscalização de Atividade de Desmatamento em Unidades de Conservação Federais	2036 - Florestas, Prevenção e Controle do Desmatamento e dos Incêndios	2.695.062
2012	Dilma 1	Consolidação Territorial e Fiscalização	20N0 - Concessão de Autorização para Demandas de Licenciamento Ambiental em Unidades de Conservação Federais	2045 - Licenciamento e Qualidade Ambiental	199.801
2013	Dilma 1	Consolidação Territorial e Fiscalização	20WO - Fiscalização Ambiental em Unidades de Conservação	2018 - Biodiversidade	5.012.817

2013	Dilma 1	Consolidação Territorial e Fiscalização	6381 - Consolidação Territorial das Unidades de Conservação Federais	2018 - Biodiversidade	284.507
2013	Dilma 1	Consolidação Territorial e Fiscalização	20MY - Prevenção e Combate a Incêndios Florestais e Emergências Ambientais em Unidades de Conservação Federais	2036 - Florestas, Prevenção e Controle do Desmatamento e dos Incêndios	23.288.110
2013	Dilma 1	Consolidação Territorial e Fiscalização	20N0 - Concessão de Autorização para Demandas de Licenciamento Ambiental em Unidades de Conservação Federais	2045 - Licenciamento e Qualidade Ambiental	155.884
2014	Dilma 1	Consolidação Territorial e Fiscalização	20WO - Fiscalização Ambiental em Unidades de Conservação	2018 - Biodiversidade	5.038.891
2014	Dilma 1	Consolidação Territorial e Fiscalização	6381 - Consolidação Territorial das Unidades de Conservação Federais	2018 - Biodiversidade	857.520
2014	Dilma 1	Consolidação Territorial e Fiscalização	20MY - Prevenção e Combate a Incêndios Florestais em Unidades de Conservação Federais	2036 - Florestas, Prevenção e Controle do Desmatamento e dos Incêndios	19.008.119
2014	Dilma 1	Consolidação Territorial e Fiscalização	20N0 - Concessão de Autorização para Demandas de Licenciamento Ambiental que afetam Unidades de Conservação Federais e suas zonas de amortecimento	2045 - Licenciamento e Qualidade Ambiental	146.262
2015	Dilma 2	Consolidação Territorial e Fiscalização	20WO - Fiscalização Ambiental em Unidades de Conservação	2018 - Biodiversidade	3.203.876
2015	Dilma 2	Consolidação Territorial e Fiscalização	6381 - Consolidação Territorial das Unidades de Conservação Federais	2018 - Biodiversidade	262.251
2015	Dilma 2	Consolidação Territorial e Fiscalização	6381 - Consolidação Territorial das Unidades de Conservação Federais	2018 - Biodiversidade	69.580

2015	Dilma 2	Consolidação Territorial e Fiscalização	20MY - Prevenção e Combate a Incêndios Florestais em Unidades de Conservação Federais	2036 - Florestas, Prevenção e Controle do Desmatamento e dos Incêndios	13.691.572
2015	Dilma 2	Consolidação Territorial e Fiscalização	20N0 - Concessão de Autorização para Demandas de Licenciamento Ambiental que afetam Unidades de Conservação Federais e suas zonas de amortecimento	2045 - Licenciamento e Qualidade Ambiental	65.150
2016	Dilma 2	Consolidação Territorial e Fiscalização	214P - Fiscalização Ambiental e Prevenção e Combate a Incêndios Florestais	2078 - Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade	4.440.816
2016	Dilma 2	Consolidação Territorial e Fiscalização	214P - Fiscalização Ambiental e Prevenção e Combate a Incêndios Florestais	2078 - Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade	20.241.788
2016	Dilma 2	Consolidação Territorial e Fiscalização	20WM - Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais	2078 - Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade	912.868
2017	Temer	Consolidação Territorial e Fiscalização	214P - Fiscalização Ambiental e Prevenção e Combate a Incêndios Florestais	2078 - Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade	4.228.411
2017	Temer	Consolidação Territorial e Fiscalização	214P - Fiscalização Ambiental e Prevenção e Combate a Incêndios Florestais	2078 - Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade	16.475.148
2017	Temer	Consolidação Territorial e Fiscalização	20WM - Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais	2078 - Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade	191.328
2018	Temer	Consolidação Territorial e Fiscalização	214P - Fiscalização Ambiental e Prevenção e Combate a Incêndios Florestais	2078 - Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade	4.437.622
2018	Temer	Consolidação Territorial e Fiscalização	214P - Fiscalização Ambiental e Prevenção e Combate a Incêndios Florestais	2078 - Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade	13.945.175

2018	Temer	Consolidação Territorial e Fiscalização	20WM - Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais	2078 - Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade	760.835
2019	Bolsonaro	Consolidação Territorial e Fiscalização	214P - Fiscalização Ambiental e Prevenção e Combate a Incêndios Florestais	2078 - Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade	7.160.779
2019	Bolsonaro	Consolidação Territorial e Fiscalização	214P - Fiscalização Ambiental e Prevenção e Combate a Incêndios Florestais	2078 - Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade	26.279.573
2019	Bolsonaro	Consolidação Territorial e Fiscalização	20WM - Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais	2078 - Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade	3.565.739
2020	Bolsonaro	Consolidação Territorial e Fiscalização	214P - Fiscalização Ambiental e Prevenção e Combate a Incêndios Florestais	6014 - Prevenção e Controle do Desmatamento e dos Incêndios nos Biomas	1.378.486
2020	Bolsonaro	Consolidação Territorial e Fiscalização	214P - Fiscalização Ambiental e Prevenção e Combate a Incêndios Florestais	6014 - Prevenção e Controle do Desmatamento e dos Incêndios nos Biomas	1.779.409
2020	Bolsonaro	Consolidação Territorial e Fiscalização	214P - Fiscalização Ambiental e Prevenção e Combate a Incêndios Florestais	6014 - Prevenção e Controle do Desmatamento e dos Incêndios nos Biomas	4.781.803
2020	Bolsonaro	Consolidação Territorial e Fiscalização	214P - Fiscalização Ambiental e Prevenção e Combate a Incêndios Florestais	6014 - Prevenção e Controle do Desmatamento e dos Incêndios nos Biomas	448.109
2020	Bolsonaro	Consolidação Territorial e Fiscalização	214P - Fiscalização Ambiental e Prevenção e Combate a Incêndios Florestais	6014 - Prevenção e Controle do Desmatamento e dos Incêndios nos Biomas	4.221.080
2020	Bolsonaro	Consolidação Territorial e Fiscalização	20WM - Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais	1041 - Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Naturais	863.225

2021	Bolsonaro	Consolidação Territorial e Fiscalização	214P - Fiscalização Ambiental e Prevenção e Combate a Incêndios Florestais	6014 - Prevenção e Controle do Desmatamento e dos Incêndios nos Biomas	8.195.150
2021	Bolsonaro	Consolidação Territorial e Fiscalização	214P - Fiscalização Ambiental e Prevenção e Combate a Incêndios Florestais	6014 - Prevenção e Controle do Desmatamento e dos Incêndios nos Biomas	9.019.571
2021	Bolsonaro	Consolidação Territorial e Fiscalização	214P - Fiscalização Ambiental e Prevenção e Combate a Incêndios Florestais	6014 - Prevenção e Controle do Desmatamento e dos Incêndios nos Biomas	40.448.571
2021	Bolsonaro	Consolidação Territorial e Fiscalização	20WM - Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais	1041 - Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Naturais	92.621
2022	Bolsonaro	Consolidação Territorial e Fiscalização	214P - Fiscalização Ambiental e Prevenção e Combate a Incêndios Florestais	6014 - Prevenção e Controle do Desmatamento e dos Incêndios nos Biomas	4.700.000
2022	Bolsonaro	Consolidação Territorial e Fiscalização	214P - Fiscalização Ambiental e Prevenção e Combate a Incêndios Florestais	6014 - Prevenção e Controle do Desmatamento e dos Incêndios nos Biomas	7.153.811
2022	Bolsonaro	Consolidação Territorial e Fiscalização	214P - Fiscalização Ambiental e Prevenção e Combate a Incêndios Florestais	6014 - Prevenção e Controle do Desmatamento e dos Incêndios nos Biomas	83.701.409
2022	Bolsonaro	Consolidação Territorial e Fiscalização	20WM - Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais	1041 - Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Naturais	206.876
2008	Lula 2	Povos e Comunidades Tradicionais	8286 - Educação Ambiental para Grupos em Situação de Vulnerabilidade Socioambiental	0052 - Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis	784.788
2008	Lula 2	Povos e Comunidades Tradicionais	4965 - Ordenamento Pesqueiro em Reservas Extrativistas	0104 - Recursos Pesqueiros Sustentáveis	441.768

2008	Lula 2	Povos e Comunidades Tradicionais	8300 - Apoio ao Manejo Florestal Comunitário	0506 - Nacional de Florestas	143.254
2008	Lula 2	Povos e Comunidades Tradicionais	6037 - Fortalecimento e Aprimoramento da Fiscalização Ambiental	0511 - Gestão da Política de Meio Ambiente	1.508.040
2008	Lula 2	Povos e Comunidades Tradicionais	2272 - Gestão e Administração do Programa	1145 - Comunidades Tradicionais	1.879.939
2008	Lula 2	Povos e Comunidades Tradicionais	6060 - Capacitação de Comunidades Tradicionais	1145 - Comunidades Tradicionais	2.638.908
2008	Lula 2	Povos e Comunidades Tradicionais	6070 - Fomento a Projetos de Gestão Ambiental das Reservas Extrativistas da Amazônia (Programa-Piloto)	1145 - Comunidades Tradicionais	1.005.818
2009	Lula 2	Povos e Comunidades Tradicionais	8286 - Educação Ambiental para Grupos em Situação de Vulnerabilidade Socioambiental	0052 - Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis	133.488
2009	Lula 2	Povos e Comunidades Tradicionais	4965 - Ordenamento Pesqueiro em Reservas Extrativistas	0104 - Recursos Pesqueiros Sustentáveis	242.508
2009	Lula 2	Povos e Comunidades Tradicionais	8300 - Apoio ao Manejo Florestal Comunitário	0506 - Nacional de Florestas	212.991
2009	Lula 2	Povos e Comunidades Tradicionais	6037 - Fortalecimento e Aprimoramento da Fiscalização Ambiental	0511 - Gestão da Política de Meio Ambiente	10.898.439
2009	Lula 2	Povos e Comunidades Tradicionais	2272 - Gestão e Administração do Programa	1145 - Comunidades Tradicionais	1.790.156

2009	Lula 2	Povos e Comunidades Tradicionais	6060 - Capacitação de Comunidades Tradicionais	1145 - Comunidades Tradicionais	2.007.307
2009	Lula 2	Povos e Comunidades Tradicionais	20BA - Prevenção, Preparação e Enfrentamento para a Pandemia de Influenza	1332 - Conservação e Recuperação dos Biomas Brasileiros	716.138
2010	Lula 2	Povos e Comunidades Tradicionais	8286 - Educação Ambiental para Grupos em Situação de Vulnerabilidade Socioambiental	0052 - Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis	638.704
2010	Lula 2	Povos e Comunidades Tradicionais	4965 - Ordenamento Pesqueiro em Reservas Extrativistas	0104 - Recursos Pesqueiros Sustentáveis	1.670
2010	Lula 2	Povos e Comunidades Tradicionais	8300 - Apoio ao Manejo Florestal Comunitário	0506 - Nacional de Florestas	167.686
2010	Lula 2	Povos e Comunidades Tradicionais	6037 - Fortalecimento e Aprimoramento da Fiscalização Ambiental	0511 - Gestão da Política de Meio Ambiente	12.487.660
2010	Lula 2	Povos e Comunidades Tradicionais	6060 - Capacitação de Comunidades Tradicionais	1145 - Comunidades Tradicionais	349.646
2010	Lula 2	Povos e Comunidades Tradicionais	8278 - Desenvolvimento do Sistema de Gestão Integrado e Participativo para Conservação e Uso Sustentável dos Biomas Brasileiros	1332 - Conservação e Recuperação dos Biomas Brasileiros	181.391
2011	Dilma 1	Povos e Comunidades Tradicionais	8286 - Educação Ambiental para Grupos em Situação de Vulnerabilidade Socioambiental	0052 - Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis	1.007.166
2011	Dilma 2	Povos e Comunidades Tradicionais	200I - Apoio às Organizações das Comunidades Tradicionais	1145 - Comunidades Tradicionais	819.354

2012	Dilma 3	Povos e Comunidades Tradicionais	20MV - Identificação de Famílias em Unidades de Conservação Federais e Promoção do Direito de Uso das Comunidades Tradicionais Beneficiárias a seus Territórios	2018 - Biodiversidade	246.901
2012	Dilma 4	Povos e Comunidades Tradicionais	200I - Promoção da Conservação e Uso da Agrobiodiversidade e das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade	2018 - Biodiversidade	242.990
2013	Dilma 5	Povos e Comunidades Tradicionais	20WM - Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais	2018 - Biodiversidade	154.724
2013	Dilma 6	Povos e Comunidades Tradicionais	20WM - Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais	2018 - Biodiversidade	69.259
2013	Dilma 7	Povos e Comunidades Tradicionais	20WM - Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais	2018 - Biodiversidade	86.858
2013	Dilma 8	Povos e Comunidades Tradicionais	20WM - Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais	2018 - Biodiversidade	303.475
2014	Dilma 9	Povos e Comunidades Tradicionais	20WM - Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais	2018 - Biodiversidade	231.011
2014	Dilma 10	Povos e Comunidades Tradicionais	20WM - Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais	2018 - Biodiversidade	139.987
2014	Dilma 11	Povos e Comunidades Tradicionais	20WM - Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais	2018 - Biodiversidade	228.288
2014	Dilma 12	Povos e Comunidades Tradicionais	20WM - Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais	2018 - Biodiversidade	536.016

2015	Dilma 2	Povos e Comunidades Tradicionais	20WM - Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais	2018 - Biodiversidade	107.726
2015	Dilma 2	Povos e Comunidades Tradicionais	20WM - Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais	2018 - Biodiversidade	122.514
2015	Dilma 2	Povos e Comunidades Tradicionais	20WM - Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais	2018 - Biodiversidade	416.713
2016	Dilma 2	Povos e Comunidades Tradicionais	20WM - Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais	2078 - Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade	424.090
2016	Dilma 2	Povos e Comunidades Tradicionais	20WM - Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais	2078 - Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade	349.903
2017	Temer	Povos e Comunidades Tradicionais	20WM - Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais	2078 - Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade	218.192
2017	Temer	Povos e Comunidades Tradicionais	20WM - Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais	2078 - Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade	376.125
2018	Temer	Povos e Comunidades Tradicionais	20WM - Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais	2078 - Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade	187.794
2018	Temer	Povos e Comunidades Tradicionais	20WM - Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais	2078 - Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade	334.346
2019	Bolsonaro	Povos e Comunidades Tradicionais	20WM - Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais	2078 - Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade	317.825

2019	Bolsonaro	Povos e Comunidades Tradicionais	20WM - Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais	2078 - Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade	327.622
2020	Bolsonaro	Povos e Comunidades Tradicionais	20WM - Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais	1041 - Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Naturais	200.000
2020	Bolsonaro	Povos e Comunidades Tradicionais	20WM - Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais	1041 - Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Naturais	310.370
2021	Bolsonaro	Povos e Comunidades Tradicionais	20WM - Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais	1041 - Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Naturais	89.805
2021	Bolsonaro	Povos e Comunidades Tradicionais	20WM - Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais	1041 - Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Naturais	236.577
2021	Bolsonaro	Povos e Comunidades Tradicionais	20WM - Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais	1041 - Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Naturais	198.090
2022	Bolsonaro	Povos e Comunidades Tradicionais	20WM - Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais	1041 - Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Naturais	221.386
2022	Bolsonaro	Povos e Comunidades Tradicionais	20WM - Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais	1041 - Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Naturais	50.734
2012	Dilma 13	Povos e Comunidades Tradicionais	20MX - Promoção do Manejo Florestal Madeireiro Sustentável Comunitário em Unidades de Conservação Federais	2036 - Florestas, Prevenção e Controle do Desmatamento e dos Incêndios	227.167
2012	Dilma 14	Povos e Comunidades Tradicionais	8286 - Educação Ambiental para Grupos em Situação de Vulnerabilidade Socioambiental	2045 - Licenciamento e Qualidade Ambiental	491.789

ANEXO IV - ENTREVISTAS EXPLORATÓRIAS

Entrevista 1			
Diretoria de Criação e Manejo de Unidades de Conservação (DIMAN)			
Data: 13/08/2024 - Online através da plataforma zoom			
Perguntas	P1. Quais as políticas estruturantes do ICMBIO?	P2. Como a política é concretizada: plano, planejamento, instrumento normativo, periodicidade de atualização.	P3. Até que ponto essas políticas são influenciadas pela alta burocracia.
Respostas	R1. <i>Diretoria de Pesquisa, Avaliação e Monitoramento da Biodiversidade (DIBIO)</i> → A principal política no âmbito da DIBIO, é a política de Licenciamento Ambiental, que através do <u>Programa Monitora</u>, de certa forma estrutura as políticas do ICMBIO através do fornecimento de dados a respeito das UCs. A Diretoria possui o diretor mais longínquo do órgão, atuando desde sua fundação (ver nome nos dados da pesquisa do GP). <i>Diretoria de Criação e Manejo das Unidades de Conservação (DIMAN)</i> → Essa diretoria é caracterizada por concentrar algumas políticas finalísticas do ICMBIO. Tais como	R. O principal mecanismo de “gestão” dos programas e das políticas implementadas pelo ICMBIO, são os Mapas Estratégicos. Instrumentos: Instrução normativa → define o como. Portaria → define coisas	R. De modo geral, não há uma interferência tão direta do alto escalão, no trabalho desempenhado pela burocracia de médio escalão. A interferência parece ser mais direta, em casos/momentos específicos. Um exemplo claro disso, foi o enfoque dado ao <i>Programa Bolsa Verde</i> ao longo do Governo Dilma Rousseff. (para maior contextualização, ver Bureaucratic Activism: Pursuing Environmentalism Inside the Brazilian State, Rebecca Neaera Abers). Ao longo do Governo Bolsonaro, também houve uma série de interferências. A primeira, diz respeito à indicação de

	a construção dos planos de manejo; as políticas de manejo do fogo, os contratos de concessão de direito ambiental, visitação e uso público; proteção ambiental (autos de infração). Além disso, pode-se dizer que a política majoritária aqui, é a de fiscalização ambiental, nas UCS e suas áreas de amortecimento, através da Coordenação Geral de Proteção - CGPRO (a maior coordenação do ICMBIO). <i>Diretoria de Ações Socioambientais e Consolidação Territorial em Unidades de Conservação (DISAT)</i> → Comparada às outras diretorias, pode-se dizer que esta atua de forma complementar às políticas diretas do órgão. De modo que seu principal <i>input</i> é a implementação dos instrumentos de gestão (conselhos consultivos e deliberativos) e a regularização fundiária.		militares nos postos de gestão. Apesar de um primeiro choque negativo, o entrevistado aponta que posteriormente, tais indicações acabaram por não ser tão negativas como os servidores pensaram. Auxiliando, inclusive, na estruturação hierárquica que órgão, que até aquele momento, atuava de maneira mais horizontal e perdia em grande medida, a eficiência na gestão de projetos/processos internos. <i>As principais interferências no âmbito da Diretoria de Criação e Manejo das Unidades de Conservação (DIMAN)</i> → em primeiro lugar, a perspectiva liberal do Governo Bolsonaro, possibilitou um certo avanço no que diz respeito ao Programa de Parcerias em investimento privado nas UCS. Entretanto, a concessão de UCs para a iniciativa privada, aconteceu de modo “clientelístico” e em contraposição aos interesses socioambientais necessários para a implementação de UCs. Foram também alterados os ritos para a aprovação dos planos de manejo. Que é um processo essencialmente técnico e que passaram a ter de ser aprovados pelo Ministro. O que, em essência, causou morosidade na aprovação dos planos, bem
--	---	--	---

			como inseriu também um fator clientelístico com atores locais filiados ao governo. A criação do Núcleo de Consolidação Ambiental (NUCAN), apuração dos atos de infração foi outra mudança séria ocorrida aqui. Que basicamente impossibilitou a aplicação de multas por parte do órgão (interferindo diretamente na política de fiscalização ambiental nas UCS). Além disso, foi desenvolvido um Sistema de Auto Infração Eletrônica, que em tese deveria facilitar, através dos sistemas de informações, a aplicação de multas. Mas que na prática, atrapalhou a aplicação por ter sido desenvolvido de forma contraintuitiva e disfuncional. Por sua vez, a Diretoria de Ações Socioambientais e Consolidação Territorial em Unidades de Conservação (DISAT), foi a que sofreu o maior desmonte. Ao passo que o Diretor passou a incluir todos os processos de regularização fundiária, em sigilo. Impossibilitando o trabalho dos servidores.
--	--	--	--

Diretoria de Ações Socioambientais e Consolidação Territorial em Unidades de Conservação (DISAT)			
Data: 15/08/2024 - Online através da plataforma zoom			
Perguntas	P1. Quais as políticas estruturantes do ICMBIO?	P2. Como a política é concretizada: plano, planejamento, instrumento normativo, periodicidade de atualização.	P3. Até que ponto essas políticas são influenciadas pela alta burocracia.
	R1. Dentro da estrutura legal do instituto, o entrevistado aponta que as políticas que acabam por direcionar as ações finalísticas de modo majoritário, são: 1. As ações de Regularização Fundiária (sendo a coordenação que a implementa, a que possui maior orçamento no âmbito da DISAT, tendo em vista a natureza financeira das expropriações/ressarcimento); 2. As ações Fiscalização em UCs (também possuindo grande volume orçamentário); 3. O desenvolvimento dos Planos de Manejo (estes por sua vez, possuindo	R2. No que tange ao planejamento, o mesmo cita três formas de organização, a partir da delimitação orçamentária: 1. O PPA - Que irá tratar do planejamento Geral do Órgão ao longo do ano. Estabelecendo objetivos longitudinais para o alcance de metas para políticas de Estado; 1.1. Temporalidade: anual. 2. Os recursos provenientes de Compensação Ambiental e os respectivos projetos que serão vinculados a estes. 2.1. Temporalidade: verificar. 3. Os financiamentos Internacionais, que	R3. Em relação à influência da Alta Burocracia no direcionamento das políticas, o mesmo aponta que no máximo isto corresponderia a 20% da rotina do servidor. Porque as atividades finalísticas, são de modo geral, estabelecidas por Lei. Além disso, o fato do órgão se tratar de uma autarquia, minaria em grande medida, a influência direta do Governo sobre as atividades diárias. Segundo ele, a principal influência direta da política, seriam as indicações dos cargos de gestão. Entretanto, o mesmo ressalta que normalmente, estes são de natureza também técnica (oriundos normalmente do próprio órgão). Com exceção, dos indicados para cargos de gestão em UCs localizadas em locais remotos. Mas ainda nesses casos, como as ações dos mesmos são geridas por instruções normativas para a execução das atividades diárias, após o período de adaptação e treinamento, esses gestores indicados costumam agir a partir dos interesses do órgão e não de seus vínculos políticos. Além disso, um outro fator de grande influência política, diz

	relação direta com a gestão de UCS e portanto, com o objetivo mais transversal do órgão); 4. A política de Uso Público nas UCS; 5. Citou também, as ações de Licenciamento Ambiental. Entretanto, estas compõem um universo mais restrito, no âmbito do ICMBIO. (apenas quando as unidades são sujeitas). Comentário: o entrevistado aponta, que no âmbito da DISAT a Coordenação de Gestão Socioambiental, é a menor em termos orçamentários e de recursos humanos. Sendo esta, por sua vez, responsável pela gestão socioambiental das UCS. Tais como: projetos de educação ambiental, programa de voluntariado e proteção das comunidades tradicionais.	possuem os chamados Projetos Especiais. 3.1. Temporalidade: anual, trimestral, semestral (variando de acordo com a “entrada” de recursos). Comentário: aponta para a natureza INSTITUCIONALIZADA das políticas implementadas pelo ICMBIO. No qual as rotinas de trabalho, procedimentos internos e objetivos gerais, são legislados. O que dificulta processos de desmontes da políticas, já que estas não se tratam em sua maior parte, de programas mas de políticas de estado.	respeito a criação das UCS. Isso porque para a sua criação, é necessário um grande trabalho de articulação política, tanto com o legislativo quanto com os governos locais. De modo que trata mais de uma interferência externa que interna. Ex.: o processo de criação estar completamente nos conformes legais, mas ser proibido pelo Governador da área onde este seria alocado. Em relação à influência política, cita ainda que a principal interferência seria a inanição do Governo Federal em relação ao aumento do quadro de funcionários através de concursos públicos, pela falta de aumento salarial e pelos cortes orçamentários. Em relação aos governos: Governo Lula II - o desmembramento promoveu a melhoria da gestão das UCS no país. Governo Bolsonaro II - proteção das normativas. Foram salvos pela ignorância dos servidores, pelas diretorias nem saberem como fazer o trabalho. A alteração dos autos no processo.
--	---	---	---

Entrevista 3 Diretoria de Ações Socioambientais e Consolidação Territorial em Unidades de Conservação (DISAT)			
Data: 21/08/2024 - Online através da plataforma zoom			
Perguntas	P1. Quais as políticas estruturantes do ICMBIO?	P2. Como a política é concretizada: plano, planejamento, instrumento normativo, periodicidade de atualização.	P3. Até que ponto essas políticas são influenciadas pela alta burocracia.
Respostas	No âmbito da DISAT, a servidora aponta que a regularização fundiária, sempre foi a política prioritária do órgão. Tendo oscilado ao longo dos anos, a capacidade institucional para tocá-la. Nos anos iniciais do ICMBIO (2007-2008), por exemplo, apesar de discursivamente haver essa centralidade, havia apenas um servidor responsável pela sua condução. De modo que não havia uma concretude de entregas possíveis. É a partir de 2009, que ela passa a ganhar maior forma. Isso acontece, pois há a disponibilização de parte dos	A principal forma de concretização da regularização fundiária é o Plano de Regularização Fundiária, que tem como objetivo orientar as ações do órgão e é publicada anualmente. Em termos de financiamento, o Fundo de Compensação Ambiental é o principal orientador, com um aporte anual de aproximadamente 2 BILHÕES. Ainda assim, em entrevista conduzida com o servidor Igor Matos (abaixo), esses recursos são insuficientes para a demanda orçamentária das desapropriações. Já no que diz respeito ao instrumento normativo, ela cita: 1. a instrução normativa 04/2020 e; 2. a instrução normativa 05/2016,	A servidora não vê uma relação direta entre a escolha da alta burocracia, com as rotinas de trabalho. Isso porque a maior parte dos Diretores até então, foram anteriormente servidores do órgão. Havendo uma certa sinergia, entre suas tomadas de decisões e os anseios dos servidores. A interferência acontece de modo mais direto, no que diz respeito às pressões resultantes dos processos de Licenciamento Ambiental, sobretudo no caso do PAC ao longo do segundo mandato do presidente Lula. E em alguns momentos, com alguma pressão do próprio congresso, ao longo da demarcação de novas UCs. Mas segundo ela, é mais um processo de pressão externa, que interna, em ambos os casos.

	recursos oriundo das compensações ambientais, para a realização das regularização em determinadas UCs. Entretanto, o recurso ainda era insuficiente, e acabava sendo restrito às UCs prioritárias. Com a mudança da Lei 13.668/2018, publicada em 28 de maio de 2018, houve um maior fluxo orçamentário, permitindo a inserção de um maior número de UCs no processo de regularização. Além de permitir a utilização desses recursos, também na regularização em de uso sustentável (o que não era permitido anteriormente). Além da regularização fundiária, a mesma aponta que outra política prioritária é a de gestão socioambiental. Através especificamente, dos Créditos de Reforma Agrária e do Programa Bolsa Verde.	bem como as anteriores que estas duas “atualizam”. A entrevistada cita ainda, 4 Linhas de Ação Prioritária para a regularização fundiária: 1. Áreas De alto Valor Ecológico 2. Conflito Fundiário 3. Demanda de Uso Público, 4. Demanda de Povos e Comunidades Tradicionais (específicas para desapropriação ou concessão de uso).	Ela não esteve no órgão ao longo do período Bolsonaro, mas aponta que houve um processo de interferência administrativa através da instrução normativa 04/2020, que dificultou o processo de regularização. Além disso, os Recursos advindos do Fundo de Compensação Ambiental, não foram utilizados em sua totalidade entre 2019/2022. Já que não houve reuniões do Comitê de Compensação Ambiental (CCAF), instância responsável pela destinação dos recursos do fundo, composta pelo ICMBIO/IBAMA/MMA. Ou seja, os recursos ficaram paralisados por dois anos. No mesmo período, advindo de uma construção institucional a longo prazo, a partir da Procuradoria do ICMBIO, houve uma nova instrução normativa que permitiu a existência de populações tradicionais em UCs de proteção integral, a partir da concessão de direito de uso dessas populações.
--	---	--	---

	Anotações: atuação muito forte, no plano de regularização fundiária, em interface com a sociedade civil, com o poder judiciário (especialmente o ministério público) e com o legislativo. Sem ela, não se consegue demarcar nem sinalizar as UCs.		
--	---	--	--

Entrevista 4

Diretoria de Pesquisa, Avaliação e Monitoramento da Biodiversidade (DIBIO)

Data: 22/08/2024 - Online através da plataforma zoom

Perguntas	P1. Quais as políticas estruturantes do ICMBIO?	P2. Como a política é concretizada: plano, planejamento, instrumento normativo, periodicidade de atualização.	P3. Até que ponto essas políticas são influenciadas pela alta burocracia.
Respostas	Segundo o servidor, as políticas desenvolvidas pela instituição têm um caráter	Como o Licenciamento é um setor sensível à demanda externa ao órgão,	Segundo ele, o órgão possui uma alta blindagem em relação à interferência política. Porque de fato as atribuições dos servidores já foram determinadas na criação do órgão. De modo que os meios para

	estruturante por natureza. Já que são regulamentadas legalmente. Nesse sentido, ele aponta que há uma grande autonomia dos servidores, de modo geral, para a implementação das políticas. Já que os procedimentos são em grande maioria, regulamentados. No âmbito da DIBIO, ele apontou o Licenciamento Ambiental, como a principal destas políticas. Já que a mesma é responsável por autorizar ou não os empreendimentos em Unidades de Conservação. Apesar disso, o licenciamento é caracterizado enquanto um setor de demanda. Ou seja, o órgão é acionado à medida em que há demanda de obras (especialmente, de infraestrutura) que passam pelo interior das UCs ou em suas adjacências. Desse	não há necessariamente, uma meta estabelecida internamente. Em termos de orientação, o mesmo é concretizado, a partir da Lei Geral de Licenciamento e suas regulamentações. Nesse caso, o ICMBIO (assim como o IBAMA, possui poder de Veto). Ele cita o programa de melhoria de gestão [apenas para a política de licenciamento (2018)] como um mecanismo importante para organização do órgão. Mas reforça que este tem maior interlocução com a área meio do órgão. Programa de Melhoria de Gestão (2018). Apenas para a política de licenciamento.	executar as políticas, acabam sendo a principal forma de interferência políticas do órgão. Nesse sentido, as oscilações orçamentárias, a publicação de concursos públicos, as alterações nos mecanismos de gestão, os contratos de servidores externos, por exemplo, acabam por explicitar a priorização (ou não) do órgão na agenda federal. A realocação de recursos internamente, parece ser a maior interferência ocasionada pelas diretorias. Já que estes possuem essa prerrogativa institucional. Ou seja, se o enfoque e portanto, financiamento será dado no licenciamento, na fiscalização ou no manejo de unidades de conservação (e estes se alteram ao longo dos diferentes governos). O que pode ser um sinal de interferência, a partir da agenda federal. Nesse sentido, a questão fundiária acaba não sendo desenvolvida de forma efetiva, justamente porque as desapropriações são custosas financeiramente e não há recursos suficientes para tanto. A pressão governamental, tende a acontecer de forma preponderante no Licenciamento, especialmente para as obras do PAC. Entretanto, esta pressão costuma ser em relação aos prazos e não necessariamente em relação ao conteúdo das análises realizadas pelos servidores. Entretanto, ele aponta que internamente, houveram diversos casos em que a negativa para o licenciamento publicada por alguns servidores, não tiveram embasamento técnico consistente. Ou seja, as obras prioritárias do governo acabam por causar muita pressão para que a análise seja feita. Mas há pouca interferência no
--	---	--	--

	modo, a importância desta política é muito sensível ao volume de investimento público (caso do PAC 1 e 2 e do Novo Pac). Além disso, ele aponta a importância do SISBIO para a condução das políticas do órgão, ao passo em que ele atua enquanto um agregador de dados dos ICMBIO. Sisbio - Para autorização de pesquisa científica. Questão salarial e de cargos acaba sendo uma política de gestão central, para a estruturação das atividades do órgão. E são diretrizes governamentais.	Refazendo o regimento interno, vinculado à estrutura organizacional. Com as coordenações regionais, com sub coordenações em diversos estados.	sentido do resultado dos relatórios técnicos. E as contestações, realizadas por órgãos como o Ministério de Minas e Energia, acabam sendo validadas pela baixa qualidade de alguns dos relatórios produzidos pelo ICMBIO. Ao longo do Governo Bolsonaro, a principal interferência veio a partir da inanição para a criação de UCs. Já que há um aspecto técnico e outro político para que elas sejam efetivadas. A proposta técnica para a criação, continuou a ser desenvolvida pelos servidores, mas o papel do Governo Federal em articular com membros do congresso e sobretudo com Governadores, foi abandonado. Ele ressalta, que o ICMBIO é menos atrativo politicamente que o IBAMA, para ocupação dos cargos de alto escalão. Isso porque o trabalho desenvolvido pelo ICMBIO não traz a visibilidade política que o IBAMA traz. Já que o órgão não tem a construção cultural que o mesmo. E que o principal problema do ICMBIO, não é a interferência externa, mas a fragilidade hierárquica interna do órgão. No Governo Temer, ele ressalta a importância que a criação dos Núcleos de Gestão Integrada tiveram para organização do órgão.
--	--	---	---

